



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Ac. Câmara**

**REUNIÃO N.º 25/2022 DO MANDATO 2021/2025  
REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2022**

**(07) PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE SOCIAL -  
DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL**

**Foi presente para aprovação e submissão à Assembleia Municipal o  
Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025.**

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os referidos  
documentos e submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.*

**29/Novembro/2022**

**Ivone Marinho  
Chefe de Divisão**



## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

### DESPACHO

Concorda-se. À reunião de Câmara.

Data: 25/11/22

O Presidente da Câmara Municipal

(Rui Teixeira)

ASSUNTO:	<b>Aprovar submeter à Assembleia Municipal os documentos de Planeamento Estratégico da Rede Social – Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social</b>
----------	---

Considerando que:

A Rede Social tem por base uma metodologia de planeamento estratégico que perspetiva o desenvolvimento social e procura diagnosticar necessidades, constrangimentos, recursos e potencialidades, propondo soluções num processo participado, desenvolvido numa parceria efetiva e dinâmica, com a intervenção social dos diferentes agentes locais;

O planeamento estratégico é uma metodologia de gestão, tendo em conta a intervenção ou a execução de projetos e ações definidas em parceria. É um processo contínuo e flexível, suscetível às mudanças que ocorrem no território, que é monitorizado por uma parceria ativa, dinâmica e multidisciplinar, na qual se gerem os interesses e as necessidades para o concelho e se traçam estratégias que beneficiem as partes envolvidas;

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento estruturante baseado em dinâmicas de rede e parceria que, em sinergia com o Diagnóstico Social Municipal e outros instrumentos de planeamento estratégico, define os objetivos e estratégias adequadas para responder às necessidades e problemáticas das populações, assentes na promoção do desenvolvimento social, na prevenção dos riscos de pobreza e de exclusão social e na atuação sobre os determinantes proporcionadores de assimetrias e desigualdades sociais;

O Plano de Ação Concelhio é um documento de planeamento anual, onde se identificam os projetos e as intervenções previstas para cada ano, devidamente enquadradas nas estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento Social.

Os principais instrumentos de Planeamento estratégicos são o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social (PDS). O Diagnóstico Social é um estudo/levantamento da realidade social do concelho com a definição das prioridades de intervenção. O PDS é um Plano estratégico estruturado a partir do Diagnóstico Social e da definição das prioridades e linhas estratégicas para a intervenção social. A elaboração



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

dos instrumentos envolve a participação dos parceiros;

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025, foram aprovados nos respetivos Plenários do CLAS.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar submeter à Assembleia Municipal, o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social 2022-2025, documentos elaborados em conformidade com o Decreto Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, para os devidos e legais efeitos.**

Vila Nova de Cerveira, 21 de novembro de 2022.

A Vereadora do Pelouro da Ação Social,

Carla Segadães



CERVEIRA  
VILA DAS ARTES

# DIAGNÓSTICO SOCIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA 2021

**logframe**  
LOG-FRAME

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021

### Entidade Promotora



Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Praça do Município 4920-284 Vila Nova de Cerveira

<https://www.cm-vncerveira.pt/>

Documento elaborado por

**logframe**



Logframe, Consultoria e Formação, Lda.

Rua Sousa Pinto, 5, Lote 3, Bloco A

1250-002 Lisboa

[www.logframe.pt](http://www.logframe.pt)

### Colaboração



Rede Social de Vila Nova de Cerveira

### Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

25 de Novembro de 2021

### Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira



# Índice

Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras	6
Lista de Siglas	13
1. Apresentação	15
2. Nota Introdutória	16
3. O Programa Rede Social	17
4. Nota Metodológica	22
5. Síntese Diagnóstica	25
6. Retrato Municipal	37
7. O Concelho de Vila Nova de Cerveira: Contexto de Intervenção	41
7.1. Áreas de Intervenção Social	41
7.1.1. Análise Demográfica .....	41
7.1.2. Atividades Económicas e Emprego .....	49
7.1.3. Habitação.....	60
7.1.4. Saúde.....	72
7.1.5. Prestações Sociais.....	87
7.1.6. Educação .....	98
7.1.7. Segurança Pública .....	107
7.1.8. Participação e envolvimento.....	112
7.1.9 Igualdade de Género.....	121
7.2. Grupos Vulneráveis	129
7.2.1. Famílias em Situação de Risco .....	129
7.2.2. Crianças e Jovens.....	136
7.2.3. Pessoas Idosas .....	145
7.2.4. Migrantes e Minorias Étnicas .....	151
7.2.5. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade .....	159
8. Áreas Prioritárias de Desenvolvimento Social	165
8.1. Pessoas Idosas	165
8.2 Habitação	173
8.3. Saúde	183
8.4. Outras áreas de desenvolvimento social	196
8.4.1 Emprego, Formação e Qualificação Profissional .....	196
8.4.2. Infância e Juventude .....	197
8.4.3. Criminalidade e Segurança .....	198
8.4.4. Pessoas com Deficiência .....	199

9. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	200
10. Anexos	204

# Índice de Tabelas, Gráficos e Figuras

<b>Tabela 1</b> – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2020 e sua variação .....	43
<b>Tabela 2</b> – População residente (estimativas a 31 de dezembro), por território, nos anos de 2001, 2011 e 2021 e sua variação (N.º e %) .....	44
<b>Tabela 3</b> – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º) .....	44
<b>Tabela 4</b> – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2020 (%) .....	46
<b>Tabela 5</b> – Indicadores de população (2020) .....	47
<b>Tabela 6</b> – Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2018 e 2019) .....	51
<b>Tabela 7</b> – Empresas, por atividade económica, em Vila Nova de Cerveira (N.º) .....	51
<b>Tabela 8</b> – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (%) .....	53
<b>Tabela 9</b> – População empregada, residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o sexo e o ramo de atividade (2011) (N.º) .....	54
<b>Tabela 10</b> – População empregada, residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, por situação na profissão (2011) (N.º) .....	54
<b>Tabela 11</b> – População empregada por conta de outrem nos estabelecimentos de Vila Nova de Cerveira, por nível de habilitações (2018) (N.º) .....	54
<b>Tabela 12</b> – Desemprego registado no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de junho de 2021) (N.º) .....	56
<b>Tabela 13</b> – Intervenções realizadas pelo GIP, entre os anos 2016 e 2020 (N.º) .....	58
<b>Tabela 14</b> – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2011 e 2020) (N.º) .....	60
<b>Tabela 15</b> – Edifícios, por freguesia (2021) (N.º e %) .....	61
<b>Tabela 16</b> – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2011) (N.º) .....	61
<b>Tabela 17</b> – Proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação e Índice de envelhecimento dos edifícios no concelho de Vila Nova de Cerveira, por freguesia (2011) .....	62
<b>Tabela 18</b> – Tipologia de alojamentos do concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (N.º) .....	64
<b>Tabela 19</b> – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (N.º e %) .....	65
<b>Tabela 20</b> – Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2011) (N.º e %) .....	66
<b>Tabela 21</b> – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015) .....	66

<b>Tabela 22 – Distribuição dos fogos de Habitação Social Municipal, por tipologia e por freguesia (junho de 2021) (N.º) .....</b>	67
<b>Tabela 23 – Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (2017, 2018, 2019 e 2020) (€) .....</b>	69
<b>Tabela 24 – Indicadores de saúde nacional, regional e concelho de Vila Nova de Cerveira (2020) (N.º) .....</b>	72
<b>Tabela 25 – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde - Concelho Vila Nova de Cerveira (2021) .....</b>	73
<b>Tabela 26 – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Vila Nova de Cerveira (junho 2021) (N.º) .....</b>	73
<b>Tabela 27 – Nados-Vivos, por município de residência da mãe (1981, 2001, 2011 e 2020) (N.º) .....</b>	75
<b>Tabela 28 – Indicadores de saúde nacional, regional e concelho de Vila Nova de Cerveira (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2015/2019) (%) .....</b>	76
<b>Tabela 29 – Indicadores de saúde nacional, regional e no concelho de Vila Nova de Cerveira (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2011 e 2019) (%) .....</b>	78
<b>Tabela 30 – Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%) .....</b>	79
<b>Tabela 31 – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%) .....</b>	80
<b>Tabela 32 – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2019) (N.º) .....</b>	84
<b>Tabela 33 – Indicadores de saúde nacionais, regionais e do concelho de Vila Nova de Cerveira (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2011, 2015 e 2019) (N.º) .....</b>	85
<b>Tabela 34 – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2019) (€) .....</b>	87
<b>Tabela 35 – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (a 31 de dezembro de 2019) (N.º) .....</b>	89
<b>Tabela 36 – Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2020) (%) .....</b>	90
<b>Tabela 37 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2019) (N.º) .....</b>	91
<b>Tabela 38 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2019) .....</b>	92
<b>Tabela 39 – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2019) .....</b>	93
<b>Tabela 40 – Principais prestações familiares da Segurança Social (2019) (N.º e €) (Cont.) .....</b>	94
<b>Tabela 41 – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2019) (N.º e €) .....</b>	95
<b>Tabela 42 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2019) (N.º) .....</b>	96
<b>Tabela 43 – Níveis de ensino existentes em Vila Nova de Cerveira, entidade e tipo de rede existente (2020/2021) .....</b>	98

<b>Tabela 44</b> – Respostas do agrupamento de escolas de Vila Nova de Cerveira por oferta educativa e número total de alunos (2019/2020).....	99
<b>Tabela 45</b> – Alunos inscritos na ETAP em 2020/2021, ano escolar e curso (N.º) .....	99
<b>Tabela 46</b> – Respostas e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública e na rede privada – Ano letivo 2017/2018 (N.º).....	100
<b>Tabela 47</b> – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (%)... 100	
<b>Tabela 48</b> – Indicadores de Educação (2019/2020) (%) .....	103
<b>Tabela 49</b> – População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2011) (N.º) .... 104	
<b>Tabela 50</b> – Associações desportivas existentes no concelho de Vila Nova de Cerveira .....	116
<b>Tabela 51</b> – Associações culturais e recreativas existentes no concelho de Vila Nova de Cerveira .....	117
<b>Tabela 52</b> – Ganho médio mensal dos trabalhadores no concelho de Vila Nova de Cerveira, por género e setor de atividade económica, entre 2013 e 2018 (€).....	124
<b>Tabela 53</b> – Apoios / respostas disponibilizadas, por serviços, entidades e por número de pessoas apoiadas no ano 2020.....	130
<b>Tabela 54</b> – Clientes e atendimentos realizados pelo CAFAP, entre 2018 e 2020 (N.º) .....	132
<b>Tabela 55</b> – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (N.º) .....	132
<b>Tabela 56</b> – Núcleos familiares monoparentais, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, por nível de escolaridade (2011) (N.º).....	133
<b>Tabela 57</b> – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2011) (N.º) .....	134
<b>Tabela 58</b> – Variação percentual da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%) .....	137
<b>Tabela 59</b> – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2011) .....	138
<b>Tabela 60</b> – Índice de Dependência de Jovens Nacional, Regional e Municipal (2001, 2011, 2020) (%) .....	139
<b>Tabela 61</b> – Volume processual da CPCJ de Vila Nova de Cerveira nos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 .....	139
<b>Tabela 62</b> – Distribuição das principais problemáticas diagnosticadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Vila Nova de Cerveira nos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 (N.º) .....	141
<b>Tabela 63</b> – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Vila Nova de Cerveira no ano 2020, por grupo etário (N.º).....	142
<b>Tabela 64</b> – Variação percentual da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário .....	146
<b>Tabela 65</b> – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário (N.º) (2020) .....	147
<b>Tabela 66</b> – Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2015, 2020) (%) .....	148

<b>Tabela 67 – Saldo migratório Portugal, Região Norte, Região Alto Minho e município de Vila Nova de Cerveira, nos anos 2001, 2011, 2014, 2016, 2018 e 2020 (N.º) .....</b>	152
<b>Tabela 68 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2015 – 2080).....</b>	152
<b>Tabela 69 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira segundo a naturalidade da população, por freguesia (2011) (N.º) .....</b>	153
<b>Tabela 70 – População estrangeira residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º) .....</b>	154
<b>Tabela 71 – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência (2011, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020) (N.º) .....</b>	155
<b>Tabela 72 – Residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo nacionalidade (2011, 2014, 2016, 2018, 2019 e 2020) (N.º) .....</b>	155
<b>Tabela 73 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º) .....</b>	159
<b>Tabela 74 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º) .....</b>	162
<b>Tabela 75 – Pessoas com deficiência, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira apoiadas pela APPACDM, pela APCVC e pela Fundação AMA (junho 2021) (N.º) .....</b>	162
<b>Tabela 76 – Indicadores de população (Portugal).....</b>	166
<b>Tabela 77 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Vila Nova de Cerveira (N.º) .....</b>	168
<b>Tabela 78 – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Vila Nova de Cerveira (N.º) (Cont.) .....</b>	168
<b>Tabela 79 – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Vila Nova de Cerveira (N.º) .....</b>	169
<b>Tabela 80 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas Idosas .....</b>	172
<b>Tabela 81 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Habitação .....</b>	182
<b>Tabela 82 - Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016) .....</b>	184
<b>Tabela 83 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Saúde .....</b>	194
<b>Gráfico 1 – Evolução da % de população residente em Portugal, por grandes grupos etários (1970-2019) e idade mediana da população.....</b>	30
<b>Gráfico 2 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal, 2011 – 2020 (%).....</b>	32
<b>Gráfico 3 – Evolução da taxa de privação material severa em Portugal, e da população residente em risco de pobreza ou exclusão social 2011 – 2020 (%).....</b>	33

<b>Gráfico 4 – Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação, da taxa real de escolarização no ensino secundário e da % de população entre os 30 e 34 anos de idade com ensino superior completo, entre 2011 e 2020 (%).....</b>	34
<b>Gráfico 5 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo a freguesia, no anos de 2011 e 2021 (N.º).....</b>	45
<b>Gráfico 6 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2020 (N.º).....</b>	46
<b>Gráfico 7 – Evolução do n.º de empresas não financeiras no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre 2009 e 2019 (N.º) .....</b>	52
<b>Gráfico 8 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Vila Nova de Cerveira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º).....</b>	55
<b>Gráfico 9 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Vila Nova de Cerveira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º).....</b>	56
<b>Gráfico 10 – Desemprego registado no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o grupo etário (situação no fim do mês de junho de 2021) (N.º).....</b>	57
<b>Gráfico 11 – Desemprego registado no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês de junho de 2021) (N.º) .....</b>	57
<b>Gráfico 12 – Pedidos de apoio para conservação de habitações, por freguesia entre 2016 e junho de 2021 .....</b>	63
<b>Gráfico 13 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km<sup>2</sup>) .</b>	64
<b>Gráfico 14 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (%) .....</b>	65
<b>Gráfico 15 – Residentes nas habitações sociais municipais, por grupo etário (junho 2021) (N.º) .....</b>	68
<b>Gráfico 16 – Pedidos para habitação social municipal, entre 2016 e 2020 (N.º) .....</b>	69
<b>Gráfico 17 – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015 e 2020) (%) .....</b>	74
<b>Gráfico 18 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2002, 2007, 2012, 2017) (%) .....</b>	76
<b>Gráfico 19 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%) .....</b>	77
<b>Gráfico 20 – Evolução do n.º de utentes acompanhados pela Equipa de Rua do GAF (2016-2020) e pelo CRI (2018-2020) .....</b>	82
<b>Gráfico 21 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017) (%) .....</b>	83
<b>Gráfico 22 – Evolução do n.º de utentes acompanhados pelo CAPS (2016-2020) .....</b>	83
<b>Gráfico 23 – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2019) (N.º) .....</b>	88
<b>Gráfico 24 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2019) (N.º) .....</b>	90

<b>Gráfico 25 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo a idade (2019) (%) .....</b>	92
<b>Gráfico 26 – Alunos que não concluíram ou abandonaram o ensino, por ano letivo (N.º) .....</b>	101
<b>Gráfico 27 – Alunos que não transitaram de ano letivo, no Agrupamento de Escolas do concelho de Vila Nova de Cerveira, entre os anos letivos 2015/16 e 2019/20, por nível de ensino (%) .....</b>	102
<b>Gráfico 28 – Taxa de sucesso escolar, no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira e a nível nacional, entre os anos letivos 2015/16 e 2019/20, por nível de ensino (%) .....</b>	102
<b>Gráfico 29 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo os níveis de escolaridade completos (2001 e 2011) (%) .....</b>	104
<b>Gráfico 30 – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Vila Nova de Cerveira entre 2011 e 2020 (%) .....</b>	107
<b>Gráfico 31 – Taxa de criminalidade no concelho de Vila Nova de Cerveira por categoria de crime em 2020 (%) .....</b>	108
<b>Gráfico 32 – N.º de utentes residentes em Vila Nova de Cerveira acompanhados pelo Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 2018, 2019 e 2020 .....</b>	109
<b>Gráfico 33 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Vila Nova de Cerveira, por categoria de crime, entre 2013 e 2020 (%) .....</b>	110
<b>Gráfico 34 – Dirigentes de explorações agrícolas, no concelho de Vila Nova de Cerveira, por sexo, nos anos 1989, 1999, 2009, 2019 (N.º) .....</b>	122
<b>Gráfico 35 – Funcionários públicos dos serviços municipais de Vila Nova de Cerveira, por sexo, entre 2009 e 2019 (N.º) .....</b>	123
<b>Gráfico 36 – Proporção de alunos do sexo feminino matriculados no concelho de Vila Nova de Cerveira, por nível de ensino, nos anos 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019 (%) .....</b>	125
<b>Gráfico 37 – Proporção de mulheres nos diplomados no ensino superior, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre os anos letivos 2009/2010 e 2019/2020 (N.º) .....</b>	126
<b>Gráfico 38 – Beneficiários de licença parental inicial residentes em Vila Nova de Cerveira, por sexo, entre 2014 e 2019 (N.º) .....</b>	127
<b>Gráfico 39 – Duração da licença parental inicial, da segurança social, por sexo, entre 2011 e 2020 (N.º de dias) .....</b>	127
<b>Gráfico 40 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2020 (N.º) .....</b>	136
<b>Gráfico 41 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2020 (N.º) .....</b>	137
<b>Gráfico 42 – Volume processual por grupo etário, de 2015 a 2020 (%) .....</b>	140
<b>Gráfico 43 – Crianças e jovens acompanhados entre os anos 2015 e 2020 por sexo (%) .....</b>	141
<b>Gráfico 44 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2020 (N.º) .....</b>	145
<b>Gráfico 45 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2020 (N.º) .....</b>	146

<b>Gráfico 46 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%) .....</b>	147
<b>Gráfico 47 – Saldo Migratório, Portugal e Região Norte entre 2001 e 2020 (N.º) .....</b>	151
<b>Gráfico 48 – População estrangeira residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o género (2020) (N.º) .....</b>	157
<b>Gráfico 49 – Atendimentos e processos abertos no GAE, entre 2016 e 2020 (N.º).....</b>	157
<b>Gráfico 50 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º) .....</b>	160
<b>Gráfico 51 – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º) .....</b>	161
<b>Gráfico 52 – Fogos concluídos para habitação familiar em Vila Nova de Cerveira, entre os anos 2000 e 2019 (N.º) .....</b>	174
<b>Gráfico 53 – Alojamentos familiares vagos em Vila Nova de Cerveira, nos anos 2001 e 2011, (N.º).....</b>	175
<b>Gráfico 54 – Evolução dos pedidos de acesso a Habitação Social entre 2016 e 2020 (N.º) ..</b>	177
<b>Gráfico 55 – Valor mediano do rendimento bruto declarado por agregado familiar entre 2015-2018 (€).....</b>	178
<b>Gráfico 56 - Consultas médicas na unidade de consulta externa de Psiquiatria dos hospitais públicos e em parceria público-privada região Minho-Lima entre 2010 e 2019 (N.º) .....</b>	186
<b>Gráfico 57 – Mortes no município de Vila Nova de Cerveira por: Transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas entre 1991 e 2019 (Nº).....</b>	187
<b>Figura 1 – NUTS III.....</b>	41
<b>Figura 2 – Concelho de Vila Nova de Cerveira.....</b>	41
<b>Figura 3 – Freguesias do concelho de Vila Nova de Cerveira, após a reorganização administrativa de 2013.....</b>	42

# **Lista de Siglas**

**ACES** – Agrupamento de Centros de Saúde

**ADSL** – Associação de Desenvolvimento Social e Local

**APCVC** – Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo

**APPACDM** – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

**ARS** – Administração Regional de Saúde

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**CAE** – Centro de Apoio às Empresas

**CAO** – Centro de Atividades Ocupacionais

**CAPS** – Centro de Atendimento Psicossocial VIH/SIDA

**CATL** – Centro de Atividades de Tempos Livres

**CAVV** – Centro de Atendimento de Apoio à Vítima de Violência Doméstica

**CC** – Centro de Convívio

**CD** – Centro de Dia

**CEB** – Ciclo de Ensino Básico

**CEF** – Curso de Educação e Formação de Jovens

**CIF** – Classificação Internacional de Funcionalidade

**CLAS** – Conselho Local de Ação Social

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CRI** – Centro de Recursos para a Inclusão

**CSF** – Comissão Social de Freguesia

**CSIF** – Comissão Social Inter-Freguesias

**CSP** – Cuidados de Saúde Primários

**CTAE** – Centro Temporário de Acolhimento de Emergência

**DGS** – Direção Geral da Saúde

**EFA** - Curso de Educação e Formação de Adultos

**ENEAS** – Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável

**ERPI** – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

**FBAC** – Fundação Bienal de Arte de Cerveira

**GAE** – Gabinete de Apoio ao Emigrante

**GAF** – Gabinete de Atendimento à Família

**GIP** – Gabinete de Inserção Profissional

**HCC** – Habitação a Custos Controlados

**IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional

**IHRU** – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**ISS, IP** – Instituto da Segurança Social, I.P.

**NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

**ONG** – Organização Não Governamental

**PDS** – Plano de Desenvolvimento Social

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNAI** – Plano Nacional de Ação para a Inclusão

**PNI** – Plano Nacional para a Igualdade

**RCM** – Resolução de Conselho de Ministros

**RNCCISM** – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

**RRMD** – Redução de Riscos e Minimização de Danos

**RSI** – Rendimento Social de Inserção

**SAD** – Serviço de Apoio Domiciliário

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**SNS** – Serviço Nacional de Saúde

**TMP** – Taxa de Mortalidade Padronizada

**UCC** – Unidade de Cuidados na Comunidade

**UCSP** – Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

**ULS** – Unidade Local de Saúde

**ULSAM** – Unidade Local de Saúde do Alto Minho

**USAG** – Unidade de Serviços e Apoio Geral

**VIH** – Vírus da Imunodeficiência Humana

# 1. APRESENTAÇÃO

A Rede Social, com quase duas décadas de existência no concelho de Vila Nova de Cerveira, encontra-se hoje num momento decisivo face às mudanças demográficas, políticas e sociais.

O mundo enfrenta, ainda, as consequências desencadeadas pela Covid 19, que afetou todas as regiões e provocou mudanças económicas e sociais. Por outro lado, a descentralização de competências em diferentes setores, atribuindo ao poder local novas competências nas áreas da educação, ação social, e saúde, traduz um novo desafio. Naturalmente, o futuro afigura-se mais exigente.

A realidade social é complexa, e todo o processo de intervenção exige um enquadramento multidisciplinar. Fulcral é, também, a rentabilização de recursos e de conhecimentos, o compromisso e a corresponsabilidade das entidades que participam na construção de um projeto, que, por seu turno, deve ser exequível, com reconhecida utilidade e no qual toda a população se reveja.

Para que seja possível trabalharmos, juntos, no sentido de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população, devemos conhecer, em primeiro lugar, as fragilidades, os problemas sociais e claro, as potencialidades, do nosso território. Conhecer a realidade na qual estamos inseridos: o passado e o presente. Só desta forma poderemos olhar para o desenvolvimento social do Concelho.

O Diagnóstico Social, sendo um dos instrumentos estratégicos da Rede Social, tem um importante papel enquanto linha orientadora de identificação dos tais problemas, fragilidades e potencialidades do território. É desta forma que aponta qual o caminho que devem percorrer os parceiros, de forma a conseguirem, de forma eficiente, dar o seu contributo em termos sociais.

Diga-se: os parceiros têm um papel imprescindível no trabalho da Rede Social. Se em cerca de duas décadas, muito se fez em prol do desenvolvimento social do concelho, isso se deve, em grande parte, às entidades envolvidas. Sendo de louvar todo o trabalho realizado pelas mesmas, o presente exige ainda mais das parcerias e do seu envolvimento neste ambicioso projeto que é a construção e execução de projetos comuns.

A responsabilidade das entidades locais e regionais no pós pandemia, tendo em conta as mudanças sociais e os novos desafios que se colocam, é naturalmente acrescida. É por isso imprescindível um envolvimento assíduo e um compromisso reforçado por parte dos parceiros para fomentar a mudança e o desenvolvimento social do nosso concelho.

O nosso sucesso nesta missão, é o sucesso de todos os municípios. E todos beneficiaremos desse sucesso.

A Presidente do Conselho Local de Ação Social, Carla Isabel Martins Segadães

## 2. NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico Social do concelho de Vila Nova de Cerveira, sendo parte integrante de um processo de planeamento de intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio, reveste-se como um primeiro instrumento de planeamento cuja atualização sistemática é essencial para uma atuação eficaz face à realidade do território. Um diagnóstico social é assim, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo, mas antes é desencadeador de outros, devendo estar permanentemente aberto a novos contributos e atualizações. Não obstante, perante os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território, e das suas comunidades em matéria de inclusão social, é relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades, bem como de identificação de recursos e potencialidades existentes no território. O presente documento constitui, precisamente, a concretização deste processo.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira resulta de um processo de maturação e reflexão no seio da Rede Social, o qual desencadeou um conjunto de processos de recolha de informação e de contributos recolhidos junto dos diversos *stakeholders* locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um leque alargado de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), bem como de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE) ou outros órgãos da administração pública, como Ministérios e as suas Direções Gerais e documentos internos fornecidos pelos diferentes serviços do município. A abordagem metodológica utilizada valorizou a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município e as entidades parceiras que constituem a Rede Social de Vila Nova de Cerveira passem a ter: um Diagnóstico Social que seja resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam; um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas; clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho; um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

### 3. O PROGRAMA REDE SOCIAL

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português à data de 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo N.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social, traduzido no conceito de ‘sociedade em rede’.

Esta RCM designa por Rede Social “... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”, alicerçando o conceito na “... tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada” do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou Intra concelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos de eficácia; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada, e procuram evitar o desperdício de recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:

#### **Princípio da Integração**

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.”

### **Princípio da Articulação**

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.”

### **Princípio da Subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

“Neste contexto, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas.”

### **Princípio da Inovação**

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem respostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.”

### **Princípio da igualdade de género**

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente: i) a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a constrangimentos laborais ou materiais; ii) a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões; e iii) a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que foi proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

**Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF) e outros grupos de trabalho ou temáticos, de acordo com a realidade de cada concelho.**

Os CLAS e as CSF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

### **Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local**

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

### **Plano de Desenvolvimento Social (PDS)**

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

## **Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelhio**

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria enquadradora. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactos: 1) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; 2) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (Plano Diretor Municipal, Planos Estratégicos, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

## **Rede Social de Vila Nova de Cerveira**

A Rede Social do concelho de Vila Nova de Cerveira é composta por um CLAS e o respetivo Núcleo Executivo. O CLAS é constituído por representantes de 48 Entidades ou Organismos do setor público, IPSS, ONG's, Associações, Cooperativas e Juntas de Freguesia. O CLAS tem como principais objetivos:

- ▶ Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- ▶ Promover o desenvolvimento social integrado;
- ▶ Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- ▶ Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
- ▶ Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- ▶ Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- ▶ Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral;
- ▶ Promover a articulação entre os planos nacionais, regionais e locais de âmbito territorial.

O CLAS é presidido pela Vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, Dra. Carla Segadães.

## 4. NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e

complementares entre si. A saber, as percepções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social, no concelho de Vila Nova de Cerveira, e os dados estatísticos oficiais e fornecidos pelas entidades parceiras, relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento.

As percepções dos profissionais dos diversos parceiros da Rede Social, relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em três etapas distintas do trabalho realizado. Por um lado, foi realizado um inquérito *online* (ver anexo I), aplicado a todos os parceiros da Rede Social. Através deste instrumento, as entidades tiveram a possibilidade de identificar as áreas prioritárias para o concelho, de acordo com as suas percepções e conhecimento do território (foram obtidas 25 respostas ao questionário). Num segundo momento, e simultaneamente com a aplicação desta ferramenta *online*, foram realizadas sessões com os atores locais, onde foram identificados os principais problemas do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos e ainda as propostas de intervenção mais adequadas.

Realizou-se um terceiro momento de recolha de informação, o qual consistiu na realização de um inquérito *online* destinado a empresas sediadas no concelho, com o objetivo de aprofundar quais as principais necessidades e problemas relacionados com a comunidade migrante residente no concelho (foram obtidas 3 respostas).

Complementarmente à recolha de percepções referidas nas três etapas anteriores, foi recolhido um conjunto de informações específicas junto dos diversos setores de intervenção presentes no CLAS, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente, que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

Para além do levantamento de todas estas percepções e dados setoriais, foi realizada a análise documental de um conjunto alargado de estatísticas oficiais de referência, instrumentos de planeamento, planos e relatórios referentes às várias áreas que integram o presente Diagnóstico Social, para além das referências bibliográficas identificadas, fundamentais para a produção deste documento. Enquanto limitações sentidas na análise da informação, destacamos o período decorrente desde o último momento censitário (2011) e no qual nos fundamentámos para caracterizar as freguesias do concelho, bem como, alguma disparidade de dados entre fontes oficiais (INE; PORDATA).

Após a recolha dos dados foi feita a sua interpretação e análise, resultando de uma abordagem de complementaridade e triangulação de perspetivas entre informações de naturezas distintas, o que possibilitou, para além da caracterização do território de Vila Nova de Cerveira, a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas, as quais poderão constituir a componente fundamental do que será o Plano de Desenvolvimento Social.

## 5. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social pretende fornecer um conjunto de informações importantes que permita a eficiência, eficácia e impacto da intervenção e nesse sentido quer contribuir com conteúdos que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do concelho.

Comecemos, então por um conjunto de conclusões de âmbito mais genérico, que terão reflexo no que foram consideradas posteriormente, áreas prioritárias de desenvolvimento para o concelho e que também resultam da percepção da maioria dos atores chave contactados.

Os dados, que poderão ser consultados com maior detalhe nos pontos que se seguem, apresentam informações, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para compreender a realidade social do concelho. De forma a sintetizar graficamente alguns destes dados apresenta-se também um infograma, que intitulámos por “Retrato Municipal”.

---

### Emprego



Vila Nova de Cerveira apresenta forte dinamismo empresarial, com dois Polos Industriais e um Parque Industrial, onde se encontram sediadas mais do que 40 empresas.

Em junho de 2021, o número de pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego do concelho era reduzido (240 pessoas, 4% da população residente com idade ativa)

Vila Nova de Cerveira é o concelho do Centro de Emprego do Alto Minho com maior número de ofertas de trabalho.

Entre os problemas identificados pelos atores locais ao nível do emprego na destacam-se: o desemprego de longa duração de pessoas com mais de 55 anos de idade e com baixa escolaridade, o desemprego de pessoas mais qualificadas e a necessidade de maior adequação entre a oferta formativa (escolar e profissional) e as necessidades do mercado de trabalho.

---

---

## Educação, Formação e Qualificações Profissionais



O nível de escolaridade da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira tem vindo a aumentar nas últimas duas décadas.

No ano letivo 2019/2020 a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi de 110,5% . Desde o ano letivo anterior que o número de alunos que não concluem o ensino secundário tem diminuído.

Comparativamente com o contexto nacional, o concelho regista uma taxa de sucesso superior (quer no ensino básico quer secundário).

---

Apesar de pouco expressivo, os atores locais percecionam ainda existir situações de abandono escolar e consideram ser necessário adequar a oferta formativa às necessidades laborais existentes no território, contribuindo desta forma para a fixação da população mais jovem no concelho.

## Habitação



Vila Nova de Cerveira é o concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica.

O edificado apresenta necessidades de reparação e alguns dos quais encontram-se muito degradados.

Nos últimos anos tem-se verificado no concelho o aumento do valor mediano das rendas, por m<sup>2</sup>, de novos contratos de arrendamento.

---

A dificuldade de acesso a habitações a custos controlados e as condições de habitabilidade deficitárias de alguns alojamentos foram considerados pelos atores locais como os dois problemas mais significativos no âmbito da área da habitação no concelho.

## Saúde



---

Os residentes do concelho de Vila Nova de Cerveira encontram-se integrados na ULSAM. Em junho de 2021, a maioria dos utentes inscritos tinha médico de família (83,1%).

As doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e as doenças do aparelho respiratório foram consideradas as principais causas de morte na ULSAM.

O número de pessoas acompanhadas por motivos relacionados com adições tem vindo a aumentar no concelho.

---

Os atores locais identificaram como principais problemas na área da saúde a falta de respostas ao nível da saúde mental, o aumento de consumos / dependências, nomeadamente de álcool e a dificuldade de acesso a serviços de saúde especializados, que se localizam em outros concelhos.

---

## Criminalidade e Segurança



---

Nos últimos 10 anos, a taxa de criminalidade tem vindo a diminuir no concelho. Entre os crimes mais frequentes encontram-se crimes contra o património, contra a integridade física, contra pessoas e de situações de violência doméstica.

---

O aumento de situações de violência doméstica e de situações de negligência para com crianças e jovens foram os principais problemas

---

## Ação social, famílias e comunidade



identificados pelos atores locais neste âmbito. Segundo estes, as consequências da pandemia na esfera social, económica e psicológica da vida dos indivíduos e das famílias poderá ter contribuído para o aumento de situações de violência, negligência e consumos.

---

Em 2019, Vila Nova de Cerveira tinha 2.759 pensionistas, a maioria dos quais beneficiavam de pensão de velhice, a qual foi inferior à pensão média nacional (388€/mês).

O concelho é o terceiro da Região do Alto Minho com menor número de beneficiários de subsídio de desemprego. O número de beneficiários de RSI também é reduzido (75 pessoas), a maioria dos quais com menos de 25 anos de idade e com mais de 55 anos de idade.

Em 2011, existiam 347 famílias monoparentais no concelho, na maioria das quais o progenitor tinha idade igual ou superior a 65 anos. Nesse mesmo ano residiam no concelho 284 famílias com 5 ou mais elementos.

A pandemia veio acentuar as desigualdades e agravar a vulnerabilidade social e económica de alguns agregados familiares residentes no concelho.

---

Os atores locais destacaram a dificuldade de conciliação entre a vida familiar e a vida laboral e a carência económica de alguns agregados familiares residentes no concelho, como os principais problemas neste âmbito.

---

## Crianças e jovens



Em 2020 residiam no concelho 1.014 crianças até aos 14 anos de idade (11,4% do número total de residentes).

Desde 2001 que o número de crianças e jovens residentes em Vila Nova de Cerveira tem vindo a diminuir, bem como o Índice de Dependência de Jovens.

Em 2020, o volume processual da CPCJ foi de 51 processos, a maioria dos quais devido a situações de negligência e a exposição a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (nomeadamente situações de violência doméstica e de consumo de álcool e estupefacientes).

Como principais problemas e necessidades identificadas neste âmbito, destaca-se a insuficiência de vagas na resposta social Creche, mas também de estruturas e de atividades para ocupação de tempos livres de jovens com mais de 12 anos de idade, principalmente nos períodos de interrupção letiva.

---

## Pessoas Idosas



O envelhecimento populacional é uma realidade transversal a todo o território nacional.

No ano 2020, 23,6% da população residente no concelho tinha 65 ou mais anos de idade, a maioria das quais do sexo feminino.

Os valores dos Índices de Dependência de Idosos e de Envelhecimento registados no concelho foram superiores aos registados na Região Norte e a nível nacional.

Em 2011, 20,6% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos viviam sós.

---

Os atores locais destacam o isolamento social e geográfico e a insuficiência de respostas sociais (principalmente ERPI e SAD) como principais problemas associados à população idosa.

---

## Migrantes



Desde 2014 que se tem registado um aumento progressivo do número de residentes no concelho com nacionalidade estrangeira. Em 2020, residiam em Vila Nova de Cerveira 461 pessoas estrangeiras, na sua maioria de nacionalidade brasileira, indiana e espanhola.

A população migrante é, juntamente com trabalhadores transfronteiriços, alvo de contratos de trabalho precários para suprir as necessidades de mão de obra no território.

---

Os atores locais identificam como principais problemas existentes ao nível da população migrante, a dificuldade de comunicação devido, alguns dos migrantes, não perceberem nem se expressarem bem na língua portuguesa, bem como a precariedade das condições de trabalho.

---

## Pessoas com Deficiência



No ano 2011, 16,9% da população apresentava pelo menos uma dificuldade. Entre as dificuldades referidas por maior número de pessoas destacam-se as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus), de visão e de memória ou concentração. O agravamento de situações de incapacidade e maior dependência aumenta com a idade, pelo que se 76,4% das pessoas que reportaram ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se reformada.

Não se encontram sediados no concelho equipamentos com respostas na área da deficiência. As pessoas com deficiência residentes em Vila Nova de Cerveira encontram-se integradas em equipamentos sediados em outros concelhos, nomeadamente em Viana do Castelo.

---

Os atores locais destacaram como principais necessidades existentes neste âmbito a insuficiência e inexistência de respostas dirigidas a pessoas com deficiência, nomeadamente respostas residenciais e de emergência; a necessidade de apoio aos cuidadores informais e a dificuldade de integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

---

No âmbito dos momentos de auscultação realizados com os parceiros do CLAS e com os atores sociais que intervêm no concelho de Vila Nova de Cerveira foi efetuado um exercício de priorização das necessidades e problemas identificados pelos mesmos. Através da análise da informação recolhida, de várias fontes, e da priorização realizada foi possível identificar quais as áreas de intervenção social prioritárias para o concelho de Vila Nova de Cerveira:

1

### Pessoas Idosas

**Isolamento social**, principalmente por falta de respostas locais, rede de transportes públicos insuficiente e fragilidade da rede de suporte familiar e social



2

### Habitação

**Dificuldade de acesso a habitação**, devido ao número insuficiente de habitações para arrendar ou adquirir, ao aumento do valor das rendas e pela dificuldade económica de algumas famílias em suportar o custo da renda



**Fracas condições de habitabilidade**, por degradação do parque habitacional e pela existência de habitações antigas e sem requalificação

**Necessidade de resposta habitacional para grupos populacionais específicos** (idosos, pessoas com doença / incapacidade física e/ou mental)

3

### Saúde

**Respostas insuficientes**, principalmente no âmbito da **saúde mental**, dado o aumento do número de pessoas com perturbações mentais e do comportamento, desencadeados por diversos fatores potenciadores



**Aumento do número de pessoas com consumos**, agravado por situações de vulnerabilidade social e económica de algumas famílias e pelo acesso fácil e banalização dos mesmos



**Dificuldade de acesso a cuidados de saúde**, nomeadamente por pessoas idosas, sem suporte familiar e social, devido à rede de transportes públicos ser insuficiente, com agravamento devido aos constrangimentos decorrentes da situação pandémica

4

### Outras áreas de desenvolvimento social

**Emprego, formação e qualificação profissional** - falta de adequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho local; existência de desemprego em grupos populacionais específicos



**Infância e juventude** - insuficiência de vagas nas respostas de Creche e CATL



**Criminalidade e segurança** - aumento de situações violência doméstica e de situações de negligência para com crianças e jovens

**Pessoas com deficiência** - insuficiência de respostas sociais, nomeadamente residenciais; dificuldade de integração no mercado de trabalho; inexistência de respostas habitacionais de emergência; falta de apoio especializado para cuidadores informais

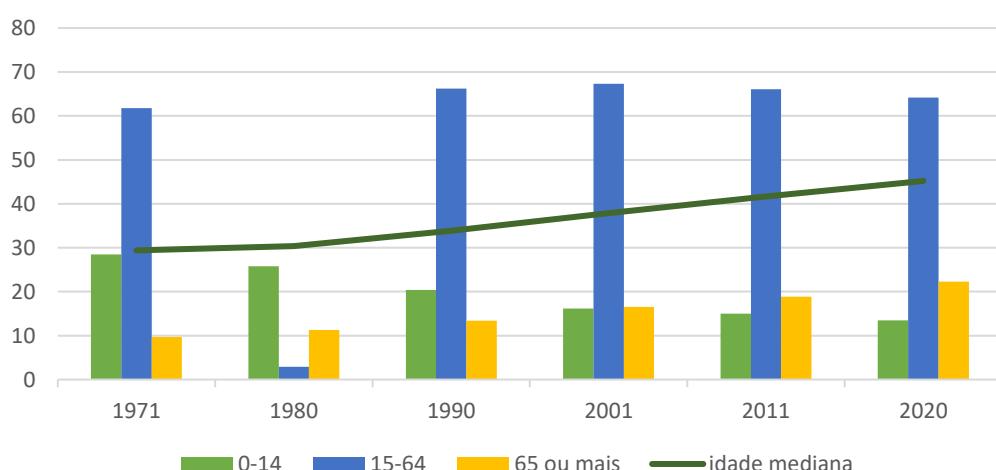
## O Contexto Nacional

No início do ano 2020, Portugal encontrava-se num período marcado por uma tendência de retoma e crescimento da economia, após um período de austeridade (com a intervenção do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia) que afetou o contexto económico e social do país. Em março de 2020, com o início da pandemia por Covid-19, começamos a ser assaltados por preocupações com as repercussões sociais e económicas que poderão surgir, as quais algumas delas se começam desde já a evidenciar. Assim, é importante ter em consideração as vulnerabilidades e constrangimentos, de diversa ordem, que persistem ao nível do desenvolvimento do país, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem:

### Evolução demográfica

A evolução da demografia nacional caracteriza-se pelo acentuado **envelhecimento** da população residente. Este é um cenário que se regista não apenas a nível nacional, como nos restantes países da União Europeia (27), tendo este fenómeno acentuado-se, quer pelo topo da pirâmide (com o aumento da esperança de vida à nascença, a qual em 2019 se situava nos 81,1 anos em Portugal), quer pela base (onde por cada 1000 residentes, nasceram em 2019, apenas 8,4 nados vivos).

**Gráfico 1** – Evolução da % de população residente em Portugal, por grandes grupos etários (1970-2019) e idade mediana da população



Fonte: PORDATA

O envelhecimento da população contribui, de forma determinante, para a evolução da estrutura do mercado de trabalho. Em 2020, 22,8% da população ativa tinha mais de 55 anos. A taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi, em 2020, de 88,8%, tendo-se registado um aumento de 6,37% em 10 anos. Assim, entre 2008 e 2019, verificou-se um aumento de 12,2% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.

O risco de pobreza na população idosa tem vindo a aumentar. Em 2019, 17,5% das pessoas com mais de 65 anos encontrava-se em risco, após receberem transferências sociais<sup>1</sup>. Estas transferências têm um impacto elevado na redução do risco de pobreza, visto que, para o mesmo ano e antes de receberem transferências sociais, o mesmo era de 88,3%.

Os desequilíbrios demográficos daqui decorrentes acarretam consequências diversas, que em contexto de crise económica e social se tornam particularmente sensíveis: o agravamento da relação entre a população em idade ativa e os dependentes; a crescente presença da 4<sup>a</sup> idade na sociedade portuguesa (mais de 5% da população portuguesa com idade superior a 80 anos, segundo os Censos 2011); a maior pressão sobre os sistemas de saúde e de proteção social ou a necessidade de novos ajustamentos entre a oferta e a procura de serviços de proximidade.

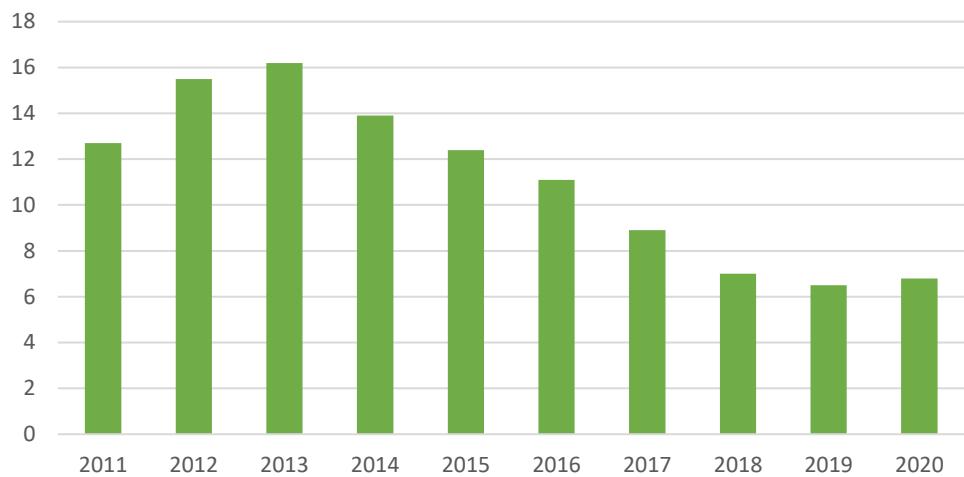
### **O desemprego e a exclusão social**

A evolução da taxa de desemprego em Portugal foi entre 2000 e 2013 crescente, tendo desde essa data vindo a diminuir. Em 2020 foi possível verificar-se uma ligeira subida, devido à crise pandémica, levando a crer que este será um setor que poderá num futuro a curto prazo, sofrer ainda impactos negativos fruto da crise decorrente da Covid-19.

---

<sup>1</sup> Correspondem às pensões provenientes de planos individuais, privados ou públicos (prestações de velhice e sobrevivência) e outras relativas a família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego e combate à exclusão social (INE)

**Gráfico 2 – Evolução da taxa de desemprego em Portugal, 2011 – 2020 (%)**



Fonte: PORDATA

O **desemprego de longa duração**<sup>2</sup>, afetando atualmente quase metade da população desempregada (43,2% em 2019) (taxa de desemprego de longa duração em 2020 foi de 2,7%) constitui um fator de preocupação acrescido, não só pelos custos sociais que acarreta, favorecendo o agravamento e perpetuação das situações de pobreza e exclusão social, mas também pela perda de capital humano com reflexos significativos no potencial de crescimento da economia.

No atual contexto da sociedade portuguesa, as implicações do desemprego prolongado sobre o rendimento disponível das famílias, a pobreza monetária e as desigualdades de rendimento decorrem, desde logo, da centralidade dos rendimentos provenientes do trabalho nos orçamentos familiares, bem como pelo fenómeno do sobre-endividamento das famílias, traduzindo-se num aumento das taxas de incumprimento nos créditos assumidos. Por outro lado, uma adequada inserção no mercado de trabalho constitui um fator muito relevante nos processos de socialização e, como tal, de integração social plena dos cidadãos em idade ativa, pelo que o desemprego, nomeadamente de longa duração, comporta riscos de desestruturação pessoal e social que estão para além das questões estritas do acesso ao rendimento.

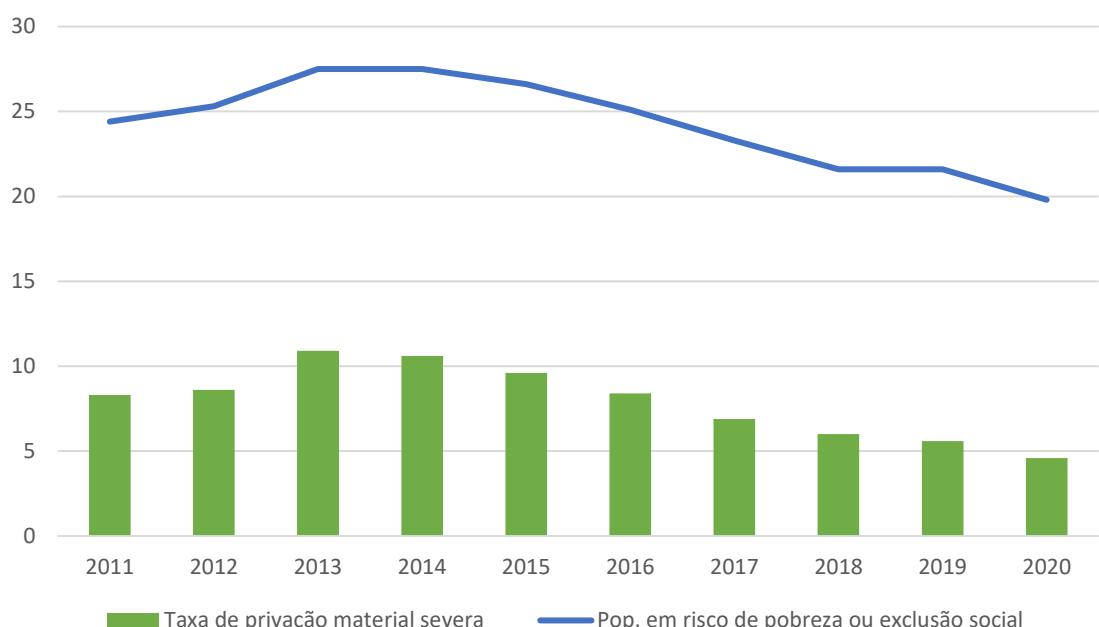
<sup>2</sup> Desempregados de longa duração' são pessoas que estão inscritas no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) há 12 meses ou mais – Dec-Lei nº72/2017

## Privação material severa e Risco de pobreza

A privação material severa<sup>3</sup> registou um decréscimo contínuo desde 2013, ano em que registou uma taxa de 10,9%. Ainda assim, em 2020, a taxa era ainda de 4,6%.

No que se refere à população em risco de pobreza ou exclusão social, as taxas são superiores, verificando-se também uma redução desde 2013-2014, anos em que se registou uma taxa de 27,5%, situando-se em 2020 em 19,8%.

**Gráfico 3** – Evolução da taxa de privação material severa em Portugal, e da população residente em risco de pobreza ou exclusão social 2011 – 2020 (%)



Fonte: PORDATA

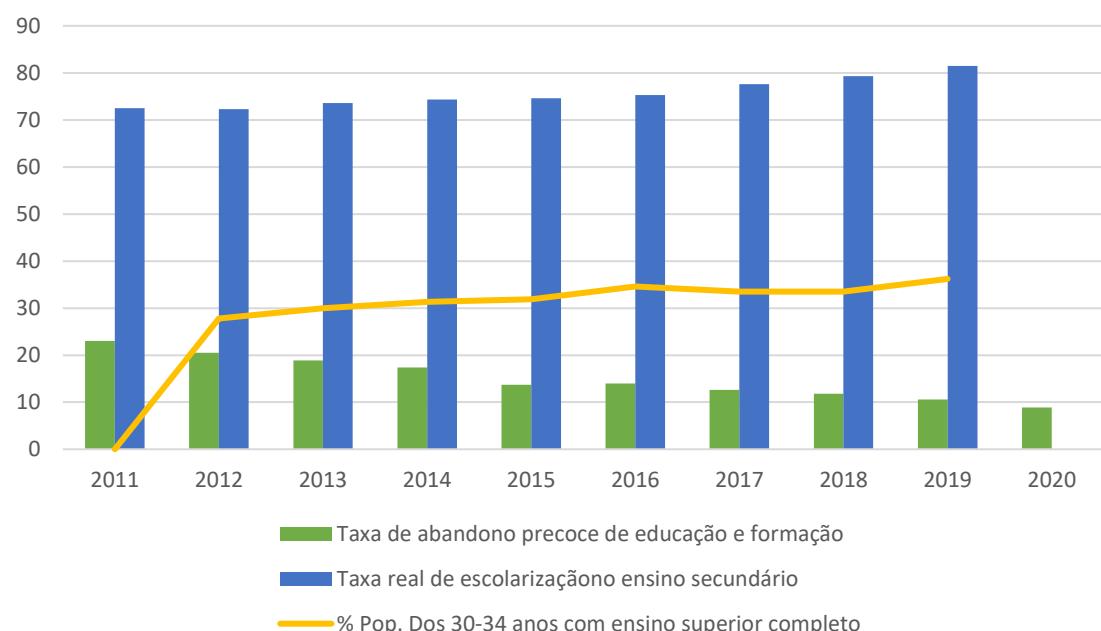
## Qualificações

<sup>3</sup> Condição do agregado doméstico privado no qual se verifica a carência forçada de pelo menos quatro dos seguintes nove itens, devido a dificuldades económicas: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter máquina de lavar roupa; g) capacidade para ter televisão a cores; h) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel; i) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto).

O nível médio de qualificações da população portuguesa é ainda baixo, quando comparado com os níveis médios da União Europeia, o que constitui um constrangimento fundamental ao desenvolvimento social, económico e territorial do país.

Apesar de se verificar uma diminuição da taxa de abandono precoce de educação e formação, desde 2016 e a taxa de escolarização no ensino secundário ser cada vez maior, a situação do país em termos de qualificações constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional, com repercussões negativas ao nível da produtividade e da competitividade da economia portuguesa. As baixas qualificações constituem também obstáculos ao desenvolvimento pessoal dos indivíduos, ao exercício de uma cidadania ativa e à sua empregabilidade.

**Gráfico 4 – Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação, da taxa real de escolarização no ensino secundário e da % de população entre os 30 e 34 anos de idade com ensino superior completo, entre 2011 e 2020 (%)**



Fonte: PORDATA

## Economia

O contexto socioeconómico atual é exigente e com elevado grau de incerteza quanto à resposta económica e retoma da normalidade social após a pandemia por Covid-19, pelo que importam realçar alguns aspetos como:

- A **taxa de crescimento real do PIB** teve entre 2012 e 2017 uma variação positiva (de -4,06 para 3,51) tendo depois desse ano voltando a ter quebras sucessivas, sendo a mais notória entre 2019 e 2020, fruto da crise pandémica (de 2,49 para -7,70);
- O **saldo da balança comercial** após vários anos positivo (entre 2012 e 2019), volta em 2020 a ter um diferencial negativo (-3.583,3 M €) evidenciando a dependência nacional nomeadamente de produtos e bens estrangeiros.

### **Tendências de Evolução Macroeconómicas**

Na medida em que o contexto poderá determinar, ou pelo menos influenciar, os níveis de sucesso e as expetativas relativamente às estratégias de intervenção futuras a serem definidas no âmbito da Rede Social, refira-se aqui também quais as tendências macroeconómicas que irão caracterizar o país nos próximos anos. Para tal, identificam-se as principais previsões de evolução demográfica (realizadas pelo INE em 2017, para o período 2015 a 2080) e as últimas previsões relativas à evolução da economia portuguesa.

#### **Demografia:**

- O processo de **envelhecimento** demográfico irá manter-se, e só tenderá a estabilizar daqui a aproximadamente 40 anos.
- Portugal **perderá população**, dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas, ficando, em 2031, abaixo do limiar de 10 milhões.
- O número de **jovens diminuirá** de 1,5 para 0,9 milhões. Resultando de uma diminuição do número de nascimentos, motivada pela redução de mulheres em idade fértil, como reflexo de baixos níveis de fecundidade.
- O número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões.
- A população **em idade ativa diminuirá** de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas.

- O **índice de sustentabilidade<sup>4</sup>** poderá diminuir de forma acentuada. Este índice passará de 315 para 137 pessoas em idade ativa, por cada 100 idosos, entre 2015 e 2080.

### **Economia:**

- A economia portuguesa, de acordo com o Banco de Portugal, após ter um PIB de -7,6 em 2020, fruto da pandemia por Covid-19, deverá iniciar a sua retoma já em 2021 com um PIB previsto de 3,9% e subindo para 5,2% em 2022. Ao nível da área Euro, o PIB situou-se em -6,9% em 2020 sendo previsto o seu crescimento para 4% em 2021 e 4,1 em 2022.
- Em 2020 a economia portuguesa retraiu-se ao nível do consumo privado, o qual foi de -5,9%, estando previsto um crescimento para 2% em 2021 e 4,8% em 2022. Esta evolução nacional acompanha as projeções para a área euro.
- O crescimento do emprego verificado nos últimos anos, sofreu em 2020 um retrocesso, verificando-se, segundo o Banco de Portugal, uma taxa de desemprego de 6,8% em 2020, a qual tenderá a aumentar em 2021 para valores de 8,6%.

---

<sup>4</sup> **Índice de Sustentabilidade:** quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos

## 6. RETRATO MUNICIPAL

A partir dos dados do INE, nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’, onde se apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Vila Nova de Cerveira e a partir de outros dados estatísticos fornecidos pelo CLAS, pareceu-nos importante apresentar o que designámos como “Retrato Municipal” pela leitura rápida que fornece.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, a dezembro de 2020 e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais. Este retrato municipal poderá ser consultado no site do INE, sendo que anualmente são realizadas atualizações aos dados que constam no mesmo, permitindo, desta forma avaliar a evolução dos vários indicadores ao longo do tempo.

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste retrato.

# CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA – SÍNTSE

(INE, 2020)

108,5 Km<sup>2</sup>



82,1 hab/ Km<sup>2</sup>

8.930 HABITANTES

VARIAÇÃO -3,5

(ENTRE 2011 – 2021)



4.312



4.618

VARIAÇÃO DE -2,4

(ENTRE 2011 – 2021)

VARIAÇÃO DE -4,5

(ENTRE 2011 – 2021)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS



TAXA BRUTA DE NATALIDADE

6,3 %

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE

14,3 %

POPULAÇÃO COM IDADE  $\geq$  10 ANOS ANALFABETA (2011)

6,04 %





FAMÍLIAS  
MONOPARENTAIS  
(2011)

10%



FAMÍLIAS  
NUMEROSAS  
(5 OU + PESSOAS)  
(2011)

8,1%

ÍNDICE DE  
DEPENDÊNCIA  
DE JOVENS

17,8%

ÍNDICE DE  
DEPENDÊNCIA  
DE IDOSOS

36,4%

ÍNDICE DE  
ENVELHECIMENTO

207,4%



TAXA DE ATIVIDADE  
(2011)

44,83%

TAXA DE DESEMPREGO  
(2011)

9,74%

240 DESEMPREGADOS INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO (IEFP, JUN 2021)

MUNICÍPIO DA REGIÃO DO ALTO  
MINHO COM MENOR N.º DE  
EDIFÍCIOS FAMILIARES (2020)



96,7% DE EDIFÍCIOS EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS  
56,53% ALOJAMENTOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL  
9,07% DE ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS  
(2011)



3,13€/M<sup>2</sup> VALOR MÉDIO DE RENDA  
DE NOVOS CONTRATOS DE  
ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS  
FAMILIARES (2020)

60 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL  
MUNICIPAL (JUNHO, 2021)

2,9 MÉDICOS / 1000 HABITANTES (2020)

0,3 FARMÁCIAS / 1000 HABITANTES (2020)



1 UCC

1 UCSP

1 USAG

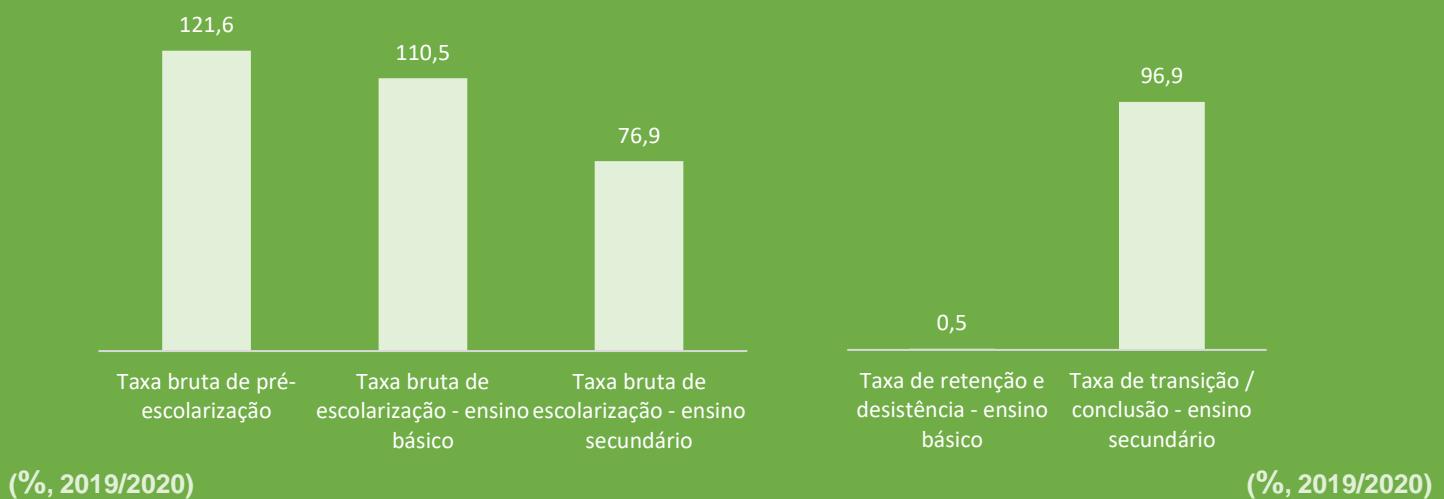
8.799 UTENTES INSCRITOS NAS UNIDADES DE CUIDADOS DE SAÚDE (JUNHO, 2021)

83,1% DOS UTENTES TÊM MÉDICO DE FAMÍLIA (JUNHO, 2021)



**31% PENSIONISTAS (INVALIDEZ, VELHICE E SOBREVIVÊNCIA) (DEZ 2019)**

**0,9% BENEFICIÁRIOS DE RSI, NA POPULAÇÃO RESIDENTE (2020)**



**79 PROCESSOS  
(VOLUME PROCESSUAL,  
CPCJ, 2020)**



**49% EXPOSIÇÃO A COMPORTAMENTOS QUE  
COMPROMETEM O BEM-ESTAR DA CRIANÇA/JOVEM  
(NOMEADAMENTE A SITUAÇÕES DE VIOLENCIA DOMÉSTICA)**

**41,2% NEGLIGÊNCIA**



**30,6 %  
TAXA DE CRIMINALIDADE  
(2020)**



**461 ESTRANGEIROS COM TÍTULO  
DE RESIDÊNCIA (2020)**

**SALDO MIGRATÓRIO 61 (2020)**



**16,9% DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM  
PELO MENOS UMA INCAPACIDADE (2011)**

## 7. O CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA: CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

Este capítulo pretende caracterizar o concelho de Vila Nova de Cerveira no que consideramos serem as principais dimensões de análise ao nível da intervenção, nomeadamente nas seguintes áreas: demografia, atividades económicas e emprego, habitação, saúde, segurança e criminalidade, ação social e educação, mas também ao nível de grupos de população considerados de maior vulnerabilidade, como as crianças e jovens, as pessoas idosas, migrantes e minorias e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

### 7.1. Áreas de Intervenção Social

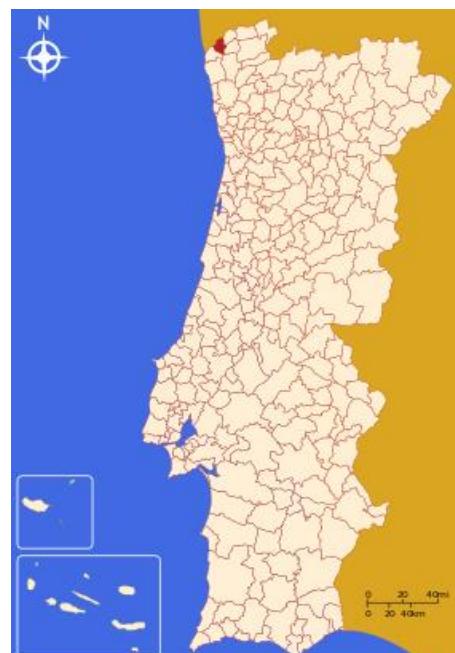
#### 7.1.1. Análise Demográfica

O território de Vila Nova de Cerveira localiza-se na Região Norte (NUTS II) e na Sub-Região do Alto Minho (NUTS III). O concelho apresenta uma área total de 108,5km<sup>2</sup>, sendo o município com a menor área da Região do Alto Minho.

**Figura 1 – NUTS III**



**Figura 2 – Concelho de Vila Nova de Cerveira**



Após a reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro), o concelho encontra-se subdividido em 11 Freguesias e Uniões de Freguesias: Cornes, Covas, Gondarém, Loivo, Mentrestito, Sapardos, Sopo, União de Freguesias de Campos e Vila Meã, União de Freguesias de Candemil e Gondar, União de Freguesias de Reboreda e Nogueira e União de Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe.

**Figura 3** – Freguesias do concelho de Vila Nova de Cerveira, após a reorganização administrativa de 2013



O concelho é limitado a nordeste pelo concelho de Valença, a leste pelo concelho de Paredes de Coura, a sueste pelo concelho de Ponte de Lima, a sudoeste pelo concelho de Caminha e a noroeste com o rio Minho e com Galiza (concelhos do Rosal e Tomiño).

No ano de 2020, estima-se que o número médio de habitantes por Km<sup>2</sup>, no concelho de Vila Nova de Cerveira tenha sido 82,1 hab/Km<sup>2</sup>, sendo o 6º município com maior densidade populacional da Região do Alto Minho.

**Tabela 1** – Densidade populacional por território, nos anos de 2001, 2011 e 2020 e sua variação

Território	Densidade populacional (N.º de habitantes por Km <sup>2</sup> )			Variação (%)	
	2001	2011	2020	2001 - 2011	2011 – 2020
Portugal	112,5	114,5	111,7	1,8	-2,4
Região Norte	173,2	173,4	167,8	0,1	-3,2
Região do Alto Minho	112,7	110,3	103,5	-2,1	-6,2
Arcos de Valdevez	55,2	51,0	46,6	-7,6	-8,6
Caminha	124,1	122,2	116,0	-1,5	-5,1
Melgaço	41,9	38,6	33,8	-7,9	-12,4
Monção	94,3	91,0	84,2	-3,5	-7,5
Paredes de Coura	69,1	66,5	61,5	-3,8	-7,5
Ponte da Barca	70,6	66,2	61,2	-6,2	-7,6
Ponte de Lima	138,1	135,9	128,6	-1,6	-5,4
Valença	120,9	120,4	113,0	-0,4	-6,1
Viana do Castelo	278,2	278,0	264,0	-0,1	-5,0
Vila Nova de Cerveira	81,8	85,4	82,1	4,4	-3,9

Fonte: PORDATA

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da densidade populacional a nível nacional. Na Região Norte também se verificou um aumento da mesma, embora muito menos expressivo (0,1%). No município de Vila Nova de Cerveira, contrariamente aos restantes municípios da Região do Alto Minho, verificou-se uma variação positiva (4,4%), nesse mesmo período. No entanto, entre 2011 e 2020 registou-se uma variação negativa da densidade populacional a nível nacional e em todos os municípios da Região do Alto Minho. O município de Vila Nova de Cerveira foi o que registou uma menor variação negativa de todos os concelhos da Região (-3,9%).

Entre os anos 2011 e 2021 registou-se uma diminuição da população residente a nível nacional, na Região Norte e em todos os municípios da Região do Alto Minho.

Vila Nova de Cerveira foi o segundo concelho da Região do Alto Minho que registou menor variação da população residente entre 2011 e 2021.

**Tabela 2** – População residente (estimativas a 31 de dezembro), por território, nos anos de 2001, 2011 e 2021 e sua variação (N.º e %)

Território	2001	2011	2021	Variação 2011 – 2021 (%)
Portugal	10.356.117	10562178	10.347.892	-2,0
Região Norte	3.687.293	3689682	3.588.701	-2,7
Região do Alto Minho	250.275	244836	231.488	-5,5
Arcos de Valdevez	24.761	22847	20.729	-9,3
Caminha	17.069	16684	15.828	-5,1
Melgaço	9.996	9123	7.776	-14,8
Monção	19.956	19230	17.829	-7,3
Paredes de Coura	9.571	9198	8.636	-6,1
Ponte da Barca	12.909	12061	11.058	-8,3
Ponte de Lima	44.343	43498	41.204	-5,3
Valença	14.187	14127	13.634	-3,5
Viana do Castelo	88.631	88725	85.864	-3,2
Vila Nova de Cerveira	8.852	9253	8.930	-3,5

Fonte: INE

De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2021, estima-se que residam no concelho de Vila Nova de Cerveira 8.930 habitantes, 51,7% dos quais mulheres (4.618) e 48,3% homens (4.312).

Entre os anos 2011 e 2021 registou-se uma maior variação percentual negativa na população feminina (menos 4,5 mulheres em cada 100), comparativamente com a população masculina (menos 2,4 homens em cada 100).

**Tabela 3** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o género, nos anos de 2001, 2011 e 2021 (N.º)

Território	2001		2011		2021		Variação 2011-2021 (%)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Vila Nova de Cerveira	4.188	4.664	4.419	4.834	4.312	4.618	-2,4	-4,5

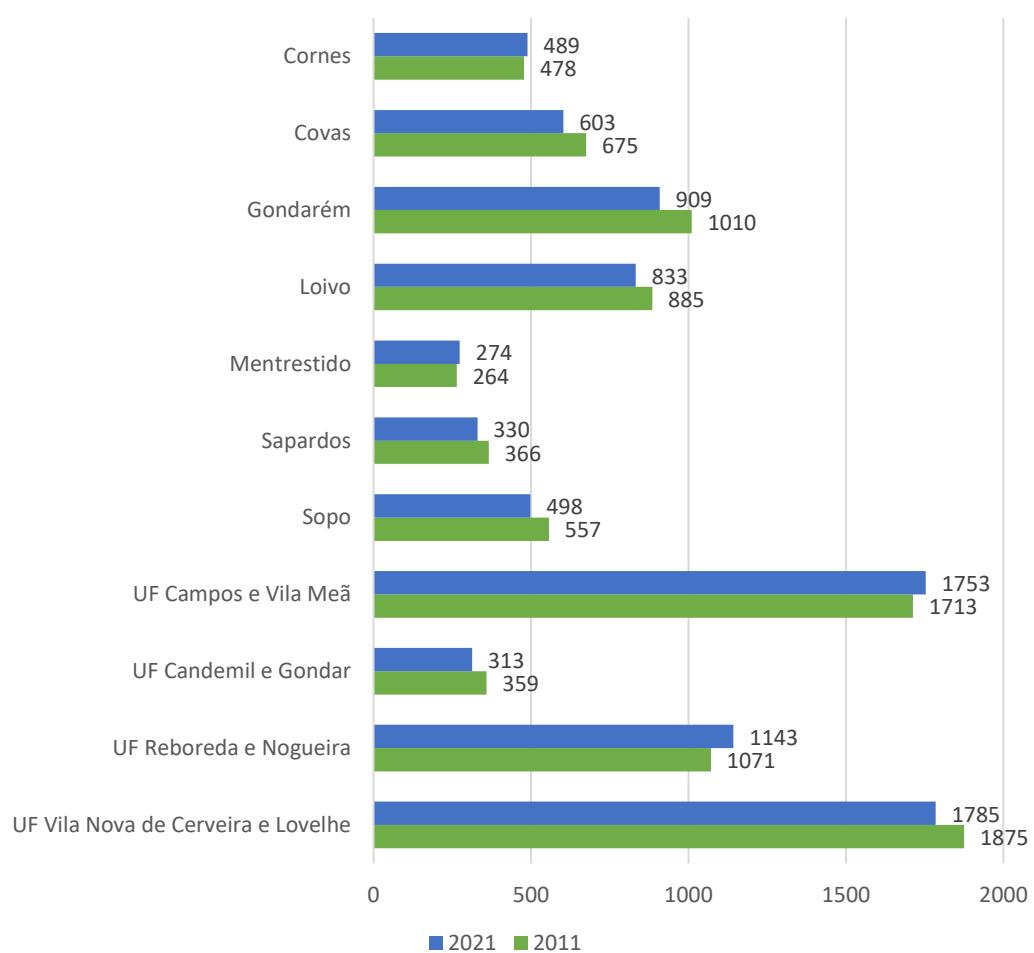
Fonte: INE

De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2021, a freguesia com maior número de residentes do concelho é a União das Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, com 1.785 residentes e a União das freguesias de Campos e Vila Meã, com

1.753 residentes. Mentrestido continua a ser a freguesia com menor número de residentes do concelho (274 habitantes).

Entre 2011 e 2021 verificou-se o decréscimo da população residentes em 5 freguesias e 2 Uniões de freguesias do concelho. As freguesias de Cornes e Mentrestido e as Uniões das freguesias de Campos e Vila Meã e Reboreda e Nogueira aumentaram a sua população residente na última década.

**Gráfico 5 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo a freguesia, no anos de 2011 e 2021 (N.º)

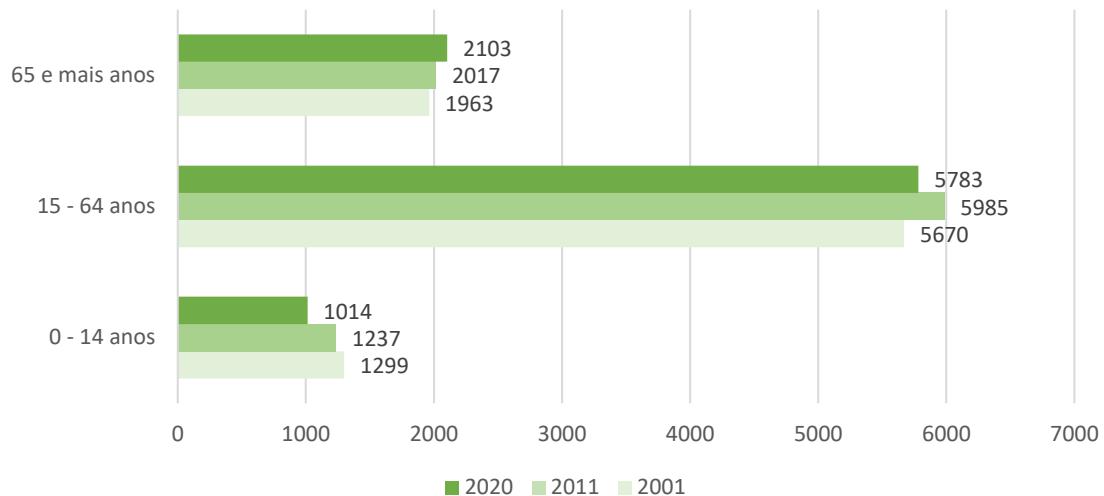


Fonte: INE, Censos 2011

Em junho de 2021, a União das Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, representa 21% da população residente no concelho, seguindo-se a União das Freguesias de Campos e Vila Meã (19,6%), a União das Freguesias de Reboreda e

Nogueira (12,8%) e a Freguesia de Gondarém (10,2%). No pólo oposto, a freguesia de Mentrestido representa 3,1% da população do concelho.

**Gráfico 6** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo grupos etários, nos anos de 2001, 2011 e 2020 (N.º)



Fonte: PORDATA

Relativamente à distribuição etária dos residentes do concelho, é no grupo entre os 15 e os 64 anos que se encontra a maior parte da população (5.783, 65%, em 2020), seguido do grupo dos 65 e mais anos (2.103, 23,6%, em 2020) e por último, do grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (1.014, 11,4%, em 2020).

**Tabela 4** – Variação percentual dos grupos etários 2001-2011 e 2011-2020 (%)

Grupos etários	Variação percentual do número de residentes	
	2001 - 2011	2011 - 2020
0 – 14 anos	-4,8	-18,0
15 – 64 anos	5,6	-3,4
65 e mais anos	2,8	4,3

Fonte: PORDATA

Relativamente à variação do número de residentes por grupo etário, é possível observar que desde o ano 2001, se tem vindo a verificar uma diminuição significativa do número de residentes com idades compreendidas entre os 0-14 anos (aproximadamente, menos

18 crianças e jovens em cada 100, entre 2011 e 2020) e um aumento do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos (mais significativa entre 2011 e 2020, com o aumento de, aproximadamente, 4 residentes em cada 100).

O grupo etário entre os 15 e os 64 anos sofreu uma variação percentual negativa entre 2011 e 2020, com uma diminuição de cerca de 3 pessoas em cada 100.

**Tabela 5 – Indicadores de população (2020)**

Território	Taxa de crescimento efetivo <sup>5</sup> %	Taxa bruta de natalidade <sup>6</sup> ‰	Taxa bruta de mortalidade <sup>7</sup>
Portugal	0,02	8,2	12,0
Região Norte	-0,25	7,5	11,2
Região do Alto Minho	-0,59	6,5	14,6
Arcos de Valdevez	-0,68	5,2	18,0
Caminha	-0,57	6,4	16,4
Melgaço	-1,27	3,7	24,6
Monção	-0,80	5,0	19,2
Paredes de Coura	-0,74	6,7	16,9
Ponte da Barca	-0,74	6,0	17,0
Ponte de Lima	-0,62	7,1	12,3
Valença	-0,73	5,4	17,2
Viana do Castelo	-0,43	7,3	11,7
Vila Nova de Cerveira	-0,11	6,3	14,3

Fonte: INE

O concelho apresenta uma taxa de crescimento efetivo negativa (-0,11). No entanto, comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, foi o que registou maior taxa de crescimento. No mesmo ano, registaram-se aproximadamente seis nascimentos por cada mil habitantes (6,3‰), sendo Vila Nova de Cerveira o sexto concelho da Região que apresenta uma taxa bruta de natalidade mais alta. A taxa de mortalidade é superior à registada a nível nacional e na Região Norte, sendo ainda assim a terceira mais baixa da Região do Alto Minho, com cerca de 14 óbitos em cada mil habitantes (14,3‰), no ano de 2020.

<sup>5</sup> **Taxa de crescimento efetivo:** Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

<sup>6</sup> **Taxa bruta de natalidade:** Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

<sup>7</sup> **Taxa bruta de mortalidade:** Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (INE)

## Em Síntese:

- ▶ Dos 10 municípios da Região do Alto Minho, Vila Nova de Cerveira é o que apresenta a menor área territorial (108,5 Km<sup>2</sup>);
- ▶ O concelho é composto por 11 Freguesias, após a reorganização administrativa de 2013;
- ▶ Vila Nova de Cerveira registou um decréscimo populacional entre 2011 e 2021 (variação negativa de 3,5%), o qual foi o segundo menos acentuado entre os concelhos da Região do Alto Minho;
- ▶ Em 2020, o município de Vila Nova de Cerveira era o 6º concelho da Região do Alto Minho com maior densidade populacional (82,1 hab./ Km<sup>2</sup>);
- ▶ Dados preliminares dos Censos 2021 estimam que residam no concelho de Vila Nova de Cerveira foi de 8.930 pessoas (4.618 mulheres e 4.312 homens);
- ▶ A União das Freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe é onde se concentra um maior número de residentes (1.785);
- ▶ No final de 2020, 65% da população residente no concelho tinha entre 15 e 64 anos, 23,6% tinha 65 e mais anos e 11,4% tinha entre 0 e 14 anos;
- ▶ Desde 2001, o número de residentes com idade inferior a 15 anos tem vindo a diminuir de forma significativa, o número de residentes entre os 15 e os 64 anos de idade também tem vindo a diminuir (mas apenas desde 2011) e o número de residentes com 65 e mais anos tem vindo a aumentar;
- ▶ Em 2020, a taxa de crescimento efetivo foi negativa (-0,11%), apresentando um decréscimo populacional inferior ao verificado em todos os concelhos da Região do Alto Minho e na Região Norte, mas superior ao registado a nível nacional (0,02%);
- ▶ Nesse mesmo ano, a taxa bruta de natalidade foi de 6,3‰ e a taxa bruta de mortalidade foi de 14,3‰.

### 7.1.2. Atividades Económicas e Emprego

Apesar de ter um cariz predominantemente rural, Vila Nova de Cerveira apresenta no território um conjunto significativo de indústrias e empresas sediadas no seu parque empresarial e que, nos últimos anos, tem promovido a atividade económica concelhia e a criação de emprego no território.

No passado, Vila Nova de Cerveira tinha uma base económica fundada na agricultura, dominada pela policultura e acompanhada da criação de gado, que suportava algumas indústrias de laticínios. O município está agora numa alteração de paradigma a nível económico, com a indústria a converter-se na sua base económica, quer devido à melhoria dos acessos e infraestruturas, quer devido a programas e incentivos fiscais que dinamizaram os polos industriais existentes. São as empresas de construção de componentes automóveis, indústria naval, de construção de produtos metálicos, de madeira, de produtos abrasivos, de transformação de rochas ornamentais, comercialização de flores e plantas e transformação de produtos alimentares ultracongelados as que mais se evidenciam em número na região, contribuindo também para a economia as áreas ligadas às artes, cultura e turismo - áreas de investimento nos últimos anos e para as quais o projeto Eurocidade Cerveira – Tomiño também contribuiu.

Os dois Polos Industriais (I e II) e o Parque Empresarial (Zona Industrial do Fulão) encontram-se localizados na União de freguesias e Campos e Vila Meã e na freguesia de Cornes, e concentram mais de 40 empresas distribuídas por 127 lotes.

No Polo Industrial II encontra-se sediado o Centro de Apoio às Empresas (CAE), dinamizado pelo município, que pretende apoiar, informar, acompanhar e promover o tecido empresarial do concelho. O CAE tem como principais objetivos:

- Captar novos investimentos para o concelho;
- Agilizar procedimentos internos;
- Encaminhar informações úteis de caráter local, regional, nacional, transfronteiriço e internacional de apoio ao tecido empresarial e associativo;
- Desenvolver parcerias que potenciem a atividade económica;
- Apoiar o empreendedorismo, incentivando a criação de empresas e o desenvolvimento sustentado das existentes na área do município.

Para tal, o CAE gera um conjunto de espaços físicos e equipamentos destinados prioritariamente ao desenvolvimento de atividades de apoio às empresas, nomeadamente de carácter formativo e de reforço da dinâmica empresarial.

Ainda no âmbito do apoio ao tecido empresarial e aos trabalhadores do concelho, destaca-se a intervenção da Associação de Desenvolvimento Social e Local de Vila Nova de Cerveira, da Creche do Centro de Apoio Social às Empresas (com horário alargado), do pavilhão multiusos (vacionado para eventos empresariais, culturais e desportivos), do posto de correios e da própria loja do Cidadão. Estas infraestruturas e serviços facilitam e apoiam empresas e trabalhadores, promovendo uma melhor qualidade de vida, a conciliação da vida familiar e laboral, bem como o acesso a informação e apoio específico em determinadas áreas.

### **Dinâmica empresarial do concelho de Vila Nova de Cerveira**

As empresas existentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, representam 10,2% do volume de negócios da região do Alto Minho e os estabelecimentos sediados no concelho 10%. Ao nível da balança comercial, o município tem um maior peso ao nível das exportações (37,2% do volume da Região do Alto Minho) comparativamente com as importações (25% das efetuadas na Região).

O Alto Minho é uma região reconhecida pelos setores ligados à produção de bens e onde se concentram as indústrias extractivas, têxtil, vestuário, calçado, metálicas, material de transporte e construção, as quais representam 5,3% do emprego gerado na região (Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”).

Em 2019, Vila Nova de Cerveira era o sexto concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de empresas e estabelecimentos por Km<sup>2</sup> (9,4 empresas/Km<sup>2</sup> e estabelecimentos/Km<sup>2</sup>). A maioria das empresas e dos estabelecimentos sediados no concelho tem menos de 10 trabalhadores (95,9%) e 66,33% das empresas são individuais, o que evidencia um grande dinamismo e empreendedorismo por parte da população.

**Tabela 6 –** Indicadores de empresas nos municípios da Região do Alto Minho (2018 e 2019)

Território	Densidade de empresas (2019)	Densidade de estabelecimentos (2018)	Proporção de empresas com menos de 10 trabalhadores (2019)	Proporção de estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores (2018)
Portugal	14,3	14,1	96,2	96,0
Região Norte	21,0	20,4	95,6	95,5
Região do Alto Minho	13,7	13,6	96,8	96,8
Vila Nova de Cerveira	9,4	9,4	95,8	95,9

Fonte: PORDATA e Anuário Estatístico da Região Norte 2018

De acordo com a informação que consta no Diretório de Empresas EINFORMA, encontram-se registadas 1.836 empresas no concelho, enquadrando-se a maioria no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (25,4%), seguidas empresas que se dedicam à construção (16,1%) e em terceiro lugar, surgem as empresas relacionadas com as atividades de transportes e armazenagem (10,8%).

**Tabela 7 –** Empresas, por atividade económica, em Vila Nova de Cerveira (N.º)

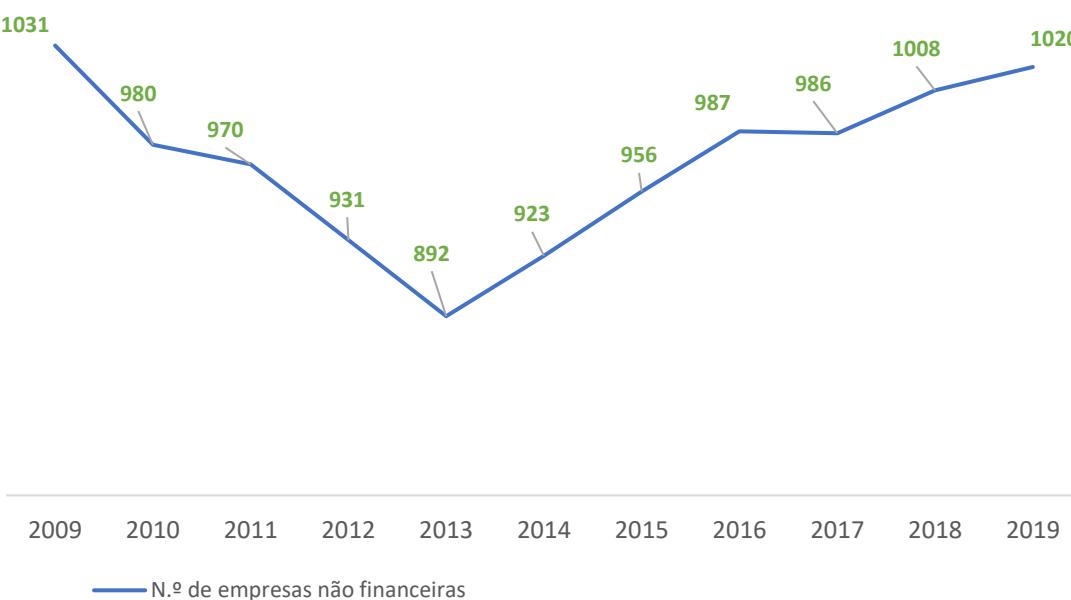
Atividades	Número de empresas
Comércio por grosso e a retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	466
Construção	295
Transportes e Armazenagem	199
Indústrias Transformadoras	183
Alojamento, Restauração e Similares	164
Outras Atividades de Serviços	107
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	98
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	55
Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	53
Atividades Imobiliárias	47
Atividades Artísticas, de Espetáculos, desportivas e Recreativas	46
Atividades Financeiras e de Seguros	37
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	23
Atividades de Saúde Humana E Apoio Social	21
Atividades de Informação e de Comunicação	15
Educação	14
Indústrias Extrativas	9
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	3
Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	1

Fonte: Site infoempresas.jn.pt

Analizando os dados existentes referentes à sua distribuição geográfica no concelho, é possível verificar que a maioria se encontra na União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe (33,6%) seguida da União de freguesias de Campos e Vila Meã (27%).

Segundo dados mais recentes divulgados pelo PORDATA, o número de empresas não financeiras no concelho sofreu um decréscimo entre 2009 e 2013 e, desde esse ano, tem vindo a aumentar, totalizando no ano 2019 cerca de 1.020 empresas.

**Gráfico 7 –** Evolução do n.º de empresas não financeiras no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre 2009 e 2019 (N.º)



Fonte: PORDATA

No que respeita à dimensão, encontram-se sediadas no concelho 3 grandes empresas<sup>8</sup>, que empregam 250 ou mais trabalhadores.

No ano 2019, as quatro maiores empresas de Vila Nova de Cerveira concentravam 39,9% do pessoal ao serviço das empresas não financeiras (mais 0,6 pontos percentuais do que em 2018)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> **Grande Empresa:** Empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço e/ou empresas com volume de negócios superior a 50 milhões de euros e ativo líquido superior a 43 milhões de euros.

<sup>9</sup> PORDATA (<https://www.pordata.pt/Municípios>)

Relativamente ao **mercado de trabalho** no concelho de Vila Nova de Cerveira, verificava-se que a taxa de desemprego, em 2011, era de 9,74%, sendo inferior à registada a nível nacional (13,18%) e na Região Norte (14,47%). Não existindo informação disponível atualizada sobre a taxa de desemprego ao nível do município, estima-se que, atualmente, o seu valor seja consideravelmente menor ao registado no ano 2011 e 2013, altura em que o número de pessoas em situação de desemprego, inscritas no Centro de Emprego, começou a diminuir. De acordo com os relatórios estatísticos do IEFP, em junho de 2021, estavam inscritas no Centro de emprego 240 pessoas, cerca de 4% da população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, residente no concelho (valores estimados a 2020).

No ano 2011, a taxa de atividade registada no concelho e na grande maioria das freguesias foi inferior a 50%, ou seja, em cada 100 pessoas residentes no concelho, menos de 50 encontravam-se em idade ativa e a trabalhar. Nesse mesmo ano, em cada 100 pessoas em idade ativa, quase 10 encontravam-se em situação de desemprego, registando o município a taxa de desemprego mais baixa da região nesse ano.

**Tabela 8** – Taxa de atividade e desemprego da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (%)

Território	Taxa de Atividade <sup>10</sup>	Taxa de desemprego <sup>11</sup>
Portugal	47,56%	13,18%
Região Norte	47,59%	14,47%
Região do Alto Minho	42,53%	11,84%
Vila Nova de Cerveira	44,83%	9,74%

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, a população empregada, residente no concelho, estava distribuída sobretudo pelo sector terciário (2.184 pessoas empregadas), quer relacionado com a atividade económica, quer de natureza social. A diferença entre o número de empregados por sexo é de mais 172 homens empregados, em comparação com as mulheres.

<sup>10</sup> **Taxa de atividade:** Taxa que permite definir o peso da população ativa (população com 15 e mais anos de idade) sobre o total da população (INE).

<sup>11</sup> **Taxa de desemprego:** Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa (INE).

**Tabela 9** – População empregada, residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o sexo e o ramo de atividade (2011) (N.º)

Território	População empregada			Ramo de atividade				
	Total	H	M	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Vila Nova de Cerveira	3 744	1 958	1 786	105	1 455	2 184	903	1 281

Fonte: INE, Censos 2011

Da população empregada, destaca-se o facto de que a grande maioria se encontra a trabalhar por conta de outrem (2.960 pessoas).

**Tabela 10** – População empregada, residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, por situação na profissão (2011) (N.º)

Território	Empregador	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro de uma cooperativa de produção	Outra situação
Vila Nova de Cerveira	394	335	29	2960	7	19

Fonte: INE, Censos 2011

É de salientar que, no ano 2011, 2.721 residentes no concelho trabalhavam no município e 847 tinham de se deslocar para outros municípios para desempenhar a sua atividade laboral.

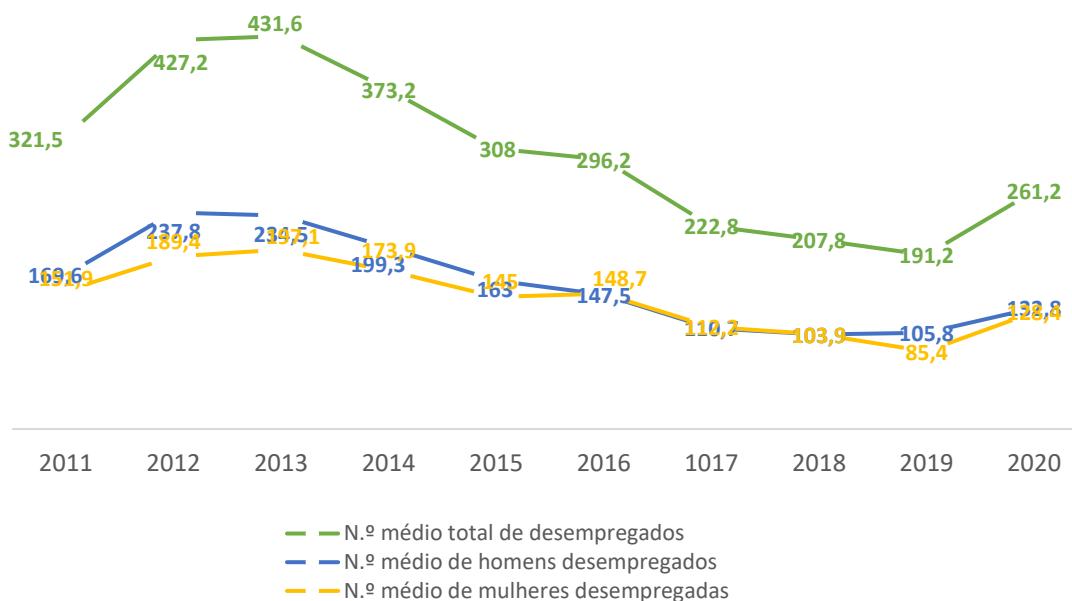
**Tabela 11** – População empregada por conta de outrem nos estabelecimentos de Vila Nova de Cerveira, por nível de habilitações (2018) (N.º)

Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Doutoramento
3321	198	455	1150	1083	58	332	4

Fonte: INE

No ano 2018, eram 3321 as pessoas que se encontravam a trabalhar por conta de outrem, nos estabelecimentos no concelho de Vila Nova de Cerveira. Ao nível das habilitações escolares, a maioria tinha o 3º Ciclo do Ensino Básico e o ensino secundário.

**Gráfico 8 –** Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Vila Nova de Cerveira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo (N.º)

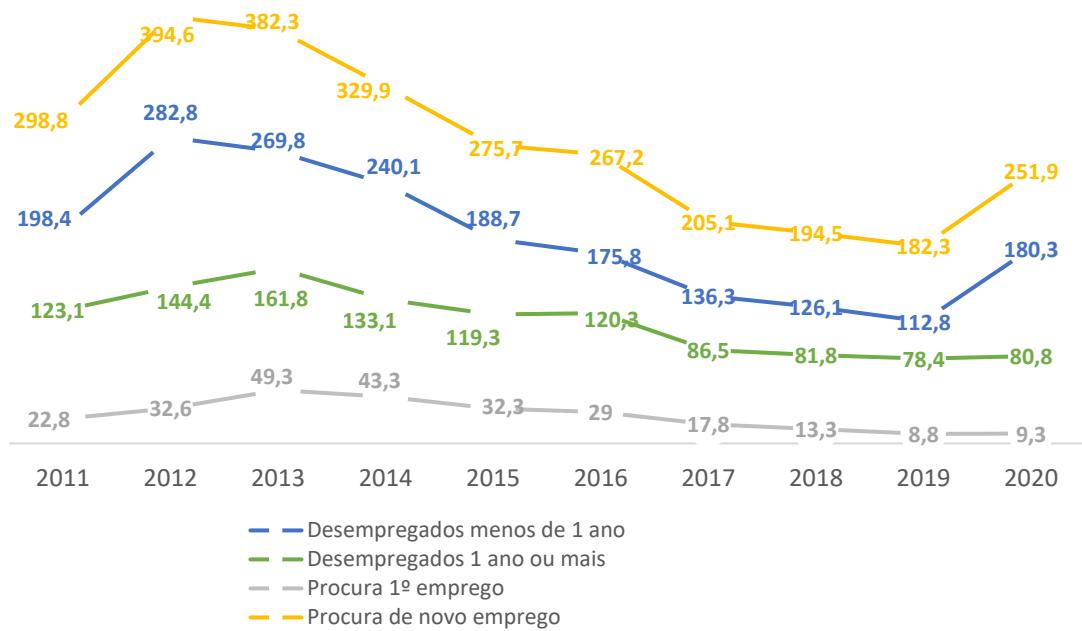


Fonte: PORDATA

Em média, o número de pessoas em situação de desemprego no concelho de Vila Nova de Cerveira, e que se encontram inscritas no Centro de Emprego, aumentou de forma significativa entre o ano de 2011 e 2013, ano este em que se começa a assistir a um decréscimo do seu número até 2019. Entre 2019 e 2020 verificou-se um aumento médio do número de inscritos no Centro de Emprego, decorrente, possivelmente dos constrangimentos provocados pela pandemia.

No que respeita ao sexo, são os homens que, em média, se encontram em maior número, no período entre 2011 e 2019, com exceção dos anos 2016 e 2017 em que o número médio de mulheres em situação de desemprego foi ligeiramente superior.

**Gráfico 9 – Evolução do n.º médio anual de pessoas em situação de desemprego no concelho de Vila Nova de Cerveira, inscritas no Centro de Emprego, segundo o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (N.º)**



Fonte: PORDATA

Analisando os dados desde 2011 até 2020, constata-se que a maioria das pessoas em situação de desemprego se encontrava inscrita há menos de um ano no Centro de Emprego e estavam a procurar um novo emprego.

Relativamente ao tipo de desemprego, salienta-se que o número médio de pessoas em situação de desemprego, que procura um novo emprego tem sido superior, desde 2011, face ao número de pessoas que se encontra à procura de um primeiro emprego.

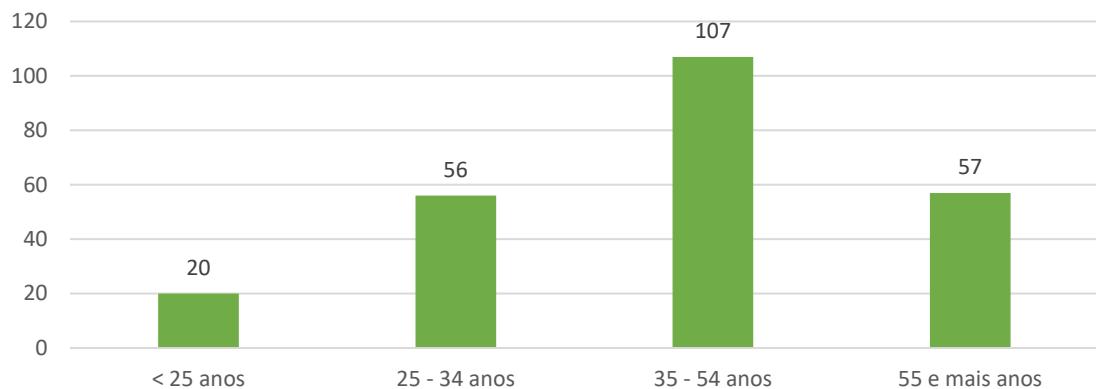
**Tabela 12 – Desemprego registado no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o sexo, o tempo de inscrição e a situação face à procura de emprego (situação no fim do mês de junho de 2021) (N.º)**

Território	Homens	Mulheres	Tempo de inscrição		Situação face à procura		Total
			< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Vila Nova de Cerveira	131	109	147	93	10	230	240

Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Dos desempregados residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, inscritos no Centro de Emprego em junho de 2021, verifica-se que são em maior número os indivíduos que procuram um novo emprego e que se encontram inscritos há menos de um ano. Ao nível da faixa etária a maioria tem entre 35 e 54 anos de idade.

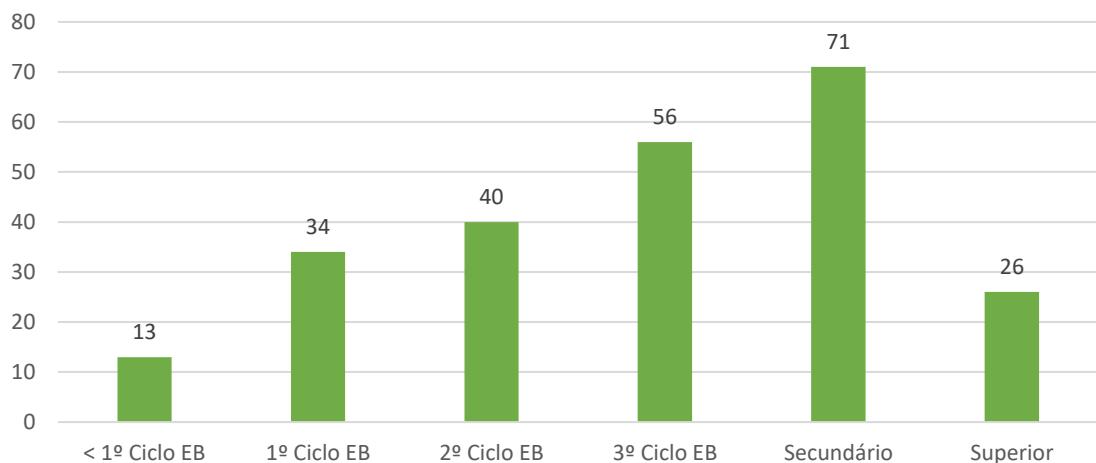
**Gráfico 10 – Desemprego registado no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o grupo etário (situação no fim do mês de junho de 2021) (N.º)**



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

Quanto à qualificação das pessoas em situação de desemprego, a maioria possui o ensino secundário e o 3º ciclo do ensino básico, sendo a população com menos qualificações (inferior ao 1º CEB) a que se encontra em menor número, à data de junho de 2021.

**Gráfico 11 – Desemprego registado no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo os níveis de escolaridade (situação no fim do mês de junho de 2021) (N.º)**



Fonte: IEFP (Estatísticas Mensais por Concelhos)

O Município de Vila Nova de Cerveira dispõe de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), em parceria com o IEFP / Centro de Emprego do Alto Minho – Serviço de Emprego de Valença. O GIP tem como principal objetivo apoiar e acompanhar, de forma personalizada, as pessoas em situação de desemprego, residentes no concelho, ao nível da sua (re)inserção profissional, para tal promovem intervenções especializadas em diferentes âmbitos (desde a disponibilização de informação, apoio na procura ativa de emprego, encaminhamento para ofertas e medidas de apoio ao emprego, entre outras).

De acordo com os dados facultados pelo GIP é possível constatar que, desde 2016:

- O número de ações de informação realizadas diminuiu, principalmente nos anos 2019 e 2020, devido a fatores externos<sup>12</sup>;
- O número de ações de apoio à procura de emprego aumentou, de forma destacada nos anos 2019 e 2020;
- O número de ofertas de emprego aumentou;
- A apresentação de pessoas em situação de desemprego a ofertas de emprego foi superior nos anos 2018 e 2020;
- 2017 foi o ano em que se registou maior número de colocações de pessoas em situação desemprego.

**Tabela 13 –** Intervenções realizadas pelo GIP, entre os anos 2016 e 2020 (N.º)

	2016	2017	2018	2019	2020
Ações de informação	325	181	351	32	39
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora	44	31	37	171	176
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego	70	51	51	20	60
Receção e registo de ofertas de emprego	62	55	84	159	283
Apresentação de pessoas em situação de desemprego a ofertas de emprego	276	272	363	74	455
Colocação de pessoas em situação de desemprego em ofertas de emprego	117	138	117	20	106

Fonte: GIP

<sup>12</sup> Nomeadamente devido à pandemia (em 2020) e a fatores inerentes ao funcionamento do serviço (em 2019)

## Em Síntese:

- ▶ Vila Nova de Cerveira está a alterar o paradigma a nível económico, passando da agricultura para a indústria como base do seu tecido económico;
- ▶ As empresas existentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, representam 10,2% do volume de negócios da região do Alto Minho;
- ▶ Vila Nova de Cerveira é o 6º concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de empresas e estabelecimentos por Km<sup>2</sup>;
- ▶ A maioria das empresas e dos estabelecimentos sediados no concelho (95,9%) tem menos de 10 trabalhadores e 66,33% das empresas são individuais;
- ▶ O concelho tem registadas 1.836 empresas, enquadrando-se a maioria no sector do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (25,4%), seguidas empresas que se dedicam à construção (16,1%) e em terceiro lugar, surgem as empresas relacionadas com as atividades de transportes e armazenagem (10,8%);
- ▶ A maioria das empresas encontra-se na União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe (33,6%) seguida da União de freguesias de Campos e Vila Meã (27%);
- ▶ Ao nível de infraestruturas, existem em Vila Nova de Cerveira dois Polos Industriais (Zona Industrial I e II) e o Parque Industrial (Fulão);
- ▶ A taxa de desemprego, em 2011, era de 9,74%, sendo inferior à registada a nível nacional (13,18%) e na Região Norte (14,47%);
- ▶ Em junho de 2021, estavam inscritas no Centro de emprego 240 pessoas, cerca de 4% da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, residente no concelho (valores estimados a 2020).

### 7.1.3. Habitação

Vila Nova de Cerveira é o concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica e o segundo concelho com menor número de alojamentos familiares clássicos. Entre 2011 e 2020 registou-se um aumento do número de edifícios e alojamentos, mais 147 edifícios de habitação familiar clássica e 6315 alojamentos familiares clássicos.

**Tabela 14** – Parque habitacional dos municípios da Região do Alto Minho (2011 e 2020) (N.º)

Território	Edifícios de habitação familiar clássica		Alojamentos familiares clássicos	
	2011	2020	2011	2020
Portugal	3556071	3619739	5879202	5983402
Região Norte	1214491	1240498	1853531	1894453
Região do Alto Minho	121336	123961	151077	154389
Arcos de Valdevez	15388	15729	17303	17687
Caminha	9347	9573	13953	14338
Melgaço	7017	7070	7599	7659
Monção	11744	11889	13449	13695
Paredes de Coura	5757	5880	6097	6220
Ponte da Barca	6843	7027	8010	8219
Ponte de Lima	19769	20385	22010	22822
Valença	6845	7031	8148	8351
Viana do Castelo	33028	33632	48340	49083
Vila Nova de Cerveira	5598	5745	6168	6315

Fonte: INE

Uma análise mais aprofundada permite verificar que, de acordo com os resultados preliminares dos Censos 2021, a maior percentagem de edifícios situa-se na União das freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe (15,3%) e na União das Freguesias de Campos e Vila Meã (15,3%), seguida e pela freguesia de Gondarém (12,0%).

Entre 2011 e 2021, registou-se um aumento do número de edifícios em quase todas as freguesias do concelho. As freguesias que registaram maior aumento do número de edifícios foram: União das freguesias de Reboreda e Nogueira (+36 edifícios), União

das freguesias de Campos e Vila Meã (+35 edifícios) e freguesia de Loivo (+21 edifícios). Nas freguesias de Sopo, Gondarém e na União das freguesias de Candemil e Gondar registou-se uma diminuição do número de edifícios, comparativamente com o ano 2011 (menos 16, 13 e 11 edifícios, respetivamente).

No total, o concelho registou um aumento de 86 edifícios entre 2011 e 2021.

**Tabela 15 – Edifícios, por freguesia (2021) (N.º e %)**

Freguesia	N.º	%	Freguesia	N.º	%
Cornes	290	5,1	Sopo	428	7,6
Covas	641	11,3	UF Campos e Vila Meã	865	15,3
Gondarém	679	12,0	UF Candemil e Gondar	253	4,5
Loivo	505	8,9	UF Reboreda e Nogueira	652	11,5
Mentrestido	225	4,0	UF Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	866	15,3
Sapardos	262	4,6	<b>Vila Nova de Cerveira (concelho)</b>	<b>5666</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE, Resultados preliminares - Censos 2021

Ao nível da utilização destes edifícios em cada freguesia/ União de freguesias é perceptível que a grande maioria se destina para fins residenciais (96,7% de edifícios exclusivamente residenciais). Na União de freguesias de Reboreda e Nogueira localiza-se o maior número de edifícios com fins não residenciais (6 edifícios).

**Tabela 16 – Tipo de utilização dos Edifícios, por freguesia (2011) (N.º)**

Território	Exclusivamente residenciais (100%)	Principalmente residenciais (de 50% a 99%)	Não residenciais (até 49%)
Vila Nova de Cerveira (concelho)	5398	154	28
Cornes	282	1	2
Covas	624	4	4
Gondarém	680	7	5
Loivo	481	3	0
Mentrestido	212	6	0
Sapardos	252	9	0
Sopo	441	2	1
UF Campos e Vila Meã	784	42	4
UF Candemil e Gondar	258	5	1
UF Reboreda e Nogueira	606	4	6
UF Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	778	71	5

Fonte: INE, Censos 2011

No que respeita ao estado de conservação dos edifícios do concelho de Vila Nova de Cerveira, no ano 2011, é possível verificar que a proporção de edifícios muito degradados é baixa (1,61%), no entanto cerca de 20 edifícios em cada 100 necessitavam de reparações.

As freguesias que apresentavam maior proporção de edifícios muito degradados foram Cornes (10,18%) e Gondarém (5,35%). Relativamente à proporção de edifícios com necessidades de reparação, esta foi mais elevada nas freguesias de Mentrestido (51,38%), Cornes (41,40%) e Nogueira (32,77%).

No ano 2011, existiam no concelho, aproximadamente, 103 edifícios construídos até 1960, por cada 100 construídos após 2001. Destaca-se o valor do índice de envelhecimento dos edifícios nas freguesias de Sapardos e de Gondar, o qual é muito superior ao registado no concelho (562,5 e 327,3, respetivamente).

**Tabela 17** – Proporção de edifícios muito degradados e com necessidades de reparação e Índice de envelhecimento<sup>13</sup> dos edifícios no concelho de Vila Nova de Cerveira, por freguesia (2011)

Território	Proporção de edifícios muito degradados (%)	Proporção de edifícios com necessidades de reparação (%)	Índice de envelhecimento dos edifícios (N.º)
Vila Nova de Cerveira (concelho)	1,61	20,73	102,7
Campos	0,00	6,74	36,4
Candemil	0,62	29,01	106,1
Cornes	10,18	41,40	184,8
Covas	0,16	30,38	130,3
Gondar	1,96	25,49	327,3
Gondarém	5,35	19,94	188,8
Loivo	0,00	7,23	50,5
Lovelhe	0,00	5,36	39,6
Mentrestido	0,46	51,38	80,0
Nogueira	0,56	32,77	44,3
Reboreda	1,37	20,96	31,4
Sapardos	0,00	22,99	562,5
Sopo	2,48	11,49	259,3
Vila Meã	0,62	4,94	40,5
Vila Nova de Cerveira	0,00	25,87	81,8

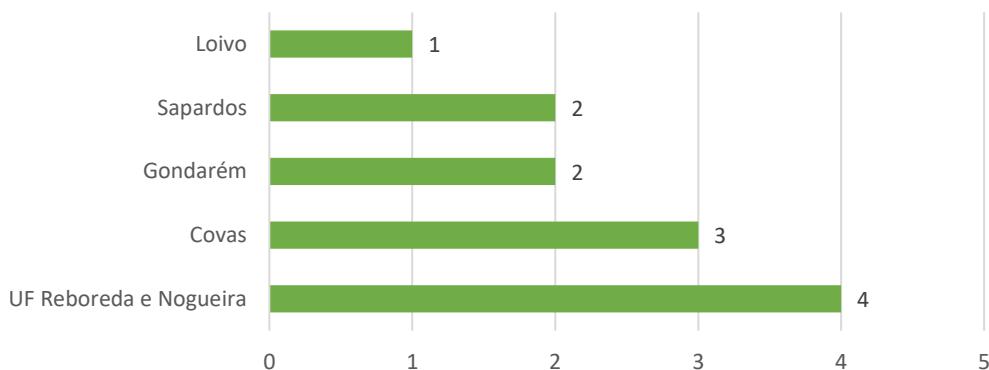
Fonte: INE, Censos 2011

<sup>13</sup> O **Índice de Envelhecimento dos Edifícios** traduz uma relação entre os edifícios que foram construídos até 1960 e os edifícios que foram construídos após o ano 2001, através da seguinte fórmula: 
$$\frac{\text{Edifícios construídos até 1960}}{\text{Edifícios construídos após 2001}} \times 100$$

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira apoia a realização de obras de conservação, mediante o Regulamento Municipal de Promoção para a Construção de Habitação Própria e à Reabilitação de Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com as condições de acesso definidas.

Entre 2016 e junho de 2021 foram realizados 12 pedidos para obras de conservação por famílias residentes no concelho, destes, 6 foram concluídos (1 indeferido por não ter condições e 5 encontram-se em avaliação). Dos pedidos realizados, a maioria localizava-se na União de freguesias de Reboreda e Nogueira e na freguesia de Covas (4 e 3 pedidos, respetivamente) e 50% incluíam obras de conservação do telhado.

**Gráfico 12** – Pedidos de apoio para conservação de habitações, por freguesia entre 2016 e junho de 2021

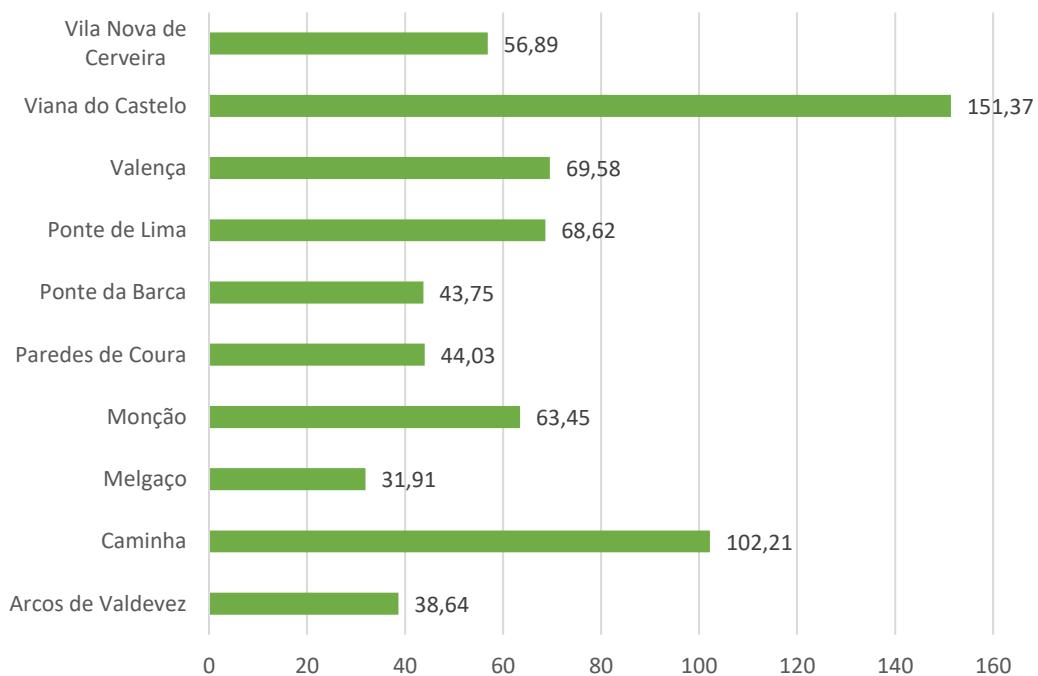


Fonte: CM Vila Nova de Cerveira

No âmbito dos benefícios concedidos a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, portadoras do Cartão Idade +, encontra-se o apoio ao nível da reabilitação das habitações. Desde 2016, foram concedidos 3 apoios relacionados com a pintura.

Em 2011, o n.º médio de alojamentos por Km<sup>2</sup> no concelho era de 56,89 alojamentos/Km<sup>2</sup>, sendo o sexto concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km<sup>2</sup>.

**Gráfico 13 – Densidade de alojamentos na Região do Alto Minho (N.º de Alojamentos/Km<sup>2</sup>)**



Fonte: INE, Censos 2011

No ano 2011, as freguesias do concelho que apresentavam maior densidade de alojamentos foram Vila Nova de Cerveira e Campos (283,11 e 133,81, respetivamente). Inversamente, foi nas freguesias de Covas e Candemil que se registou menor densidade de alojamentos por Km<sup>2</sup> (22,20 e 22,84, respetivamente).

Os resultados preliminares dos Censos de 2021, estimam que existam no concelho um total de 6.206 alojamentos (familiares e coletivos). Aquando dos Censos de 2011 existiam no concelho 6.171 alojamentos, dos quais 99,7% correspondiam a alojamentos familiares e os restantes 0,3% a alojamentos coletivos.

**Tabela 18 – Tipologia de alojamentos do concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (N.º)**

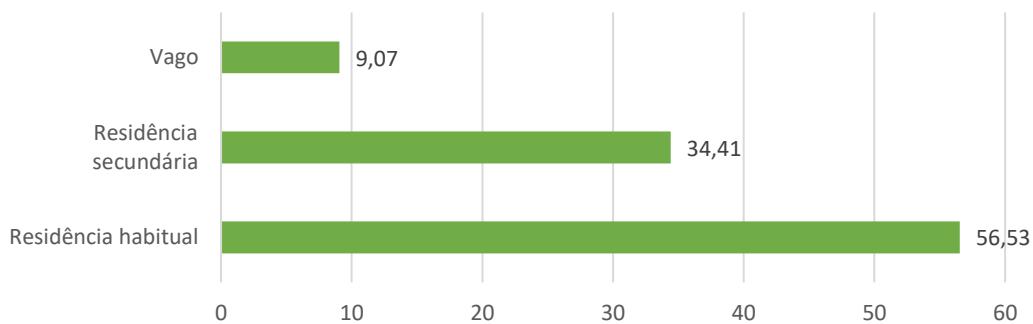
Território	Total	Alojamentos familiares		Alojamentos coletivos	
		Clássicos	Não clássicos	Hoteleiros	Convivência
Vila Nova de Cerveira (concelho)	6171	6150	3	15	3

Fonte: INE, Censos 2011

A maioria dos alojamentos familiares eram clássicos (99,9%), existindo um índice residual de alojamentos não clássicos (0,1%), nomeadamente alojamentos móveis,

barracas e casas rudimentares de madeira (nomeadamente, nas freguesias de Reboreda, Sopo e Covas). No que diz respeito aos alojamentos coletivos, estes representam uma taxa pouco significativa no concelho, nomeadamente 15 alojamentos com fins hoteleiros e 3 alojamentos de convivências, com destaque para os alojamentos destinados ao apoio social (2 alojamentos) e para fins de trabalho (1 alojamento), 2 dos quais localizados na freguesia de Vila Nova de Cerveira.

**Gráfico 14** – Forma de ocupação dos alojamentos familiares no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2011

Tal como é visível no gráfico 14, Vila Nova de Cerveira caracteriza-se por ser um concelho maioritariamente de residência, na medida em que 56,53% dos alojamentos familiares do município são utilizados como residências habituais.

O número de alojamentos familiares vagos existentes no concelho é significativo (n= 558; 9,07%). As freguesias onde existia maior percentagem de alojamentos vagos, face ao número total de alojamentos da freguesia, foram em Lovelhe (18,98%), Nogueira (15,93%) e Reboreda (15,54%).

**Tabela 19** – Forma de ocupação dos alojamentos familiares do concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (N.º e %)

Território	Total	Alojamentos familiares					
		De residência habitual		De uso sazonal ou secundário		Vagos	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila Nova de Cerveira (concelho)	6153	3478	56,53	2117	34,41	558	9,07

Fonte: INE, Censos 2011

No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos de residência habitual do município, verifica-se que o número de alojamentos com proprietário ocupante é superior ao número de alojamentos ocupados por arrendatário, situação que se verifica em todas as freguesias / Uniões de freguesias do concelho.

**Tabela 20** – Regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2011) (N.º e %)

Território	Total	Alojamentos com Proprietário Ocupante		Alojamentos Arrendados		Outras situações	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila Nova de Cerveira (concelho)	3475	2911	83,8%	321	9,2%	243	7%

Fonte: INE, Censos 2011

No que concerne à habitação social, o concelho de Vila Nova de Cerveira é o sexto município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios de habitação social e de fogos de habitação social. Os dados referentes a 2015 indicam a existência de 34 edifícios de habitação social no concelho, aglomerando 63 fogos de habitação social. Destes fogos, destaca-se que 60 se encontrarem arrendados.

**Tabela 21** – Edifícios e fogos de habitação social por município da Região do Alto Minho (2015)

Território	Edifícios de habitação social		Fogos de habitação social	
	Total 2015		Total 2015	Arrendados 2015
Portugal	26 195		119 691	112 188
Região Norte	6106		41 949	39 706
Região do Alto Minho	471		1186	1054
Arcos de Valdevez	48		101	101
Caminha	7		19	19
Melgaço	18		18	18
Monção	115		129	94
Paredes de Coura	1		1	1
Ponte da Barca	25		130	111
Ponte de Lima	36		189	169
Valença	91		94	89
Viana do Castelo	96		442	392
Vila Nova de Cerveira	34		63	60

Fontes: INE – Inquérito à caracterização da habitação social

Dados mais recentes fornecidos pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, indicam que à data de junho de 2021, existiam 60 fogos sociais, da propriedade do município, localizados em 3 Bairros: Bairro Alto das Veigas, Bairro da Calçada e Bairro Social da Mata Velha.

**Tabela 22** – Distribuição dos fogos de Habitação Social Municipal, por tipologia e por freguesia (junho de 2021) (N.º)

Bairro / Território	Freguesia	Tipologia	N.º total	
Bairro Alto das Veigas	Vila Nova de Cerveira	T3	3	
Bairro da Calçada	Vila Nova de Cerveira	T2	1	
		T3	2	
		T4	1	
Bairro Social da Mata Velha	Loivo	T2	14	
		T3	39	
Vila Nova de Cerveira (Concelho)		T2	15	
		T3	45	
		T4	1	
			60	

Fonte: CM Vila Nova de Cerveira

### Quem reside nos fogos de habitação social municipal?

Os fogos de habitação social municipal encontram-se arrendados mediante o regime de arrendamento apoiado e o regime de arrendamento urbano. Atualmente, 96,7% dos fogos de habitação social municipal (58 fogos) encontram-se arrendados através do regime de arrendamento apoiado e neles residem 139 pessoas.

#### Bairro Alto das Veigas

Bairro concluído no início da década de 70, composto por 3 edifícios, com um total de 54 habitações, 3 das quais são da propriedade do município (2 encontram-se arrendadas através de regime de arrendamento apoiado e 1 através de arrendamento urbano).

Atualmente, nas habitações com regime de arrendamento apoiado, residem 5 pessoas de nacionalidade portuguesa (uma família nuclear com filhos e uma família com 1 elemento).

#### Bairro da Calçada

Bairro construído na década de 80, constituído por 4 edifícios, com um total de 54 habitações, 4 das quais são da propriedade do município (3 encontram-se arrendadas

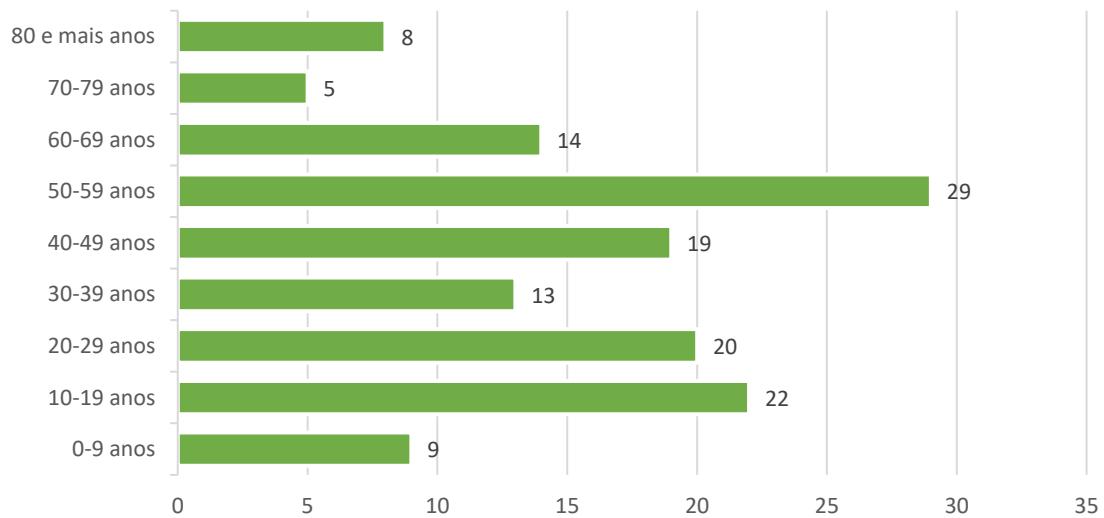
através de regime de arrendamento apoiado e 1 através de arrendamento urbano). Atualmente, nas habitações com regime de arrendamento apoiado, residem 4 pessoas de nacionalidade portuguesa (uma família monoparental e 2 famílias com 1 elemento cada).

#### Bairro Social da Mata Velha

Bairro construído em duas fases distintas. A primeira fase foi concluída em 1999, com 42 fogos e possibilitou o realojamento dos moradores do antigo Bairro da Mata Velha. A segunda fase foi concluída em 2002, com 32 fogos e permitiu realojar os moradores do Bairro do Areal (extinto) e várias famílias carenciadas. O Bairro é constituído por 74 habitações geminadas, 53 das quais são da propriedade do município (52 encontram-se arrendadas através de regime de arrendamento apoiado e 1 está em processo de realojamento). Atualmente residem nas habitações 130 pessoas, das quais 121 têm nacionalidade portuguesa, 4 angolana e 4 guineense. A maioria das famílias residentes nas habitações sociais do Bairro são monoparentais (18), seguida de famílias com 1 elemento (10) e de famílias nucleares com filhos (8).

A maioria dos residentes nas habitações sociais municipais têm até 49 anos (83 pessoas, 59,7%). No entanto, destaca-se que 19,4% dos residentes têm idade igual ou superior a 60 anos (27 pessoas).

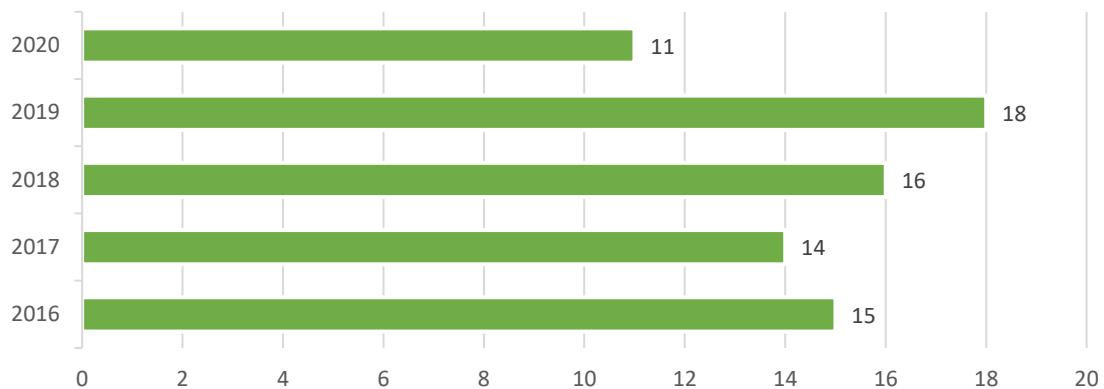
**Gráfico 15 – Residentes nas habitações sociais municipais, por grupo etário (junho 2021) (N.º)**



Fonte: CM Vila Nova de Cerveira

Entre 2016 e 2019, o número de pedidos realizados ao município para atribuição de habitação social foi aumentando. No ano 2020 registou-se o menor número de pedidos dos últimos 5 anos (11 pedidos).

**Gráfico 16 –** Pedidos para habitação social municipal, entre 2016 e 2020 (N.º)



Fonte: CM Vila Nova de Cerveira

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento do valor das rendas no território nacional e Vila Nova de Cerveira não é exceção.

No ano 2001, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados era de 141€ e em 2011 era de 244,05€. Também o valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento tem vindo a aumentar na maioria dos concelhos da Região do Alto Minho. No concelho de Vila Nova de Cerveira, entre 2017 e 2020, o valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> aumentou 0,35€, encontrando-se atualmente nos 3,13€/m<sup>2</sup>.

**Tabela 23 –** Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, na Região do Alto Minho (2017, 2018, 2019 e 2020) (€)

Território	Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup>			
	2017	2018	2019	2020
Portugal	4,39	4,80	5,32	5,61
Região Norte	3,83	4,14	4,62	4,85
Região do Alto Minho	3,30	3,53	3,83	4,00
Arcos de Valdevez	2,67	3,01	2,78	3,13
Caminha	3,56	3,72	4,00	4,00
Melgaço	-	2,85	-	-
Monção	2,97	2,82	3,50	3,37

Território	Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup>			
	2017	2018	2019	2020
Paredes de Coura	2,49	2,66	-	2,86
Ponte da Barca	2,24	2,56	2,83	2,88
Ponte de Lima	2,83	3,16	3,28	3,51
Valença	3,02	3,14	3,18	3,48
Viana do Castelo	3,69	4,00	4,48	4,73
Vila Nova de Cerveira	2,78	3,02	3,24	3,13

Fonte: INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

Ainda assim, Vila Nova de Cerveira é um dos concelhos da Região do Alto Minho que apresenta um valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> mais baixo.

No município existe apoio para arrendamento, no âmbito das medidas do IHRU. Os jovens entre os 18 e os 30 anos, residentes no município, podem-se candidatar a apoio financeiro para arrendamento através do Programa Porta 65. No entanto, não se encontram disponíveis dados sobre o número de processos aprovados neste âmbito.

## Em Síntese:

- ▶ Em 2020, Vila Nova de Cerveira foi o concelho da Região do Alto Minho com menor número de edifícios de habitação familiar clássica e o segundo concelho com menor número de alojamentos familiares clássicos, 5.745 e 6.315, respetivamente, maioritariamente para uso exclusivamente residencial;
- ▶ Resultados preliminares dos Censos 2021 indicam que existem no concelho 5.666 edifícios (mais 86 que em 2011). A União das freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, a União das freguesias de Campos e Vila Meã e a freguesia de Gondarém são as que reúnem a maior percentagem de edifícios do concelho (15,3%, 15,3% e 12,0%, respetivamente);
- ▶ No ano 2011, 20 edifícios em cada 100 necessitavam de reparações e 1,61% dos edifícios do concelho encontravam-se muito degradados. O índice de envelhecimento de edifícios, nesse mesmo ano, foi de 102,7;
- ▶ Vila Nova de Cerveira é o sexto concelho da Região do Alto Minho com maior densidade de alojamentos por Km<sup>2</sup> (56,89). Em 2011, as freguesias de Vila Nova de Cerveira e Campos registaram a maior densidade de alojamentos por Km<sup>2</sup> do concelho (283,11 e 133,81 alojamentos/ Km<sup>2</sup>, respetivamente);
- ▶ À data dos Censos de 2011 existiam no concelho 6.150 alojamentos familiares clássicos, 56,53% dos quais eram residências habituais;
- ▶ Em 2011, existiam no concelho 3 alojamentos familiares não clássicos (alojamentos móveis, barracas e/ou casas rudimentares de madeira);
- ▶ Em 2020, o valor mediano das rendas, por m<sup>2</sup>, de novos contratos de arrendamento, foi de 3,13 €/m<sup>2</sup>, sendo Vila Nova de Cerveira o terceiro concelho da Região do Alto Minho que regista um valor mais baixo;
- ▶ No ano de 2015, Vila Nova de Cerveira foi o sexto município da Região do Alto Minho com maior número de edifícios e de fogos de habitação social;
- ▶ À data de junho de 2021, existiam 60 fogos de habitação social, da propriedade do município, distribuídos pelo Bairro Alto das Veigas, Bairro da Calçada e Bairro Social da Mata Velha, onde residem 139 pessoas em regime de arrendamento apoiado.

## 7.1.4. Saúde

### Caracterização dos recursos em Saúde

O concelho de Vila Nova de Cerveira, apresentava em 2020, um rácio de médicos abaixo do valor registado a nível nacional (5,6), na Região Norte (5,6) e na Região do Alto Minho (4,1), existindo no concelho, aproximadamente, 3 médicos por cada 1000 habitantes.

No concelho existiam, em média, 0,3 farmácias por cada 1000 habitantes, valor este igual à média nacional e regional.

No que se refere ao número de enfermeiros existiam, no ano 2020, 3,6 enfermeiros por 1000 habitantes no centro de saúde, valor este abaixo do registado a nível nacional.

**Tabela 24** – Indicadores de saúde nacional, regional e concelho de Vila Nova de Cerveira (2020) (N.º)

Território	Médicas/os por 1000 habitantes	Enfermeiras/os por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
Portugal	5,6	7,6	0,3
Região Norte	5,6	7,6	0,3
Região do Alto Minho	4,1	7,4	0,3
Vila Nova de Cerveira	2,9	3,6	0,3

Fonte: INE

O Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho (ACeS), encontra-se sob a gestão de Unidades Locais de Saúde (ULS) que respondem à Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte).

O ACeS do Alto Minho integra 12 Centros de Saúde, entre os quais o Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira, composto por: Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) “Saúde em Movimento”, Unidade de Serviços e Apoio Geral (USAG) e pela Extensão de Saúde de Covas.

No âmbito dos cuidados de saúde hospitalares a ULS do Alto Minho integra os hospitais de Santa Luzia (Viana do Castelo) e do Conde de Bertiandos (Ponte de Lima).

**Tabela 25** – Rede de Unidades de Cuidados de Saúde - Concelho Vila Nova de Cerveira (2021)

Denominação das Unidades de Cuidados de Saúde	
UCSP Vila Nova de Cerveira	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Vila Nova de Cerveira
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade Saúde em Movimento
USAG	USAG Vila Nova de Cerveira
Extensão de Saúde de Covas	

Fontes: SNS-BI-CSP (consultado em junho, 2021)

Ao nível dos recursos humanos afetos às Unidades de Saúde de Vila Nova de Cerveira, foi possível apurar que a **UCSP** integra 6 médicos, 7 enfermeiros e 1 assistente social; a **UCC** integra 6 enfermeiros com apoio parcial de 1 médico e 1 assistente social da USCP e apoio parcial de 1 nutricionista e 1 fisioterapeuta da ULSAM; e a **USAG** integra 6 assistentes técnicos.

O número de utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde do concelho de Vila Nova de Cerveira, à data de junho de 2021, totaliza 8.799 utentes.

**Tabela 26** – Utentes inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários do concelho de Vila Nova de Cerveira (junho 2021) (N.º)

	N.º total de inscritos	C/ médico de família		S/ médico de família		S/ medico de família por opção	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
UCSP Vila Nova de Cerveira	8.799	7.312	83,1	1.466	16,66	21	0,24

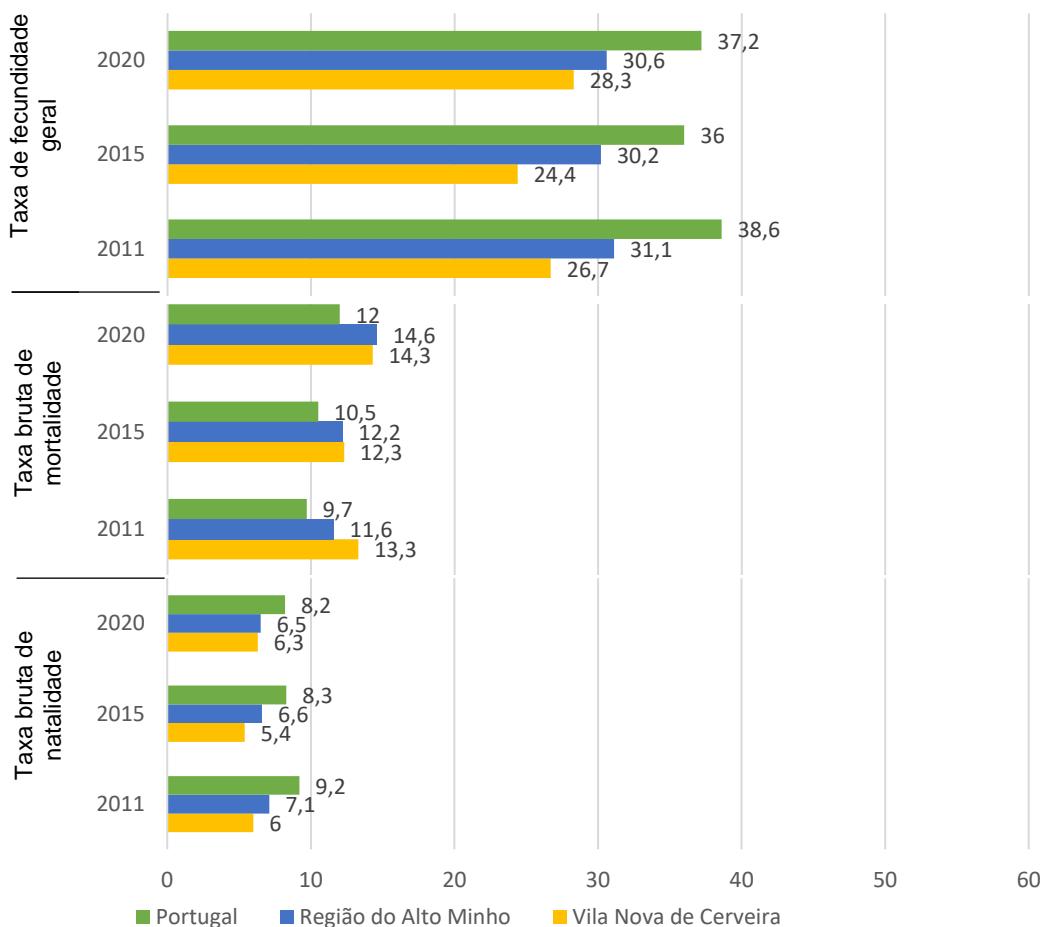
Fonte: SNS – BI-CSP (consultado em junho, 2021)

Uma análise mais aprofundada dos dados recolhidos permite observar que a maioria dos utentes inscritos têm médico de família, correspondendo a 83,1% dos utentes. A percentagem de utentes sem médico de família é de 16,66%, (correspondendo a 1.466 utentes) e 21 utentes não têm médico de família por opção.

## Indicadores de Saúde

As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade<sup>14</sup> são indicadores demográficos, relacionados com a saúde da população. No concelho de Vila Nova de Cerveira as taxas de fecundidade geral, de mortalidade e de natalidade aumentaram entre 2015 e 2020. Analisando com maior pormenor estes indicadores, salienta-se que a taxa bruta de mortalidade, para além de ter aumentado é também superior à registada, a nível nacional, situando-se em 14,3%, no ano 2020.

**Gráfico 17** – Evolução da taxa bruta de mortalidade, fecundidade e natalidade (análise comparativa entre 2011, 2015 e 2020) (%)



Fontes: INE, Indicadores demográficos

<sup>14</sup> **Taxa de fecundabilidade geral:** Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (INE).

É de destacar o facto de, no ano de 2020, as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Vila Nova de Cerveira (6,3‰ e 28,3‰ respetivamente) serem inferiores às percentagens nacionais (8,2‰ e 37,2‰ respetivamente) e às registadas na Região do Alto Minho (6,5‰ e 30,6‰ respetivamente).

De acordo com os últimos dados disponíveis (2020), no concelho de Vila Nova de Cerveira nasceram 56 crianças, registando-se o maior número de nascimentos na União das freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe (12), não se tendo registado qualquer nascimento na freguesia de Sopo.

Desde 1981 que o número de nados-vivos tem vindo a diminuir, não apenas no concelho de Vila Nova de Cerveira como a nível regional e nacional. Contudo em 2011 e 2020, o número de nados-vivos no concelho foi o mesmo: 56.

**Tabela 27** – Nados-Vivos, por município de residência da mãe (1981, 2001, 2011 e 2020) (N.º)

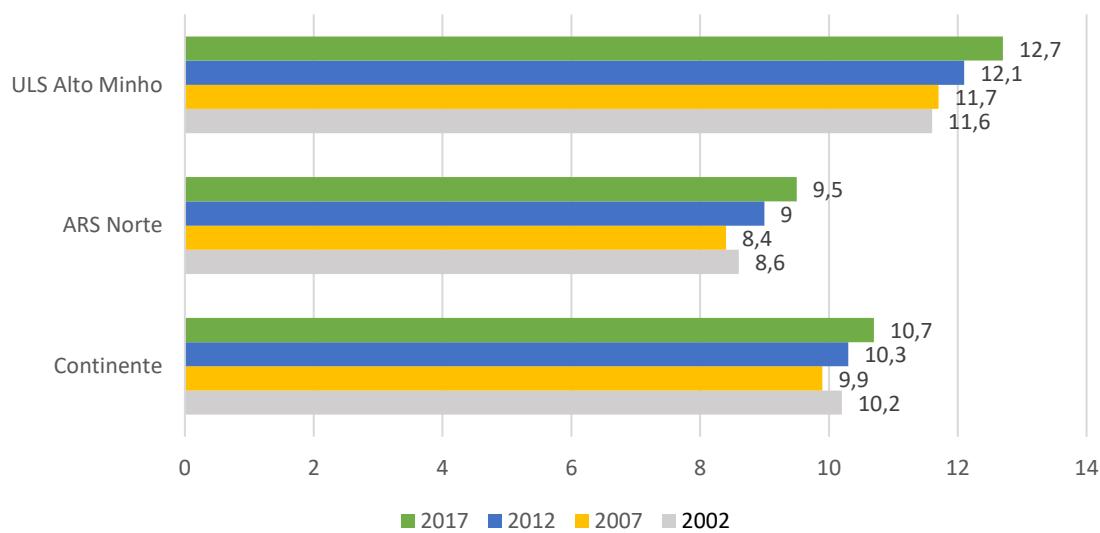
Território	Nados-Vivos			
	1981	2001	2011	2020
Portugal	152.071	112.774	96.856	84.426
Região Norte	59.812	41.471	31.525	26.856
Região do Alto Minho	4.060	2.288	1.730	1.490
Vila Nova de Cerveira	129	79	56	56

Fonte: PORDATA

No que concerne especificamente ao número de mortes por mil habitantes, verifica-se que, apesar de se ter registado uma diminuição entre os anos 2002 e 2007, o número tem vindo a aumentar na ULS Alto Minho, seguindo a tendência da ARS Norte e a nível de Portugal Continental<sup>15</sup>. No entanto, no ano 2017, o valor da taxa bruta de mortalidade na ULS Alto Minho é superior ao registado na ARS Norte e no território de Portugal Continental.

<sup>15</sup> Número de óbitos na ULS Alto Minho: 2002 – 2.901; 2007 – 2.893; 2012 – 2.933 e 2017 – 2.952 (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho)

**Gráfico 18 – Evolução da taxa bruta de mortalidade (2002, 2007, 2012, 2017) (%)**



Fontes: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

A taxa de mortalidade infantil está relacionada com a evolução qualitativa dos cuidados de saúde e das condições socioeconómicas em Portugal, que se refletem no maior cuidado com a higiene e com a alimentação e com o maior acesso à informação por parte das famílias (DGS – Comunicado sobre Mortalidade Infantil, 2019<sup>16</sup>).

**Tabela 28 – Indicadores de saúde nacional, regional e concelho de Vila Nova de Cerveira (taxa de mortalidade infantil e neonatal, 2007/2011 e 2015/2019) (%)**

Território	Taxa quinquenal de mortalidade infantil <sup>17</sup>		Taxa quinquenal de mortalidade neonatal <sup>18</sup>	
	2007/2011	2015/2019	2007/2011	2015/2019
Portugal	3,2	3,0	2,1	2,0
Região Norte	2,9	2,7	1,9	1,9
Região do Alto Minho	3,4	4,1	2,4	2,7
Vila Nova de Cerveira	10,5	3,2	5,2	3,2

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade diminuiu no concelho de Vila Nova de Cerveira (de 10,5% no quinquénio 2007/2011 para 3,2% entre 2015/2019),

<sup>16</sup> Comunicado n.º C153\_01\_v1, DGS, 2019

<sup>17</sup> **Taxa quinquenal de mortalidade infantil:** número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

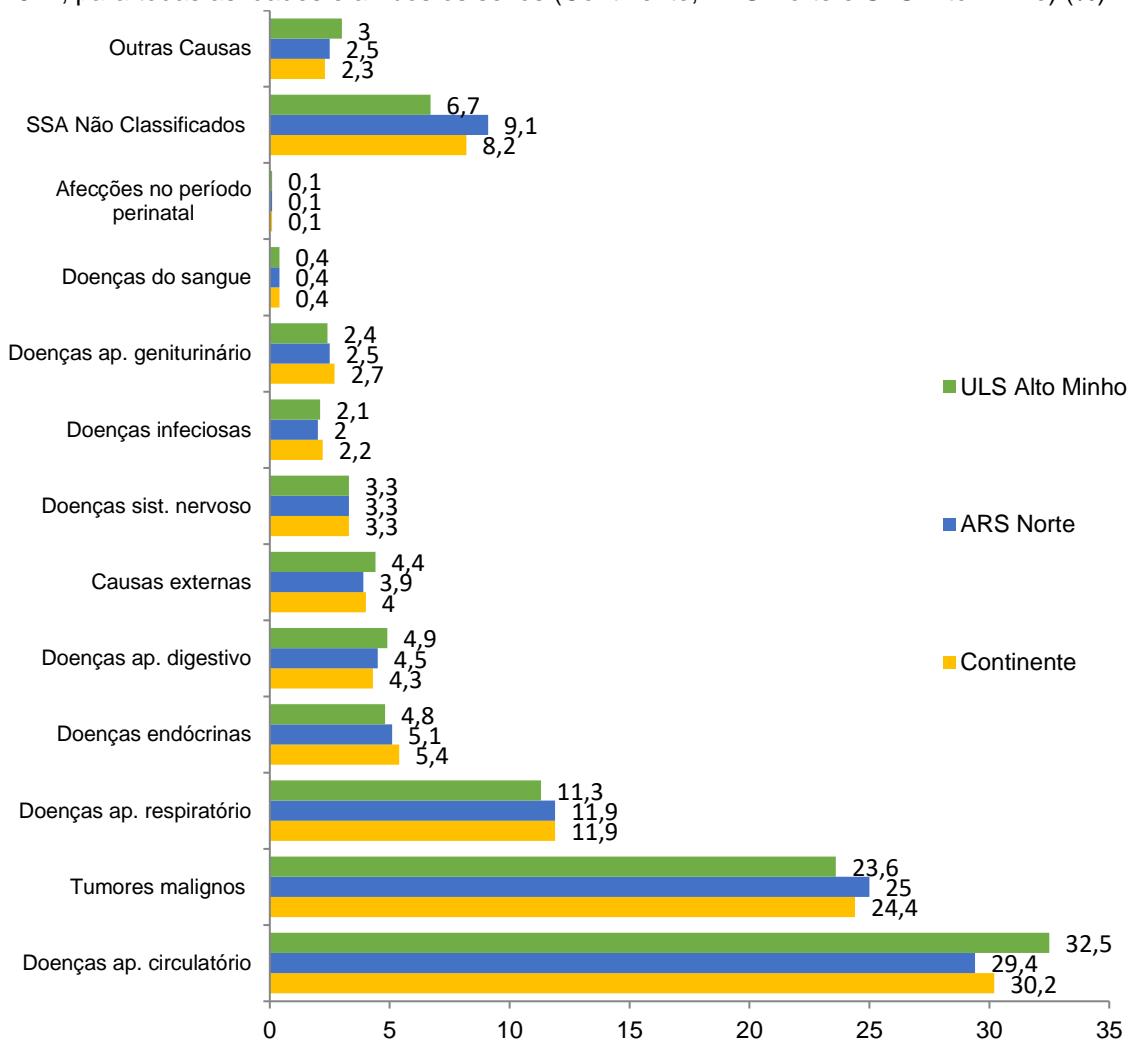
<sup>18</sup> **Taxa quinquenal de mortalidade neonatal:** número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (INE).

bem como o número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade entre os quinquénios referidos (de 5,2% no quinquénio 2007/2011 para 3,2% entre 2015/2019).

Vila Nova de Cerveira ainda assim tem uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (quinquénio 2015/2019) superior à registada a nível nacional e na Região Norte. Relativamente à taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2015/2019), Vila Nova de Cerveira é o quarto concelho com maior taxa na Região do Alto Minho (superior à registada para a nível nacional, na Região Norte e na Região do Alto Minho).

No que diz respeito às principais causas de morte na ULS Alto Minho, constata-se que estas são devido a doenças do aparelho circulatório e a tumores malignos, sendo as doenças do aparelho respiratório a terceira causa de morte.

**Gráfico 19 – Mortalidade proporcional por grandes grupos de causas de morte no triénio 2012-2014, para todas as idades e ambos os sexos (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (%)**



Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Nota: SSA – Sinais, Sintomas e Achados

Entre os anos 2011 e 2019, a taxa de mortalidade no concelho de Vila Nova de Cerveira, por doenças do aparelho circulatório diminuiu (de 5,8‰ para 4,3‰), bem como a taxa de mortalidade devido a tumores malignos (de 3,2‰ para 2,8‰). Os valores da taxa de mortalidade devido a doenças do aparelho circulatório são superiores aos registados a nível nacional e regional sendo igual à taxa de mortalidade por tumores malignos registada a nível nacional.

**Tabela 29** – Indicadores de saúde nacional, regional e no concelho de Vila Nova de Cerveira (taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e por tumores malignos, 2011 e 2019) (‰)

Território	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório		Taxa de mortalidade por tumores malignos	
	2011	2019	2011	2019
Portugal	3,0	3,2	2,4	2,8
Região Norte	2,4	2,8	2,2	2,5
Região do Alto Minho	3,8	4,1	2,7	3,2
Vila Nova de Cerveira	5,8	4,3	3,2	2,8

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

Os dados referentes ao concelho de Vila Nova de Cerveira são coerentes com os dados relativos à ULS Alto Minho para o período de 2012 a 2014, na medida em que a maior percentagem de óbitos estava relacionada com doenças do aparelho circulatório (32,5%) e com tumores malignos (23,6%) (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho).

Importa ainda referir que relativamente ao triénio 2012-2014, as principais causas de morte para os grandes grupos etários, na ULS Alto Minho são as seguintes<sup>20</sup>:

- Com idade inferior a 75 anos – são os tumores malignos que se destacam, nomeadamente da laringe, traqueia, brônquios e pulmões e do estômago; doenças do aparelho circulatório, nomeadamente doenças cerebrovasculares; doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado e mortes associadas a causas externas (suicídios, acidentes)
- Com idade igual ou superior a 75 anos – são as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório.

<sup>20</sup> Perfil Local de Saúde 2017, ULS Alto Minho

Para a população com idade inferior a 75 anos, da ULS Alto Minho, foi também calculada a evolução da taxa de mortalidade padronizada (TMP)<sup>21</sup>, para o triénio 2012-2014. As mortes provocadas por causas externas, por doenças do aparelho digestivo e devido a lesões (accidentais ou intencionalmente infligidas) são as principais causas com significância estatística (31,0; 26,6 e 6,0, respetivamente), sendo a TMP superior à registada na ARS Norte e no Continente (Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho).

Para a população feminina com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística, para as doenças do aparelho digestivo, nomeadamente doenças crónicas do fígado (14,4 e 8,7, respetivamente). Para a população masculina, com menos de 75 anos de idade, a TMP é superior e assume significância estatística para a causas de morte externas (53,1), doenças do aparelho digestivo (41,7) e tumor maligno do esófago (13,2).

**Tabela 30 –** Morbilidade - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Hipertensão	22,2	20,5	23,8	22,0	20,3	23,5	<b>24,1</b>	21,8	26,1
Alterações do metabolismo dos lípidos	21,3	20,6	22,0	24,5	24,2	24,7	<b>21,9</b>	21,1	22,6
Obesidade	8,0	6,7	9,2	12,6	10,3	14,7	<b>10,6</b>	9,2	11,8
Perturbações depressivas	10,4	4,4	15,8	11,5	4,9	17,6	<b>9,5</b>	3,9	14,4
Diabetes	7,8	8,2	7,3	8,2	8,6	7,9	<b>8,9</b>	9,2	8,6

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M – Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Através da análise dos diagnósticos ativos na ULS Alto Minho, verifica-se que os utentes nela inscritos, comparativamente com as percentagens registadas em Portugal Continental e nos utentes inscritos na ARS Norte, apresentam uma maior percentagem de hipertensão (24,1%) e de diabetes (8,9%), com maior incidência nos utentes do sexo feminino para a hipertensão e nos utentes do sexo masculino para a diabetes.

<sup>21</sup> **Taxa de Mortalidade Padronizada pela idade:** permite atenuar o efeito da “probabilidade de morrer com a idade”. Taxa que resulta da aplicação das taxas brutas de mortalidade com idades inferiores a 75 anos, a uma população padrão (com idades inferiores a 75 anos) cuja composição etária é fixa e se distribui pelos mesmos grupos etários das taxas brutas de mortalidade (expressa em número de óbitos por 100 000 habitantes) (INE).

A prevalência de doenças do aparelho circulatório nos utentes inscritos na ULS Alto Minho poderá estar associada aos determinantes de saúde acima mencionados, nomeadamente com o diagnóstico de alterações do metabolismo dos lípidos, hipertensão e obesidade.

Os fatores de risco, excesso de peso e tabagismo (presente em 11,8% e 9,8% do total de inscritos na ULS Alto Minho, respetivamente), também poderão contribuir para a prevalência de doenças do aparelho circulatório.

**Tabela 31** – Determinantes de Saúde - Proporção de inscritos por diagnóstico ativo, no Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho, por sexo (dezembro 2018) (%)

	Continente			ARS Norte			ULS Alto Minho		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Excesso de peso	12,9	12,9	12,9	16,7	16,8	16,7	<b>11,8</b>	11,5	12,0
Abuso do tabaco	11,5	14,8	8,6	13,9	19,4	8,9	<b>9,8</b>	13,9	6,1
Abuso crónico do álcool	1,6	3,0	0,3	2,1	3,8	0,5	<b>1,9</b>	3,3	0,7
Abuso de drogas	0,5	0,8	0,3	0,6	1,0	0,3	<b>0,4</b>	0,6	0,3

HM – Homens e Mulheres; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

Ao nível dos comportamentos aditivos e dependências o serviço público de referência é o Centro de Respostas Integradas (CRI) de Viana do Castelo. É uma unidade de intervenção local da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P, sendo uma estrutura de cariz operativo e de administração, que exerce a sua influência em toda a NUT III – Minho-Lima, que corresponde exatamente ao distrito de Viana do Castelo, onde se insere o concelho de Vila Nova de Cerveira.

O CRI é responsável, dentro do seu âmbito territorial, e de forma articulada, pelas áreas de intervenção da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção de utentes com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, de acordo com as orientações da respetiva Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD).

Ainda neste âmbito de intervenção, atua no território a Equipa de Rua Adições, da responsabilidade do GAF, a qual, tendo uma intervenção distrital atua sob a filosofia da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD). A Equipa de Rua visa a promoção da Saúde e da Cidadania, junto da população-alvo. A vocação desta equipa prende-se

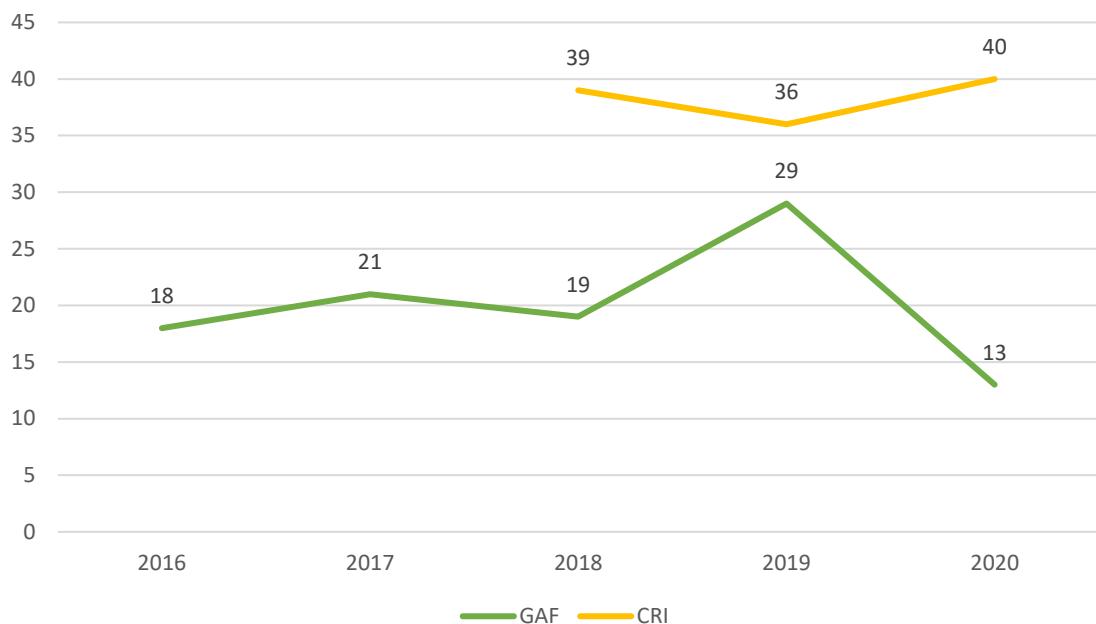
numa intervenção ao nível da utilização de substâncias psicoativas e dos comportamentos sexuais de risco. As bases estratégicas de atuação desta centram-se numa resposta de proximidade (Equipa de Rua), quer no local, quer no indivíduo; na procura de uma postura amoral relativamente às problemáticas-alvo; numa vertente de empoderamento da sociedade e numa lógica sistémica e ecológica, facilitando o trabalho em rede. O propósito final é incutir no indivíduo o sentido de pesquisa de informação, a mobilização de conhecimentos/competências, o sentido de responsabilização e a capacidade de tomada de uma decisão, de forma consciente/informada. Para tal, disponibiliza um conjunto de serviços, enquadrados em diferentes modalidades de intervenção:

- Apoio biopsicossocial;
- Intervenção familiar (quando solicitado e acordado com o sujeito);
- Distribuição de géneros alimentares e vestuário;
- Distribuição de material assético de consumo;
- Encaminhamento para as estruturas sócio sanitárias da rede;
- Educação e promoção da saúde.

Ao longo dos últimos anos, esta equipa tem vindo a aumentar o número de clientes a quem presta apoio no município de Vila Nova de Cerveira, tendo essa tendência invertido no ano de 2020.

O número de doentes, residentes em Vila Nova de Cerveira, acompanhados no CRI, tem-se mantido estável entre 2018 e 2020. Em 2018 estavam em tratamento 39 doentes, 21 com problemas ligados ao álcool e 18 com substâncias ilícitas. Em 2019, 36 doentes, 19 com problemas ligados ao álcool e 17 com substâncias ilícitas. Em 2020, 40 doentes, 24 com problemas ligados ao álcool e 16 com substâncias ilícitas. Relativamente ao programa de substituição opiácea com metadona, em 2020, estavam 4 utentes a fazer as tomas no Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira.

**Gráfico 20 –** Evolução do n.º de utentes acompanhados pela Equipa de Rua do GAF (2016-2020) e pelo CRI (2018-2020)



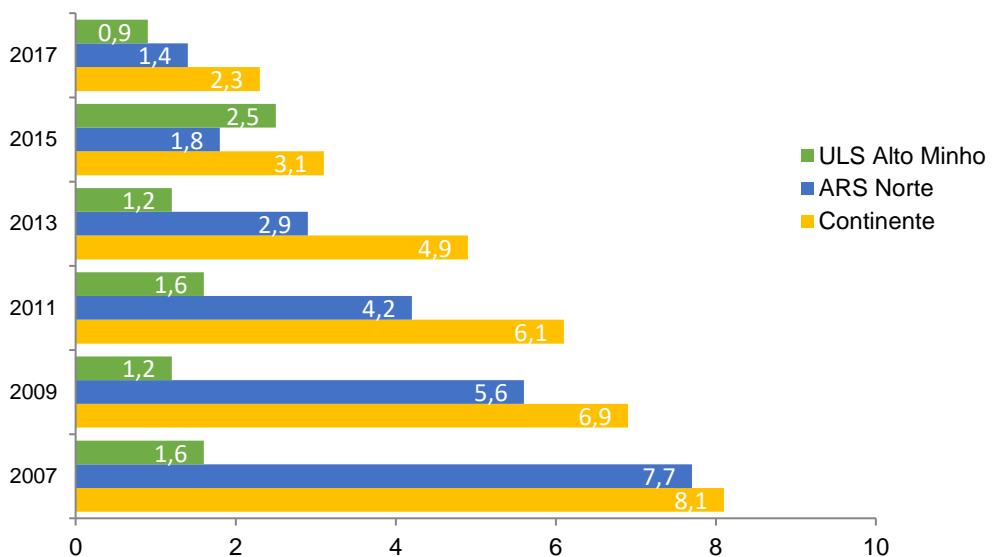
Fonte: GAF (Equipa de Rua) e CRI Viana do Castelo, 2021

A diminuição do número de utentes acompanhados, de acordo com a percepção dos atores locais, não se deve a uma diminuição da problemática ou das necessidades da população, mas antes pela suspenção do Projeto PLA – Problemas Ligados ao Álcool<sup>22</sup>, em junho de 2019, o qual estava sob a coordenação da UCC. Este projeto apoiava, sinalizava e encaminhava situações/utentes, ao se extinguir, o número de utentes em acompanhamento diminuiu.

A taxa de incidência da **infeção VIH** tem vindo a diminuir ao nível de Portugal Continental e na ARS Norte, no entanto tem oscilado na ULS Alto Minho. Os valores registados na ULS Alto Minho são, desde 2007, inferiores quando comparados com os valores ao nível do continente e da ARS Norte, com exceção do ano 2015 em que a taxa na ULS Alto Minho foi superior à registada na ARS Norte.

<sup>22</sup> Este projeto era composto por uma equipa com representantes da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, do Serviço Local de Segurança Social em articulação com o Centro de Respostas Integradas (CRI) de Viana do Castelo e com a colaboração do Gabinete de Atendimento à Família, através da Equipa de Rua. Em 2018, esta equipa foi reforçada com a integração do RLIS de V. N. de Cerveira. Este projeto efetuava um acompanhamento dos utentes em articulação com as equipas de saúde familiar do Centro de Saúde.

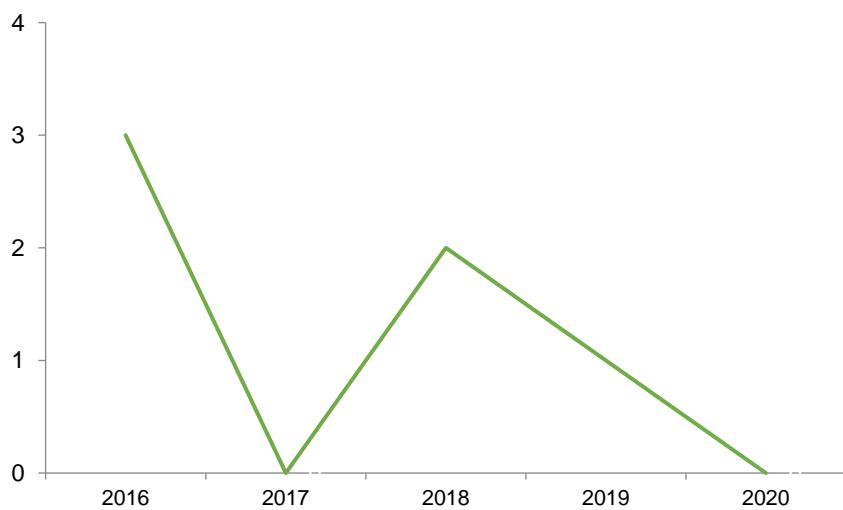
**Gráfico 21 – Evolução da taxa de incidência da infeção VIH (Continente, ARS Norte e ULS Alto Minho) (/100000 habitantes) (2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017)<sup>23</sup> (%)**



Fonte: Perfil Local de Saúde 2018, ULS Alto Minho

De acordo com o Gabinete de Atendimento à Família, que dinamiza o CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial VIH/SIDA, foram acompanhados, no ano 2016, 3 clientes residentes em Vila Nova de Cerveira, e nenhum em 2020, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

**Gráfico 22 – Evolução do n.º de utentes acompanhados pelo CAPS (2016-2020)**



Fonte: GAF, 2021, CAPS VIH/SIDA

<sup>23</sup> Casos declarados até 30/06/2017

O CAPS foi criado com o intuito de apoiar pessoas infetadas, afetadas e/ou preocupadas com a problemática do VIH/SIDA, disponibilizando a nível distrital:

- Acompanhamento Psicológico
- Apoio Social
- Apoio Jurídico
- Apoio Logístico em situações de carência financeira
- Formação
- Promoção da Saúde e da reinserção social
- Prevenção da infeção pelo VIH junto da comunidade
- Testes rápidos ao VIH e hepatites em meio comunitários, gratuitos e confidenciais

Em relação à **saúde mental**, são poucos os dados estatísticos atualizados, em particular a nível dos municípios. Ainda assim, considera-se que nesta caracterização sociodemográfica é importante ter em consideração alguns indicadores de Saúde Mental no âmbito das Estatísticas da Saúde de 2019, do INE.

**Tabela 32** – Consultas externas de Neurologia, Psiquiatria e Psiquiatria da Infância e da Adolescência, na Região Norte (2019) (N.º)

Tipo de hospital	Neurologia		Psiquiatria		Psiquiatria da Infância e da Adolescência	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Região Norte	214 292	2,49	322 494	3,74	60 436	0,70

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2019

As consultas externas hospitalares na Região Norte, no ano 2019, referentes a áreas da saúde mental, encontravam-se distribuídas por 2,49% em consultas de Neurologia, 3,74% em consultas de Psiquiatria e 0,7% em consultas de Psiquiatria da Infância e da Adolescência.

**Tabela 33 –** Indicadores de saúde nacionais, regionais e do concelho de Vila Nova de Cerveira (óbitos por transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente) (2011, 2015 e 2019) (N.º)

Território	Óbitos por transtornos mentais e comportamentais			Suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente		
	2011	2015	2019	2011	2015	2019
Portugal	180	3.264	5.676	1.012	1.127	975
Região Norte	69	1.123	1.994	206	256	254
Região do Alto Minho	4	140	184	20	18	26
Vila Nova de Cerveira	0	6	8	1	1	3

Fonte: INE, Óbitos por causas de morte

O número de óbitos por transtornos mentais e comportamentais tem vindo a aumentar desde 2011 em Portugal, na Região Norte, na Região do Alto Minho e também no concelho de Vila Nova de Cerveira, registando-se 8 óbitos no ano 2019. Relativamente ao número de óbitos por suicídio e por lesões autoprovocadas voluntariamente, este tem vindo a oscilar na região do Alto Minho, tendo diminuído no território nacional, e aumentado no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre os anos 2011 e 2019.

## Em Síntese:

- ▶ Vila Nova de Cerveira apresenta um défice de médicos por 1.000 habitantes, quando comparado com a média nacional e com a Região do Alto Minho, tendo em 2020 um rácio de, aproximadamente, 3 médicos por 1000 habitantes;
- ▶ O número de utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde do concelho de Vila Nova de Cerveira, à data de junho de 2021, totaliza 8.799 utentes;
- ▶ A maioria dos utentes inscritos no Centro de Saúde têm médico de família (83,1%). Dos 1.466 utentes sem médico de família, 21 não têm por opção;
- ▶ Desde 1981 que o número de nados-vivos tem vindo a diminuir, sendo as taxas de natalidade e de fecundidade no concelho de Vila Nova de Cerveira (6,3‰ e 28,3‰ respetivamente) inferiores às percentagens nacionais;
- ▶ No que concerne especificamente ao número de mortes por mil habitantes, verifica-se que, apesar de se ter registado uma diminuição entre os anos 2002 e 2007, o número tem vindo a aumentar na ULS Alto Minho;
- ▶ As principais causas de morte na ULS Alto Minho são: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório;
- ▶ Entre 2016 e 2019 o número de pessoas acompanhadas pela Equipa de Rua Adições (GAF), aumentou no concelho, tendo-se esta tendência invertido em 2020;
- ▶ Tem-se registado um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

### 7.1.5. Prestações Sociais

Neste subcapítulo iremos caracterizar a população de Vila Nova de Cerveira no que respeita aos apoios prestados pela Segurança Social (pensões, subsídios, prestações familiares, entre outros).

Analizando os indicadores de prestações sociais, nomeadamente ao nível do valor das pensões, subsídios de desemprego e de doença, é possível verificar que no concelho o valor médio anual das **pensões de velhice é superior** aos valores médios das restantes pensões e subsídios.

Comparativamente com os concelhos que integram a Região do Alto Minho, o concelho de Vila Nova de Cerveira apresenta **valores médios anuais das pensões de invalidez mais baixas**, apenas superior aos registados em Melgaço e em Arcos de Valdevez; no que respeita ao valor médio anual das **pensões de velhice**, Vila Nova de Cerveira regista o **quarto valor mais elevado** do Alto Minho; e o valor médio anual da **pensão de sobrevivência** registado no concelho é o **terceiro mais elevado** da Região do Alto Minho e superior ao registado na Região Norte.

Vila Nova de Cerveira regista o terceiro valor médio mais elevado no que respeita a subsídios de desemprego e o segundo valor médio mais elevado no que respeita a subsídios de doença, comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho.

**Tabela 34** – Indicadores de prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2019) (€)

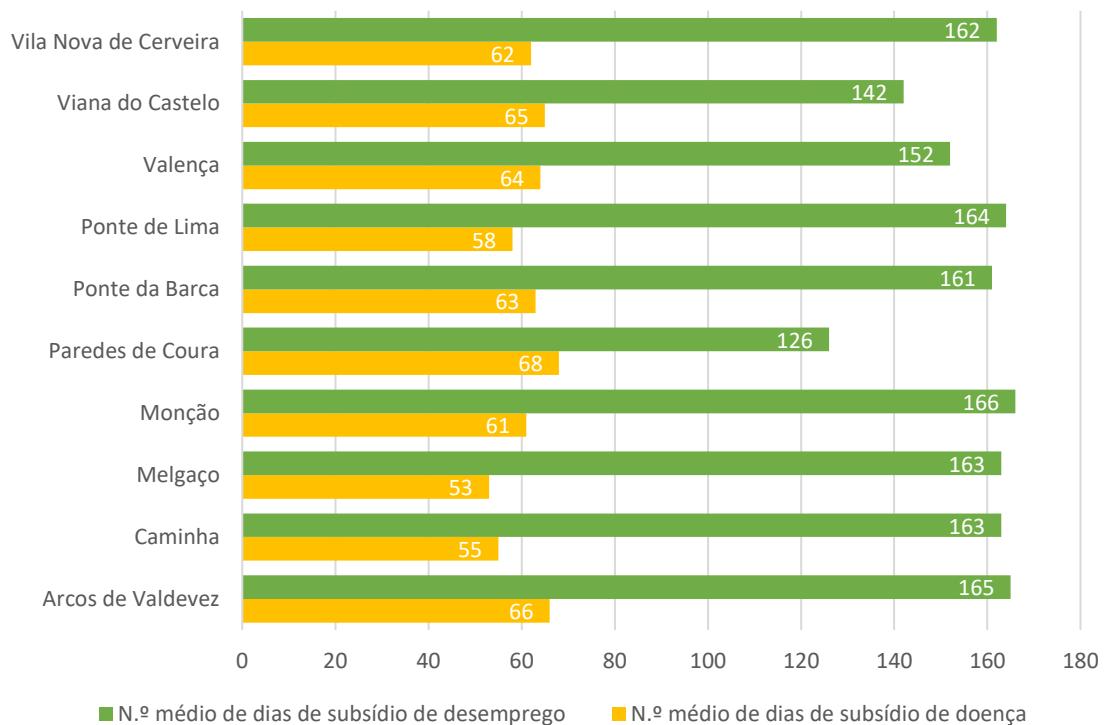
Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Portugal	5577	6522	3363	2984	940
Região Norte	5145	6052	3151	3022	836
Região do Alto Minho	4855	4941	2758	2617	989
Arcos de Valdevez	4188	4049	2479	2595	953
Caminha	4838	5294	2790	2910	901
Melgaço	4013	4025	2333	2615	675
Monção	4270	4206	2447	2669	882

Território	Valor médio anual das pensões			Valor médio de subsídios de desemprego	Valor médio de subsídios de doença
	Invalidez	Velhice	Sobrevivência		
Paredes de Coura	4425	4337	2517	2100	1027
Ponte da Barca	4332	4348	2723	2558	870
Ponte de Lima	4790	4762	2595	2804	862
Valença	4384	4540	2644	2463	987
Viana do Castelo	5471	5722	3091	2575	1105
Vila Nova de Cerveira	4251	4660	2787	2767	1046

Fonte: INE

No que se refere à duração do subsídio de desemprego, o número médio de dias, no concelho de Vila Nova de Cerveira (162) é inferior à média nacional e da Região Norte (170 e 177, respetivamente), mas superior ao registado na Região do Alto Minho (151). Pelo contrário, o número médio de dias de subsídio de doença é superior à média nacional e na Região Norte (média de 53 e 51 dias, respetivamente), mas inferior ao registado na Região do Alto Minho (63).

**Gráfico 23** – N.º médio de dias das prestações sociais da Segurança Social, por municípios da Região do Alto Minho (2019) (N.º)



Fonte: INE

Analizando o número de pensionistas, residentes no concelho, que beneficiam de pensões de velhice, verifica-se que o mesmo é superior ao número de pensionistas de sobrevivência e de invalidez. Comparativamente com os outros concelhos da Região do Alto Minho, Vila Nova de Cerveira é o concelho que, simultaneamente com Valença, apresenta maior percentagem de pensionistas com pensão de sobrevivência.

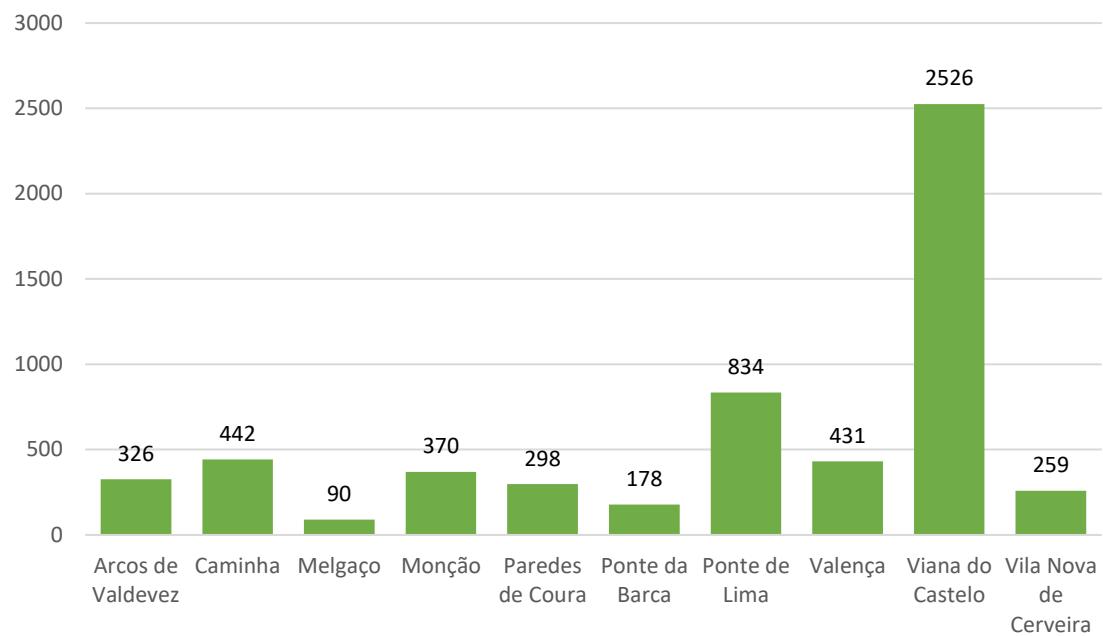
**Tabela 35** – Pensionistas da Segurança Social, segundo o tipo de pensão (a 31 de dezembro de 2019) (N.º)

Território	Total		Invalidez		Velhice		Sobrevivência	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Região do Alto Minho	69657	5026	7,2	48017	68,9	16614	23,9	
Arcos de Valdevez	7144	466	6,5	4847	67,8	1831	25,6	
Caminha	5045	292	5,8	3549	70,3	1204	23,9	
Melgaço	2361	121	5,1	1745	73,9	495	21,0	
Monção	5750	286	5,0	4063	70,7	1401	24,4	
Paredes de Coura	2746	235	8,6	1869	68,1	642	23,4	
Ponte da Barca	3662	359	9,8	2403	65,6	900	24,6	
Ponte de Lima	11795	1050	8,9	7951	67,4	2794	23,7	
Valença	3886	218	5,6	2653	68,3	1015	26,1	
Viana do Castelo	24509	1844	7,5	17052	69,6	5613	22,9	
Vila Nova de Cerveira	2759	155	5,6	1885	68,3	719	26,1	

Fonte: INE

Relativamente ao subsídio de desemprego e quando comparado com os restantes municípios da Região do Alto Minho, no ano 2019, o concelho de Vila Nova de Cerveira foi o terceiro com menor número de beneficiários/as. Face à população residente em idade ativa no concelho (entre os 15 e os 64 anos), o número de pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego, representava em 2020, 4,5% deste grupo populacional.

**Gráfico 24 –** Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, por concelho da Região do Alto Minho (2019) (N.º)



Fonte: INE

**Tabela 36 –** Pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa (15 a 64 anos) (2020) (%)

Território	% de pessoas em situação de desemprego inscritas no IEFP no total da população residente em idade ativa
Portugal	5,8
Região Norte	6,2
Região do Alto Minho	4,2
Arcos de Valdevez	4,5
Caminha	4,1
Melgaço	2,9
Monção	3,9
Paredes de Coura	5,9
Ponte da Barca	3,7
Ponte de Lima	3,3
Valença	6,6
Viana do Castelo	4,2
Vila Nova de Cerveira	4,5

Fonte: PORDATA

Analizando os dados por sexo, verifica-se que o concelho de Vila Nova de Cerveira tem um maior número de beneficiários do subsídio de desemprego do sexo feminino, e que no ano 2019 se registaram 124 novos beneficiários/as (47,9% do número total de beneficiários do concelho).

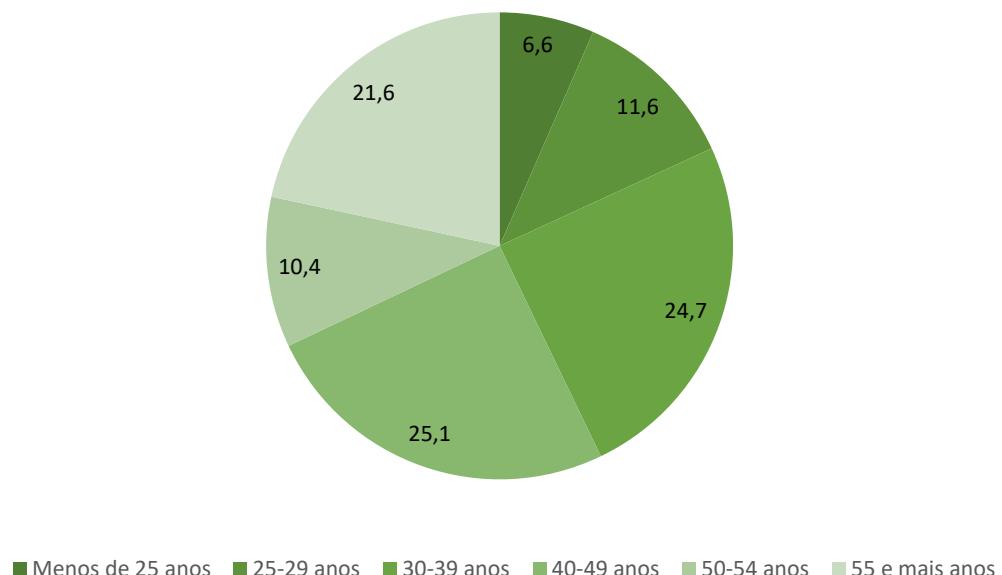
**Tabela 37** – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social, segundo o sexo (2019) (N.º)

Território	Sexo			
	H		M	
	Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias
Região do Alto Minho	2631	1318	3123	1586
Arcos de Valdevez	136	54	190	109
Caminha	176	87	266	122
Melgaço	38	20	52	25
Monção	114	52	256	141
Paredes de Coura	132	63	166	93
Ponte da Barca	77	29	101	53
Ponte de Lima	396	194	438	212
Valença	186	105	245	116
Viana do Castelo	1260	648	1266	657
Vila Nova de Cerveira	116	66	143	58

Fonte: INE

No que respeita ao grupo etário, constata-se que, no município de Vila Nova de Cerveira as faixas etárias com uma maior percentagem de beneficiárias/os são as pessoas com idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos de idade (25,1%).

**Gráfico 25 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social do concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo a idade (2019) (%)**



Fonte: INE

Em 2019, Vila Nova de Cerveira foi o quarto município da Região do Alto Minho com menos beneficiárias/os por subsídio de doença, com menor número de dias e valores processados.

**Tabela 38 – Subsídios por doença da Segurança Social, segundo o sexo (N.º e €) (2019)**

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	17532	7164	10368	17336	7461	9875	1097739	433743	663996
Arcos de Valdevez	1312	529	783	1251	497	754	86487	34345	52142
Caminha	1189	466	723	1071	468	603	65821	25321	40500
Melgaço	318	130	188	215	102	112	16775	7959	8816
Monção	937	391	546	826	401	426	56891	24385	32506
Paredes de Coura	659	279	380	677	227	450	45132	15796	29336
Ponte da Barca	720	294	426	626	236	390	45278	16639	28639

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Ponte de Lima	3519	1503	2016	3033	1453	1580	205122	91888	113234
Valença	1068	403	665	1054	365	689	68623	22933	45690
Viana do Castelo	7025	2882	4143	7763	3414	4348	458683	179298	279385
Vila Nova de Cerveira	785	287	498	821	298	522	48927	15179	33748

Fonte: INE

As principais prestações familiares atribuídas pela Segurança Social contemplam o abono de família para crianças e jovens, o subsídio por assistência de 3<sup>a</sup> pessoa e o subsídio de funeral.

**Tabela 39** – Principais prestações familiares da Segurança Social (N.º e €) (2019)

Território	Abono de família para crianças e jovens			Subsídio por assistência de 3 <sup>a</sup> pessoa		
	B	D	Valor processado	B	D	Valor processado
	N.º	Milhares de euros		N.º	Milhares de euros	
Região do Alto Minho	15889	24002	14317	199	205	255
Arcos de Valdevez	1309	1971	1153	13	13	16
Caminha	1108	1635	1015	8	8	9
Melgaço	404	580	341	4	4	4
Monção	1081	1576	919	19	21	26
Paredes de Coura	620	929	548	6	8	11
Ponte da Barca	861	1294	757	15	16	20
Ponte de Lima	3308	5174	2918	38	38	46
Valença	1005	1474	930	5	5	7
Viana do Castelo	5588	8481	5211	84	85	109
Vila Nova de Cerveira	605	888	526	7	7	8

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: INE

**Tabela 40 –** Principais prestações familiares da Segurança Social (2019) (N.º e €) (Cont.)

Território	Subsídio de funeral	
	B N.º	Valor processado Milhares de euros
Região do Alto Minho	284	63
Arcos de Valdevez	50	11
Caminha	17	4
Melgaço	34	7
Monção	24	5
Paredes de Coura	16	4
Ponte da Barca	17	4
Ponte de Lima	34	8
Valença	10	2
Viana do Castelo	73	16
Vila Nova de Cerveira	9	2

B- Beneficiários/as; D – Descendentes ou Equiparados

Fonte: INE

Das três prestações familiares, que aqui se apresentam, a que se destaca a nível nacional, na Região do Alto Minho e no concelho de Vila Nova de Cerveira, em número de beneficiárias/os e descendentes ou equiparadas/os e em valor processado, é o abono de família para crianças e jovens. No ano de 2019, foram 605 os indivíduos que beneficiaram desta prestação familiar em Vila Nova de Cerveira.

Em 2019, foram atribuídos 536 milhares de euros em prestações familiares no concelho de Vila Nova de Cerveira, 98,1% dos quais em abonos de família para crianças e jovens.

O montante total das prestações familiares no concelho de Vila Nova de Cerveira representou, em 2019, 3,7% do valor total processado na Região do Alto Minho, para as referidas prestações.

No que se refere ao subsídio parental inicial, em 2019 foram atribuídos aproximadamente 290 milhares de euros, a 173 beneficiários. Permanecem as diferenças relativas ao sexo ao nível das atribuições, designadamente ao nível dos dias

processados e, por conseguinte, nos valores disponibilizados, sendo as mulheres quem mais beneficiou deste apoio.

**Tabela 41** – Subsídio parental inicial da Segurança Social, segundo o sexo (2019) (N.º e €)

Território	Beneficiárias/os (N.º)			Valores processados (milhares de euros)			Dias processados (N.º)		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Região do Alto Minho	3380	1556	1824	6207	1596	4610	237266	49970	187296
Arcos de Valdevez	261	114	147	443	104	339	18642	3982	14660
Caminha	225	95	130	430	93	337	16138	3099	13039
Melgaço	59	24	35	108	22	85	4675	810	3865
Monção	216	100	116	343	84	259	14842	3115	11727
Paredes de Coura	143	63	80	237	48	189	9115	1741	7374
Ponte da Barca	133	63	70	224	59	165	9557	1822	7735
Ponte de Lima	634	296	338	1071	282	789	47549	10462	37087
Valença	190	86	104	316	84	231	11094	2003	9091
Viana do Castelo	1346	631	715	2745	753	1993	95784	20776	75008
Vila Nova de Cerveira	173	84	89	290	67	223	9870	2160	7710

Fonte: INE

No que respeita à prestação social do Rendimento Social de Inserção (RSI), em 2019, eram 75 os beneficiários do concelho de Vila Nova de Cerveira, sendo o terceiro município da Região do Alto Minho com menor número de beneficiários desta prestação social. No entanto, importa referir que o número de beneficiários de RSI tem vindo a decrescer na última década<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> No ano 2015 contabilizaram-se 119 beneficiários de RSI, em 2017 – 101 e em 2018 – 88 (INE)

**Tabela 42 –** Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, segundo sexo (2019) (N.º)

Território	Total	Sexo	
		H	M
Região do Alto Minho	2803	1428	1375
Arcos de Valdevez	222	121	101
Caminha	168	95	73
Melgaço	68	37	31
Monção	175	85	90
Paredes de Coura	55	32	23
Ponte da Barca	127	62	65
Ponte de Lima	333	147	186
Valença	274	137	137
Viana do Castelo	1306	668	638
Vila Nova de Cerveira	75	44	31

Fonte: INE

Quando analisados os dados relativos ao sexo dos seus beneficiários, verifica-se que não existe diferença significativa entre homens e mulheres no concelho de Vila Nova de Cerveira. No ano 2019, foram 30 os beneficiários/as de RSI com idade igual ou superior a 55 anos e 12 com idade igual ou inferior a 25 anos<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Informação não disponível para outros grupos etários

## Em Síntese:

- ▶ Em 2019, o valor médio anual das pensões de sobrevivência e de velhice, registado no concelho, foi o terceiro e o quarto mais elevado da Região do Alto Minho, no entanto o valor médio anual da pensão de invalidez foi o terceiro mais baixo da Região;
- ▶ Nesse mesmo ano, Vila Nova de Cerveira registou 2.759 pensionistas (invalidez, velhice e sobrevivência), 68,3% dos quais beneficiários de pensão de velhice, a qual, em média, foi de 388€/mês (inferior à média nacional 543,5€)<sup>26</sup>;
- ▶ Vila Nova de Cerveira foi o terceiro município da Região do Alto Minho com menor número de beneficiários de subsídio de desemprego, 25,1% dos quais com idade compreendida entre os 40 e os 49 anos;
- ▶ De entre as prestações familiares atribuídas a residentes no concelho, o abono de família para crianças e jovens é o que mais se destaca, com 606 beneficiários/as em 2019;
- ▶ Relativamente à prestação social RSI, em 2019, Vila Nova de Cerveira registou 75 beneficiários/as, na sua maioria com menos de 25 anos de idade e com mais de 55 anos de idade.

---

<sup>26</sup> O valor anual das pensões e subsídios foi dividido por 12 meses.

## 7.1.6. Educação

A educação é considerada essencial para o desenvolvimento social do território, visto a literacia da população contribuir para a sua qualidade de vida. Os níveis de escolaridade da população, o insucesso e abandono escolar e cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino, são desta forma, indicadores importantes a considerar.

Ao analisar os dados relativos à educação importa realçar a alteração à escolaridade obrigatória, alargando a mesma a 12 anos de escolaridade (até aos 18 anos), a qual data de 2 de agosto de 2012, com o Decreto-Lei nº176/2012. Este é um fator a ter em conta ao analisar os dados dos últimos censos de 2011, período no qual a escolaridade obrigatória era ainda de 9 anos de escolaridade (até aos 16 anos).

No concelho de Vila Nova de Cerveira existe a seguinte oferta educativa, por níveis de ensino:

**Tabela 43** – Níveis de ensino existentes em Vila Nova de Cerveira, entidade e tipo de rede existente (2020/2021)

Entidade		Nível de Ensino
<b>Rede</b>	Centro Social e Paroquial de Campos	Creche
<b>Solidária</b>	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira	Creche e Pré-escolar
	Agrupamento de escolas de Vila Nova de Cerveira	Pré-escolar 1º Ciclo 2º Ciclo 3º Ciclo Secundário
<b>Rede</b>		
<b>Pública</b>	ETAP - Escola Profissional de Vila Nova de Cerveira	Cursos profissionais (12º ano) CEF (9ºano) Cursos de Aprendizagem Centro Qualifica Formação Modular Cursos EFA
<b>Rede</b> <b>privada</b>	ESG - Escola Superior Gallaecia <sup>27</sup>	Licenciatura Mestrado

Fonte: Agrupamento de Escolas Vila Nova de Cerveira: Projeto Educativo 2018/2021; sites institucionais

<sup>27</sup> Encontra-se atualmente integrada na Universidade Portucalense - Porto

No que se refere a alunos inscritos, podemos verificar, que a maioria dos alunos se encontrava a frequentar os estabelecimentos de ensino do agrupamento de escolas de Vila Nova de Cerveira, verificando-se que os cursos profissionais ministrados na ETAP, reduziram no ano letivo de 2020/2021 o número de alunos inscritos, quando comparado com os dados dos 4 anos letivos anteriores, onde se registaram um total de alunos inscritos sempre superior a 50.

**Tabela 44** – Respostas do agrupamento de escolas de Vila Nova de Cerveira por oferta educativa e número total de alunos (2019/2020)

Respostas da Rede Pública de Ensino	N.º	N.º total de alunos
Educação Pré-escolar	3	171
1º Ciclo do Ensino Básico	3	276
2º Ciclo do Ensino Básico	1	192
3º Ciclo do Ensino Básico	1	270
Ensino Secundário	1	143
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>1052</b>

Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira

**Tabela 45** – Alunos inscritos na ETAP em 2020/2021, ano escolar e curso (N.º)

Ano Escolar	Curso	N.º total de alunos
10º Ano	Técnico de Comunicação e Serviço Digital	6
11º Ano	Técnico de Design de Moda	8
	Técnico de Fotografia	13
12º Ano	Técnico de Design de Moda	9
	Técnico de Fotografia	4
<b>Total de alunos inscritos</b>		<b>40</b>

Fonte: ETAP

No ano letivo 2017/2018, verificava-se que no concelho de Vila Nova de Cerveira o número de alunos inscritos na rede pública era superior ao número de alunos inscritos na rede privada em todos os níveis de ensino (desde a educação pré-escolar até ao 12º ano de escolaridade).

**Tabela 46** – Respostas e alunos inscritos por grau de ensino, na rede pública e na rede privada – Ano letivo 2017/2018 (N.º)

	Total		Rede pública		Rede privada	
	Resp.	Alunos 2017/18	Resp.	Alunos 2017/18	Resp.	Alunos 2017/18
<b>Educação Pré-escolar</b>	4	190	3	169	1	21
<b>1º CEB</b>	3	309	3	309	0	0
<b>2º CEB</b>	1	178	1	178	0	0
<b>3º CEB</b>	2	287	1	245	1	42
<b>Secundário</b>	3	220	1	156	2	64

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2018

No que se refere ao Abandono Escolar, Vila Nova de Cerveira apresentava em 2011 uma taxa de 1%, sendo esta inferior à registada a nível nacional (1,70%) e ao nível da Região do Alto Minho (1,55%).

Territorialmente, foi na freguesia de Vila Meã, que se verificou uma taxa mais elevada de abandono escolar, no ano de 2011 (13,33%).

**Tabela 47** – Taxa de Abandono Escolar no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (%)

Território	Taxa de Abandono Escolar <sup>28</sup>
Portugal	1,70
Região Norte	1,53
Região do Alto Minho	1,55
Vila Nova de Cerveira	1

Fonte: INE, Censos 2011

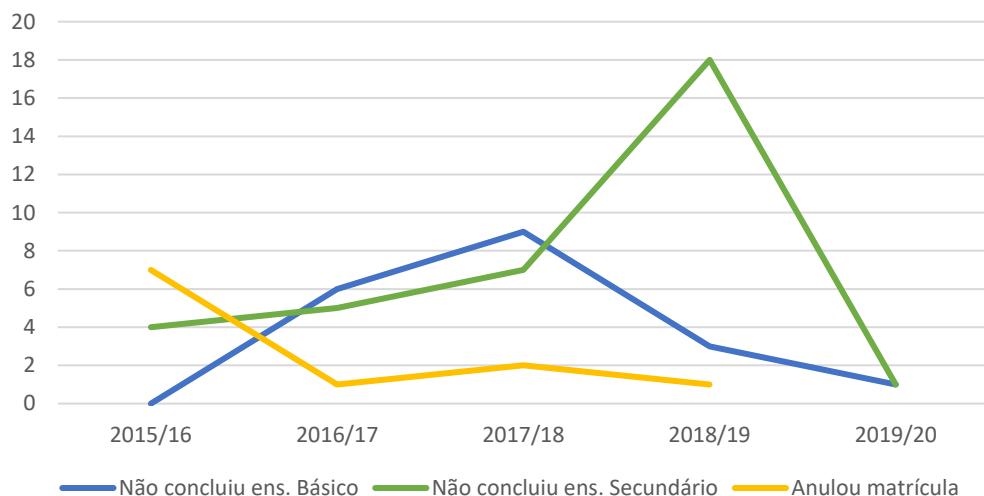
Dados referentes ao ano letivo 2019/20, fornecidos pelo Agrupamento de Escolas, indicam que apenas se registou abandono escolar por parte de 1 aluno, o qual frequentava o ensino básico. Verificou-se também a não conclusão por parte de 2 alunos: 1 do ensino básico e 1 do ensino secundário. Já na Escola Profissional de Vila

<sup>28</sup> **Taxa de abandono escolar:** Saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (INE).

Nova de Cerveira (ETAP) verificou-se a desistência de 7 alunos, nesse mesmo ano letivo.

Analizando os dados referentes aos últimos anos letivos, verifica-se que o número de alunos a não concluir o ensino, quer ao nível do ensino básico, quer ao nível do ensino secundário, diminuiu no último ano letivo de 2019/2020.

**Gráfico 26 – Alunos que não concluíram ou abandonaram o ensino, por ano letivo (N.º)**

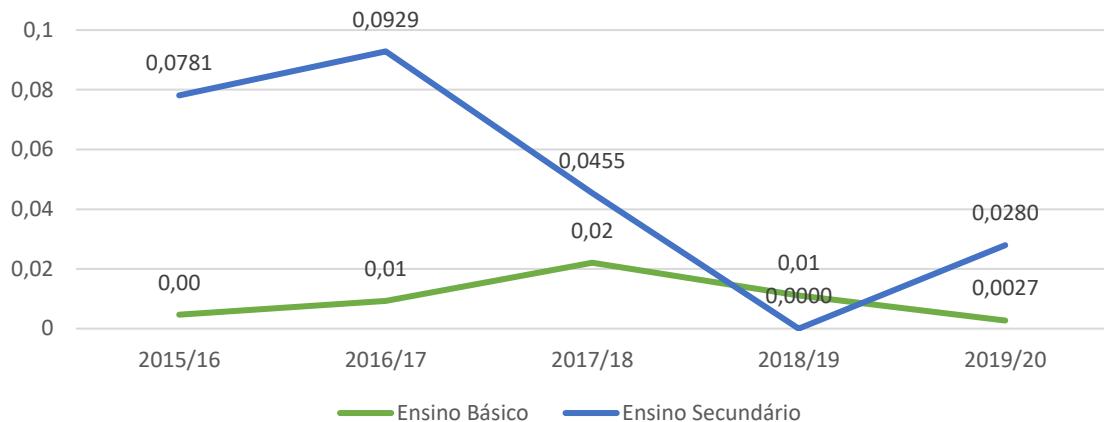


Fonte: Agrupamento de escolas Vila Nova de Cerveira

O concelho de Vila Nova de Cerveira, ao nível da educação registava, em 2018, uma taxa bruta pré-escolarização e de escolarização elevada no ensino básico, sendo em ambos os casos superior a 100% (106,1% e 109,3% respetivamente), pelo que se depreende que a população em idade pré-escolar (entre os 3 e os 5 anos de idade) e escolar do ensino básico (1º ao 9º ano) está a frequentar a escola. A taxa superior a 100% no ensino básico poderá ser reflexo da taxa de retenção e desistência nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (3,4% e 3,5%, respetivamente), bem como pelo número de crianças residentes em outros concelhos, mas que se encontram a frequentar as escolas de Vila Nova de Cerveira.

Dados fornecidos pelo Agrupamento de Escolas do concelho relativamente aos últimos anos letivos de 2015/16 a 2019/20, permitem concluir que a percentagem de alunos que não transitaram é bastante baixa, sendo esta sempre superior no ensino secundário, exceto no ano letivo 2018/2019, ano em que não se registaram retenções no ensino secundário.

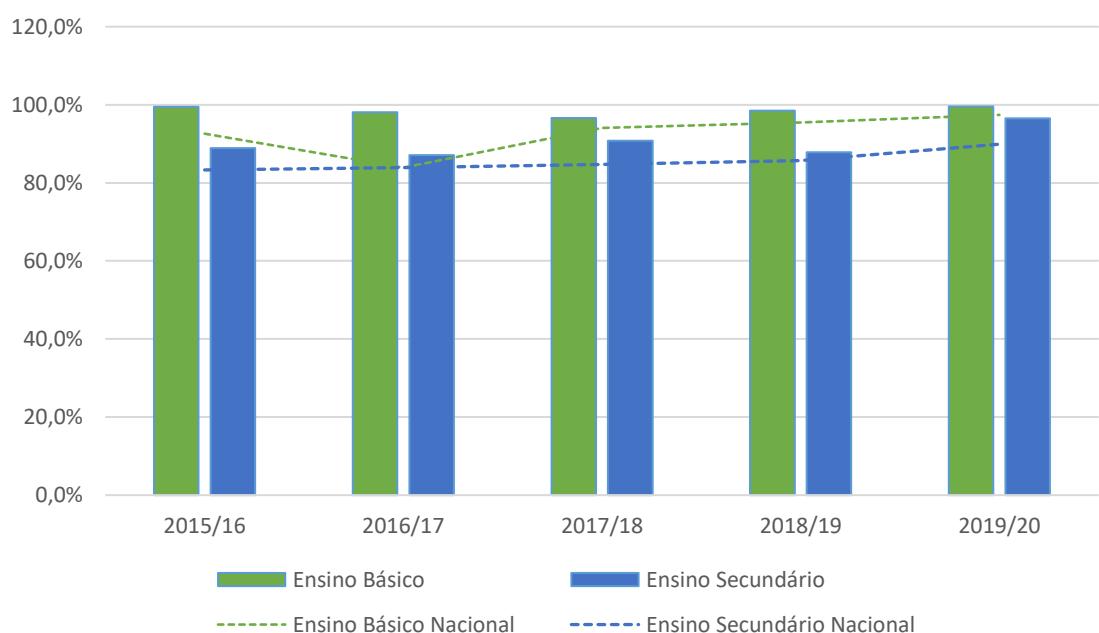
**Gráfico 27 – Alunos que não transitaram de ano letivo, no Agrupamento de Escolas do concelho de Vila Nova de Cerveira, entre os anos letivos 2015/16 e 2019/20, por nível de ensino (%)**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira

Analizando os dados disponíveis para estes mesmos anos letivos é possível verificar que a taxa de sucesso do agrupamento, quando comparada com a taxa nacional, é sempre superior ao nível do ensino básico e secundário, tal como podemos verificar no gráfico seguinte:

**Gráfico 28 – Taxa de sucesso escolar, no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira e a nível nacional, entre os anos letivos 2015/16 e 2019/20, por nível de ensino (%)**



Fonte: Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira

Comparativamente com os restantes concelhos da Região do Alto Minho, Vila Nova de Cerveira é o concelho com maior taxa bruta de pré-escolarização (121,6%), também superior à registada a nível nacional e na Região do Alto Minho (97,1% e 108,4%, respetivamente).

**Tabela 48 – Indicadores de Educação (2019/2020) (%)**

Território	Taxa bruta de pré- escol. <sup>29</sup>	Taxa bruta de escolarização <sup>30</sup>		Taxa de retenção e desistência no ensino básico <sup>31</sup>				Taxa de transição/ conclusão (Ensino Secundário)
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º CEB	2º CEB	3º CEB	
Portugal	97,1	108,4	122,9	2,2	1,4	2,4	3,0	91,5
Região Norte	100,3	108,9	122,0	1,2	0,7	1,1	1,7	93,5
Região do Alto Minho	108,4	108,5	135,1	0,5	0,4	0,5	0,7	92,6
Vila Nova de Cerveira	121,6	110,5	76,9	0,5	1,1	-	0,4	96,9

Fonte: INE

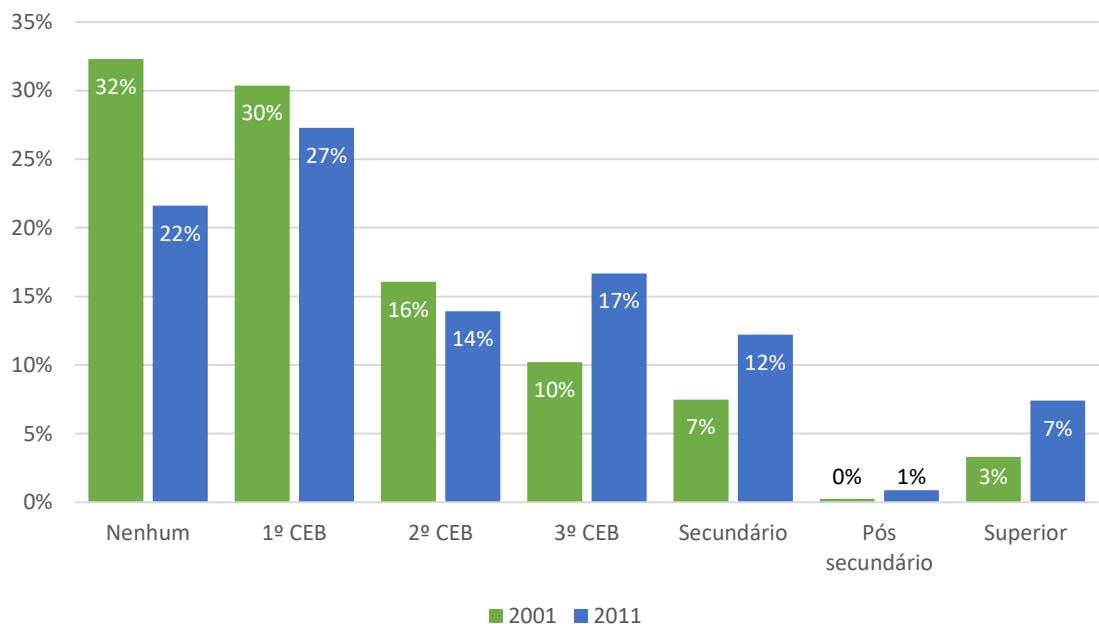
No que concerne à percentagem de alunos que concluem ou transitam no Ensino Secundário, Vila Nova de Cerveira é o segundo concelho da Região com maior percentagem (96,9%), superior ao registado na Região do Alto Minho, na Região Norte e a nível nacional (92,6%, 93,5% e 91,5%, respetivamente).

<sup>29</sup> **Taxa bruta de pré-escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (entre os 3 e os 5 anos) (INE).

<sup>30</sup> **Taxa bruta de escolarização:** Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (INE).

<sup>31</sup> **Taxa de retenção e desistência:** Relação percentual entre o número de alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade e o número de alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano lectivo (INE).

**Gráfico 29 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo os níveis de escolaridade completos (2001 e 2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No que se refere ao nível de escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que existe ainda uma percentagem significativa sem qualquer nível de escolarização concluído ou apenas com o 1º Ciclo de Ensino Básico, com base nos dados do gráfico 29. No entanto, os dados deverão ser interpretados com cautela, visto que se encontra incluído o grupo etário até aos 8 anos, o qual ainda não concluiu o 1º CEB devido à sua idade. Ainda assim, verifica-se, entre 2001 e 2011, uma diminuição da proporção da população sem nenhum nível de escolaridade concluído e com o 1º e 2º Ciclos de Ensino Básico, tendo os restantes níveis de ensino verificado um crescimento.

**Tabela 49 –** População residente com 10 e mais anos de idade analfabetos (2011) (N.º)

Território	Total	Homens	Mulheres
Região do Alto Minho	15380	3889	11491
Vila Nova de Cerveira	511	129	382

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à população analfabeta residente com 10 ou mais anos, o concelho de Vila Nova de Cerveira apresentava, no ano 2011, 511 residentes nesta circunstância.

À data dos Censos 2011, 6,04% da população residente em Vila Nova de Cerveira, era analfabeta (3,24% do sexo masculino e 8,54% do sexo feminino). É importante destacar que, relativamente ao mesmo período, 23,53% da população tinha 65 e mais anos (2177 residentes).

## Em Síntese:

- ▶ No ano letivo 2019/20 existiam no concelho 9 respostas escolares do ensino público pertencentes ao agrupamento de escolas de Vila Nova de Cerveira;
- ▶ No ano letivo 2019/2020, a taxa bruta de escolarização no ensino básico foi de 110,5%, sendo superior a 100%, significa que a população com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos se encontra a frequentar a escola, no entanto o facto de ser superior a 100% poderá refletir a taxa de retenção nos 1º e 3º Ciclos do Ensino Básico e a frequência de crianças residentes em outros concelhos;
- ▶ Existe uma tendência para o aumento da escolaridade da população residente no concelho, verificando-se um aumento, entre 2001 e 2011, da população com pelo menos o 3º Ciclo do Ensino Básico concluído e uma diminuição da população com nenhum ou com apenas o 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico concluído;
- ▶ No ano 2011, o nível de escolaridade da população residente no concelho era relativamente baixo, sendo que 22% da população não tinha nenhum nível de educação concluído, 27% tinha o 1º Ciclo do Ensino Básico e 14% tinha o 2º Ciclo do Ensino Básico;
- ▶ Nesse mesmo ano, a taxa de analfabetismo no concelho foi de 6,04% e a taxa de Abandono Escolar era de 1%;
- ▶ Desde o ano letivo 2018/2019 que o número de alunos a não concluir o ensino secundário tem vindo a diminuir (no ensino básico esta tendência verifica-se desde o ano letivo 2017/2018);
- ▶ Desde 2015/2016 que a percentagem de alunos que não transitam de ano é inferior a 0,1% quer no ensino básico, quer no ensino secundário;
- ▶ A taxa de sucesso do agrupamento de escolas de Vila Nova de Cerveira, quando comparada com a taxa nacional, é superior no nível do ensino básico e secundário desde o ano letivo 2015/2016.

### 7.1.7. Segurança Pública

No domínio da segurança e criminalidade, importa destacar que a mesma tem ao longo dos tempos, sofrido alterações ao nível da percepção e reconhecimento por parte da sociedade, verificando-se por isso alterações ao nível da legislação e das denúncias (por exemplo, as alterações legislativas no âmbito da violência doméstica e os crimes contra animais de companhia).

**Gráfico 30** – Evolução da taxa de criminalidade no concelho de Vila Nova de Cerveira entre 2011 e 2020 (%)



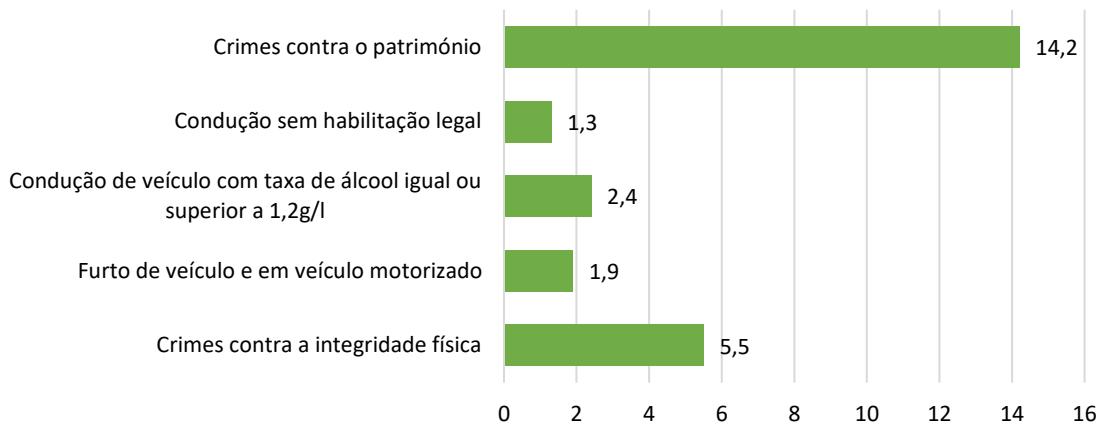
Fonte: INE

A taxa de criminalidade<sup>32</sup>, no concelho de Vila Nova de Cerveira tem vindo a registar oscilações desde 2011, tendo-se registado no ano 2013, o valor mais elevado da última década.

<sup>32</sup> **Taxa de criminalidade:** Relação entre o número de crimes e a população residente (INE)

O concelho de Vila Nova de Cerveira, apresentou em 2020, uma taxa de criminalidade de 30,6‰, sendo os crimes contra o património os mais registados (14,2‰), seguindo-se os crimes à integridade física (5,5‰).

**Gráfico 31 – Taxa de criminalidade no concelho de Vila Nova de Cerveira por categoria de crime em 2020 (%)**



Fonte: INE

Em 2020 foram registados pelas autoridades policiais 272 crimes, tendo-se verificado que a maioria foi contra o património (126), seguindo-se os crimes contra pessoas (67) e os crimes contra a vida em sociedade (53). Destaca-se ainda o registo de 30 crimes devido a situações de violência doméstica contra cônjuge ou análogos.

Analizando os dados disponíveis entre 2013 e 2020, pode-se verificar um aumento de crimes contra pessoas, contra a integridade física, violência doméstica contra cônjuges ou análogos, crimes previstos em legislação avulsa e devido a condução sem habilitação legal (gráfico 33).

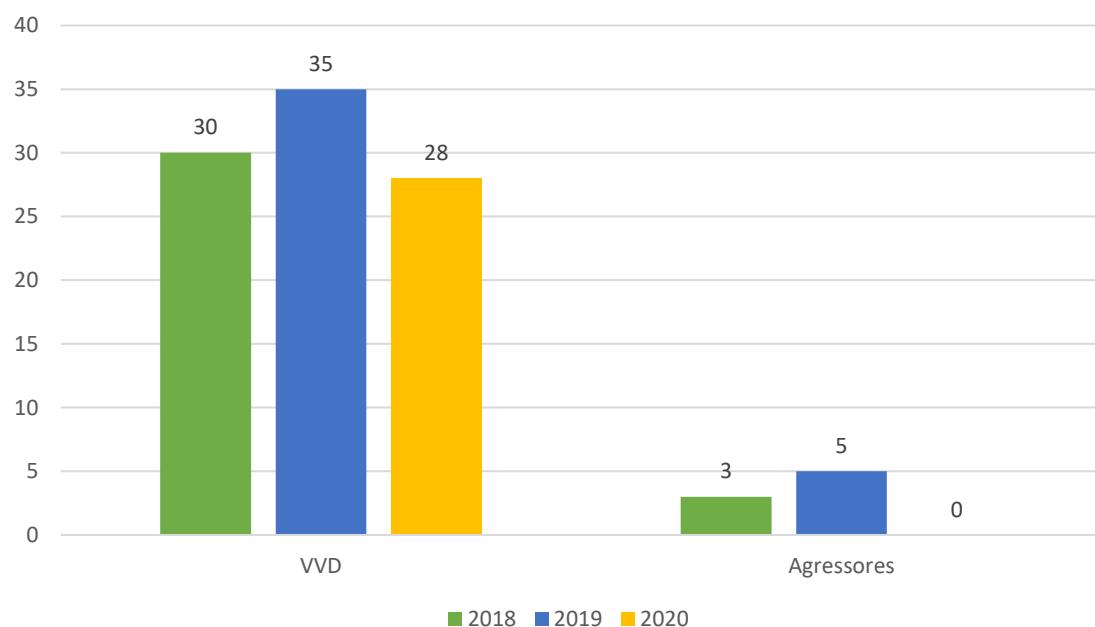
No âmbito da resposta a vítimas de violência doméstica existem, a nível distrital, os seguintes recursos:

- **Centro de Atendimento a Vítimas de Violência**, do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, que presta apoio a vítimas diretas e indiretas de violência doméstica e ofensores, residentes no distrito de Viana do Castelo. Tem os seguintes serviços/ apoios: Apoio psicológico, social e jurídico a vítimas de violência doméstica e agressores residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira;

- **Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Centro de Alojamento para Vítimas de Violência Doméstica e Casa Abrigo** (que, embora não exclusiva para vítimas de violência doméstica, responde também a esta problemática), promovidas pelo Gabinete de Atendimento à Família, sediado em Viana do Castelo.

O Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica do Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, acompanhou nos últimos 3 anos, 93 vítimas de violência doméstica residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira e 8 agressores. No ano de 2019, verificou-se um maior número de casos com intervenção por parte deste Centro: 35 Vítimas e 5 Agressores.

**Gráfico 32** – N.º de utentes residentes em Vila Nova de Cerveira acompanhados pelo Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 2018, 2019 e 2020

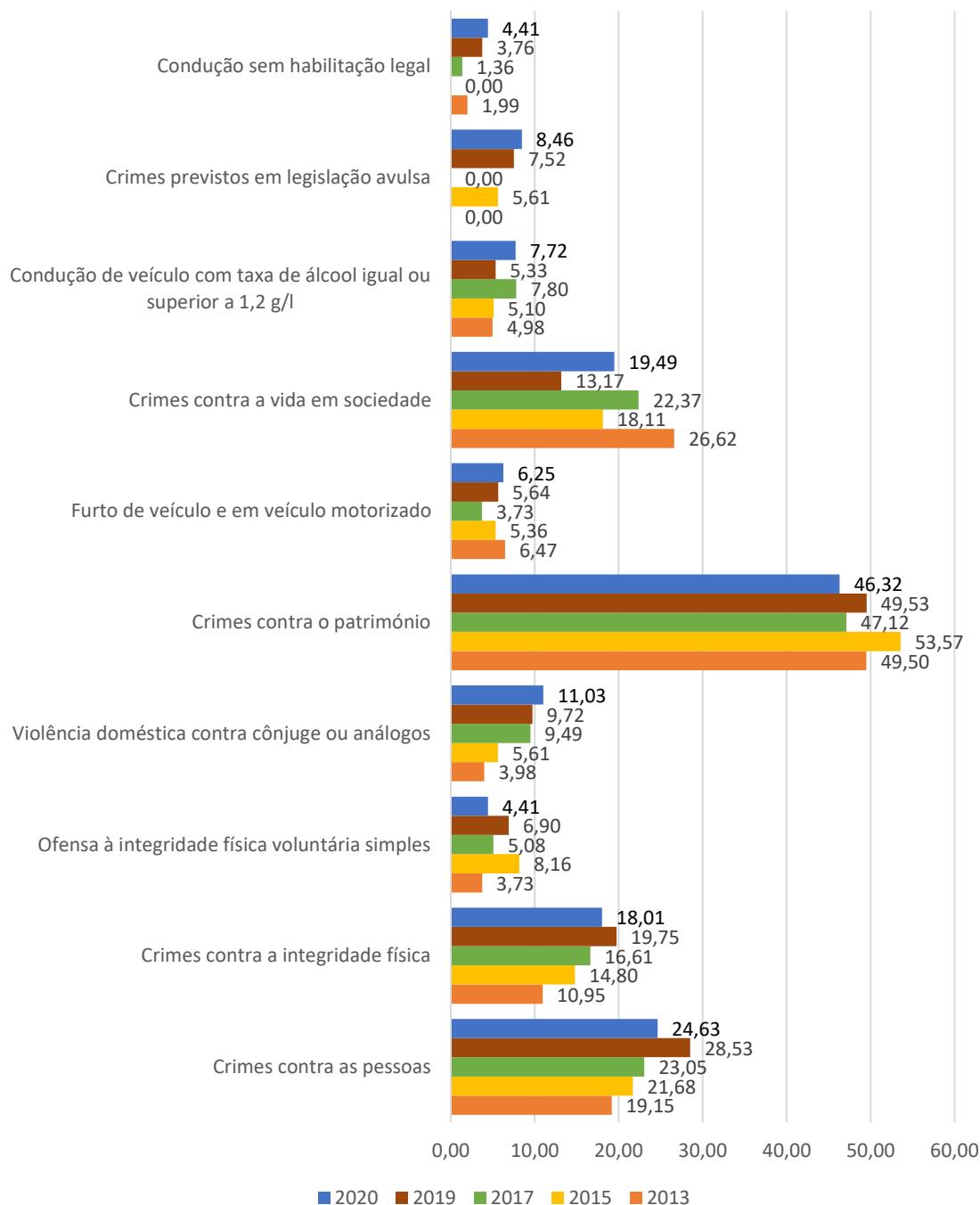


Fonte: Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora – Centro de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

Durante abril e julho de 2020, o Gabinete de Atendimento à Família (GAF), foi responsável por um Centro Temporário de Acolhimento de Emergência (CTAE) para vítimas de violência doméstica, dada a necessidade de responder ao aumento do número de camas na Rede Nacional de Apoio às Vítimas, na sequência da situação pandémica. O CTAE funcionou em Vila Nova de Cerveira e respondeu a vítimas de

várias zonas do país. No período de funcionamento deste CTAE foram acolhidas 109 pessoas e realizados 844 atendimentos.

**Gráfico 33 – Crimes registados pelas autoridades no concelho de Vila Nova de Cerveira, por categoria de crime, entre 2013 e 2020 (%)**



Fonte: INE

## Em Síntese:

- ▶ A taxa de criminalidade no concelho de Vila Nova de Cerveira tem oscilado desde 2011;
- ▶ Em 2020, a taxa de criminalidade no concelho foi de 30,6%;
- ▶ Os crimes mais frequentes foram contra o património (14,2%) e contra a integridade física (5,5%);
- ▶ Desde 2013 que se tem registado no concelho um aumento de crimes, registados pelas autoridades policiais, nomeadamente, contra pessoas, contra a integridade física e de situações de violência doméstica;
- ▶ No âmbito da intervenção com vítimas de violência doméstica destaca-se o trabalho realizado pelo Gabinete de Atendimento à Família e pelo Centro de Atendimento a Vítimas de Violência.

### 7.1.8. Participação e envolvimento

Numa dinâmica de parceria e de atuação concertada, não se podem descurar áreas transversais que importam cuidar, para que os resultados das intervenções junto das populações sejam o mais eficazes e eficientes possível. Desta forma, para além das áreas de intervenção centrais já abordadas e dos grupos populacionais que se poderão encontrar em maior risco, importa num documento como o diagnóstico social destacar outras áreas como a da participação e envolvimento comunitário da população, as quais resultam em movimentos associativos e de voluntariado que em muito contribuem para a dinâmica social do território.

Tal como afirma Artur Martins “*o homem enquanto ser social sempre se associou*” (Martins, s/d, p. 1), o que reflete bem a importância da existência de associações, revelando a necessidade que as pessoas sempre manifestaram em ter “espaços” onde encontrem respostas às suas necessidades nas mais variadas dimensões: formativa, desportiva, cultural, recreativa, entre outras (Cardoso, 2014).

Uma **associação** define-se como um grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo como objetivo compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses (Meister, 1972, *in* Viegas, 2004). A cooperação é fator de distinção entre associações e sociedades comerciais com fins lucrativos, e nessa medida, as associações requerem a existência de uma sociedade pluralista, constituindo-se como um núcleo fundamental da sociedade civil ou do “terceiro sector” (e.g. Cohen e Arato, 1999; van Til, 2000, *in* Viegas, 2004).

Nessa linha, o **associativismo** pode ser definido como uma forma de organização da sociedade civil, na qual os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns com objetivos de entre ajuda e de cooperação sem fins lucrativos (Carvalho, 2015). Desta forma, é um fenómeno que contribui para que as populações se organizem de forma mais adequada, rentabilizando espaços e equipamentos, melhorando condições de vida das comunidades e fazendo chegar a sua voz junto dos poderes instituídos.

Para Dominique Mehl (citada por Vilaça, 193:59) o movimento associativo tem um papel específico na regulação social, responde a funções sociais particulares e ocupa um

lugar original no sistema político-social. (...) As associações podem revestir-se de uma ação fundamental na mediação das relações entre o indivíduo e o Estado. Neste sentido, as associações voluntárias podem tornar-se um meio de integração dos indivíduos nas sociedades democráticas.

As associações podem ser divididas em três tipos, consoante as funções que desempenham e o seu contributo fundamental (Viegas, 2014):

- a. *Associações de “integração social”*: englobam associações de solidariedade social e religiosas; associações desportivas culturais e recreativas; associações de pais e moradores;
- b. *Associações de “defesa de interesses de grupo”*: englobam sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas, e associações empresariais ou financeiras;
- c. *Associações que expressam “os novos movimentos sociais”*: englobam as associações de defesa dos direitos de cidadania; associações de consumidores; associações ecologistas e ambientais; e associações de defesa dos animais.

Tendo em conta os seus efeitos democráticos, as associações apresentam três níveis (Warren, 2001 e 2004, in Viegas, 2004):

1. *Efeitos a nível individual*: aumento da informação, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política;
2. *Efeitos ao nível da esfera pública*: interesses de grupos específicos, contribuição para a comunicação pública e para deliberação política;
3. *Efeitos institucionais*: representação de interesses, identidades e orientações normativas.

Neste âmbito, importa salientar que a transformação das associações nos últimos anos manifesta uma menor militância interna, compensada por um reforço da sua intervenção na esfera pública, quer na representação de interesses de grupo, quer na defesa de valores e normas sociais (Viegas, 2014).

Nesse sentido, destaca-se a identificação de seis contribuições da existência das associações para dinamização da vida democrática (Fung, 2003 in Carvalho, 2015):

1. A existência das associações é uma manifestação de um dos princípios fundamentais da democracia – a liberdade de expressão;
2. As associações são espaços de socialização cívica, política e cultural;

3. As associações podem assumir um papel de contrapoder às manifestações ilegítimas da autoridade do estado ou da concentração de interesses;
4. Assumem a função de representação de interesses junto de decisores políticos;
5. As associações são uma das componentes do espaço público em que a deliberação coletiva pode ocorrer;
6. O envolvimento direto das associações em determinados domínios do *welfare* como forma de ultrapassar algumas limitações no plano dos *outputs* da ação governamental e de reduzir o défice de participação dos cidadãos nos *inputs* da governação.

É, ainda, de referir os contributos que o setor associativo parece apresentar ao nível da coesão social, ao dar resposta, simultaneamente, em termos da criação de laços, da criação de sentido e de atividade, respondendo consequentemente às questões da exclusão (Brunet, s/d, in Carvalho, 2015).

Por tudo isto, e de acordo com Ferreira (2008, in Carvalho, 2015), é possível, concluir que existe um largo consenso sobre a importância das associações na vida democrática nas sociedades desenvolvidas, e que o associativismo se torna um veículo fundamental de promoção da cidadania, pois incute virtudes cívicas, desenvolve competências e capacidades sociais dos indivíduos, que facilitam, por exemplo, a aquisição e o exercício de técnicas de organização, de condução de reuniões, de comunicação pública e de argumentação (Carvalho, 2015). Para Tocqueville (2001, in Viegas, 2014), os indivíduos, ao envolverem-se em associações, não só interiorizam valores cívicos de cooperação e reciprocidade, como desenvolvem atitudes de confiança e se capacitam para a intervenção na esfera pública e na esfera política. Nesse sentido, o associativismo é encarado como uma garantia de liberdade e de democracia, onde se reúne um conjunto de pessoas com o intuito de alcançar um objetivo definido.

O associativismo no séc. XXI encontra desafios novos e inéditos face a um contexto marcado por dificuldades económicas e sociais geradoras de tensões e desestruturação, que obrigam à procura de novas soluções e à rentabilização de recursos. Nessa medida, o associativismo pode assumir um papel fundamental na garantia da democracia e no desenvolvimento das comunidades e dos países.

Atendendo à importância que o movimento associativo e de participação pode ter no território, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, entende ser seu desígnio, fomentar e apoiar estas iniciativas, nomeadamente promovendo processos participativos como:

1. Orçamento participativo
2. Conselho Municipal de Juventude
3. Orçamento participativo transfronteiriço Cerveira – Tomiño
4. Banco Local de Voluntariado

O Banco de Voluntariado, existe desde 2008 no município, fruto da assinatura de um Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e o conselho nacional para a promoção do voluntariado. Esta organização pretende aumentar a rede de solidariedade e promover a responsabilidade social. Atualmente o Banco de Voluntariado atua nas áreas de: Infância, Juventude, Idosos, Educação, Cultura, Ambiente, Desporto e Proteção Civil. São entidades promotoras de voluntariado no território:

- Centro de Promoção Social e Paroquial de Reboreda
- Centro Paroquial e Social de Covas
- Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira
- Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira
- Unisénior – Universidade Sénior de Cerveira
- Associação Patas e Patas – Associação de Defesa dos Animais de Cerveira
- ADSL – Associação de Desenvolvimento Social e Local
- Associação Vida Alternativa
- Centro Social e Paroquial de Campos
- Município de Vila Nova de Cerveira (Biblioteca Municipal, Aquamuseu e os Serviços Municipais de Intervenção Social)
- Fundação Bienal de Cerveira

Para além destes processos participativos que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira promove, a mesma tem como entendimento que o Associativismo Desportivo é um pilar de acompanhamento dos jovens e para criar laços entre as diferentes gerações através do desenvolvimento de hábitos de estilos de vida saudáveis.

O trabalho desenvolvido pelas diversas associações, seus dirigentes e técnicos, muitas vezes de forma voluntária, é valorizado e reconhecido a nível camarário como de

enorme importância na dinâmica territorial, existindo no município 15 associações desportivas formalmente constituídas.

**Tabela 50 – Associações desportivas existentes no concelho de Vila Nova de Cerveira**

Designação	Localização	Modalidades	Inscritos
ADECUS - Associação Desportiva e Cultural de Sapardos	Sapardos	Motocross Organização de Rally	15 sócios
Associação de Caça, Pesca, Apicultura e Produtos Florestais de Sopo	Sopo	Caça, tiro desportivo, eventos ligados à atividade	29 sócios
Associação Desportiva de Campos	Campos	Futebol	
Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Cornes	Cornes	Caminhada, corrida, eventos culturais	Direção: 11 comunidade
Associação Desportiva Recreativa e Cultural de Lovelhe	Lovelhe	Atletismo	
Associação Team Trilhos do Cervo	Reboreda	Motocross	
Cerveira Futsal Clube	Campos	Futsal Ténis de mesa	100 sócios
Citius Fit - Clube Fitness de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Aulas livres para a prática de atividade física Treinos personalizados Aulas de grupo Aulas para crianças Aulas unisénior Fance kids Acompanhamento nutricional Fisioterapia manipulativa Atividades outdoor	150 sócios
Clube Celtas do Minho	Vila Nova de Cerveira	Pedestrianismo / Montanhismo e Escalada	
Clube de Caça e Pesca de Vila Nova de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Caça Pesca	
Clube Desportivo de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Futebol de 5/7/9/11	520 inscritos Atletas/ treinadores:190
CTR - Cerveira Team Running	Vila Nova de Cerveira	Trail (corrida de Montanha) Atividade de cariz solidário	110 sócios
Grupo Desportivo e Recreativo de Gondarém	Gondarém	Futsal Futsal – projeto de escolinhas Atividades recreativas e em outdoor	550 sócios
Pedal'Arte - Associação de Cicloturismo de Cerveira	Reboreda	Cicloturismo e BTT- vertente lazer Triatlo/duatlo/aquatlo – vertentes de competição e lazer	74 sócios

Remo - Associação Desportiva e Cultural da Juventude de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Natação Remo	
--	-----------------------	--------------	--

Fonte: CM Vila Nova de Cerveira, páginas institucionais

Para além do associativismo desportivo, o território beneficia da atividade de outras associações de carácter cultural e recreativo, as quais contribuem para o desenvolvimento da comunidade promovendo a participação dos cidadãos na vida social e comunitária. Estas associações desenvolvem atividades de índole popular, etnográfico, desportivo e, ainda, atividades ligadas às artes performativas, nomeadamente à música e à dança.

**Tabela 51** – Associações culturais e recreativas existentes no concelho de Vila Nova de Cerveira

Designação	Localização	Atividades	Praticantes/ sócios
ADEIXA - Associação de Dança do Eixo Atlântico	Vila Nova de Cerveira	Projeto escola Principais Eventos: (Dança Cerveira, Stars Dance - Caminha, Festa Dance Kids – Galícia) Formação / eventos	70 alunos 2000 bailarinos inscritos Comunidade +/- 200 participantes
Amigos da Pena -Associação Social, Recreativa e Cultural	Loivo		(inativa)
APIMIL - Associação de Apicultores Entre o Minho e Lima	Loivo		
Associação Amigos dos Espaços Naturais de Reboreda	Reboreda		
Associação Cultural Convento de S. Paio	Loivo		
Associação Cultural e Recreativa Bombos de S. Tiago de Sopo	Sopo	Bombos Vertente cultural	150 sócios
Associação Cultural e Recreativa do Divino Salvador de Covas	Covas		
Associação Cultural e Recreativa Minho na Vila - Rancho Folclórico de Campos	Campos		
Associação de Artesanato do Vale do Minho	Vila Nova de Cerveira		
Associação Projeto - Núcleo de Desenvolvimento Cultural	Vila Nova de Cerveira		

Associação Recreativa e Cultural de Nogueira	Nogueira		
Centro de Cultura de Campos	Campos		
Cervaria - Associação Cultural e Recreativa	Vila Nova de Cerveira		
Clube de Clássicos Ibéricos	Vila Nova de Cerveira		
Clube Desportivo de Cerveira (Secção de Veteranos)	Vila Nova de Cerveira		
CNE - Agrupamento 1028 de Reboreda	Reboreda	Atividades lúdicas e educacionais	58 elementos
CNE - Agrupamento 981 de Campos	Campos		
Comédias do Minho. Associação Promoção de Atividades Culturais no Vale do Minho <sup>33</sup>	Paredes de Coura		
Coral Polifônico de Cerveira	Vila Nova de Cerveira		
Escola Pé de Dança <sup>34</sup>	Valença		
Fundação Bienal de Cerveira	Vila Nova de Cerveira		
Grupo de Bombos de Loivo	Loivo		(inativa)
Grupo de Bombos de Nogueira	Nogueira		
Grupo de Bombos S. Pantaleão de Cornes	Cornes		
Grupo de Cavaquinhos de Lovelhe	Lovelhe		
Morraceira - Associação Cultural	Vila Nova de Cerveira		(inativa)
Patas e Patas – Associação de Defesa dos Animais de Cerveira	Vila Nova de Cerveira		
Porta Treze - Associação Poética de Todas as Artes	Vila Nova de Cerveira	Celebrar a poesia, Artes, Iniciativas de estudo, formação, produção, edição e divulgação como convívios, oficinas, recitais, exposições, colóquios, seminários, conferências, congressos, festivais, etc	113 sócios
Rancho Folclórico de Sopo	Sopo		
Rancho Folclórico e Etnográfico Reboreda	Reboreda		(inativa)
Rancho Folclórico Infantil de Gondarém	Gondarém	Dança folclore	15 sócios

<sup>33</sup> Encontra-se sediada em outro concelho mas tem uma intervenção significativa em Vila Nova de Cerveira

UNISÉNIOR - Universidade Séniior de Cerveira	Vila Nova de Cerveira	Ensino de português, inglês, informática, música, pintura Prática de ginástica, hidroginástica Tuna Atelier de manualidades	95 alunos
--	-----------------------	--	-----------

Fonte: CM Vila Nova de Cerveira, páginas institucionais

## Em Síntese:

- ▶ O território de Vila Nova de Cerveira tem um forte movimento associativo, existindo no território 36 Associações culturais e recreativas e 15 Associações desportivas;
- ▶ A distribuição geográfica destes movimentos associativos encontra-se mais concentrada em Vila Nova de Cerveira. Na freguesia de Mentrestito e na União de freguesias de Candemil e Gondar não se encontra sediada qualquer associação;
- ▶ Ao nível do voluntariado, este é dinamizado através do Banco de Voluntariado, estando 11 instituições do município como promotoras desta atividade;
- ▶ A nível da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira são já promovidas algumas dinâmicas de participação como: Orçamento participativo; Conselho Municipal de Juventude; Orçamento participativo transfronteiriço Cerveira – Tomiño e o Banco Local de Voluntariado.

## 7.1.9 Igualdade de Género

A implementação de políticas públicas para a igualdade, de âmbito local, teve início na década de 90, mediante a sensibilização realizada pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género aos Municípios. Esta iniciativa teve como resultado a realização de Planos Municipais para a Igualdade, coordenados pelas Câmaras Municipais, que integravam um conjunto de medidas locais para a promoção da igualdade.

O papel dos Municípios é fulcral para a promoção das referidas políticas, devido serem entidades privilegiadas para a dinamização de ações concertadas e adequadas ao contexto local, pelo conhecimento que têm do território e pela gestão dos recursos existentes.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) vem colocar um grande desafio às políticas públicas locais – a integração da perspetiva de género em todos os domínios da ação política (quer ao nível interno, quer de âmbito territorial). Para tal, os Municípios deverão realizar processos de diagnóstico, que irão fundamentar a concretização de Planos Municipais para a Igualdade, os quais deverão também ser sujeitos a processos de monitorização e avaliação.

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, seguindo as referidas orientações e materializando um dos objetivos da Rede Social<sup>34</sup>, assinou em dezembro de 2015 um protocolo de cooperação com a CIG, para a implementação de boas práticas, as quais preveem consolidar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas políticas públicas locais.

## Emprego

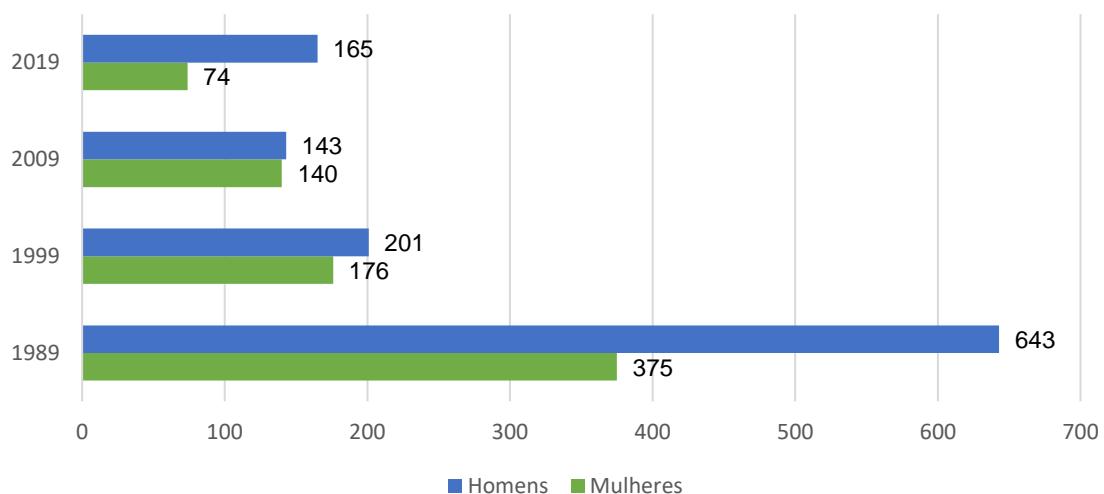
Vila Nova de Cerveira tem uma tradição rural, com explorações agrícolas de pequena dimensão. Nos últimos anos, com a abertura dos pólos industriais verificou-se uma regressão do setor primário e um crescimento do setor secundário. Ainda assim, considera-se relevante caraterizar a questão do género no setor primário, bem como no secundário e no terciário (serviços).

---

<sup>34</sup> Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento (art. 3º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho)

Nos anos 1989, 1999, 2009 e 2019, o número de dirigentes agrícolas do sexo masculino foi sempre superior ao número de dirigentes do sexo feminino, embora que, nos anos 1999 e 2009 a diferença tenha sido menos acentuada.

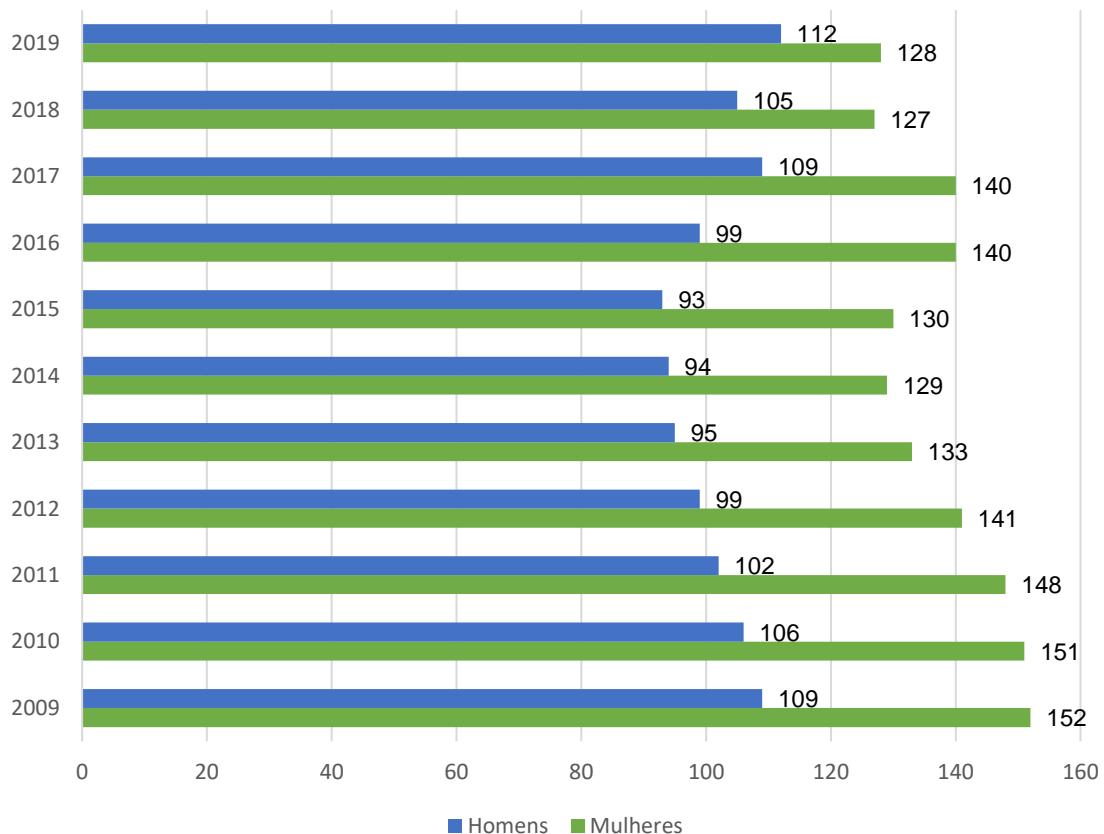
**Gráfico 34** – Dirigentes de explorações agrícolas, no concelho de Vila Nova de Cerveira, por sexo, nos anos 1989, 1999, 2009, 2019 (N.º)



Fonte: INE

Inversamente, observa-se que, no âmbito do emprego nos serviços da administração pública local, o número de mulheres empregadas é sempre superior ao número de homens empregados no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre os anos 2009 e 2019.

**Gráfico 35 – Funcionários públicos dos serviços municipais de Vila Nova de Cerveira, por sexo, entre 2009 e 2019 (N.º)**



Fonte: INE

No que respeita ao ganho médio mensal dos trabalhadores em Vila Nova de Cerveira, é possível observar que, de uma forma geral, entre os anos 2013 e 2018, se registou um aumento do vencimento nos três setores de atividade económica e para ambos os sexos. Ainda assim, destaca-se a diminuição do ganho médio mensal das mulheres, nos três setores de atividade entre os anos 2014 e 2015.

Entre 2013 e 2018, o vencimento médio dos homens tem sido superior ao vencimento médio mensal das mulheres, em todos os setores de atividade, com exceção nos anos 2013 e 2014 no setor primário.

O setor de atividade em que existe maior disparidade entre o ganho médio mensal entre homens e mulheres, é o setor secundário (atividades industriais transformadoras, construção e produção de energia), tendo-se registado uma diferença de 349,17€ no ano 2015.

**Tabela 52 –** Ganho médio mensal dos trabalhadores no concelho de Vila Nova de Cerveira, por género e setor de atividade económica, entre 2013 e 2018 (€)

Ano	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústria, construção, energia e água		Serviços	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2013	549,84	576,97	1 189,31	878,26	923,73	807,15
2014	574,07	597,43	1 271,55	929,56	950,56	819,59
2015	619,51	578,78	1 256,86	907,69	955,85	793
2016	650,81	604	1 217,18	919,22	982,46	812,33
2017	672,84	641,83	1 250,38	956,48	1 013,48	819,68
2018	714,25	677,29	1 237,46	1 000,55	1 039,79	853,64

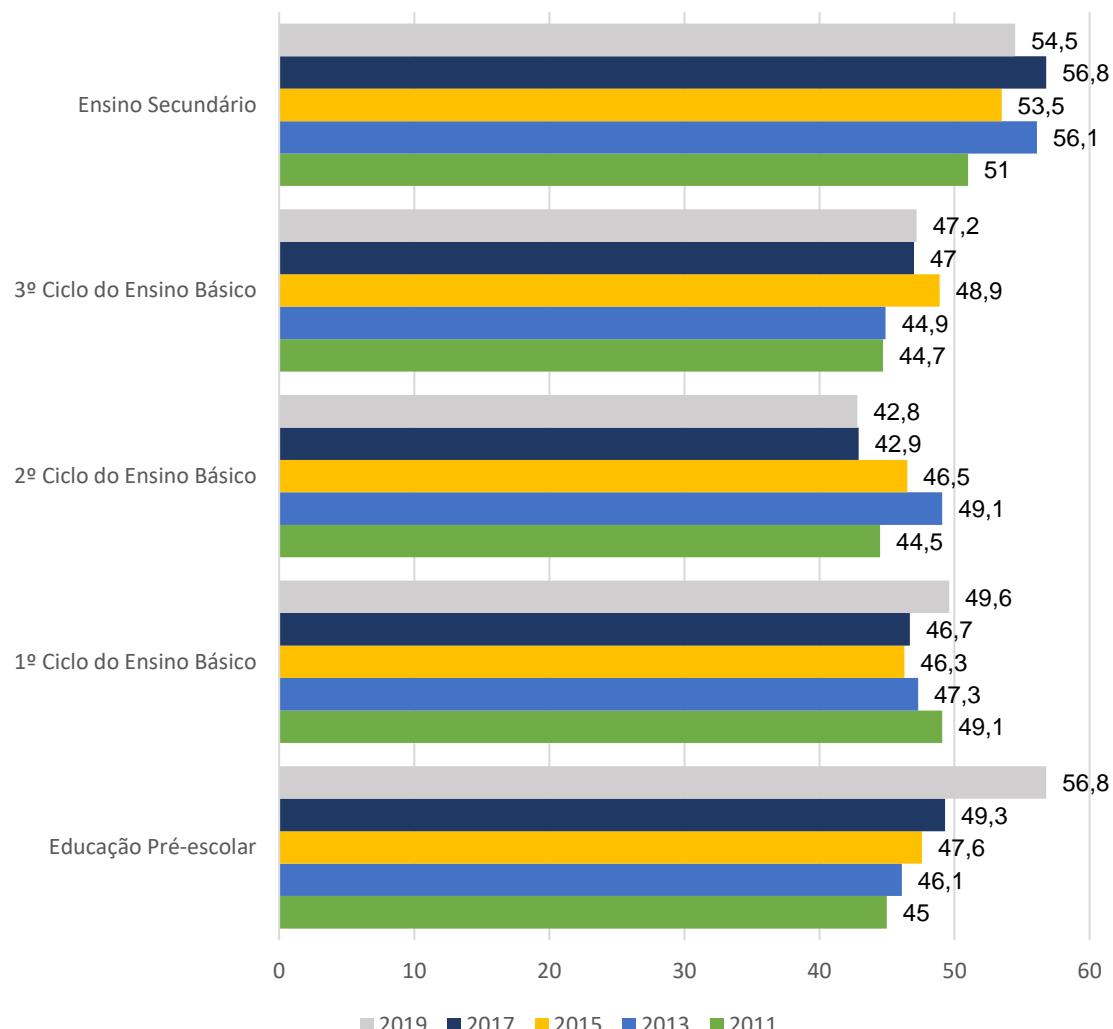
Fonte: INE

## Educação

O número de alunos de ambos os sexos, inscritos nos estabelecimentos de educação pré-escolar, no 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, encontra-se diretamente relacionado com a distribuição, por sexo, da população residente com a referida faixa etária.

Ainda assim, considera-se importante destacar que, entre os anos 2011 e 2019, a proporção de alunas inscritas, nos diferentes níveis de ensino, é muito próxima de 50%, com exceção do ensino secundário, em que existem mais alunas inscritas que alunos.

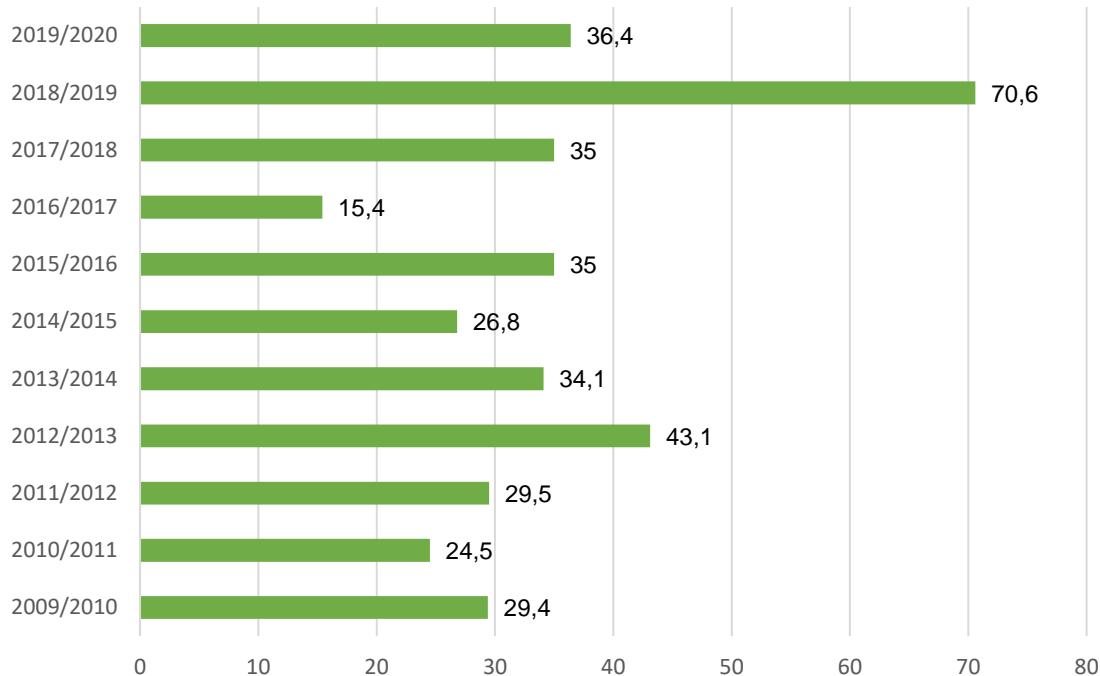
**Gráfico 36 –** Proporção de alunos do sexo feminino matriculados no concelho de Vila Nova de Cerveira, por nível de ensino, nos anos 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019 (%)



Fonte: INE

Apesar de se observar uma maior proporção de alunas do sexo feminino no ensino secundário, a proporção de mulheres nos diplomados no ensino superior, entre os anos letivos 2009/2010 e 2019/2020 é inferior a 44%, com exceção do ano letivo 2018/2019 em que foi 70,6% (12 mulheres face a 5 homens diplomados).

**Gráfico 37 –** Proporção de mulheres nos diplomados no ensino superior, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, entre os anos letivos 2009/2010 e 2019/2020 (N.º)



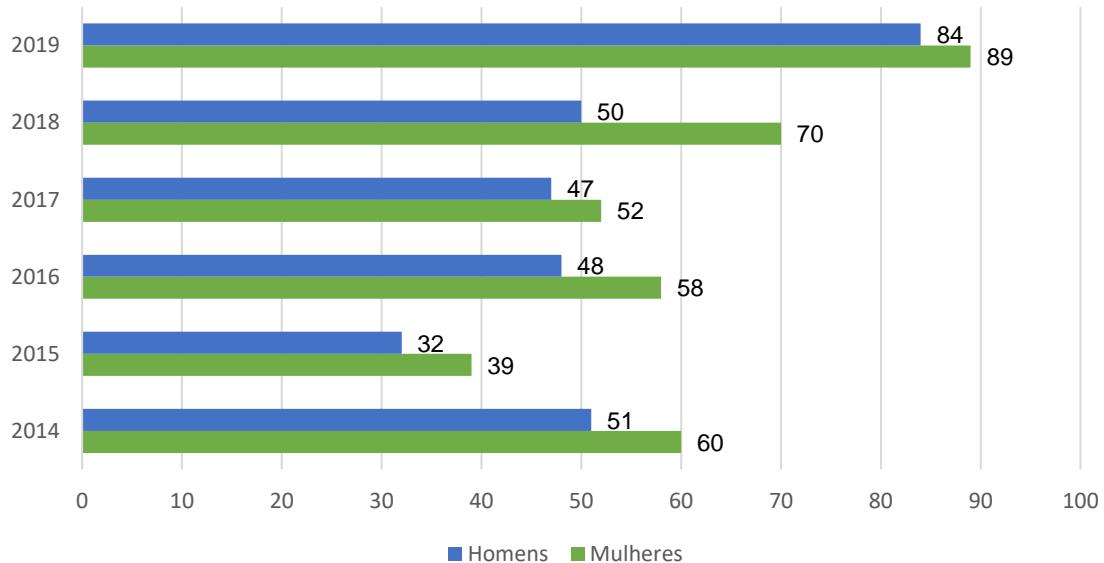
Fonte: INE

## Proteção Social

O número de homens a beneficiar de licença parental inicial tem vindo a aumentar desde 2017. A diferença entre o número de homens e de mulheres que solicitam esta prestação social tem sido menor, com exceção do ano 2018.

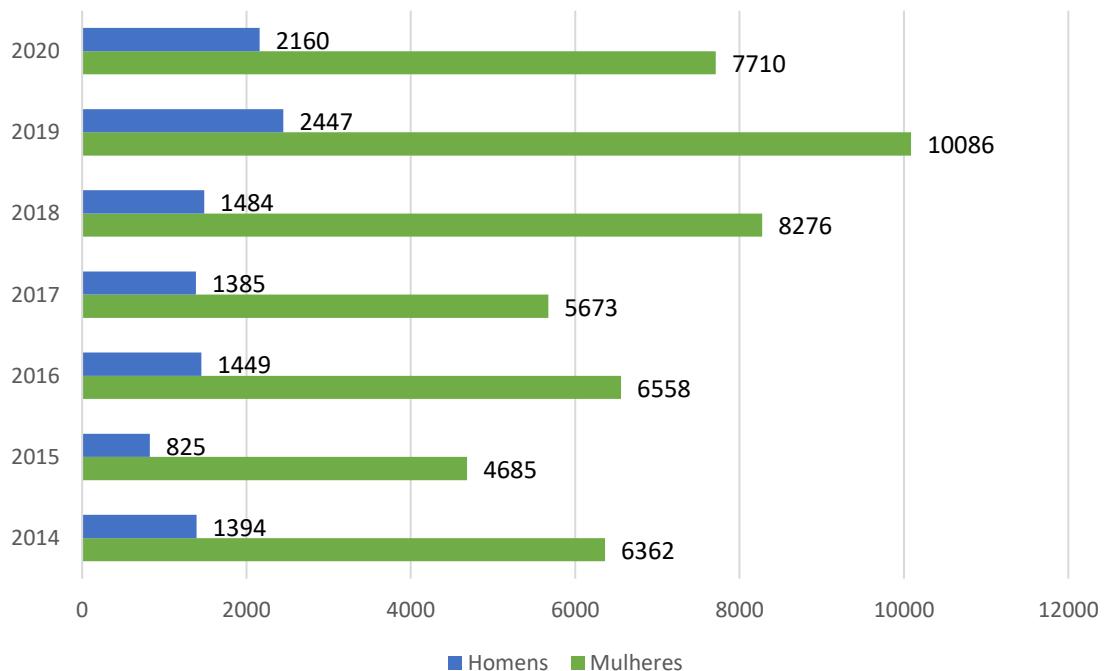
Ainda assim, o número de dias de licença parental inicial é muito superior para as mulheres, comparativamente com o período em que os homens beneficiam.

**Gráfico 38 – Beneficiários de licença parental inicial residentes em Vila Nova de Cerveira, por sexo, entre 2014 e 2019 (N.º)**



Fonte: INE

**Gráfico 39 – Duração da licença parental inicial, da segurança social, por sexo, entre 2011 e 2020 (N.º de dias)**



Fonte: INE

## Em Síntese:

- ▶ Entre 1989 e 2019, o número de dirigentes agrícolas do sexo masculino foi sempre superior ao número de dirigentes agrícolas do sexo feminino;
- ▶ O número de mulheres empregadas nos serviços da administração pública local de Vila Nova de Cerveira foi superior ao número de homens, entre 2009 e 2019;
- ▶ Entre 2013 e 2018, o ganho médio mensal dos homens tem sido, maioritariamente superior ao ganho médio mensal das mulheres nos três setores de atividade;
- ▶ Entre 2011 e 2019, a proporção de alunas matriculadas no ensino secundário é superior a 50%;
- ▶ Entre os anos letivos 2009/2010 e 2019/2020, a proporção de homens diplomados, residentes em Vila Nova de Cerveira, foi superior à das mulheres (com exceção do ano 2018/2019);
- ▶ Desde 2017, o número de homens que beneficia de licença parental inicial tem vindo a aumentar, no entanto a duração da licença tem sido sempre superior para as mulheres.

## 7.2. Grupos Vulneráveis

### 7.2.1. Famílias em Situação de Risco

Com o intuito de melhor se caracterizar as famílias em situação de risco residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, apresenta-se uma sistematização da informação fornecida pelas entidades e organizações que intervêm com as mesmas<sup>35</sup>. Primeiro identificam-se alguns dos principais indicadores de vulnerabilidade presentes nas famílias apoiadas, seguidamente identificam-se os apoios prestados pelas entidades e, por último, apresentam-se dados estatísticos referentes aos serviços disponibilizados e ao funcionamento das entidades.

#### **Indicadores de vulnerabilidade**

A situação pandémica veio agravar as situações de vulnerabilidade já existentes, bem como, despoletar novas situações de fragilidade económica e social. As entidades que intervêm com famílias que se encontram em situação de risco (ou em situação de maior vulnerabilidade económica e social) identificam, de forma transversal, indicadores / determinantes comuns às mesmas:

- **Baixos rendimentos**, devido a condições de trabalho precárias, baixos salários, pensões ou subsídios de valores reduzidos;
- **Desemprego**, resultando frequentemente situações de fragilidade e carência económica, bem como, possível impacto na saúde física e mental;
- **Deficiência e Doença**, que quer seja física ou mental, e de acordo com o grau de dependência / incapacidade, contribui para maior fragilidade social e económica do agregado familiar;
- **Isolamento social**, nomeadamente pessoas idosas, que devido às limitações de contacto social, se encontram em situação de maior fragilidade, também pela dificuldade em aceder a serviços;

---

<sup>35</sup> Gabinete de Apoio à Família - GAF (CAFAP); Serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

- **Dimensão do agregado familiar**, que sendo famílias numerosas ou monoparentais, poder-se-ão encontrar em situação de maior fragilidade económica;
- **Rede de apoio familiar inexistente ou insuficiente**, são exemplo pessoas que vivem sós, com baixos rendimentos, algumas das quais com psicopatologia e/ou com comportamentos de dependência / consumos. Podem também incluir-se os cuidadores informais, que devido a falta de apoio na tarefa de cuidar se encontram mais vulneráveis quer economicamente, quer física, psico e socialmente.

### Tipologia dos apoios prestados

Entre os apoios prestados pelas diferentes entidades / serviços às famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, o apoio alimentar e o apoio económico são transversais. No entanto, existem outros apoios / respostas de acordo com as especificidades das entidades / organizações.

Os **apoios pecuniários** são maioritariamente para ajuda no pagamento das rendas, para pagamento da eletricidade, água e gás e para pagamento de medicação.

Para além do apoio alimentar e do apoio pecuniário, as entidades também apoiam ao nível do vestuário e no encaminhamento / articulação entre os serviços e entidades que possibilitam a resposta às necessidades específicas das famílias e indivíduos.

Com a situação pandémica, e atendendo ao aumento de pedidos e necessidades sentidas pelas famílias, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira celebrou um protocolo com a Santa Casa de Misericórdia, para um apoio mais célere e próximo das mesmas.

**Tabela 53 –** Apoios / respostas disponibilizadas, por serviços, entidades e por número de pessoas apoiadas no ano 2020

Entidade	Serviço	Apoio / resposta	N.º de pessoas apoiadas
Serviços Municipais de Intervenção Social da CM de Vila Nova de Cerveira	Loja social	Apoio alimentar Apoio no vestuário Outros apoios que respondam a necessidades básicas	1611 pessoas, 679 cabazes / 20051 bens alimentares (2020) 20 famílias
	Protocolo celebrado entre Município e SCM	Apoio ao arrendamento	11

Entidade	Serviço	Apoio / resposta	N.º de pessoas apoiadas
		Apoio ao pagamento de eletricidade Apoio ao pagamento de água Fornecimento de refeições confeccionadas Vales alimentares para compra de bens de 1.ª necessidade	1 2 16 116
	Apoio para encargos com despesas de água e saneamento <sup>36</sup>	Apoio pecuniário (tarifa social)	3 pessoas (foram realizados 5 pedidos)
	POAPMC <sup>37</sup>	Apoio alimentar	479 entregas (entre maio e julho, 82 beneficiários/mês; agosto a dezembro, 110 beneficiários/mês)
Para a população idosa	Telealarme	Para pessoas em situação de isolamento social e/ou geográfico – Sistema de telecomunicação com botão de alarme	12 pessoas <sup>38</sup>
	Cartão Idade+	Apoios diversos nas áreas da saúde, social e cultura	44 pessoas <sup>39</sup>
	Medicamentos em mão		
Gabinete de Atendimento à Família (GAF)	CAFAP	Apoio na modalidade preservação familiar	13 pessoas
		Apoio na modalidade reunificação familiar	
	CAVV	Apoio psicológico, social e jurídico a vítimas de violência doméstica Intervenção com agressores de violência doméstica	28 pessoas

Fonte: GAF e Serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

O número de pessoas apoiadas pelo CAFAP, residentes em Vila Nova de Cerveira, tem vindo a aumentar desde o ano 2018, bem como os atendimentos realizados neste âmbito pela equipa desta resposta.

<sup>36</sup> Medida excepcional e temporária concedida a indivíduos e famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade decorrente do agravamento da sua condição financeira no âmbito da pandemia por Covid-19

<sup>37</sup> Resposta promovida pelo Município em parceria com o Banco Alimentar e com a Segurança Social

<sup>38</sup> Entre os anos 2016 e 2018 foram apoiadas 19 pessoas e no ano 2019 encontravam-se a receber este serviço 17 pessoas

<sup>39</sup> Nos últimos 5 anos foram concedidos 3 apoios no âmbito da reabilitação de edifícios de habitação (pintura) e de apoio na aquisição de medicação (comparticipação concedida em 2020: 2.651,36€)

**Tabela 54** – Clientes e atendimentos realizados pelo CAFAP, entre 2018 e 2020 (N.º)

Ano	Atendimentos realizados	Clientes
2018	6	4
2019	14	12
2020	16	13

Fonte: GAF

### **Monoparentalidade e famílias numerosas**

A monoparentalidade, apesar de não poder ser considerada um problema, pode ser um indicador relevante, e poderá ser potenciadora de situações de risco quando em correlação com outros fatores. Assim, no ano de 2011, registaram-se no concelho de Vila Nova de Cerveira 347 núcleos familiares monoparentais (aproximadamente 10% do número total de famílias residentes no concelho), sendo que destes, 295 são constituídas por mães e os seus filhos (85%).

**Tabela 55** – Núcleos familiares monoparentais, por grupo etário, no concelho de Vila Nova de Cerveira (2011) (N.º)

Grupo etário (pai ou mãe)	Total de núcleos familiares monoparentais	Núcleos familiares monoparentais masculinos	Núcleos familiares monoparentais femininos
Total	347	52	295
Menos de 20 anos	3	0	3
20 - 24 anos	4	0	4
25 - 29 anos	9	1	8
30 - 34 anos	21	2	19
35 - 39 anos	37	3	34
40 - 44 anos	41	6	35
45 - 49 anos	34	7	27
50 - 54 anos	34	6	28
55 - 59 anos	22	1	21
60 - 64 anos	14	4	10
65 ou mais anos	128	22	106

Fonte: INE, Censos 2011

A maioria das famílias monoparentais reside na União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, representando 23,9% das famílias monoparentais do concelho. No sentido inverso, a freguesia de Mentrestido é a que tem uma menor percentagem de famílias monoparentais na população residente, cerca de 4%.

Importa destacar que, no ano 2011, 45 famílias residentes no concelho eram constituídas por uma pessoa com idade igual ou superior a 15 anos de idade com uma ou mais pessoas com idade inferior a 15 anos (em 37 destas famílias a pessoa com idade igual ou superior a 15 anos era do sexo feminino).

Analizando os núcleos monoparentais do concelho de Vila Nova de Cerveira por grupo etário, verifica-se que em 36,9% das famílias o(a) progenitor(a) tem idade igual ou superior a 65 anos.

No que respeita à escolaridade, verifica-se que na maioria das famílias monoparentais, o(a) progenitor(a) tem o 1º Ciclo de Ensino Básico (38,3%), seguindo-se as famílias em que o progenitor detém o ensino secundário (16,7%) e o 3º ciclo de ensino básico (15,6%).

**Tabela 56** – Núcleos familiares monoparentais, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, por nível de escolaridade (2011) (N.º)

Freguesia	Nível de escolaridade (pai ou mãe)							
	Total	Sem nível	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Sec.	Ens. Pós sec.	Ens. Superior
Vila Nova de Cerveira (concelho)	347	43	133	38	54	58	3	18

Fonte: INE, Censos 2011

Se a existência de famílias monoparentais pode ser um indicador de risco não é menos verdade que as famílias numerosas, pelo esforço financeiro adicional a que são sujeitas, se constituem também como um grupo de risco. No concelho de Vila Nova de Cerveira, existiam em 2011, 284 famílias com cinco (5) ou mais pessoas (8,1% do número total de famílias residentes no concelho), sendo nas Uniões das freguesias de Campos e Vila Meã e de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe onde se verificava um maior número das

mesmas (18,3% e 17,6% do número total de famílias com 5 ou mais pessoas do concelho, respetivamente).

**Tabela 57** – Famílias clássicas segundo a dimensão, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Dimensão (n.º de pessoas)			
	Total	1 e 2 pessoas	3 e 4 pessoas	5 ou + pessoas
Vila Nova de Cerveira (concelho)	3485	1806	1395	284
Cornes	171	84	65	22
Covas	283	174	88	21
Gondarém	382	193	162	27
Loivo	325	156	144	25
Mentrestido	109	58	39	12
Sapardos	147	85	49	13
Sopo	208	109	75	24
UF Campos e Vila Meã	620	292	276	52
UF Candemil e Gondar	151	95	45	11
UF Reboreda e Nogueira	391	195	169	27
UF Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	698	365	283	50

Fonte: INE, Censos 2011

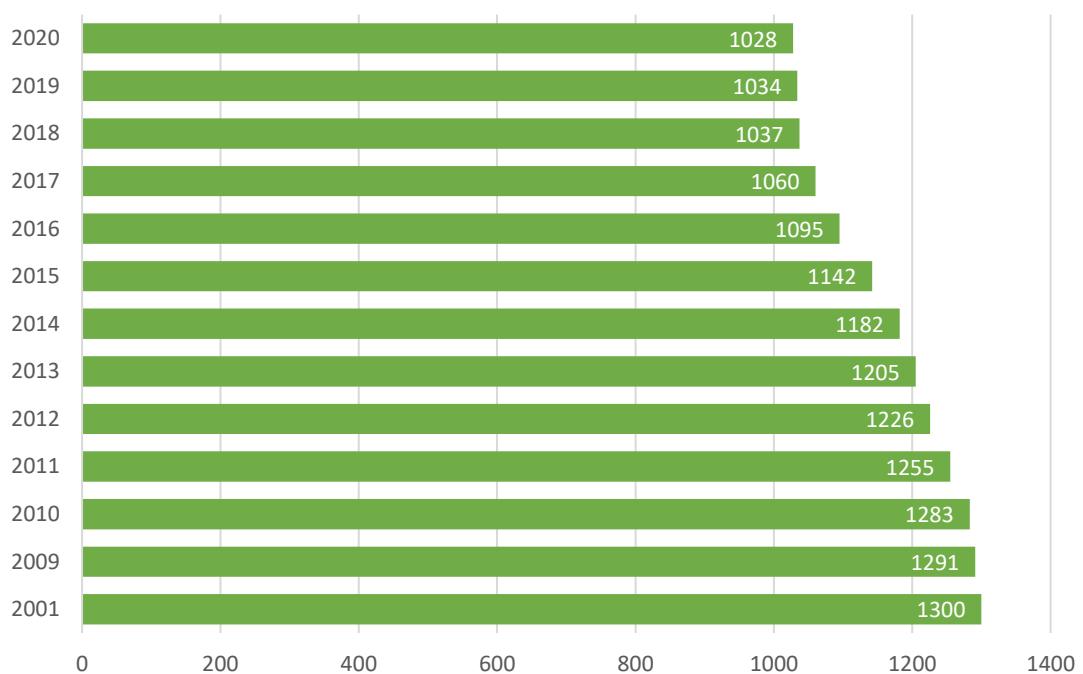
## Em Síntese:

- ▶ Entre os indicadores de vulnerabilidade mais comuns entre as famílias apoiadas destaca-se a **carência/ fragilidade económica**, decorrente de situações de desemprego, baixos rendimentos, situação laboral precária, dificuldade de garantir o pagamento da habitação; situações de doença (física e mental), deficiência e consumos / dependência de álcool e substâncias psicoativas; isolamento social; rede de apoio social e familiar inexistente ou enfraquecida e a dimensão do agregado familiar (famílias numerosas e monoparentais);
- ▶ Entre os apoios prestados pelas entidades destaca-se o apoio alimentar e o apoio pecuniário, para ajuda no pagamento de despesas domésticas e de medicação. As entidades oferecem outros serviços e respostas adequados às necessidades dos beneficiários / utentes;
- ▶ Em 2011 existiam no concelho 347 núcleos familiares monoparentais, 85% destes eram constituídos por mães e seus filhos;
- ▶ Em 36,9% das famílias monoparentais o progenitor(a) tem idade igual ou superior a 65 anos;
- ▶ 23,9% das famílias monoparentais residiam, em 2011, na União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe;
- ▶ Em 2011, residiam no concelho 284 famílias com cinco ou mais pessoas, 18,3% das quais na União de freguesias de Campos e Vila Meã e 17,6% das quais na União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe.

## 7.2.2. Crianças e Jovens

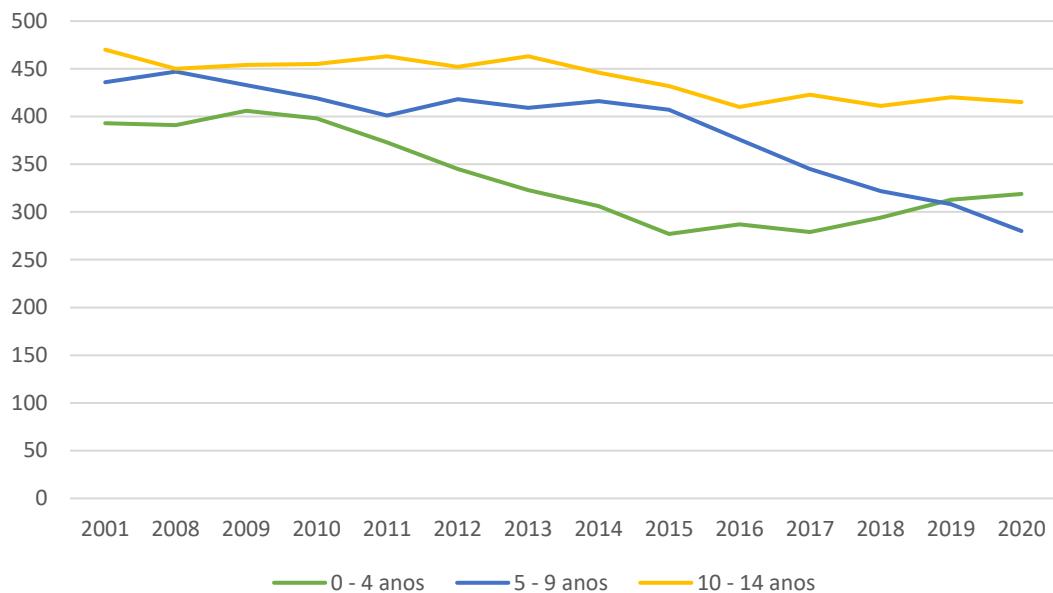
O número de crianças e jovens, com menos de 15 anos de idade, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, tem vindo a diminuir gradualmente desde 2001. Estima-se que no ano 2020 residissem no concelho 1.028 crianças e jovens.

**Gráfico 40** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, entre os anos 2001 e 2020 (N.º)



Fonte: PORDATA

**Gráfico 41** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2020 (N.º)



Fonte: PORDATA

Analisando a evolução da população residente com menos de 15 anos, nos últimos anos, é possível verificar que se registou uma diminuição do número de crianças dos três subgrupos etários. Entre os anos 2001-2010 e 2010-2020 a variação foi mais acentuada no grupo etário 5 – 9 anos, (-3,2 e -9,1, respetivamente) tendo-se verificado variações positivas entre 2001 e 2010 no grupo etário entre os 10 e 14 anos (0,2%) e no grupo etário entre os 0-4 anos no período entre 2010 e 2020.

**Tabela 58** – Variação percentual da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, por grupo etário (%)

	0 – 4 anos	5 – 9 anos	10 – 14 anos
2001 - 2010	-2,0	-3,2	0,2
2010 - 2020	1,9	-9,1	-1,2

Fonte: PORDATA

De acordo com os dados dos Censos 2011, a freguesia com uma maior percentagem de população com menos de 15 anos, face ao total de população residente na mesma,

era Cornes (16,11%), sendo que o maior número de residentes com idade inferior a 15 anos encontrava-se na União das freguesias de Campos e Vila Meã, representando 21% do total da população com menos de 15 anos residente no concelho de Vila Nova de Cerveira.

**Tabela 59** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com menos de 15 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2011)

Território	Total (n.º)	%
Vila Nova de Cerveira (concelho)	1230	13,29%
Cornes	77	16,11%
Covas	71	10,52%
Gondarém	144	14,26%
Loivo	122	13,79%
Mentrestido	29	10,98%
Sapardos	39	10,66%
Sopo	65	11,67%
UF de Campos e Vila Meã	261	15,24%
UF de Candemil e Gondar	29	8,08%
UF de Reboreda e Nogueira	159	14,85%
UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	234	12,48%

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Vila Nova de Cerveira registou em 2001, 2011 e 2020, valores do Índice de Dependência de Jovens inferiores aos obtidos a nível nacional e regional (Norte) e foi em 2020 o quarto município da Região do Alto Minho com valores mais elevados. Desde o ano 2001 que o Índice de Dependência de Jovens no concelho tem vindo a diminuir. No ano de 2020, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente dezoito residentes com idade inferior a 15 anos, enquanto no ano 2001 existiam cerca de vinte e três residentes do referido grupo etário.

**Tabela 60 –** Índice de Dependência de Jovens<sup>40</sup> Nacional, Regional e Municipal (2001, 2011, 2020) (%)

Território	2001	2011	2020
Portugal	24,1	22,7	21,0
Norte	25,9	22,1	18,9
Alto Minho	23,5	20,7	17,6
Vila Nova de Cerveira	23,1	20,9	17,8

Fonte: PORDATA

Ao nível da intervenção realizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Vila Nova de Cerveira foi possível apurar a seguinte informação:

**Tabela 61 –** Volume processual da CPCJ de Vila Nova de Cerveira nos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020

Anos	Volume processual	Processos transitados	Processos instaurados	Processos reabertos	Processos arquivados	Processos encaminhados
2015	63	35	23	5	20	3
2016	54	40	7	7	28	
2017	71	17	41	13	36	2
2018	79	33	33	13	39	1
2019	71	37	25	9	31	1
2020	79	38	34	7	24	4

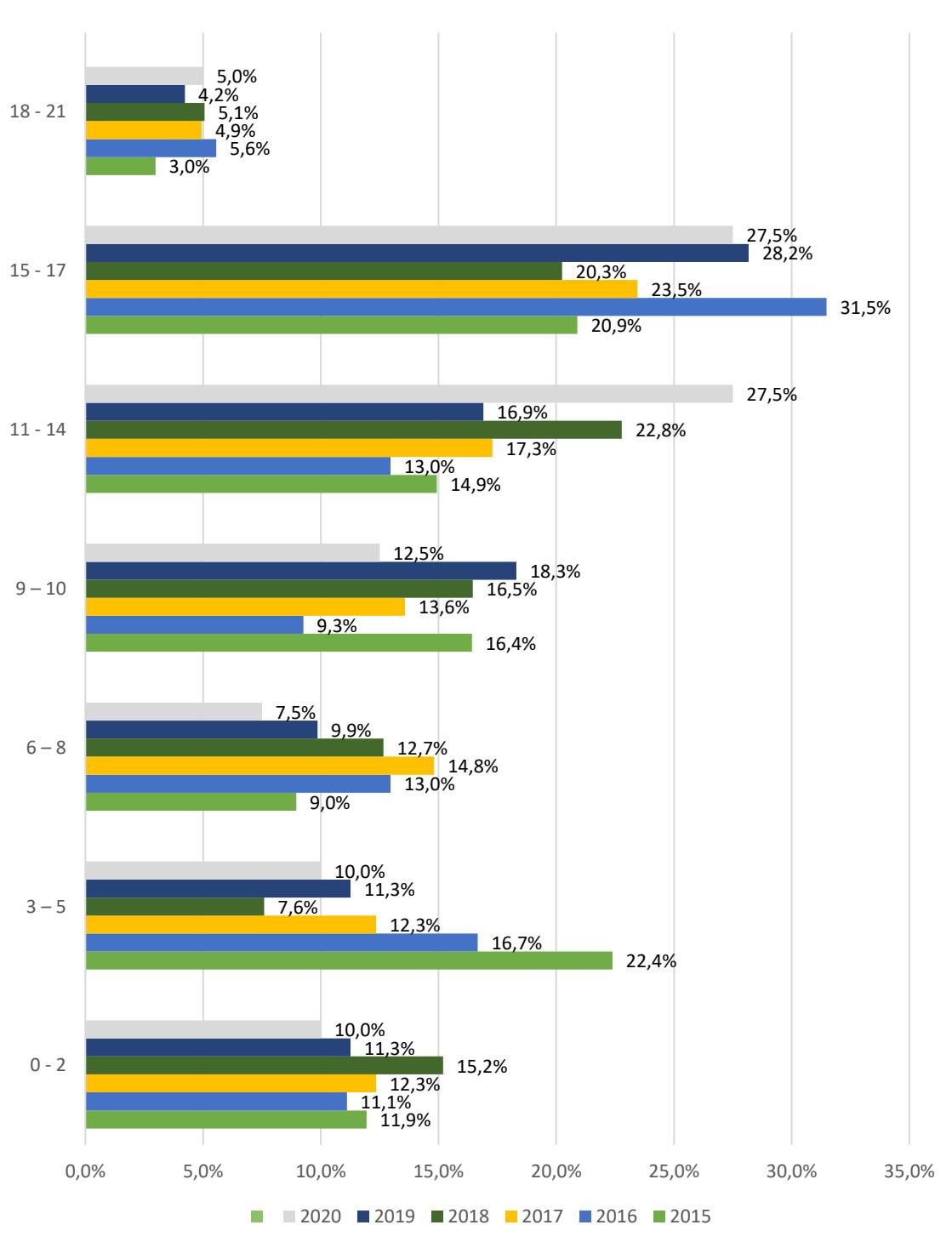
Fonte: CPCJ de Vila Nova de Cerveira

O volume processual da CPCJ de Vila Nova de Cerveira tem oscilado ligeiramente ao longo dos últimos 6 anos, tendo-se verificado um aumento mais acentuado em 2018 e em 2020. Em 2016 verificou-se um decréscimo nos processos instaurados, tendo-se verificado o inverso no ano seguinte, sendo o ano de 2017 o que regista o maior número de processos instaurados.

No ano de 2020, o volume processual traduziu-se num total de 79 processos, dos quais 38 transitaram do ano anterior, 34 foram instaurados e 7 foram reabertos. Nesse mesmo ano foram arquivados 24 processos e 4 foram enviados a outras CPCJ.

<sup>40</sup> **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

**Gráfico 42 – Volume processual por grupo etário, de 2015 a 2020 (%)**



Fonte: CPCJ de Vila Nova de Cerveira

A maioria dos processos refere-se a situações sinalizadas de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos. Importa também referir que a percentagem de sinalizações de crianças entre os 3 e os 5 anos tem vindo tendencialmente a diminuir desde 2015, verificando-se o inverso na faixa etária entre os 11 e 14 anos.

**Gráfico 43 – Crianças e jovens acompanhados entre os anos 2015 e 2020 por sexo (%)**



Fonte: CPCJ Vila Nova de Cerveira

Não se verificam diferenças significativas relativamente ao sexo das crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Vila Nova de Cerveira, entre os anos 2015 e 2020 (apesar do número de processos de crianças e jovens do sexo feminino ser sempre ligeiramente superior até ao ano de 2018, tendo-se invertido essa tendência nos anos de 2019 e 2020).

**Tabela 62 – Distribuição das principais problemáticas diagnosticadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Vila Nova de Cerveira nos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 (N.º)**

	CJAC ABED <sup>41</sup>	Negligênci <sup>42</sup>	Outras Sit. de Perigo <sup>43</sup>	Absentismo, abandono e/ou insucesso escolar	ECPCB EDC <sup>44</sup>	Mau-trato	Abuso e aliciamento sexual <sup>45</sup>	CAE SP <sup>46</sup>	Não Aplicável
2015	0	21	1	6	15	0	0	1	
2016	1	3		3	3	0	0	1	43
2017	3	24	1	3	21	0	0	1	
2018	9	13		5	16	0	2	3	41
2019	8	16	4	3	14	0	1	0	
2020	9	21	5	3	25	4	0	0	

Fonte: CPCJ Vila Nova de Cerveira

<sup>41</sup> **CJACABED:** Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada

<sup>42</sup> Estão incluídos casos de negligência, negligência grave, negligência ao nível da saúde, negligência ao nível educativo, negligência ao nível psico-afetivo, negligência por falta de supervisão e acompanhamento familiar, negligência face a comportamentos da criança e do jovem.

<sup>43</sup> Estão incluídas todas as outras problemáticas que não se encontram discriminadas na tabela apresentada.

<sup>44</sup> **ECPCBEDC:** Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança

<sup>45</sup> Inclui também as problemáticas "violação ou outro ato sexual" e "importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto".

<sup>46</sup> **CAESP:** Criança abandonada ou entregue a si própria.

No que se refere às principais problemáticas diagnosticadas às crianças e jovens acompanhadas pela CPCJ de Vila Nova de Cerveira entre os anos 2015 a 2020, é possível constatar que desde 2018:

- Existe um aumento de situações diagnosticadas por negligência e por exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (nomeadamente violência doméstica, consumo de álcool e estupefacientes);
- Registou-se uma diminuição de situações por insucesso, absentismo e abandono escolar, bem como de crianças abandonadas ou entregues a si próprias e por abuso ou aliciamento sexual.

No ano 2020, a maioria das crianças e jovens foram sinalizados devido a situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (34 sinalizações), sendo a sua maioria por exposição a violência doméstica (23 casos) seguindo-se as situações por exposição a consumos, sejam eles de álcool ou estupefacientes (4 casos de cada situação).

**Tabela 63** – Distribuição das principais problemáticas sinalizadas nos processos transitados, instaurados e reabertos da CPCJ de Vila Nova de Cerveira no ano 2020, por grupo etário (N.º)

Grupo etário	CJACABED	Negligência	Insucesso escolar	ECPCBEDC	Maus-tratos	CAESP	Outros/ Não aplicáveis
0-2				5	1		
3-5		2		5	1		
6-8		2		4			
9-10		4		2	1		
11-14	2	5		9	1	2	
15-17	5	2	3	6			
18-21				3			
(sem info.)							24
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>34</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>24</b>

Fonte: CPCJ Vila Nova de Cerveira

No ano de 2020, as sinalizações devido a situações de negligência foram na sua maioria por falta de supervisão e acompanhamento/familiar (4 casos), sendo situações sinalizadas em crianças com idades de 9 ou mais anos. Já ao nível da negligência ao nível psico-afetivo (3 casos) esta foi sinalizada em crianças entre os 11 e os 17 anos.

As situações sinalizadas devido a crianças/jovens que assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, foram reportadas apenas a partir dos 11 anos da criança.

Em 2020, foi a autoridade policial, a entidade que mais situações sinalizou à CPCJ de Vila Nova de Cerveira (23 sinalizações), seguida dos estabelecimentos de ensino (5 sinalizações) e da autarquia (3 sinalizações).

Neste âmbito destaca-se ainda o acompanhamento realizado pelo **Núcleo de Apoio a Crianças e Jovem em Risco**.

No ano 2019 foi realizado o acompanhamento a 19 processos, dos quais 7 transitaram do ano anterior. A maioria dos processos acompanhados foram referentes a crianças entre os 6 e os 10 anos (3 raparigas e 3 rapazes), devido a negligência.

No ano 2020 registou-se uma diminuição do número de processos em acompanhamento (foram acompanhadas 11 situações, das quais 9 transitaram do ano anterior).

No que respeita ao motivo do acompanhamento realizado, a maioria das situações reporta a situações de negligência (14 no ano 2019 e 2 no ano 2020) e a maus tratos psicológicos / emocionais (5 no ano 2019, principalmente devido a criança assumir comportamento que afetam o seu bem-estar sem que os pais/representantes legais se oponham de forma adequada).

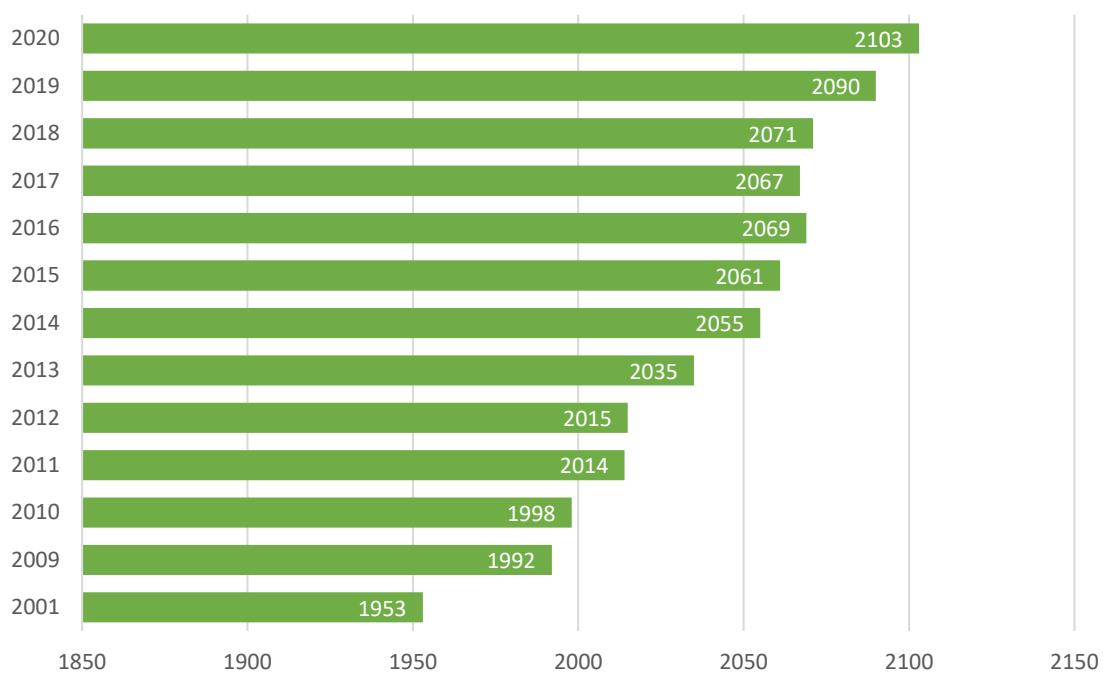
## Em Síntese:

- ▶ Desde 2001 que o número de crianças e jovens tem vindo a diminuir. Estima-se que no ano 2020 residissem em Vila Nova de Cerveira 1.028 crianças com idade inferior a 15 anos;
- ▶ A diminuição do número de crianças e jovens é observada nos diferentes subgrupos etários (0-4 anos, 5-9 anos e 10-14 anos);
- ▶ Em 2011, a freguesia com uma maior percentagem de população com menos de 15 anos era a freguesia de Cornes (16,11%), sendo que o maior número de residentes dessas idades encontrava-se na União das freguesias de Campos e Vila Meã, representando 21% do total da população com menos de 15 anos residente no concelho de Vila Nova de Cerveira;
- ▶ Desde o ano 2001 que o Índice de Dependência de Jovens no concelho tem vindo a diminuir (23,1; 20,9 e 17,8 em 2001, 2011 e 2020, respetivamente);
- ▶ No ano de 2020, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente dezoito residentes com idade inferior a 15 anos, enquanto no ano 2001 existiam cerca de vinte e três residentes do referido grupo etário;
- ▶ O volume processual da CPCJ de Vila Nova de Cerveira, em 2020 foi de 79 processos;
- ▶ A maioria dos processos refere-se a situações de crianças e jovens entre os 11 e os 17 anos de idade;
- ▶ Em 2020, a maioria dos processos sinalizados devia-se à exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e a negligência;
- ▶ No ano de 2020, a entidade que mais situações de risco e perigo sinalizou foi a autoridade policial, seguindo-se os estabelecimentos de ensino e a autarquia.

### 7.2.3. Pessoas Idosas

Entre 2001 e 2020, o número de pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira aumentou gradualmente. Estima-se que no ano 2020 residissem no concelho 2.103 pessoas com esta faixa etária (23,6% da população residente).

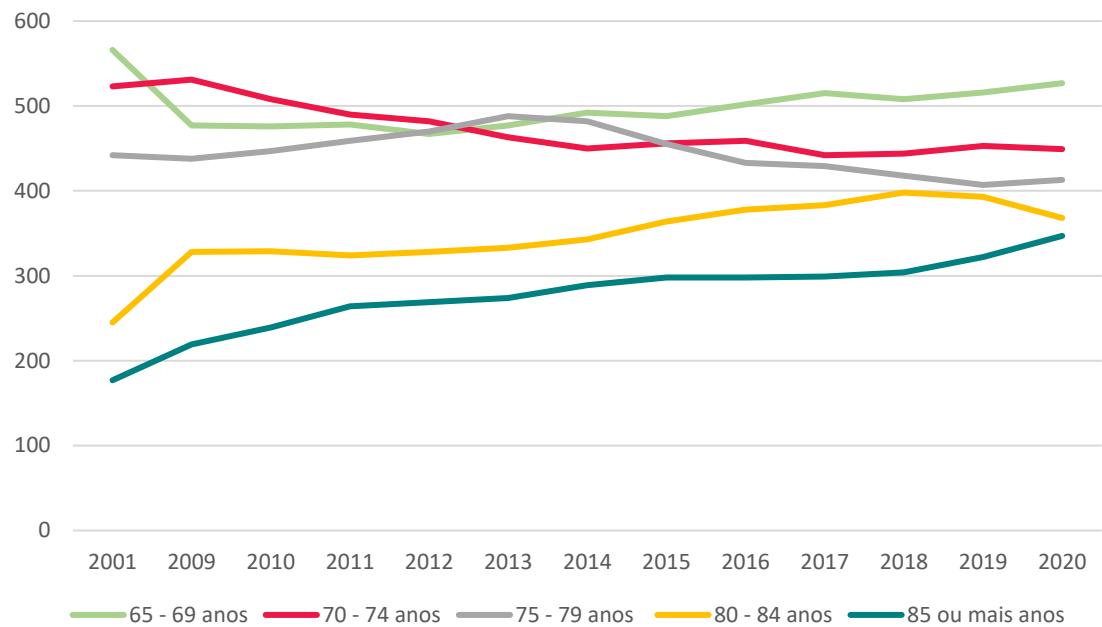
**Gráfico 44** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, entre os anos 2001 e 2020 (N.º)



Fonte: PORDATA | INE – Estimativas Anuais da População Residente

Através de uma análise ao número estimado, por grupo etário, destaca-se que, o número de pessoas com 85 e mais anos tem vindo a aumentar desde 2001, de forma mais consistente, enquanto que os restantes sub grupos etários apresentaram oscilações.

**Gráfico 45 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2020 (N.º)



Fonte: PORDATA

Verifica-se ainda que, no ano 2020, o maior aumento populacional deu-se na população com mais de 85 anos de idade, aproximadamente mais 31 pessoas em cada 100 do mesmo subgrupo etário, face ao ano 2011.

**Tabela 64 –** Variação percentual da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, por grupo etário

	65-69 anos	70-74 anos	75-79 anos	80- 84 anos	85 e + anos
2001 - 2011		-15,6	-6,3	3,6	32,2
2011 - 2020		10,3	-8,4	-10	31,4

Fonte: PORDATA

No ano 2020, o número de pessoas idosas do sexo feminino residentes no concelho era superior ao número de pessoas idosas do sexo masculino, nos sub grupos etários (65-74 anos e 75 e mais anos).

**Tabela 65 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, segundo o sexo e grupo etário (N.º) (2020)

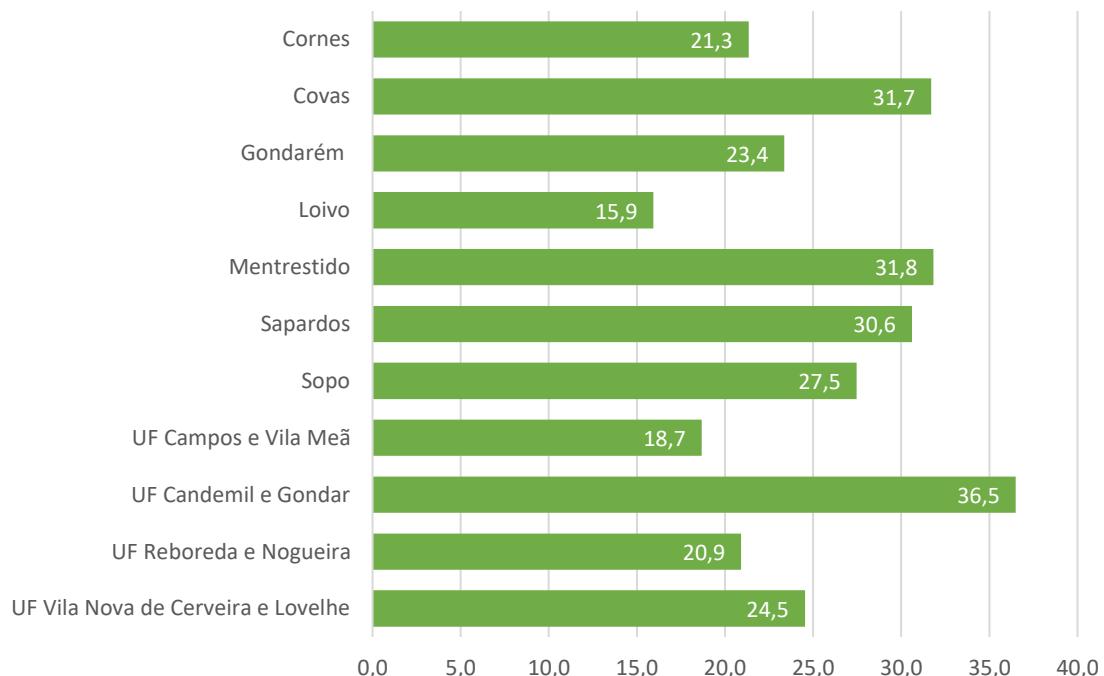
	Total (+65)		Total		Entre 65 e 74 anos		Com mais de 75 anos	
	N.º	% da pop. residente	M	F	M	F	M	F
Vila Nova de Cerveira (concelho)	2103	23,6	835	1268	441	535	394	733

Fonte: PORDATA

No ano 2011, a freguesia que apresentava uma maior percentagem de população com mais de 65 anos, foi a União de freguesias de Candemil e Gondar, com 36,5% da população com mais de 65 anos. Pelo contrário, foi na freguesia de Loivo que se verificou uma menor percentagem de população idosa (15,9%).

As Uniões de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe e de Campos e Vila Meã concentravam o maior número de residentes com mais de 65 anos de idade (460 e 320, respetivamente).

**Gráfico 46 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 65 ou mais anos de idade, por freguesia (2011) (%)



Fonte: INE, Censos 2011

Desde 2011, que o Índice de Dependência de Idosos tem vindo a aumentar no concelho, tendo registado valores próximos aos da média nacional e abaixo da média da Região do Alto Minho. Vila Nova de Cerveira é o segundo município da Região do Alto Minho com valores mais baixos, estimando-se que no ano 2020, por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existissem aproximadamente 36 residentes com idade igual ou superior a 65 anos.

A mesma tendência é visível para o Índice de Envelhecimento, que tem vindo a aumentar desde 2011. O concelho de Vila Nova de Cerveira, registou nos três anos referidos na tabela abaixo, valores superiores aos registados a nível nacional e na Região Norte. No ano 2020, estima-se que, por cada 100 residentes com menos de 15 anos existissem, aproximadamente, 207 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

**Tabela 66 –** Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento dos municípios da Região do Alto Minho (2011, 2015, 2020) (%)

Território	Índice de Dependência de Idosos <sup>47</sup>			Índice de Envelhecimento <sup>48</sup>		
	2011	2015	2020	2011	2015	2020
Portugal	28,5	31,8	35,0	125,8	146,5	167,0
Norte	24,7	28,1	32,3	111,8	139,5	171,8
Alto Minho	35,2	37,6	40,3	170,4	199,1	231,5
Arcos de Valdevez	53,2	55,1	55,8	270,2	308,5	339,8
Caminha	34,7	38,2	41,5	187,0	214,2	238,3
Melgaço	65,4	68,2	63,8	385,3	425,8	468,1
Monção	45,9	47,0	48,6	264,6	289,4	313,5
Paredes de Coura	43,9	46,4	45,9	216,7	236,6	254,9
Ponte da Barca	37,5	37,8	37,7	179,6	212,6	248,4
Ponte de Lima	29,9	31,5	33,9	127,3	151,4	189,4
Valença	33,9	37,0	39,7	168,2	196,3	230,8
Viana do Castelo	28,5	31,8	36,6	135,8	165,6	199,4
Vila Nova de Cerveira	33,6	35,7	36,4	160,5	185,3	207,4

Fonte: INE

<sup>47</sup> **Índice de Dependência de Idosos:** Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

<sup>48</sup> **Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE).

No ano de 2011, encontravam-se a residir no concelho de Vila Nova de Cerveira 2.014 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, destas cerca de 20,6% (415 pessoas) residiam sós.

A grande maioria das pessoas idosas que residiam sós são do sexo feminino (77,6%), e encontravam-se na freguesia de Covas (58 pessoas) seguida da União de freguesias de Campos e Vila Meã (47 pessoas).

## Em Síntese:

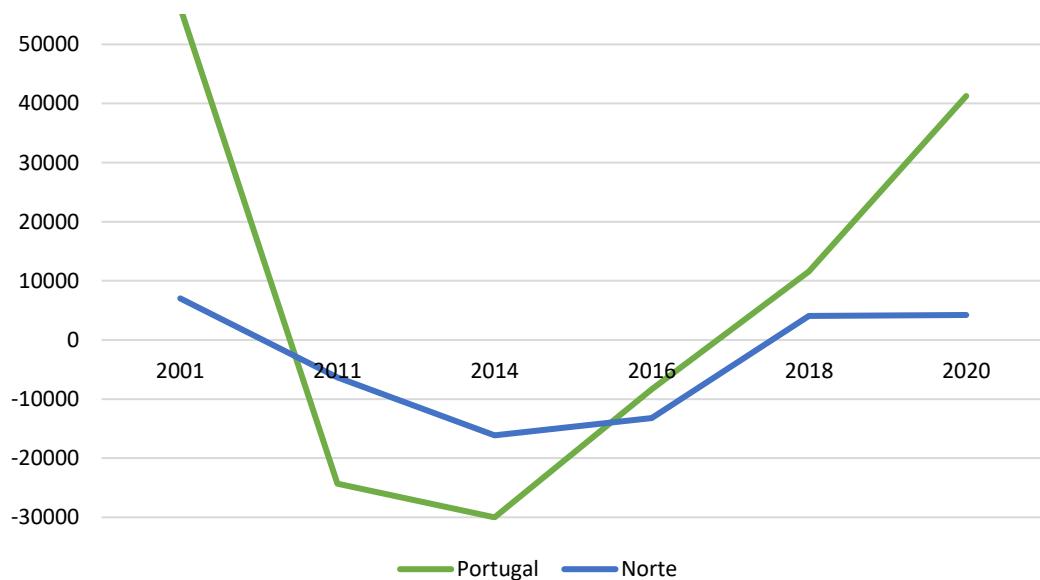
- ▶ O número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar desde o ano 2001. Em 2020, eram 2.103 os residentes no concelho, pertencentes a este grupo etário;
- ▶ A maior variação positiva registada dentro deste grupo etário, entre os anos de 2011 e 2020, verificou-se ao nível da população com idade igual ou superior a 85 anos;
- ▶ Tem-se verificado um maior número de pessoas idosas do sexo feminino, face ao sexo masculino;
- ▶ No ano de 2011, e relativamente ao número total de residentes em cada freguesia, verificou-se que era na União de freguesias de Candemil e Gondar (36,5%) onde a percentagem de população com + de 65 anos era maior;
- ▶ A União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe apresentava o maior número de pessoas com mais de 65 anos (460), no ano 2011;
- ▶ Em 2020, o Índice de Dependência de Idosos no concelho (36,4%) foi superior ao registado a nível nacional e da Região Norte;
- ▶ Relativamente ao Índice de Envelhecimento, nesse mesmo ano, o valor registado no concelho de Vila Nova de Cerveira (207,4) foi também superior ao registado a nível nacional e na Região Norte. Ainda assim é o terceiro mais baixo da Região do Alto Minho;
- ▶ Ambos os Índices têm vindo a aumentar desde 2011, refletindo o aumento de população idosa face ao número de crianças e jovens e de população ativa residentes no concelho;
- ▶ No ano de 2011, 20,6% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos residiam sós, das quais 77,6% eram do sexo feminino.

#### 7.2.4. Migrantes e Minorias Étnicas

A população migrante e pertencente a minorias étnicas apresentam-se aqui como população potencialmente mais vulnerável, ou já em situação de vulnerabilidade, pela falta de rede de suporte a que normalmente está sujeita, bem como devido a outras dificuldades de integração sejam por fatores linguísticos, religiosos e/ou culturais.

O concelho de Vila Nova de Cerveira tem registado valores oscilantes no que respeita ao seu saldo migratório desde 2001. Em conformidade com o que se registou a nível nacional, verificou-se um acentuado decréscimo deste saldo entre 2001 e 2014, ano em que registou um saldo negativo de 22 pessoas (ou seja, o número de pessoas que emigrou foi superior ao número de pessoas que o concelho acolheu). A partir de 2014, o saldo migratório foi aumentando, tendo em 2020 apresentado já um valor positivo de 61 migrantes.

**Gráfico 47 – Saldo Migratório, Portugal e Região Norte entre 2001 e 2020 (N.º)**



Fonte: PORDATA

**Tabela 67 – Saldo migratório Portugal, Região Norte, Região Alto Minho e município de Vila Nova de Cerveira, nos anos 2001, 2011, 2014, 2016, 2018 e 2020 (N.º)**

Território	Saldo migratório <sup>49</sup>					
	2001	2011	2014	2016	2018	2020
Portugal	56.213	-24.331	-30.003	-8.310	11.570	41.275
Norte	7.035	-6.308	-16.131	-13.233	4.076	4.202
Alto Minho	1.409	-53	-815	-1.105	246	519
Vila Nova de Cerveira	129	15	-22	-7	53	61

Fonte: PORDATA

**Tabela 68 – Cenários futuros do Saldo Migratório (projeções 2015 – 2080)**

Território	Saldo migratório (projeções)								
	2025			2030			2035		
	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto	Baixo	Central	Alto
Portugal	-3577	11339	29415	-3143	12266	30813	-2951	12622	31193
Norte	-5477	-1832	2568	-5279	-1467	2801	-5059	-1176	2865
Centro	992	4817	9448	1061	4846	9528	1026	4693	9307
AML	2069	7028	13028	2096	7087	13257	2008	6886	13092
Alentejo	-58	609	1463	-39	725	1710	-31	814	1916
Algarve	440	1523	2840	444	1589	3039	417	1612	3151

Fonte: INE, Projeções da população residente

De acordo com o INE (projeções da população residente: 2015-2080) o saldo migratório tenderá a ter uma evolução positiva com o decorrer do tempo, ainda que na Região Norte este permaneça em valores negativos nos cenários baixo e central até 2035.

Importa destacar que, antes de se apresentarem os dados referentes à imigração no concelho de Vila Nova de Cerveira é importante referir que existem algumas condicionantes à análise deste fenómeno, nomeadamente, a alteração à Lei da Nacionalidade (2007) (que contribuiu para o aumento do número de naturalizações e,

<sup>49</sup> **Saldo migratório:** Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (INE).

“Como a maioria dos países não possui valores exactos sobre imigração e emigração, o saldo migratório é geralmente calculado com base na diferença entre a variação populacional e o crescimento natural entre dois períodos (saldo migratório ajustado). Por conseguinte, as estatísticas sobre saldos migratórios são afectadas por todas as imprecisões estatísticas nas duas componentes desta equação, especialmente a variação populacional (metainformação – Eurostat).”

simultaneamente, para o decréscimo do número de imigrantes), o desconhecimento do número de descendentes de imigrantes residentes e de imigrantes naturalizados e o número de cidadãos estrangeiros que têm sido acolhidos ao abrigo dos acordos de cooperação no domínio da saúde<sup>50</sup>.

**Tabela 69** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira segundo a naturalidade da população, por freguesia (2011) (N.º)

Território	Total	Total de pop. estrangeira		Europa	África	América	Ásia	Oceânia
		N.º	%					
Vila Nova de Cerveira (concelho)	9253	821	8,87	492	140	158	30	1
Cornes	478	35	7,32	26	3	6	0	0
Covas	675	47	6,96	40	3	4	0	0
Gondarém	1010	69	6,83	41	11	15	2	0
Loivo	885	83	9,38	43	28	11	0	1
Mentrestido	264	15	5,68	12	0	3	0	0
Sapardos	366	17	4,64	17	0	0	0	0
Sopo	557	30	5,39	25	2	3	0	0
UF de Campos e Vila Meã	1713	221	12,90	127	22	49	23	0
UF de Candemil e Gondar	359	20	5,57	14	3	2	1	0
UF de Reboreda e Nogueira	1071	94	8,78	59	15	20	0	0
UF de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	1875	190	10,13	88	53	45	4	0

Fonte: INE, Censos 2011

<sup>50</sup> No ano de 2017, foram atribuídos 1.914 vistos de estada temporária para tratamento médico (+69,7% face a 2008 e +16,9% face a 2016), simultaneamente foram atribuídos, nesse mesmo ano, 637 vistos para acompanhamento de familiar) (Relatório Estatístico Anual 2018, Observatório das Migrações – Imigração em Números).

Em 2011, residiam no concelho 821 indivíduos com naturalidade estrangeira (8,87% da população residente no concelho), dos quais 59,93% eram naturais de países da Europa.

Esta população concentrava-se, na sua maioria, na União das freguesias de Campos e Vila Meã (com 221 residentes de naturalidade estrangeira), sendo também esta a União de freguesias que apresentava uma maior percentagem de residentes naturais de países estrangeiros face à população total residente nas mesmas (12,9%), seguida da União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, com 10,13% da sua população residente ser natural de país estrangeiro.

**Tabela 70** – População estrangeira residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, por nacionalidade e grupo etário (2011) (N.º)

Território	Total	0 – 14 anos	15 – 64 anos	65 e mais anos
Vila Nova de Cerveira	9253	1230	5846	2177
Estrangeira	262	38	205	19
Europa	150	24	110	16
África	10	1	9	0
América	74	10	61	3
Ásia	27	3	24	0
Oceânia	1	0	1	0
Dupla nacionalidade	310	39	219	52

Fonte: INE, Censos 2011

A população estrangeira residente no concelho, no ano de 2011, encontrava-se maioritariamente entre os 15 e os 64 anos de idade. Os residentes estrangeiros são na sua maioria provenientes do continente europeu, seguindo-se o continente americano. É ainda de destacar a população com dupla nacionalidade, a qual representava 3,35% da população residente no concelho.

**Tabela 71** – População estrangeira residente nos municípios do distrito de Viana do Castelo, com Título de Residência (2011, 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020) (N.º)

Território	População estrangeira					
	2011	2012	2014	2016	2018	2020
Distrito de Viana do Castelo	3442	3210	2858	3019	3675	6166
Arcos de Valdevez	199	200	179	190	232	299
Caminha	293	270	261	259	329	513
Melgaço	159	121	95	89	92	120
Monção	472	452	376	367	441	733
Paredes de Coura	89	38	37	46	77	150
Ponte da Barca	114	106	93	98	73	126
Ponte de Lima	265	258	227	229	315	446
Valença	518	479	404	411	437	845
Viana do Castelo	1104	1058	964	1088	1449	2473
Vila Nova de Cerveira	229	228	222	242	230	461

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

De acordo com a informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o número de estrangeiros residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, com título de residência, tem vindo a aumentar desde 2017. Esta é também a tendência verificada nos restantes municípios do distrito de Viana do Castelo, à exceção de Ponte da Barca que entre 2017 e 2018 teve uma diminuição de residentes com título de residência, tendo-se verificado em 2019 e 2020 um crescimento desse número.

**Tabela 72** – Residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo nacionalidade (2011, 2014, 2016, 2018, 2019 e 2020) (N.º)

	2011	2014	2016	2018	2019	2020
Vila Nova de Cerveira (concelho)	229	222	242	230	296	461
Brasil	53	43	37	50	74	105
Índia	3	17	18	13	18	84
Espanha	35	18	23	26	30	45

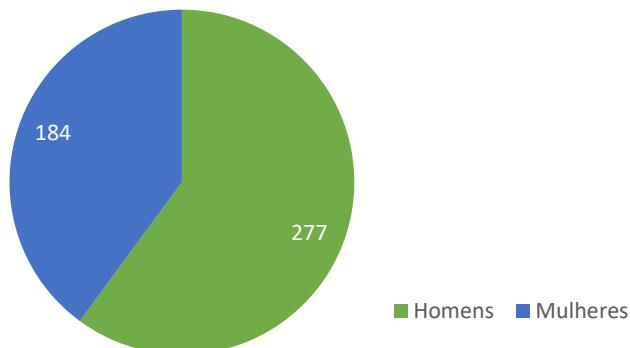
Bangladesh	9	16	18	16	22	37
Reino Unido	15	21	24	19	26	34
França	0	1	3	4	10	17
Ucrânia	29	27	22	19	18	17
Nepal	0	0	0	0	1	13
Angola	1	1	2	3	13	13
China	6	8	14	13	12	12
Paquistão	1	1	5	2	2	11
Bulgária	13	12	13	12	11	11
Alemanha	11	8	10	5	4	7
Itália	0	0	1	3	7	7
Roménia	11	9	9	9	8	7
Estados Unidos da América	4	7	8	7	8	7
Outros países da Europa	8	8	9	12	11	12
Outros países da América	21	13	14	9	12	12
Outros países da Ásia	3	12	3	2	2	1
Outros países de África	7	8	9	6	7	9

Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Ao analisarmos a evolução do número de residentes estrangeiros, segundo a sua nacionalidade, é possível verificar que no ano 2020, são os nacionais de países como o Brasil, Índia e Espanha, que estão em maior número no território.

Desde 2016, verifica-se que nacionalidades como a Brasileira, Espanhola, Indiana, Paquistanesa, Nepalesa e Francesa têm aumentado no concelho de Vila Nova de Cerveira. Inversamente, o número de residentes estrangeiros naturais dos Países de Leste tem vindo a sofrer um decréscimo.

**Gráfico 48 –** População estrangeira residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, segundo o género (2020) (N.º)



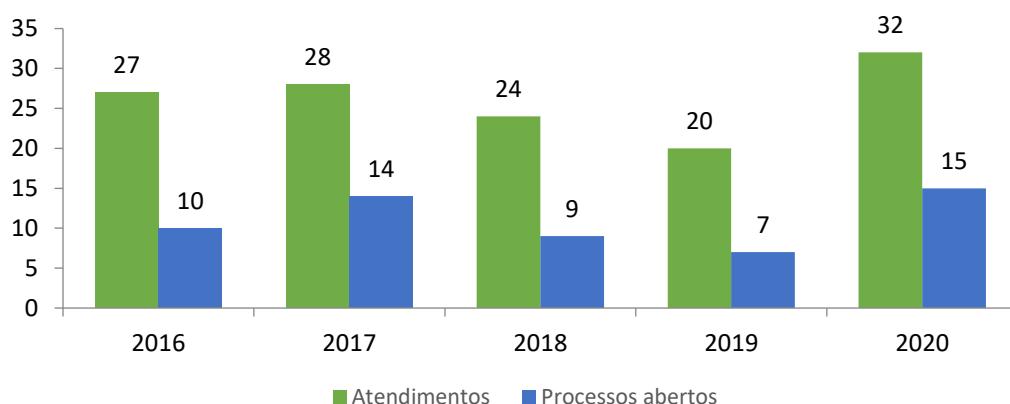
Fonte: SEF – Sefstat (Portal de Estatística)

Analisando os dados por género, verifica-se uma diferença percentual de 20% entre residentes estrangeiros Homens e Mulheres (60%, 40%, respetivamente).

No concelho de Vila Nova de Cerveira encontra-se em funcionamento o Gabinete de Apoio ao Emigrante (GAE). Este serviço tem como principal objetivo ajudar os munícipes sobre questões relacionadas com a emigração (seja quem esteve emigrado ou que deseje emigrar), fornecendo-lhes a informação necessária e facilitando a resolução dos problemas apresentados.

Segundo a informação facultada pelo GAE, a maioria dos emigrantes que solicitam o apoio emigraram para França e procuram ajuda para questões relacionadas com a reforma. Desde 2016, que o número de atendimentos e processos abertos no GAE tem oscilado, sendo que no ano 2020 se registou o número mais elevado de ambos.

**Gráfico 49 –** Atendimentos e processos abertos no GAE, entre 2016 e 2020 (N.º)



Fonte: CM Vila Nova de Cerveira - GAE

### **Em Síntese:**

- ▶ O saldo migratório no concelho de Vila Nova de Cerveira regista um crescimento desde 2014, ano em teve um saldo negativo de 22 pessoas, apresentando-se em 2020 com um valor positivo de 61;
- ▶ Em 2020, residiam no concelho 461 indivíduos com naturalidade estrangeira (5,2% da população residente no concelho), na sua maioria de nacionalidade brasileira, indiana e espanhola;
- ▶ Em 2011 era na União das freguesias de Campos e Vila Meã que se concentravam a maioria dos residentes de naturalidade estrangeira (221). Estes representavam 12,9% da população residente naquela união de freguesias;
- ▶ Em 2011 a população com dupla nacionalidade, representava 3,35% da população residente no concelho.

## 7.2.5. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

A abordagem sobre deficiência e incapacidade adotada nos Censos 2011, assume as definições da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF). Desta forma, entende-se por “deficiência” o estado da pessoa, face às alterações ou anomalias das estruturas e funções do corpo, incluindo as funções mentais. O termo “incapacidade” reporta-se aos diferentes níveis de limitações funcionais relacionados com a pessoa e com o seu meio ambiente (englobando deficiências, limitações na atividade e restrições de participação).

Desta forma, nos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência foi realizada através de questões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender).

No ano de 2011, cerca de 1.568 residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, referiram ter pelo menos uma das dificuldades enumeradas. Foram na sua maioria mulheres (62,2%) e com idade igual ou superior a 65 anos (1.013 residentes: 64,6%).

Analizando os dados do território, verifica-se que é na freguesia de Covas, na União de freguesias de Candemil e Gondar e na freguesia de Mentrestido, com 23,3%, 21,7% e 21,2% respetivamente, que se verificaram as maiores percentagens de residentes a identificar ter, pelo menos uma das dificuldades indicadas.

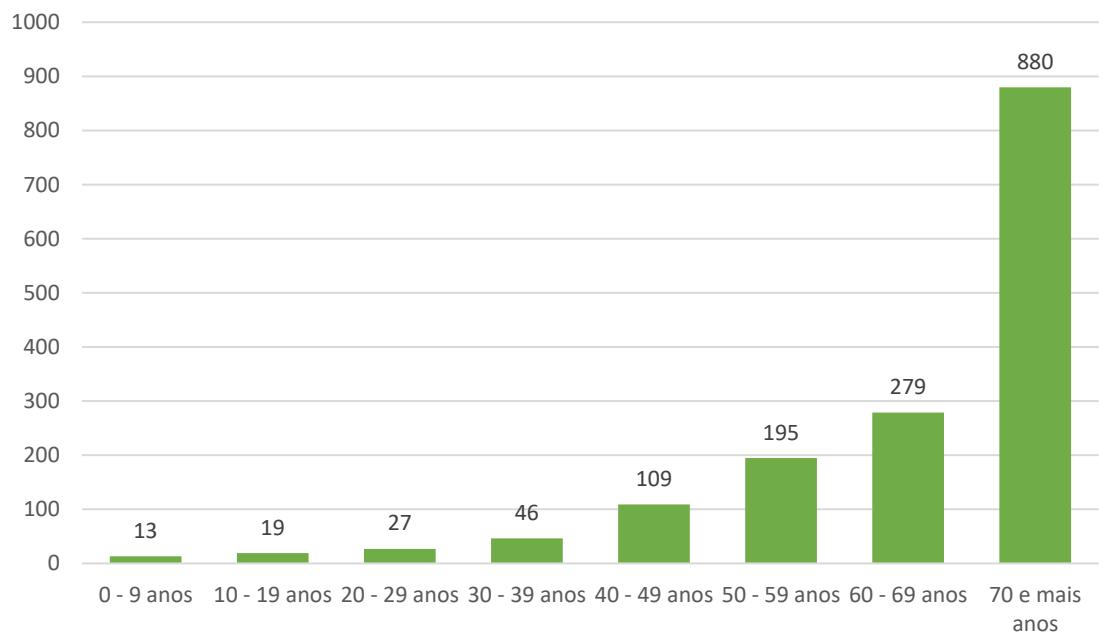
**Tabela 73** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com pelo menos uma dificuldade, por freguesia e sexo (2011) (N.º)

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Vila Nova de Cerveira (concelho)	9.253	1568	593	975	16,9%
Cornes	478	73	25	48	15,3%
Covas	675	157	63	94	23,3%
Gondarém	1010	170	75	95	16,8%
Loivo	885	143	58	85	16,2%
Mentrestido	264	56	17	39	21,2%

Território	Total população residente	População residente com pelo menos uma dificuldade			% da população com pelo menos uma dificuldade
		Total	Homens	Mulheres	
Sapardos	366	72	31	41	19,7%
Sopo	557	74	25	49	13,3%
UF Campos e Vila Meã	1713	240	90	150	14,0%
UF Candemil e Gondar	359	78	34	44	21,7%
UF Reboreda e Nogueira	1071	165	54	111	15,4%
UF Vila Nova de Cerveira e Lovelhe	1875	340	121	219	18,1%

Fonte: INE, Censos 2011

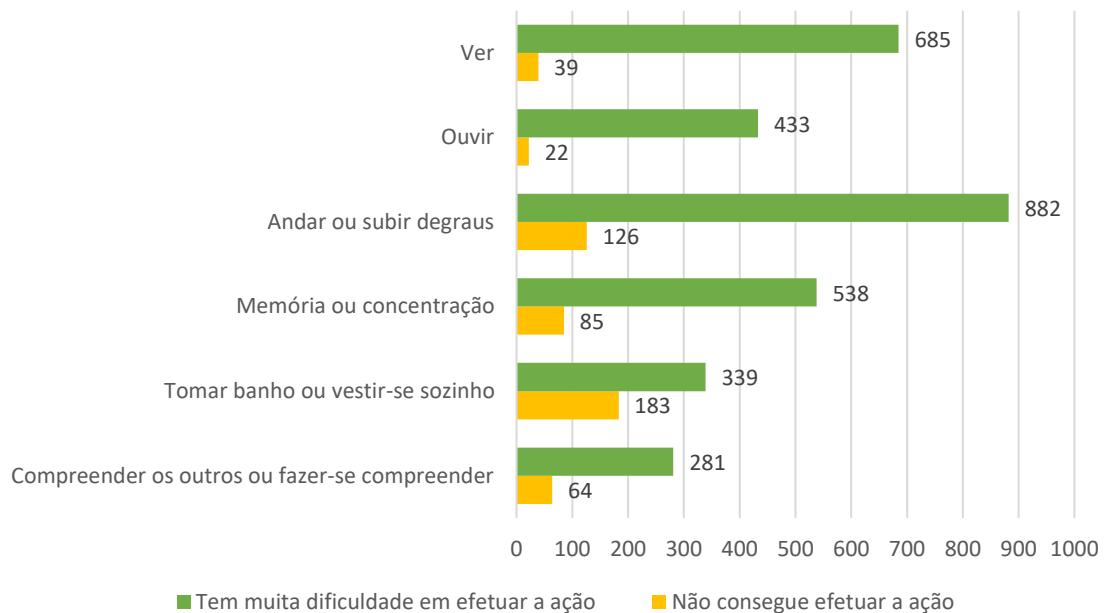
**Gráfico 50 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com pelo menos uma dificuldade, por grupo etário (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Identificando o tipo de dificuldade sentida, as dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) e de visão são as reportadas em maior número, seguidas das dificuldades de memória ou concentração e de audição.

**Gráfico 51 –** População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com pelo menos uma dificuldade, por tipo e grau de dificuldade (2011) (N.º)



Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente ao grau de dificuldade em executar as ações referidas, são as questões relativas ao autocuidado (tomar banho e vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória ou concentração as que são identificadas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportaram.

O principal meio de vida, da maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade é a reforma (76,4%) seguindo-se as que se encontram a trabalhar (11,8%) e as que estão a cargo da família (5,2%).

Através da diferença entre a população residente no concelho com pelo menos uma dificuldade e o número de residentes com idade igual ou superior a 15 anos, com pelo menos uma dificuldade, é possível concluir que, no ano 2011, existiam no concelho 23 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade.

**Tabela 74** – População residente no concelho de Vila Nova de Cerveira, com 15 e mais anos de idade e com pelo menos uma dificuldade, segundo o principal meio de vida (2011) (N.º)

	População residente com pelo menos uma dificuldade	
	N.º	%
Vila Nova de Cerveira (concelho)	1545	100%
Trabalho	183	11,8%
Reforma / Pensão	1180	76,4%
Subsídio de desemprego	25	1,6%
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	8	0,5%
Rendimento social de inserção	11	0,7%
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	9	0,6%
Rendimento da propriedade ou da empresa	9	0,6%
Apoio social	19	1,2%
A cargo da família	80	5,2%
Outro	21	1,4%

Fonte: INE, Censos 2011

No âmbito da intervenção com pessoas com deficiência, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, destaca-se o trabalho realizado pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viana do Castelo (APPACDM), pela Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo (APCVC) e pela Fundação AMA.

**Tabela 75** – Pessoas com deficiência, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira apoiadas pela APPACDM, pela APCVC e pela Fundação AMA (junho 2021) (N.º)

	N.º de pessoas apoiadas		
	N.º total	Masculino	Feminino
APPACDM	25	20	5
APCVC	3	2	1
Fundação AMA	9	9	0

Fonte: APPACDM de Viana do Castelo, APCVC e Fundação AMA

À data de junho de 2021, a **APPACDM de Viana do Castelo** integrava 18 pessoas com deficiência intelectual, residentes em Vila Nova de Cerveira, na resposta de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)<sup>51</sup>, sendo que 5 das quais beneficiavam também de resposta noturna em lar residencial ou lar de apoio. No que respeita à caracterização sociodemográfica dos utentes, a maioria é do sexo masculino (13 utentes), 8 têm menos que 30 anos de idade, 2 têm entre 30 e 40 anos e 8 têm mais do que 40 anos de idade.

Importa destacar, que a APPACDM de Viana do Castelo apoia também 7 crianças em contexto escolar do concelho, no âmbito da resposta Centro de Recursos para a Inclusão (CRI). Atualmente, encontram-se em lista de espera 4 pessoas residentes em Vila Nova de Cerveira, 3 para CAO e 1 para Lar de Apoio (3 destas pessoas têm idade igual ou superior a 48 anos).

No que respeita à **APCVC**, encontram-se integradas em Apoio de Regime Ambulatório (ARA) 3 pessoas residentes em Vila Nova de Cerveira, 2 das quais com menos de 30 anos de idade. Das 3 pessoas acompanhadas, duas são autónomas e uma é parcialmente dependente.

A **Fundação AMA** presta apoio a 9 pessoas residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, todas do sexo masculino e com idades inferiores a 30 anos.

---

<sup>51</sup> Os utentes encontram-se distribuídos pela Delegação de Valença, Delegação de Melgaço, Unidade de Areosa, Unidade do Cabedelo e Unidade de Viana do Castelo.

## Em Síntese:

- ▶ No ano de 2011, existiam cerca de 1.568 residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira com pelo menos uma dificuldade, na sua maioria mulheres (62,2%) e com idade igual ou superior a 65 anos (1.013 residentes: 64,6%);
- ▶ As dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus), de visão e de memória ou concentração foram as referidas em maior número;
- ▶ As questões associadas ao autocuidado (tomar banho ou vestir-se sozinho), à mobilidade (andar ou subir degraus) e à memória e concentração são as que são referidas, em maior número, como não sendo possíveis de executar pelas pessoas que as reportam;
- ▶ Em 2011, a grande maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade encontrava-se reformada (76,4%);
- ▶ No 2011, existiam no concelho 23 crianças (até aos 14 anos de idade) com pelo menos uma dificuldade identificada;
- ▶ À data de junho de 2021, a APPACDM de Viana do Castelo, a APCVC e a Fundação AMA apoiavam 37 pessoas com deficiência, residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, nas suas respostas sociais.

# 8. ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo procuraremos caracterizar as áreas identificadas como prioritárias para a intervenção social no concelho de Vila Nova de Cerveira, numa análise cruzada de dados estatísticos com a percepção dos atores. Pretende-se assim apresentar os constrangimentos existentes ao desenvolvimento social, mas também aquelas que são as atuais respostas, de modo a perspetivar possíveis linhas de ação.

## 8.1. Pessoas Idosas

À semelhança do restante território nacional, no concelho de Vila Nova de Cerveira verifica-se uma diminuição da população residente, contudo, tal como já foi referido anteriormente, existe um aumento da população com 65 ou mais anos, em quase todas as freguesias do concelho. Verifica-se ainda que o Índice de Dependência e o Índice de Envelhecimento têm vindo a aumentar. Em 2020, existiam aproximadamente trinta e seis pessoas com idade igual ou superior a 65 anos para cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade (Índice de Dependência de Idosos 36,4). Por cada cem pessoas com idade inferior a 15 anos existiam cerca de 204 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (Índice de Envelhecimento 204,7).

O isolamento social, a solidão e a degradação da qualidade de vida da população desta faixa etária, nomeadamente com a perda de autonomia e questões relacionadas com a sua segurança, são, entre outros fatores, os que, para os *stakeholders* presentes nos *workshops*, se apresentam como fundamentais para uma reflexão e intervenção na área do envelhecimento no concelho.

O envelhecimento demográfico nos países industrializados é uma realidade, e Portugal não é exceção, sendo o quarto país da União Europeia, com maior percentagem de

pessoas idosas (22%, em 2019) (PORDATA), logo depois da Itália (23,1%), Grécia e Finlândia (22,1%).

O envelhecimento populacional advém quer do declínio da fecundidade, quer do aumento da longevidade, fatores que se têm vindo a alterar nas sociedades ocidentais, quer por fatores sociais e do mercado de trabalho, quer pelo próprio desenvolvimento da área da saúde e melhoria na qualidade de vida das populações. Nos últimos anos, tem-se registado uma queda da natalidade, com visível decréscimo da população jovem (0 a 14 anos de idade) e da população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) e aumento da população idosa (65 e mais anos de idade).

O número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos também tem vindo a aumentar, o que traduz igualmente maior longevidade da população. Entre 2001 e 2011, a maior variação percentual registou-se na faixa etária entre os 80 e os 84 anos (48,7%) e entre 2011 e 2019, na faixa etária com 85 ou mais anos (47,3%).

Em 2019, a esperança de vida à nascença em Portugal era de 81,1 anos (em média), tendo aumentado dois anos na última década (PORDATA).

Em 2020, 2,3 milhões de pessoas em Portugal tinham mais de 65 anos (cerca de 23% da população total). Segundo as projeções do INE, o agravamento do envelhecimento demográfico irá manter-se durante 40 anos. Prevê-se que, até 2080, o número de jovens irá diminuir de 1,4 milhões, em 2017, para 0,9 milhões, o número de idosos aumentará para 2,8 milhões, o índice de envelhecimento mais do que duplicará (passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens) e a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas. Esta tendência é transversal a todas as regiões de Portugal (INE, Projeções de População Residente 2015-2080).

**Tabela 76 – Indicadores de população (Portugal)**

	2010	2020
Taxa bruta de natalidade	9,59‰	8,2‰
Índice de envelhecimento	121,59%	165,1%
Índice de longevidade	47,56%	48,7%
Taxa de fecundidade	40,01‰	37,2‰

Fonte: PORDATA

O envelhecimento da população é um fator que tem implicações em diferentes domínios, como a saúde, proteção social e no próprio mercado de trabalho.

Em 2020, cerca de 23% da população ativa tinha mais de 55 anos. No mesmo ano, a taxa de inatividade da população com mais de 65 anos foi de 88,8%, tendo-se registado uma variação percentual de 6,5% em 10 anos, quando entre 2000 e 2010 a variação foi de 2%. É assim de ter em conta o próprio peso que esta alteração sociodemográfica tem ao nível orçamental do país, sendo possível verificar que, entre 2009 e 2019, existiu um aumento de 9,9% do número de pensões de velhice do regime da segurança social.

Em Portugal, o risco de pobreza na população idosa continua sem diminuir, ao contrário das restantes faixas etárias. De acordo com o Inquérito às Condições de vida e Rendimento, realizado em 2020<sup>52</sup>, a população idosa aumentou o risco de pobreza para 19,1%, mais 2,1 pontos percentuais que em 2016, o que indica que, mesmo após receberem transferências sociais, esta população se encontrava com um rendimento líquido mensal inferior a 540€.

Para responder a estes desafios decorrentes do envelhecimento da população, têm sido definidas e implementadas medidas e iniciativas intergovernamentais, algumas das quais integram a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) (2017-2025).

Um dos Eixos Estratégicos da ENEAS assenta na “promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia”. Para garantir a satisfação das necessidades de saúde e sociais das pessoas idosas é fundamental que existam no território estruturas, equipamentos e serviços adequados a essas mesmas necessidades. As respostas para pessoas idosas devem também privilegiar a sua inserção social e comunitária, garantindo sempre que possível a permanência das pessoas no seu domicílio e meio familiar e social.

De acordo com a Carta Social (consultada em julho 2021), o concelho apresenta as seguintes respostas sociais para pessoas idosas: Centro de Convívio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

---

<sup>52</sup> INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2020

Relativamente ao número de equipamentos com Acordos de Cooperação com o ISS, IP para as referidas respostas sociais, destaca-se que à data de setembro de 2021 existiam no território um total de 12 respostas sociais, distribuídas da seguinte forma: 1 Centro de Convívio (com uma lotação total de 20 utentes), 4 Centros de Dia (com capacidade de resposta para 87 utentes), 5 SAD (com capacidade para 172 utentes) e 2 ERPI (com lotação máxima de 105 utentes).

**Tabela 77** – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Vila Nova de Cerveira (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	Centro de Convívio			Centro de Dia		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Vila Nova de Cerveira (concelho)	1	1	0	4	4	0

Fonte: Carta Social (consultada julho 2021)

**Tabela 78** – Respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Vila Nova de Cerveira (N.º)  
(Cont.)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas					
	ERPI			SAD		
	Total	Rede solidária	Rede privada	Total	Rede Solidária	Rede privada
Vila Nova de Cerveira (concelho)	2	2	0	5	5	0

Fonte: Carta Social (consultada julho 2021)

Atualmente, a ocupação nos equipamentos, considerando o número total de vagas das referidas respostas sociais, encontra-se na ordem dos 70,8%, registando-se uma ocupação máxima apenas na resposta social de ERPI, verificando-se à data de setembro de 2021 uma lista de espera de 97 utentes (45 no Lar Maria Luísa e 52 em Reboreda).

De acordo com a percepção recolhida junto das equipas técnicas destas respostas sociais, a taxa de ocupação agora verificada nas respostas de Centro de Dia (41%) e Centro de convívio (40%), deve-se ao receio manifestado pelos próprios utentes e familiares fruto da situação pandémica por COVID-19.

**Tabela 79** – Capacidade e ocupação das respostas sociais para pessoas idosas no concelho de Vila Nova de Cerveira (N.º)

Território	Respostas sociais para pessoas idosas							
	CC		CD		SAD		ERPI	
	Rede solidária		Rede Solidária		Rede Solidária		Rede Solidária	
	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.	Capac.	Ocup.
Vila Nova de Cerveira (concelho)	20	8	87	36	172	123	105	105

Fonte: CM Vila Nova de Cerveira (consulta aos Diretores Técnicos das IPSS) (Setembro de 2021)

Analisando as respostas sociais existentes para as pessoas idosas por freguesia, é possível verificar que existem respostas sediadas nas freguesias de Covas, Gondarém, União de freguesias de Campos e Vilã Meã, União de freguesias de Reboreda e Nogueira e União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe, não existindo quaisquer respostas sociais sediadas nas restantes freguesias, sendo estas abrangidas pelas respostas sociais existentes.

Dos atores sociais que identificaram as Pessoas Idosas como área prioritária de intervenção no inquérito por questionário, 44% identificaram a solidão e/ou isolamento como um dos principais problemas sendo também identificados por estes atores questões relacionadas com os baixos rendimentos/ recursos disponíveis e a perda de capacidades motoras desta população. Também os participantes dos *workshops* da Rede Social e das freguesias Vila Nova de Cerveira identificaram o problema do isolamento da população e a própria degradação da qualidade de vida como problemáticas existentes no território.

As questões relacionadas com o isolamento e/ou solidão dos idosos foram identificadas como sendo prioritárias pelos atores sociais e transversais em todo o território, ainda que em freguesias e lugares mais afastados do centro da vila, estas situações sejam ainda mais preocupantes já que a rede de transportes e o acesso a bens e serviços ficam ainda mais dificultados e condicionados.

Os atores referem como principal causa a ausência de suporte familiar, que devido a diversos fatores se afastou ou não tem capacidade de apoiar e cuidar dos progenitores (emprego e habitação, apontadas como principais fatores para este afastamento). A precariedade das habitações, os baixos rendimentos, o aumento de dependência,

doenças crónicas, problemas de saúde mental, e respostas sociais insuficientes em determinados espaços do território, bem como a rede de transportes públicos deficitária, aumenta o risco de isolamento social nesta população. Este problema interfere com a saúde física e mental, afetando negativamente a qualidade de vida desta população. Neste âmbito os atores sociais identificam as redes de vizinhança e de proximidade, como agentes fulcrais para a diminuição e atenuação deste problema, ainda que sejam já notórios outros problemas daí decorrentes, como a sobrecarga dos cuidadores informais, também eles por vezes já de idade avançada. Ainda assim é notória a resistência de parte desta população em aceder a respostas sociais, sejam elas no seu domicílio ou nas instalações das instituições.

No concelho de Vila Nova de Cerveira, em 2011, eram 415 os idosos que viviam sozinhos. Sendo na freguesia de Covas e na União de freguesias de Campos e Vila Meã que se concentrava maior número de idosos a residir sozinhos.

É importante destacar que, para além dos serviços prestados pelas respostas sociais anteriormente referidas, existem no território projetos que intervêm com a população idosa e que têm como principal objetivo contribuir para a atenuação das necessidades identificadas nesta população, contribuindo para o seu bem-estar e manutenção no seu meio familiar e social, nomeadamente:

- **Serviço Telealarme** – projeto de proximidade que visa oferecer uma resposta mais adequada às necessidades dos idosos que vivem em situação de isolamento geográfico e/ou social, promovendo a continuidade da inclusão da pessoa idosa no seu meio habitual de vida.

O Tele-Alarme é uma resposta social complementar que, a partir de um sistema de telecomunicações, permite, acionando um botão de alarme, contactar com rapidez uma equipa de enfermagem da empresa responsável pelo equipamento. Em caso de necessidade, a equipa de enfermagem contactará as pessoas de referência ou os serviços competentes, dependendo da emergência.

A atribuição do equipamento pelo Município é realizada mediante o preenchimento dos requisitos definidos: isolamento geográfico e / ou social, carência económica (rendimento per capita inferior ao salário mínimo nacional) e problemas de saúde. São tidos em consideração todos os portadores do Cartão Municipal “Idade +”, desde que estejam em situação de isolamento geográfico ou social.

- **Cartão Idade +** – Com o objetivo de apoiar os idosos e pensionistas por invalidez, economicamente mais careciados e facilitar o acesso a determinados serviços municipais, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira implementou o Cartão Municipal do Idoso “Idade +”. Destina-se a todos os cidadãos residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, desde que tenham idade igual ou superior a 65 anos ou sejam pensionistas por invalidez, se de idade inferior. Residirem e serem eletores no concelho, há pelo menos 5 anos e o rendimento “per capita” do agregado familiar mensal, não ultrapasse o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) vigente.
- **“Dar Vida aos Anos”** – grupo de trabalho formado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira e por 6 IPSS do concelho que desde 2006 promovem espaços de participação para os idosos, fomentam intercâmbios entre as instituições e valorizam o cidadão idoso através da sua integração nas diversas atividades dinamizadas ao longo do ano.
- **Medicamentos em Mão** – serviço de entrega de medicação em horários e locais identificados em sete das 11 freguesias, evitando deslocações desnecessárias e onerosas à sede do concelho. De caráter gratuito, o projeto ‘Medicamentos em Mão’ resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal e as farmácias instaladas no concelho, afirmando-se como mais uma medida de prevenção à Covid-19.

Em síntese, o concelho de Vila Nova de Cerveira tem assistido a um envelhecimento da sua população, existindo neste momento um elevado número de pessoas idosas, em muito superior ao registado no início do ano 2000. Também a heterogeneidade do território caracteriza os fatores que podem acentuar as necessidades sentidas pela população idosa. Se em zonas mais rurais, o isolamento social da população idosa é percecionado como sendo agravado pela fragilidade da rede de transportes públicos, noutras zonas é referido que o fato de não existir oferta no mercado imobiliário e oferta de trabalho leva ao afastamento físico de redes de suporte informais.

Assim, as necessidades mais prementes relativamente à área das pessoas idosas, no concelho de Vila Nova de Cerveira, centram-se na percepção de que existem pessoas idosas em situação de isolamento social, as quais não conseguem aceder a serviços e respostas que lhes permitam ter melhor qualidade de vida.

Os organismos do poder local, bem como, as instituições que prestam apoio a esta população têm vindo a desenvolver projetos e respostas complementares que contribuem para atenuar estes problemas, no entanto, são insuficientes face às reais necessidades. O planeamento e reorganização de serviços de apoio às pessoas idosas, que contemplassem as reais necessidades das mesmas, bem como a otimização da rede de transportes e a criação de estratégias alternativas de cuidados informais, poderão ser essenciais para contribuir para o aumento da mobilidade, participação e qualidade de vida desta população.

Apresentamos em seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área.

**Tabela 80 – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito das Pessoas Idosas**

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Isolamento social das pessoas idosas	Rede de transportes insuficiente;	Melhorar a rede de transportes públicos, ao nível de percursos, horários e acessibilidades para pessoas com incapacidades
	Falta de respostas locais;	Realizar o mapeamento de situações de isolamento social de pessoas idosas no concelho; Criar um plano Gerontológico concelhio (com articulação de respostas existentes, formação específica de equipas, respostas e projetos para envelhecimento saudável, captação de cuidadores formais e informais, etc.)
	Suporte familiar insuficiente	Implementar equipa de reflexão, intervenção, apoio e acompanhamento para pessoas idosas; Aumentar a dinamização da rede de voluntariado em projetos de visita a idosos; Promover e dinamizar programas de promoção de envelhecimento ativo, quer ao nível motor, quer ao nível neuropsicológico

## 8.2 Habitação

A habitação, direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, é fundamental para a qualidade de vida e bem-estar da população. Quando esta necessidade não se encontra satisfeita surgem conflitos e desequilíbrios sociais, que poderão acentuar situações de vulnerabilidade e conduzir a situações de mobilidade no território, que por sua vez irão condicionar o seu desenvolvimento económico e social. Assim, é fundamental que tenhamos uma visão integrada sobre a dimensão “Habitação”.

Do ponto de vista territorial, o concelho encontra-se limitado a nordeste pelo concelho de Valença, a leste por Paredes de Coura, a sueste por Ponte de Lima, a sudoeste por Caminha e a Noroeste pela Galiza (concelhos do Rosal e Tomiño). A nível laboral, para além da sede de concelho, destacam-se a freguesia de Cornes e a União de freguesias de Campos e Vila Meã, onde se situam polos e parques industriais. Este fator é de ter em conta na reflexão ao nível da habitação, uma vez que, sendo estes polos de atração ao nível do mercado de trabalho, devem ser também contemplados ao nível da habitação, para a consequente fixação da população.

O concelho de Vila Nova de Cerveira, à semelhança da generalidade dos concelhos de Portugal, identifica alguns constrangimentos no que respeita à habitação, nomeadamente, a prática de valores elevados no mercado de arrendamento, a insuficiência de habitações a custos controlados<sup>53</sup> e/ou sociais e a degradação do edificado/falta de condições habitacionais, com consequências para as condições de saúde e sociais da população.

Os problemas referidos foram identificados pela maioria dos atores sociais do concelho de Vila Nova de Cerveira, quer no âmbito da resposta ao questionário *online*, quer nos *workshops* presenciais, tendo sido a “Habitação” considerada como uma área prioritária de intervenção social.

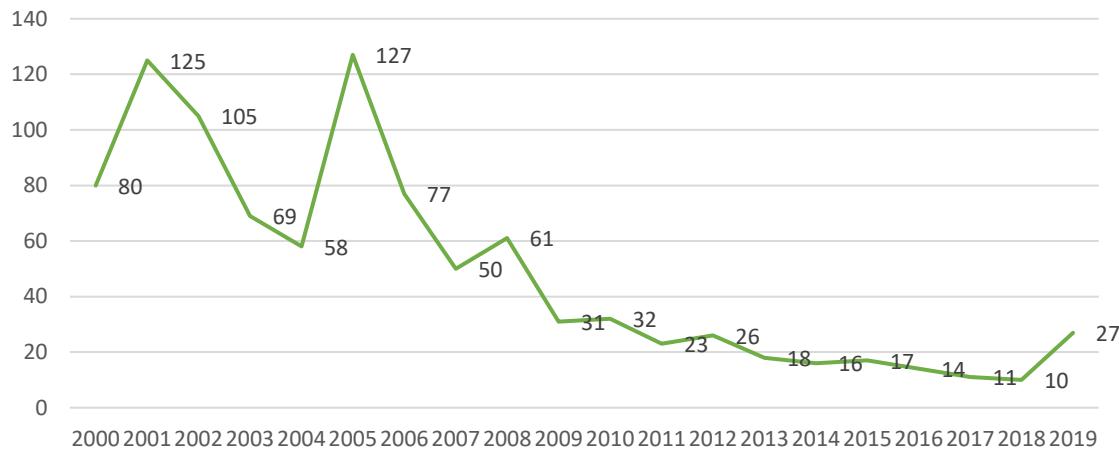
---

<sup>53</sup> As Habitações a Custos Controlados (HCC) são construídas ou adquiridas com o apoio financeiro do Estado, que concede benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção, e destinam-se a habitação própria e permanente dos adquirentes, ou a arrendamento. Os promotores de habitação a custos controlados têm acesso a diversas linhas especiais de crédito, que abrangem as várias vertentes do circuito da promoção habitacional, desde a aquisição e infra-estrutura de solos, à construção dos empreendimentos e do equipamento social. Os montantes máximos do financiamento podem atingir os 80% do valor de venda das habitações, com uma taxa de juro bonificado até 1/3 da taxa de referência para o cálculo das bonificações, ou taxa contratual se esta for menor (Portal da Habitação).

Para um melhor entendimento do problema mais destacado: **dificuldade no acesso a habitação** é necessário caraterizar a realidade habitacional nas últimas décadas.

Entre os anos 1990 e 2010 assistiu-se a um aumento acentuado da construção de edifícios para habitação em Portugal, tendo sido construídas cerca de um milhão e meio de novas habitações (IHRU, 2015), fruto do acesso facilitado ao crédito para aquisição de casa própria.

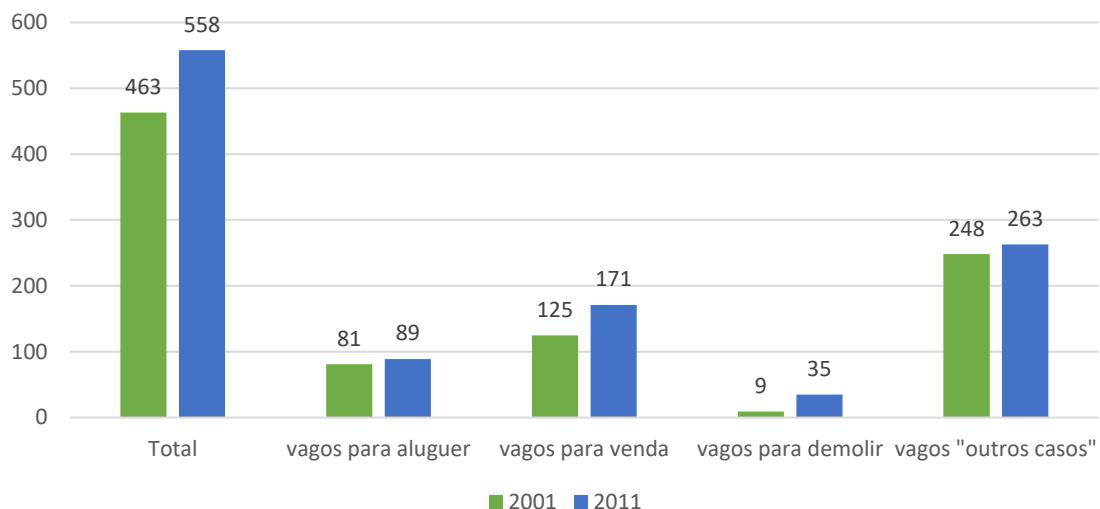
**Gráfico 52** – Fogos concluídos para habitação familiar em Vila Nova de Cerveira, entre os anos 2000 e 2019 (N.º)



Fonte: INE – Estatísticas das obras concluídas

A partir do ano 2005, verifica-se um decréscimo do número de novas construções no concelho de Vila Nova de Cerveira. Ainda assim, entre os momentos censitários de 2001 e 2011, a taxa de variação dos alojamentos foi de 20,67%. Simultaneamente, a proporção de alojamentos vagos também aumentou no território. No ano 2011, 9,07% dos alojamentos foram identificados como vagos.

**Gráfico 53 – Alojamentos familiares vagos em Vila Nova de Cerveira, nos anos 2001 e 2011, (N.º)**



Fonte: INE – Censos 2001 e 2011

Desta forma, a expressão “*tanta gente sem casa e tanta casa sem gente*” deixa transparecer a realidade de que já não existe um défice habitacional, mas sim dificuldades no acesso à habitação. Ao contrário do que seria expectável, as habitações foram cada vez ficando mais caras à medida que iam aumentando em número, o que divergiu acentuadamente da evolução do rendimento das famílias.

Os atores sociais consideram que a dificuldade no acesso a habitação a custos controlados, também se deve à elevada procura e à pouca oferta no mercado de arrendamento e de compra.

No ano 2001, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares em Vila Nova de Cerveira era de 141€, no ano 2011 o valor aumentou para 244,05€. A mesma tendência verifica-se no valor mediano das rendas (por m<sup>2</sup>) de novos contratos de arrendamento, o qual nos últimos quatro anos subiu de 2,78€ (2017) para 3,13€ (2020), tendo-se verificado em 2019 o valor de 3,24€/m<sup>2</sup> (INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local).

Como consequência da dificuldade no acesso a habitação a custos controlados, os atores sociais referem a sobrelotação das habitações disponíveis e o arrendamento ilegal. Por não terem acesso a habitação condigna, algumas pessoas encontram-se a residir em alojamentos com condições deficitárias, nomeadamente sem água canalizada, eletricidade ou casa de banho. Apesar de serem casos pontuais, são

situações em que é difícil intervir, pelo que se apresentam como preocupantes pelos atores locais.

O aumento significativo do valor das rendas dos alojamentos disponíveis, os valores elevados para aquisição de imóveis, ambos incompatíveis com a evolução dos rendimentos das famílias e as fracas condições de habitabilidade dos alojamentos para arrendar existentes no concelho, têm sido apontados pelos atores locais como fatores que contribuem para a saída de população jovem para outros territórios e para o agravamento de outras problemáticas, nomeadamente a falta de rede de suporte familiar no apoio às pessoas com maior vulnerabilidade (nomeadamente, a população idosa).

### **Dificuldade de acesso a habitação social**

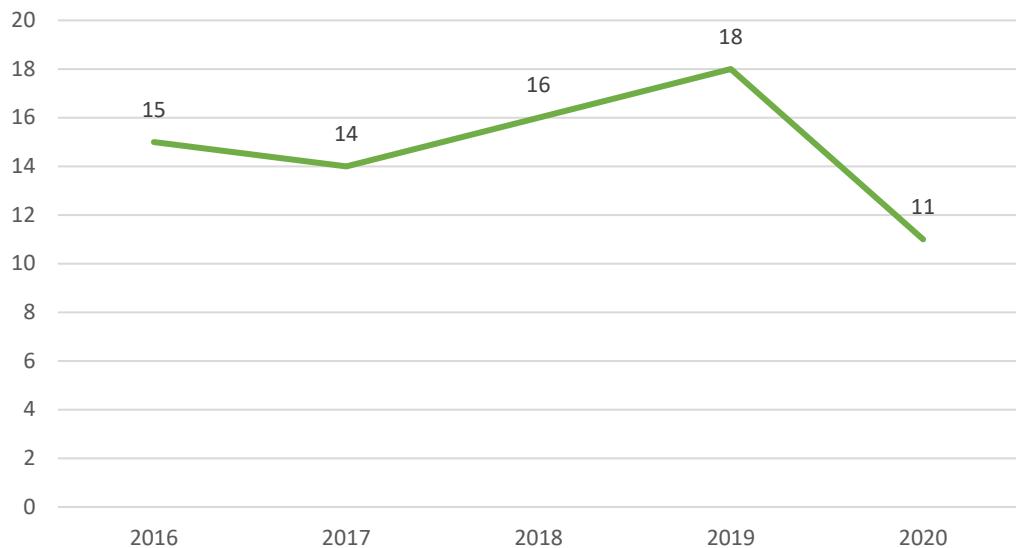
Outro dos problemas priorizados pelos atores sociais de Vila Nova de Cerveira encontra-se relacionado com a dificuldade que os indivíduos sentem em ter acesso a habitação social, nomeadamente por parte de famílias com maiores dificuldades a nível económico.

O parque habitacional do município é composto por fogos sociais distribuídos por 3 bairros: Bairro Social da Mata Velha (Freguesia de Loivo); Bairro Alto das Veigas e Bairro da Calçada (União de freguesias de Vila Nova de Cerveira e Lovelhe).

Segundo informação da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, em junho de 2021, existiam 60 fogos de habitação social (58 sob o regime de arrendamento apoiado), dos quais 53 no bairro Social da Mata Velha, 3 no Bairro Alto das Veigas e 4 no Bairro da Calçada. No total, residem nestes fogos, 144 pessoas (139 das quais em regime de arrendamento apoiado), maioritariamente de nacionalidade portuguesa e em idade ativa. Regista-se um elevado número de famílias monoparentais (19) e isoladas (13).

Analizando os dados disponíveis ao nível dos pedidos de habitação social, é possível verificar que existiu uma tendência crescente até 2019, tendo em 2020 verificado-se uma diminuição destes pedidos.

**Gráfico 54 – Evolução dos pedidos de acesso a Habitação Social entre 2016 e 2020 (N.º)**



Fonte: CM Vila Nova de Cerveira, divisão da Gestão da Habitação Municipal, junho 2021

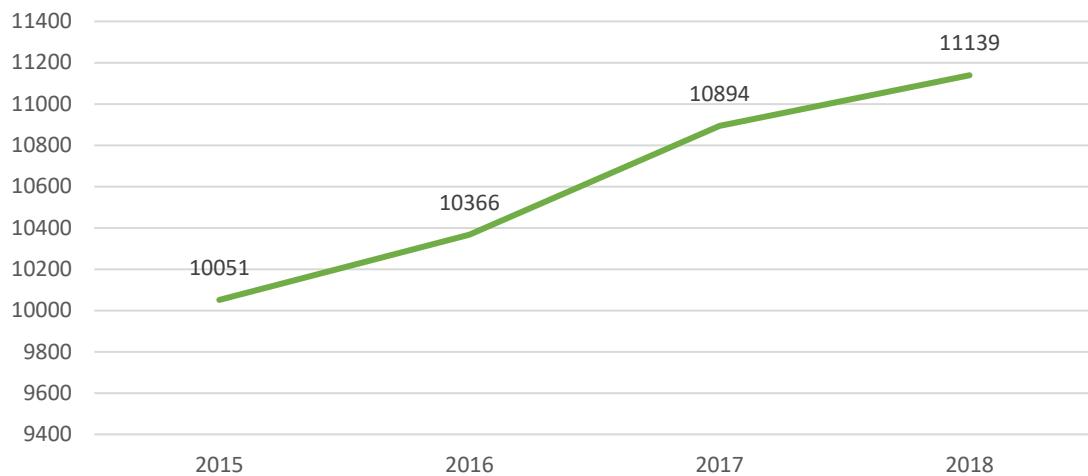
A população que se encontra a residir nas habitações municipais está sujeita a um contrato de arrendamento, através do regime de arrendamento apoiado (Lei 81/14 de 19 de dezembro, com a adoção das alterações da Lei 32/2016 de 24 de agosto) cujo valor é calculado com base no rendimento corrigido<sup>54</sup> do agregado familiar podendo ser o mesmo atualizado anualmente.

Juntamente com estes dados de caracterização da habitação social do município, é importante destacar que a taxa de privação material severa<sup>55</sup> tem vindo a diminuir desde o ano 2013, em Portugal. No concelho de Vila Nova de Cerveira, os rendimentos também têm vindo tendencialmente a aumentar. Através do valor mediano do rendimento bruto por agregado familiar declarado, podemos verificar isso mesmo.

<sup>54</sup> **Rendimento Anual Bruto Corrigido:** É o quantitativo que resulta da soma dos rendimentos anuais ilíquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar do arrendatário, corrigido pelos seguintes factores, de acordo com o Decreto-Lei Nº 158/2006 de 8 de Agosto: a) Total dos rendimentos anuais ilíquidos, auferidos pelas pessoas que vivam em comunhão de habitação com o arrendatário há mais de um ano; b) Número de dependentes do agregado familiar do arrendatário e das pessoas que vivam em comunhão de habitação com o arrendatário há mais de um ano; c) Número de pessoas do agregado familiar portadoras de deficiência com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60%.

<sup>55</sup> A taxa de privação material severa representa a percentagem da população que enfrenta pelo menos quatro dos nove tipos da lista de dificuldades económicas acordada na União Europeia. Da lista constam as incapacidades de pagar despesas inesperadas, refeições regulares de carne e peixe ou uma semana de férias para a família; de pagar as contas da casa atempadamente ou de manter a casa aquecida; de ter carro, máquina de lavar roupa, televisão a cores ou telefone, por dificuldades económicas. (PORDATA)

**Gráfico 55 –** Valor mediano do rendimento bruto declarado por agregado familiar entre 2015-2018 (€)



No ano 2015, o valor mediano do rendimento bruto declarado por agregado familiar foi de 10.051€, tendo sido 11.139€, no ano 2018. No entanto, estes dados poderão sofrer alterações nos anos seguintes, principalmente devido aos efeitos causados pela pandemia por Covid-19 no setor do emprego e do turismo.

### **Fracas condições de habitabilidade**

Como terceiro e último problema priorizado pelos atores sociais ao nível da Habitação, destaca-se a fragilidade das condições habitacionais de alguns alojamentos no concelho de Vila Nova de Cerveira.

A degradação do parque habitacional é uma realidade transversal a muitos territórios do nosso país e que deve ser enquadrada em simultâneo com as alterações demográficas registadas a nível nacional e concelhio.

A diminuição gradual do número de residentes no concelho ao longo dos últimos anos, bem como, o envelhecimento da população residente têm contribuído, segundo a percepção dos atores locais, para a degradação do parque habitacional, quer pela incapacidade financeira dos proprietários em realizar obras de reabilitação do edificado, quer pela existência de habitações devolutas que não são colocadas no mercado de arrendamento.

No ano 2011, a proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados era de 4,03%, superior à registada em 2001 (2,5%) (INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011). No que respeita ao ano de construção dos edifícios, destaca-se que 30,72% foram construídos antes de 1970, o que evidencia um número elevado de edifícios antigos (1714, Censos 2011).

Segundo os atores sociais, a fragilidade das condições habitacionais de alguns alojamentos no concelho pode agravar situações de doença e de maior vulnerabilidade dos residentes, nomeadamente junto da população mais velha.

Sistematizando os dados, no concelho de Vila Nova de Cerveira observa-se a seguinte situação habitacional:

- Em 2011, os alojamentos familiares clássicos predominam na estrutura habitacional do município, com 99,67% do total de fogos existentes, na sua maioria com utilização de residência habitual (56,31%), existindo 34,31% de alojamentos de residência secundária e 9,04% de alojamentos desocupados/vagos;
- Entre 2001 e 2011 registou-se um aumento de 20,67% dos alojamentos no concelho, registando-se uma variação de 17,03% ao nível dos alojamentos vagos no concelho;
- Estima-se que, no final de 2020, Vila Nova de Cerveira tivesse 5745 edifícios de habitação familiar clássica, com um aumento de 2,56% entre 2011 e 2020;
- Os 3 alojamentos não clássicos, existentes no território em 2011, situavam-se em Covas, Reboreda e Sopo;
- A proporção de alojamentos familiares clássicos do próprio, predominam no território: 83,77%;
- De acordo com os Censos de 2011, 60,12% dos alojamentos familiares clássicos do município são de construção antiga (até 1990), o que reflete uma fraca renovação do parque habitacional (7,19% dos edifícios presentes têm mais de 100 anos e 24,86% dos edifícios foram construídos até 1970);
- 1,61% dos edifícios que constituem o parque habitacional do concelho apresentam elevada degradação;

- No ano 2019, o valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento, no concelho de Vila Nova de Cerveira, foi de 3,24€<sup>56</sup>;
- Em junho de 2021, existiam no município de Vila Nova de Cerveira, 60 fogos de habitação social.

Importa ainda sistematizar algumas das medidas tomadas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira nos últimos anos, no que concerne à área da habitação, com impacto positivo nas condições de vida da população:

- ▶ Plano diretor municipal do concelho de Vila Nova de Cerveira e sua revisão - (publicado no Diário da República a 2 de julho de 2012 e com a sua 2<sup>a</sup> alteração em março de 2019);
- ▶ Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;
- ▶ Plano de Pormenor Intermunicipal;
- ▶ Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbanas (ARU Vila Nova de Cerveira e ARU Norte da Vila);
- ▶ Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana;
- ▶ Existência de apoios municipais para as operações urbanísticas:
  - Isenção de IMI a prédios objeto de reabilitação (por um período de tempo definido);
  - Isenção de IMT as aquisições de prédios urbanos ou frações destinadas a habitação própria permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado em Área de Reabilitação Urbana.

Em síntese e em relação à área da habitação, pode-se destacar que, transversalmente ao território nacional, Vila Nova de Cerveira necessita de um investimento na requalificação e alargamento do parque habitacional (recuperação, reabilitação e construção) bem como da melhoria do acesso a habitação a custos controlados. Ciente desta necessidade, a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira está a ultimar a implementação da Estratégia Local de Habitação, com o apoio do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Na perspetiva dos atores, Vila Nova de Cerveira debate-se atualmente com a necessidade premente de encontrar respostas habitacionais a custos controlados, na medida em que no território o seu número é reduzido. Neste sentido, a reabilitação do

---

<sup>56</sup> Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local, INE

património habitacional degradado poderá contribuir para o aumento do número de fogos passíveis de serem arrendados.

O desfasamento entre os valores de aquisição de imóveis e de arrendamento praticados e os rendimentos das famílias surge como consequência da especulação imobiliária a que se assiste nos últimos anos e do número reduzido de habitações para arrendar (privado e social) e para comprar existentes no território. Este fenómeno é ainda agravado pela elevada procura no território de fogos para segunda habitação.

Importa ainda referir que a percentagem significativa de alojamentos vagos e outros que apresentam marcadas condições de degradação, identificados nos Censos de 2011, leva a pensar que a solução não deverá apenas passar pela construção de novos alojamentos, mas pela capacidade de regeneração do edificado de forma a proporcionar uma maior igualdade de oportunidade no acesso ao mercado da habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível face aos rendimentos das famílias. Desta forma, e de acordo com as percepções recolhidas, parece tratar-se sobretudo da necessidade de definir novas políticas de habitação no concelho, com vista a uma resposta adequada não só às necessidades das famílias, como às características sociais, económicas e ambientais do território.

No processo da estratégia local de Habitação, foram identificados pelos Serviços Municipais de Intervenção Social e pelos Presidentes de Junta de Freguesia, 78 agregados familiares (209 pessoas) que vivem em condições indignas, e que podem vir a candidatar-se diretamente ao “1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação”. Este programa pretende apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, assentando numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Fernando Brito Nogueira, presidente da Câmara Municipal afirma que “a habitação em Vila Nova de Cerveira é uma das principais preocupações, pois há muitos anos que não se constrói nada digno desse nome no concelho, nem tão-pouco a custos controlados ou de âmbito social”, sublinha ainda que “neste momento, temos em curso o projeto de construção de habitações a custos controlados (HCC) com o apoio do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)”.

Apresentamos em seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre os principais constrangimentos nesta área e recomendações para possível intervenção.

**Tabela 81** – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Habitação

Necessidades / problemas	Evidências	Recomendações
Dificuldade de acesso a habitações (sobretudo sociais ou a custos controlados)	Rendas elevadas	Revisão e implementação de políticas locais de habitação mais adequadas às características do território e da população através de um programa de rendas controladas
	Nº insuficiente de habitações para arrendar e adquirir no mercado privado	Criar incentivos à colocação de habitação no mercado de arrendamento
	Nº insuficiente de fogos municipais	Revisão de política de habitação social no concelho
	Dificuldade económica por parte das famílias para suportar as rendas	Proporcionar maior igualdade no acesso ao mercado de habitação, através de uma oferta mais adequada e acessível aos rendimentos familiares  Implementação de medidas de apoio ao arrendamento (definição de regulamento com estipulação de critérios e horizonte temporal do apoio)
Fracas condições de habitabilidade	Parque habitacional degradado	Diagnóstico das carências habitacionais  Diagnóstico/levantamento das necessidades de requalificação do património habitacional
	Habitações antigas e sem requalificação	Implementar o plano estratégico de habitação municipal e reordenamento do território – Estratégia Local de Habitação  Investimento em políticas de requalificação e reabilitação do parque habitacional
	Falta de resposta habitacional para grupos populacionais específicos (idosos, pessoas com doença física ou mental)	Criação de respostas habitacionais adequadas às necessidades da população

## 8.3. Saúde

A saúde é um domínio complexo, dependente de múltiplos fatores: biológicos, comportamentais, socioeconómicos e ambientais. Desta forma, a responsabilidade da promoção da saúde envolve todos os setores e é crucial no planeamento e desenvolvimento social dos territórios.

A dimensão saúde é abrangente e incorpora múltiplos campos de intervenção e análise. No âmbito do processo de levantamento de problemas e necessidades associadas a este domínio, os atores sociais destacaram três sub-áreas que consideram relevantes no concelho de Vila Nova de Cerveira:

- 1. Falta de respostas ao nível da saúde mental;**
- 2. Consumos/dependências;**
- 3. Dificuldade na acessibilidade aos serviços de saúde.**

A saúde mental é uma parte inseparável da saúde geral e do bem-estar do indivíduo, bem como é uma das áreas de maior relevância para a saúde das populações, sendo priorizada a nível nacional mediante o Programa Nacional para a Saúde Mental da DGS e, a nível regional, pelo Plano Regional de Saúde do Norte, o qual contempla a saúde mental num dos seus objetivos ao nível da morbilidade: Atingir uma proporção de inscritos nos ACeS/ULS com diagnóstico de perturbações depressivas, no sexo feminino, de 10,0%.

A Organização Mundial de Saúde define a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo tem consciência das suas capacidades, pode lidar com o stress habitual do dia-a-dia, trabalhar de forma produtiva e frutífera, e é capaz de contribuir para a comunidade em que se insere”.

Os resultados do estudo sobre a prevalência de doenças mentais na população adulta portuguesa sugerem que Portugal é o país da Europa com maior prevalência de doenças mentais na população adulta: em 2016, um em cada cinco portugueses sofreu de uma doença psiquiátrica e quase metade já teve uma perturbação depressiva, de ansiedade ou de demência durante a sua vida.

Os fatores sociais da saúde mental incluem questões económicas e sociais. Assim o contexto social e económico específico de cada indivíduo (como a pobreza e nível de

rendimento), ao longo do ciclo de vida, a diferente exposição a eventos adversos ao longo da vida (como a violência interpessoal e doméstica), bem como as condições específicas de vulnerabilidade e resiliência que estes contextos e exposição produzem, colocam os indivíduos em situações diferentes para atingir o mais elevado padrão de saúde mental e bem-estar psicológico. É desta forma indispensável que a atuação ao nível preventivo e corretivo, na área da saúde mental, envolva atores de diferentes esferas da vida: sociais, educativos, económico-laborais, entre outros.

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, as perturbações mentais são a principal causa de incapacidade e a terceira causa em termos de carga da doença, sendo responsáveis por cerca de um terço dos anos de vida saudáveis perdidos devido a doenças crónicas não transmissíveis.

A Região Norte tem acompanhado a tendência nacional de aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas. Em 2018 a ARS Norte apresentava uma proporção de 11,1% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência, entre os utentes inscritos ativos em cuidados de saúde primária, estas perturbações têm vindo a aumentar na região desde 2011. A proporção de utentes que registam patologias de perturbações de ansiedade e demência, é nesta região superior à registada a nível nacional.

**Tabela 82** - Proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas entre os utentes inscritos ativos em CSP (%), por região de saúde (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Perturbações depressivas</b>						
Norte	5,42	6,61	8,03	8,86	9,23	9,83
Centro	6,88	7,88	9,06	9,73	10,29	11,14
Lisboa e Vale do Tejo	3,71	5,23	5,74	6,63	7,50	8,00
Alentejo	6,05	7,23	8,74	9,62	10,30	11,13
Algarve	2,40	3,34	4,43	5,04	5,69	6,79
Portugal Continental	5,34	6,85	8,01	8,98	8,69	9,32
<b>Demência</b>						
Norte	0,44	0,55	0,68	0,75	0,74	0,79

Centro	0,51	0,60	0,71	0,78	0,79	0,87
Lisboa e Vale do Tejo	0,31	0,47	0,55	0,64	0,68	0,73
Alentejo	0,56	0,70	0,90	1,01	1,00	1,09
Algarve	0,19	0,28	0,42	0,49	0,53	0,63
Portugal Continental	0,40	0,53	0,67	0,72	0,73	0,79
<b>Perturbações da ansiedade</b>						
Norte	3,34	4,16	5,08	5,65	6,00	6,46
Centro	4,27	4,94	5,79	6,32	6,74	7,35
Lisboa e Vale do Tejo	1,88	2,79	3,21	3,81	4,45	4,96
Alentejo	4,14	4,97	6,04	6,70	7,20	7,86
Algarve	1,44	2,09	2,96	3,45	3,95	4,71
Portugal Continental	3,51	3,77	4,49	5,07	5,54	6,06

Fonte: Programa Nacional para a Saúde Mental - 2017

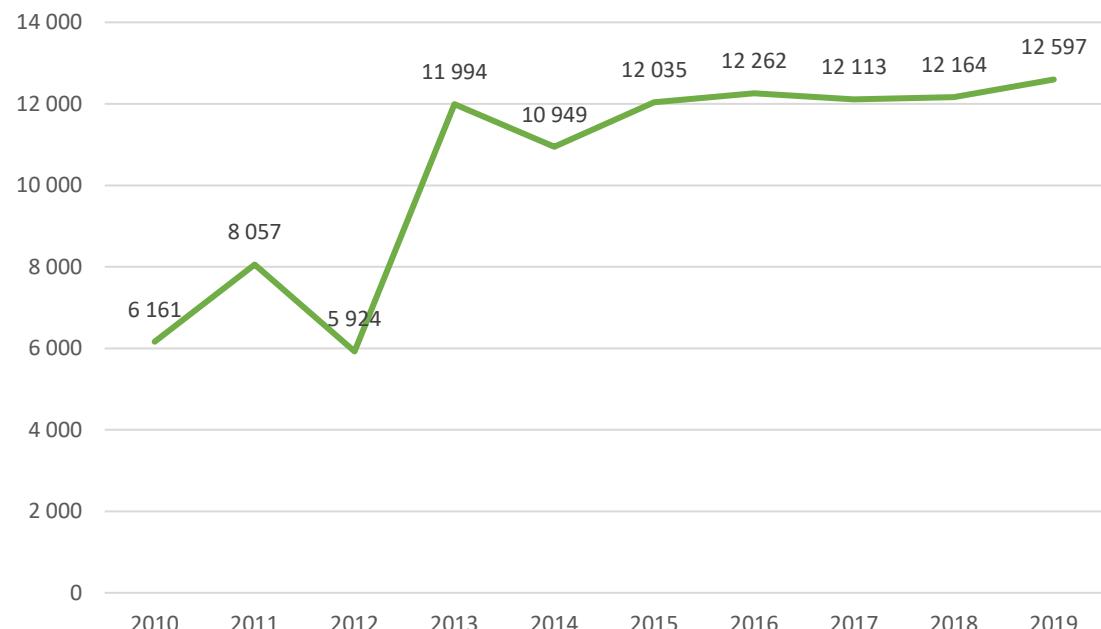
Mais concretamente em relação ao concelho de Vila Nova de Cerveira, verifica-se a existência de fatores que podem contribuir para o aumento e manutenção das situações de doença mental, nomeadamente, um maior número de pessoas com demência, associado ao gradual envelhecimento da população no concelho.

O ACeS Alto Minho não dispõe de dados relativos à população afetada por doenças mentais ou psiquiátricas (em acompanhamento), o que constitui uma fragilidade evidente no sentido do conhecimento fundamentado acerca da evolução do número de doentes. Ainda assim, é de referir que, no triénio 2012-2014, a taxa de mortalidade padronizada na população com idade inferior a 75 anos onde a causa de morte foram os suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente, foi de 7,8, valor superior ao registado na ARS Norte (6,3) ainda que inferior ao registado no território nacional (8,5). Também ao nível dos diagnósticos ativos, a ULS Alto Minho, regista um valor ligeiramente superior ao da ARS Norte (0,8, para 0,7 registados na região).

De acordo com o Plano Local de Saúde do Alto Minho – extensão 2020, a taxa de mortalidade prematura por suicídio entre 2001 e 2010, na Região do Alto Minho aumentou, situado-se acima da taxa de Portugal continental e da Região Norte. Verificava-se em 2012 que as perturbações depressivas eram o 5º problema de saúde mais registado ao nível dos CSP, na ULSAM.

Ao nível dos dados disponibilizados pelo INE (Estatísticas da Saúde, 2019), o número de consultas externas hospitalares na Região do Alto Minho, no ano de 2019, na especialidade de Psiquiatria foi de 12.597, um número que tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos.

**Gráfico 56** - Consultas médicas na unidade de consulta externa de Psiquiatria dos hospitais públicos e em parceria público-privada região Minho-Lima entre 2010 e 2019 (N.º)

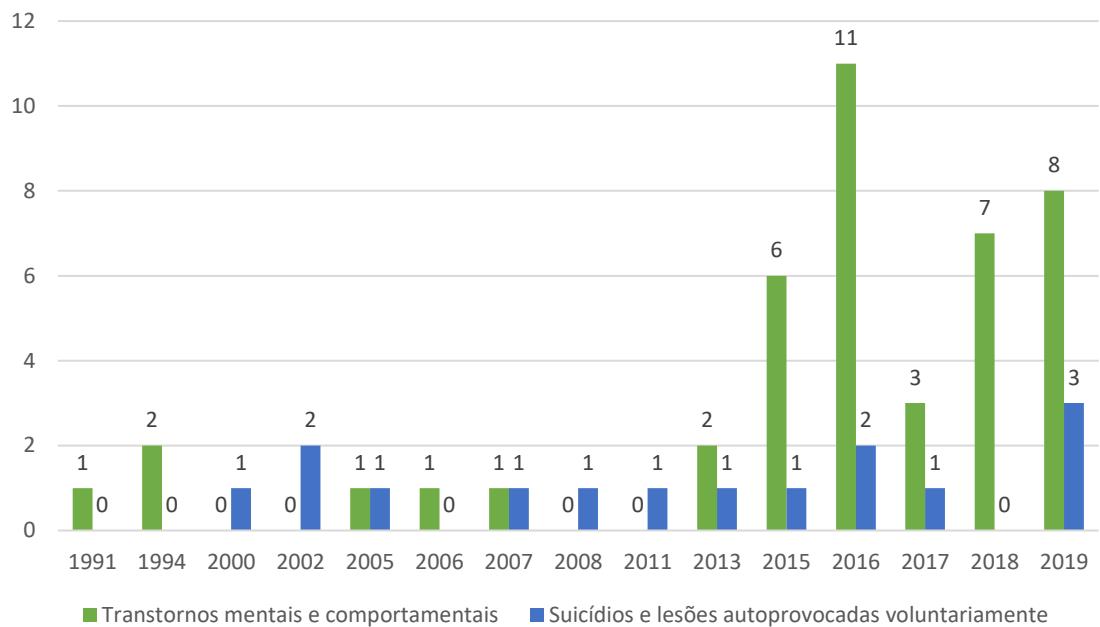


Fonte: INE

De referir ainda que, apesar da mortalidade por motivos associados a perturbações mentais e do comportamento, demência e lesões autoprovocadas intencionalmente ser baixa, a mesma tem vindo a aumentar, nomeadamente entre 2011 e 2015, a nível nacional, na Região Norte e no Alto Minho.

No ano 2019, foram contabilizados 8 óbitos no município por transtornos mentais e comportamentais e 3 por suicídio e lesões autoprovocadas voluntariamente. Apesar destes números oscilarem ao longo dos anos, foi notório um aumento de mortes por transtornos mentais e comportamentais no ano de 2016.

**Gráfico 57 – Mortes no município de Vila Nova de Cerveira por: Transtornos mentais e comportamentais e por suicídios e lesões autoprovocadas entre 1991 e 2019 (Nº)**



Fonte: INE

Com efeito, e apesar da não existência de dados concretos na área da saúde mental no concelho, foi possível verificar que esta é uma área de preocupação para os atores locais, sendo a área da saúde a segunda considerada mais prioritária pelos inquiridos (sendo considerada a área da saúde incluindo saúde mental e consumos) e indicada como prioritária em dois dos três *workshops* realizados no território especificamente a falta de respostas adequadas para situações de doença mental.

De acordo com as percepções recolhidas, esta é uma problemática transversal a todo o território municipal e cujas principais dificuldades ocorrem devido à insuficiência de recursos humanos e de respostas estruturais, que origina uma sobrecarga ao nível das respostas existentes e com impacto nas famílias / cuidadores informais, que em muitos casos não estão capacitadas e/ou não têm disponibilidade para tal, uma vez que trabalham, e/ou não têm capacidade económica para garantir uma resposta adequada no setor privado. Desta forma, criam-se situações de grande desproteção das pessoas com doença mental.

Atualmente, não existem no Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira consultas de Psicologia, sendo as situações mais urgentes encaminhadas para os Hospitais de referência do Distrito.

No que respeita às causas apontadas para estes problemas, são referidas pelos intervenientes:

- i) Falta de capacidade das estruturas de saúde existentes para assegurar a regularidade requerida pela maioria das situações de doença mental;
- ii) Insuficiência de respostas comunitárias que proporcionem um acompanhamento regular e inexistência de respostas concelhias de acompanhamento estruturadas;
- iii) Dificuldade de integração das pessoas com doença mental no mercado de trabalho;
- iv) Insuficiência económica da população que impede o acesso a respostas/serviços privados;
- v) Falta de informação da comunidade, mas também falta de formação nesta área para profissionais e cuidadores informais;
- vi) Pouco investimento em iniciativas de prevenção / literacia em saúde na área da saúde mental;
- vii) Isolamento social de parte desta população.

Os atores locais destacam as questões relacionadas com os cuidadores das pessoas com estas patologias, os quais não têm muitas vezes conhecimentos adequados, apoio de terceiros ou serviços que possibilitem o seu descanso.

Segundo as percepções recolhidas estes fatores contribuem para uma agudização das situações vivenciadas, dificuldades económicas das famílias bem como potenciam o aumento do isolamento social a que estas pessoas estão sujeitas.

No território são notórias consequências adjacentes da problemática como a extensão da lista de espera existente para consultas de especialidade e acompanhamento, nomeadamente nas áreas da neurologia e psiquiatria; a automedicação; o risco de pobreza a que estes doentes estão mais expostos bem como o aumento da estigmatização destas pessoas.

Estas percepções e priorização dada pelos atores locais à saúde mental, vai de encontro ao Plano Local de Saúde do Alto Minho - Extensão 2020, no qual as perturbações depressivas e o suicídio foram identificados como problemas de saúde prioritários.

Em linha com estes dados está o facto de nos países ocidentais industrializados, as perturbações psiquiátricas e os problemas relacionados com a saúde mental se terem tornado a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura (Plano Nacional de Saúde Mental, 2007-2016). Em 2010, as perturbações depressivas eram o terceiro motivo de carga global de doença e em 2030 prevê-se que sejam o primeiro, a nível mundial, com agravamento das taxas de suicídio e para-suicídio.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde Mental (2013), existem grupos populacionais mais vulneráveis e fatores de risco para o aparecimento de doença mental. O desemprego, empobrecimento e ruturas familiares estão entre as causas mais frequentes para o aumento do risco de doença mental, nomeadamente, depressão, aumento de consumo de álcool e suicídio. Os homens têm um risco aumentado de doenças mentais, bem como jovens desempregados, e grupos com maior dependência (crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas incapacitantes).

A prevalência de sintomas depressivos aumenta com a idade, sendo superior na população reformada, desempregada ou inativa (em comparação com a população empregada), bem como na população sem escolaridade e com o ensino básico (em comparação com o ensino secundário e superior) (INE, 2015). Esta evidência fundamenta a percepção dos atores locais que indicam que no município de Vila Nova de Cerveira existem alguns fatores que contribuem para o aumento do número de pessoas com diagnóstico de doença mental: o aumento do índice de envelhecimento e de dependência da população idosa no concelho; situações de isolamento em alguns grupos da população residente, com particular destaque para os idosos; o consumo de álcool, tabaco e outras drogas; e a vulnerabilidade económica das famílias.

Portugal foi pioneiro na área da saúde mental, sendo um dos primeiros países europeus a adotar uma lei nacional – Lei de Bases da Saúde Mental, em 1963, que propunha um modelo de cuidados baseado na comunidade e que permitiu a criação de centros de saúde mental em todos os distritos e o aparecimento de movimentos, tais como a psiquiatria social e a ligação aos cuidados de saúde primários. Nesse sentido, em 1998, é aprovada a Lei 36/98 e o Decreto-Lei n.º35/99, a Lei de Saúde Mental, que estabelece os princípios gerais da política de saúde mental e regula o internamento compulsivo de pessoas com doença mental.

No entanto, apesar dos avanços positivos nesta área, nomeadamente, a criação de serviços descentralizados e o desenvolvimento de programas e estruturas de reabilitação psicossocial, ainda se verifica uma falta de planeamento e de apoio consistente dos serviços de saúde mental em Portugal. Segundo o Plano Nacional de Saúde Mental (2007-2016), os serviços de saúde mental em Portugal, sofrem de insuficiências graves, a nível da acessibilidade, da equidade e da qualidade de cuidados. Dos resultados obtidos, destacam-se:

- O número de pessoas com doença mental, que procura os serviços de saúde (1,7%), é extremamente baixo relativamente ao que seria de esperar (sabe-se que 5 a 8% da população sofre de uma perturbação psiquiátrica de certa gravidade em cada ano).
- O internamento é a resposta preferencial (83%) e que consome a maioria dos recursos, quando a evidência científica prova que as intervenções na comunidade, são as mais efetivas e as preferidas pelos utentes e suas famílias. É importante referir que, desde 2013, tem-se registado uma ligeira redução no número de internamentos, a qual poderá ser devida a uma diminuição da acessibilidade aos serviços especializados, mas também ao trabalho comunitário desenvolvido pelos serviços locais (Programa Nacional para a Saúde Mental 2017).

Apesar dos esforços e avanços, os recursos humanos atribuídos à saúde mental são ainda poucos, o que tem condicionado o desenvolvimento e a melhoria de serviços neste setor, o que é preocupante dado o impacto das doenças mentais na vida das pessoas. Existem, no entanto, algumas oportunidades que poderão ajudar a superar algumas das dificuldades, nomeadamente, as equipas prestadoras da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCISM), e as unidades de psiquiatria e saúde mental nos hospitais gerais. É importante destacar que a ULSAM tem, desde 2018, uma Equipa Referenciadora para a Rede Nacional de Cuidados Integrados de Saúde Mental, quer para a área de Adultos, quer para a área da Infância e Adolescência.

De acordo com a percepção dos atores locais, verifica-se que, apesar de existir a preocupação por parte das entidades competentes nesta área, os recursos são insuficientes para responder ao número de casos identificados, sendo premente um maior investimento ao nível dos serviços de saúde locais e na estruturação de respostas

comunitárias de acompanhamento, quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível de estruturas físicas, as quais são de extrema importância para a promoção da saúde e prevenção da doença mental.

Outro dos problemas identificados pelos atores locais, e que se encontra muitas vezes associado à área da saúde mental, prende-se com o consumo elevado substâncias (licitas e ilícitas).

Apesar do aumento da exigência dos CSP em quantificar o número de inscritos com idade igual ou superior a 14 anos, nas ARS, com hábitos alcoólicos, esta monitorização ainda não é plena. O Plano Regional de Saúde do Norte 2014-2016, definiu como necessidades a este nível, o trabalho para a diminuição do consumo de tabaco e do consumo de álcool.

O álcool é a substância psicoativa com maior prevalência de consumo experimental (ao longo da vida) entre a população geral em Portugal, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos), tendo oscilado entre um mínimo de 73,6% (em 2012) e um máximo de 86,3% (em 2016/17) (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017).

De acordo com a percepção dos atores, verifica-se no concelho um elevado consumo de estupefácientes e álcool, que segundo estes se encontra associado a questões culturais, sendo agravada pela banalização dos consumos e pela facilidade de acesso ao álcool e outros produtos.

O consumo abusivo de álcool, bem como de outros produtos, provoca danos severos na saúde física (são exemplo as doenças crónicas do fígado) e é igualmente um fator de risco para o aparecimento de problemas de saúde mental (nomeadamente, perturbações depressivas).

Se por um lado os atores, associam o alcoolismo e consumo a situações de desemprego de longa duração, por outro lado essa mesma situação, ou outras que representam vulnerabilidade para a pessoa/ família (situações de crise, rutura de dinâmicas familiares, carência económica, entre outras), poderão também ser desencadeadoras de consumos.

Situações de disfuncionalidade nas relações familiares, ou mesmo a exposição de menores a comportamentos de risco, são vistos pelos atores como produtos resultantes de consumos pelos progenitores / familiares.

O padrão familiar, aliado ao acesso fácil aos produtos e banalização do consumo, como atrás referido, poderão ser fatores que contribuem para um início de consumos na adolescência.

Neste âmbito, a ARS Norte implementou a rede de referenciação/articulação para os problemas ligados ao álcool (PLA) a qual pretende articular serviços para a disponibilização de respostas necessárias e eficientes para a deteção, diagnóstico precoce e tratamento integrado, tendo em vista a reabilitação do doente e respetiva família. Esta rede tem 3 níveis de intervenção os quais estão organizados da seguinte forma:

Nível 1	Médicos de Família Equipas de Resposta aos PLA dos Cuidados de Saúde Primários	Deteção precoce Consumo de risco Consumo nocivo/abuso Dependência ligeira Intervenção breve
	Equipa de Tratamento – CRI (IDT.IP)	Consumo nocivo/abuso referenciado de outras estruturas: - Dependência moderada - Policonsumos
Nível 3	UA / IDT. IP Departamentos de Saúde Mental Hospitais psiquiátricos Comunidades terapêuticas Hospitais Gerais	Dependência grave Dependência ligeira ou moderada se condições có-morbidas psiquiátricas Populações especiais

Fonte: Ministério da Saúde e Instituto da Drogas e de Toxicodependência: Rede de referenciação/articulação para problemas ligados ao álcool (maio 2011)

Destacam-se como respostas existentes na ARS Norte, para os problemas associados ao álcool:

- 7 Centros de Respostas Integradas (CRI);
- 1 Unidade de Alcoologia (UA): Dr. José Barrias;
- 12 Equipas Técnicas.

Para o distrito de Viana do Castelo as respostas existentes/ unidades de referência, do SNS, são: Consulta descentralizada de Valença; IDT – Equipa técnica de Viana do Castelo; Hospital Santa Luzia; IDT: CRI – Centro de Respostas Integradas de Viana do Castelo e a Unidade de Alcoologia.

Em 2015, a proporção de utentes inscritos, por diagnóstico ativo relacionado com os consumos e dependências era de 1,7% de utentes da ULS Alto Minho por abuso crónico de álcool e 0,3% de utentes por abuso de drogas. Apesar de ambas as percentagens serem inferiores às registadas na ARS Norte (1,8% e 0,5%, respetivamente) são ainda assim valores preocupantes e que devem ser alvo de intervenção.

No âmbito da prevenção e intervenção em saúde mental (onde se inclui os consumos e dependências), importa ainda referir a importância da promoção dos fatores protetores, que poderão ser a chave para intervenções bem-sucedidas ao nível da mitigação de problemas neste âmbito e para a capacitação da saúde dos indivíduos e suas famílias. Assim, destacam-se como fatores protetores: bons níveis de autoestima, existência de recursos sociais de apoio, resiliência, capacidade de adaptação à mudança, prática de exercício físico, higiene do sono, alimentação saudável, existência de boas relações interpessoais, existência de redes de suporte, emprego, estabilidade económica, controlo de doenças crónicas, vigilância periódica de saúde e literacia em saúde.

O terceiro problema identificado no âmbito da saúde, encontra-se relacionado com a dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Segundo os atores locais, existem alguns serviços de saúde, nomeadamente ao nível de consultas de especialidade que se encontram mais distantes do concelho, implicando por isso deslocações e que por isso mesmo agravam situações em que o acesso possa estar mais dificultado. As limitações existentes ao nível da rede de transportes públicos poderão condicionar o acesso a serviços de saúde que se encontrem mais distantes do concelho, ou até mesmo entre as freguesias do próprio concelho e o acesso a estes serviços, existindo o condicionamento não só dos itinerários como dos horários dos mesmos.

Outra das situações referidas pelos atores, prende-se com a existência de pessoas em situação de isolamento social, sem suporte familiar, idosas ou com um nível de dependência elevado que necessitam de acompanhamento aos serviços de saúde, visto que o acesso aos mesmos está condicionado pela sua situação de saúde e social.

Para além destes fatores, a situação pandémica provocada pelo Covid-19 veio agravar o acesso às unidades e aos serviços/cuidados de saúde, verificando-se um congestionamento das linhas de contacto telefónico; restrição do acesso às unidades

de saúde; sobrecarga dos serviços e aumento do tempo de espera para aceder aos serviços e cuidados de saúde.

Apresentamos em seguida, uma síntese da percepção dos atores sobre as principais necessidades e problemas nesta área, assim como algumas recomendações para possível intervenção.

**Tabela 83** – Necessidades e/ou problemas identificados no âmbito da Saúde

Necessidades/ Problemas	Evidências	Recomendações
Respostas insuficientes face às necessidades	<p>Incapacidade de resposta pelas entidades locais</p> <p>N.º elevado de pessoas com perturbações mentais e do comportamento</p> <p>Fatores potenciadores da doença mental: isolamento, índice envelhecimento, consumo de estupefacientes, vulnerabilidade económica , ...</p> <p>Sobrecarga dos cuidadores informais</p>	<p>Aumento das respostas a nível territorial, descentralizadas e de fácil acesso às populações com vista ao tratamento;</p> <p>Abertura formal de unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental para a população adulta, infância e juventude;</p> <p>Fomentar equipamentos com respostas para esta população (ocupação diária, residencial, apoio domiciliário, etc.)</p> <p>Promover uma ação concertada no âmbito da intervenção em saúde mental, em articulação com Saúde, Autarquia, Instituições do concelho, que atuem ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento</p> <p>Realização de iniciativas no âmbito da “educação para a saúde” / “literacia em saúde”</p> <p>Promoção de programas de prevenção e promoção da saúde</p> <p>Implementação de gabinetes de saúde no município;</p>
Aumento do n.º de pessoas com consumos	<p>Desemprego</p> <p>Iliteracia em saúde</p>	<p>Capacitação de cuidadores formais e informais</p> <p>Constituição de redes de apoio a cuidadores informais</p>
		<p>Investimento em programas de prevenção na área da educação para a saúde / literacia em saúde</p>

	<p>Situações de vulnerabilidade e de carência económica</p> <p>Acesso fácil a substâncias licitas e ilícitas e banalização do seu consumo</p>	
Dificuldade no acesso a cuidados de saúde	<p>Constrangimentos decorrentes da pandemia</p> <p>Pessoas idosas ou mais dependentes sem suporte familiar / ou social</p> <p>Insuficiente rede de transportes públicos</p>	<p>Implementação de soluções de proximidade e contacto não -presencial, em articulação com atores locais e órgãos autárquicos;</p> <p>Promover a articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde</p> <p>Reforço da rede de transportes públicos entre concelhos</p>

## 8.4. Outras áreas de desenvolvimento social

A informação recolhida junto dos atores locais, quer no âmbito do inquérito *online*, quer mediante a participação nos *workshops* presenciais, permitiu concluir sobre quais as áreas de intervenção que são consideradas por estes agentes como prioritárias para o concelho de Vila Nova de Cerveira. Ainda assim, esses mesmos momentos participativos permitiram identificar outras necessidades e/ou problemas, que embora não tendo sido considerados como prioritários, não devem ser desvalorizados, mas sim contemplados para o desenvolvimento social do território.

Seguidamente, apresentamos de uma forma sucinta quais as principais necessidades e/ou problemas identificados pelos atores locais, por área de intervenção.

### 8.4.1 Emprego, Formação e Qualificação Profissional

Apesar do número de pessoas em situação de desemprego no concelho de Vila Nova de Cerveira ser diminuto e o território apresentar uma forte dinâmica empresarial, existem ainda assim alguns constrangimentos no acesso ao mercado de trabalho.

Os atores locais consideram que o crescimento do setor automóvel, naval e alimentar tem contribuído para o aumento de ofertas de trabalho, sendo Vila Nova de Cerveira o concelho com maior número de ofertas, no entanto, continuam a existir situações de desemprego no concelho, nomeadamente de:

- Pessoas com idade superior a 55 anos, com baixa escolaridade / qualificações;
- Pessoas com elevadas qualificações.

Entre os fatores que contribuem para a dificuldade de colocação em ofertas de emprego, destaca-se:

- A **rede de transportes públicos insuficiente**, quer ao nível de horários, quer de percursos, que dificulta a mobilidade e o acesso de pessoas que se encontram a residir em zonas do concelho mais afastadas do centro e dos polos industriais;
- A **dificuldade em aceder a habitação a custos acessíveis**, levando a que população mais jovem procure respostas habitacionais em concelhos vizinhos,

o que tem contribuído também para a não fixação da população jovem no território;

- **O desajuste entre a oferta formativa e as ofertas de emprego existentes** (ex.: setores específicos, como soldadura têm dificuldade em encontrar mão de obra).

A necessidade de se investir numa oferta formativa (escolar e profissional) adequada às necessidades das empresas do concelho foi destacada pelos atores locais como premente para o território.

Os aspetos referidos têm contribuído para a elevada intervenção de empresas de trabalho temporário no território, que, pelas suas características têm também contribuído para o aumento da precariedade laboral. Devido à necessidade de contratação do mercado de trabalho, estas empresas têm recrutado principalmente população migrante, de nacionalidade brasileira e de países da Ásia, como Índia e Bangladesh, bem como trabalhadores transfronteiriços.

Os atores sociais, e principalmente os empregadores, destacam que a maior dificuldade que sentem na relação com a comunidade migrante que empregam é a comunicação, quer em contexto laboral, quer também na comunidade local. Esta dificuldade de comunicação poderá contribuir para uma maior dificuldade de acesso a informação e a serviços, e, desta forma, impedir uma integração plena das comunidades migrantes no território.

#### 8.4.2. Infância e Juventude

Os principais problemas identificados pelos atores locais no âmbito da infância e juventude incidem na insuficiência de vagas nas respostas de Creche e de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), principalmente para jovens com mais de 12 anos de idade e em períodos de interrupções letivas.

No concelho existem dois equipamentos com resposta social de Creche<sup>57</sup>:

- **Centro Social e Paroquial de Campos**, com capacidade para 75 crianças até aos 3 anos de idade e que, atualmente, apresenta uma ocupação de 56 crianças;

---

<sup>57</sup> Carta Social consultada em julho de 2021

- Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira, com capacidade para 45 crianças até aos 3 anos de idade e que apresenta uma ocupação de 100%.

No que respeita a equipamentos com resposta de CATL, existem dois no concelho<sup>58</sup>:

- Centro Social e Paroquial de Campos, com capacidade para 40 crianças até aos 12 anos de idade (atualmente encontra-se com uma ocupação de 100%, registando uma lista de espera de 50 utentes);
- Centro Paroquial de Ação Social e Cultural de Lovelhe, com capacidade para 40 crianças até aos 12 anos de idade (sem informação sobre ocupação).

Embora que no ano letivo 2019/2020 apenas 1 aluno(a) tenha abandonado o ensino, os atores locais consideram que o abandono escolar ainda é um problema presente no território, que poderá ter como causa o padrão familiar e/ou a falta de valorização da escola pela família.

A necessidade de existirem mais estruturas de acompanhamento a crianças e jovens, e suas famílias, que possam encontrar-se em situações de maior vulnerabilidade, quer devido a problemas de saúde, sociais, ou outros, também foi identificada pelos atores locais como existente no território.

#### **8.4.3. Criminalidade e Segurança**

Segundo os atores locais, tem-se assistido no concelho de Vila Nova de Cerveira a um aumento de situações violência doméstica e de situações de negligência para com crianças e jovens. As adições (principalmente álcool), a precariedade laboral e económica, e as repercuções sociais, psicológicas e económicas da pandemia nas famílias, são, segundo a percepção dos atores, os fatores que se encontram relacionados com o aumento das situações de violência, nomeadamente de violência doméstica e de situações de negligência para com as crianças e jovens.

Os dados facultados pela CPCJ de Vila Nova de Cerveira corroboram as percepções dos atores locais. No ano 2020, foram acompanhadas 21 crianças por situações de negligência e 25 crianças por motivos relacionados com “exposição a comportamentos

---

<sup>58</sup> Carta Social consultada em julho 2021

que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança”, entre os quais situações de violência doméstica e consumo de álcool e estupefacientes.

#### **8.4.4. Pessoas com Deficiência**

No âmbito da área de intervenção “Pessoas com Deficiência”, os atores locais destacaram como principais necessidades:

- A insuficiência de respostas sociais, nomeadamente de respostas residenciais para pessoas com deficiência (intelectual, motora, ou outras);
- Inexistência de respostas habitacionais de emergência para pessoas com deficiência;
- A falta de apoio especializado e de respostas para cuidadores informais, muitos dos quais já idosos e a necessitar de cuidados;
- A dificuldade de integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pelo desconhecimento das potencialidades que estas pessoas apresentam e das vantagens que as empresas poderão ter ao contratá-las;
- A dificuldade de acesso a respostas, serviços e ofertas de trabalho, devido a rede de transportes públicos não se encontrar devidamente adaptada a pessoas com deficiência (ex.: as pessoas com deficiência visual não utilizam a linha férrea).

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

Administração Regional de Saúde do Norte, IP (2017). Plano Estratégico 2017-2019. ARS Norte.

Administração Regional da Saúde do Norte, IP (2014). Plano Regional de Saúde 2014-2016. ARS Norte.

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira. Diagnóstico Municipal da Igualdade.

Cardoso, C. (2014). 40 anos de Democracia na História de uma Associação Popular: CRACS (coletividade recreativa e de ação cultural de Sousela). Comunicação no Congresso “Democracia e Associativismo”, em Loures.

Cardoso, J. (2016). Parque habitacional não ocupado em Portugal: Análise e proposta de ação. Instituto Superior Técnico.

Carvalho, A. (2015). Associativismo e Participação – o Caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira. Dissertação de Tese de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra.

Comunidade Intermunicipal do Minho Lima (2013). Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020”.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Cerveira. Relatório Anual de Atividades 2015.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Cerveira. Relatório Anual de Atividades 2016.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Cerveira. Relatório Anual de Atividades 2017.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Cerveira. Relatório Anual de Atividades 2018.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Cerveira. Relatório Anual de Atividades 2019.

Comissão de Proteção das Crianças e Jovens de Vila Nova de Cerveira. Relatório Anual de Atividades 2020.

Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016. Lisboa: Ministério da Saúde.

Direção Geral da Saúde (2013). Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2015). Plano Nacional de Saúde – Revisão e extensão a 2020. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2017). Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025: Proposta do grupo de trabalho interministerial.

Direção Geral da Saúde (2017). Programa Nacional para a Saúde Mental 2017. Lisboa: DGS.

Direção Geral da Saúde (2019) – Comunicado sobre Mortalidade Infantil. Lisboa: DGS.

Estratégia & Plano Global de Ação “Alto Minho 2020.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (2015). Desafios e Mudanças. IHRU.

Instituto Nacional de Estatística (2015). Inquérito à caracterização da habitação social. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito Nacional de Saúde 2014. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2016). Inquérito à Formação e Educação de Adultos 2016. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2017). Projeções de população residente 2015-2080. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local - 2017. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Inquérito às condições de vida e rendimento 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2018). Retorno de Informação Personalizada dos Municípios. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Estatísticas da Saúde 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Causas de morte 2017 (Edição 2019). Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2019). Anuário Estatístico da Região Norte 2018. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística (2020). Estatísticas da Construção e Habitação - 2019. Lisboa: INE, IP.

Leitão, S. C.; Ramos, G. P. & Silva, A. (2009). Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto: Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento (2017). Relatório de Portugal: Terceiro ciclo de revisão e avaliação da implementação do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento (MIPAA). MTSS.

Observatório das Migrações (2018). Imigração em Números – Relatório Estatístico Anual 2018.

Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação – Sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação (2017).

Rede Social de Vila Nova de Cerveira. Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Cerveira.

Unidade Local de Saúde Alto Minho. Perfil Local de Saúde 2018.

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Viegas, J. M. L. (2004). Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: o Caso Português numa Perspectiva Comparativa europeia. Sociologia – Problemas e Práticas. Oeiras: Celta, pp. 33-50.

Viegas, J. M. L. (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. Comunicação no Congresso “Democracia e Associativismo”, em Loures.

### **Sites consultados:**

<https://ec.europa.eu/eurostat>

<https://www.ine.pt>

[www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt)

<https://www.pordata.pt>  
<https://www.cm-vncerveira.pt/>  
<http://www.inr.pt>  
<https://www.sns.gov.pt/>  
<https://www.bportugal.pt>  
<https://infoeuropa.eurocid.pt>  
<https://www.portaldahabitacao.pt>  
<http://www.ulSAM.min-saude.pt/>  
<http://www.arsnorte.min-saude.pt/observatorio-regional-de-saude/morbiliddes/#content>  
<http://www.cns.min-saude.pt/2019/12/16/sem-mais-tempo-a-perder-saude-mental-em-portugal-um-desafio-para-a-proxima-decada/>  
[https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/RETRATO-DA-SAUDADE\\_2018\\_compressed.pdf](https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2018/04/RETRATO-DA-SAUDADE_2018_compressed.pdf)  
[http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2019/12/ULSAM\\_PLS\\_Extenso\\_2020.pdf](http://www.arsnorte.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/3/2019/12/ULSAM_PLS_Extenso_2020.pdf)  
<http://www.arsnorte.min-saude.pt/planeamento-em-saude/planos-locais-de-saude/>  
<http://www.ulSAM.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/10/2016/11/RelatorioContas2018.pdf>  
<https://www.ordemenermeiros.pt/arquivo/colegios/Documents/RedeReferenciacaoArticulacaoProblemasLigadosAlcool.pdf>  
[http://portal.arsnorte.min-saude.pt/ARSNorte/dsp/PeLS2016/PeLS2016\\_A21\\_AltoMinho.pdf](http://portal.arsnorte.min-saude.pt/ARSNorte/dsp/PeLS2016/PeLS2016_A21_AltoMinho.pdf)  
[https://www.infopedia.pt/\\$vila-nova-de-cerveira](https://www.infopedia.pt/$vila-nova-de-cerveira)  
<https://eurocidadecerveiratomino.eu/pt-pt/cerveira-tomino/>  
[https://infoempresas.jn.pt/Concelho\\_VILA-NOVA-CERVEIRA.html](https://infoempresas.jn.pt/Concelho_VILA-NOVA-CERVEIRA.html)

## 10. ANEXOS

# Anexo I – Questionário de percepções das organizações parceiras



## Rede Social de Vila Nova de Cerveira: Recolha de percepções das organizações parceiras

### Guião para recolha de informação sobre as percepções dos parceiros

O presente inquérito faz parte do trabalho a desenvolver pelo Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Cerveira (CLAS) e pretende contribuir para a atualização do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

Pretendemos recolher as percepções das diferentes organizações parceiras do CLAS, no que respeita a problemas e/ou necessidades que considerem mais prementes nas áreas prioritárias de intervenção no concelho. Por esta razão, pedimos que responda de acordo com a percepção que tem do seu território, de acordo com a sua experiência profissional como dirigente ou técnico.

Pedimos-lhe que responda (até ao dia 15 de maio) apenas às questões relativas às áreas temáticas sobre as quais tem conhecimento como técnico ou dirigente no território de Vila Nova de Cerveira, devendo passar à frente (sem resposta) sempre que julgue não ter uma percepção informada sobre os problemas abordados ou quando surgir qualquer questão para a qual não tenha opinião.

Desde já agradecemos o seu contributo e o da sua organização/instituição, sendo esta informação fundamental para fortalecer a capacidade do CLAS para enfrentar os desafios atuais e futuros e contribuir da melhor forma para o desenvolvimento social do Concelho de Vila Nova de Cerveira.

O Núcleo Executivo do CLAS

A equipa da Logframe

**Muito obrigado pelo seu contributo.**

**Clique em 'Concluído' para encerrar este questionário.**

\* 1. Diga-nos qual é a sua organização/ instituição/ entidade:

\* 2. Qual a Freguesia ou União de Freguesias em que está sediada a sua organização/instituição/ entidade?

\* 3. Qual a função que desempenha na sua organização/instituição/entidade:

4. Atendendo à sua experiência profissional e conhecimento que tem do território, identifique a importância das seguintes áreas problemáticas prioritárias para a Rede Social de Vila Nova de Cerveira (sendo 1 - a menos importante, e 12 - a mais importante):

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Emprego/ formação e qualificação profissional	<input type="radio"/>											
Habitação	<input type="radio"/>											
Educação	<input type="radio"/>											
Saúde (incluindo saúde mental e adições)	<input type="radio"/>											
Segurança e criminalidade (incluindo a violência doméstica e outros crimes públicos)	<input type="radio"/>											
Ação social, famílias e comunidade	<input type="radio"/>											
Pessoas idosas	<input type="radio"/>											
Crianças e Jovens	<input type="radio"/>											
Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	<input type="radio"/>											
Igualdade de Género	<input type="radio"/>											
Grupos específicos (incluindo migrantes, minorias e pessoas sem-abrigo)	<input type="radio"/>											
Participação e envolvimento (incluindo movimento associativo e voluntariado)	<input type="radio"/>											

Caso exista outra área problemática que considere prioritária, especifique qual:

Neste momento vamos dar-lhe a oportunidade de identificar os problemas/ necessidades sociais (até um máximo de três por área de problemática), que considera mais relevantes / importantes no concelho de Vila Nova de Cerveira.

### Emprego, Formação e qualificação profissional (1)

5. Relativamente à área "Emprego, Formação e qualificação profissional ", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

6. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Habitação (1)

#### 10. Relativamente à área "Habitação ", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

#### 11. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Educação (1)

**15. Relativamente à área "Educação", identifique:**

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

**16. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?**

Sim

Não

### Saúde (incluindo Saúde Mental e Adições) (1)

20. Relativamente à área "Saúde (incluindo saúde mental e adições)", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

21. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Segurança e Criminalidade (1)

25. Relativamente à área "Segurança e Criminalidade" (incluindo a violência doméstica e outros crimes públicos), identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

26. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

- Sim
- Não

### Ação Social, Famílias e Comunidade (1)

30. Relativamente à área "Ação Social, Famílias e Comunidade", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

31. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim  
 Não

### Pessoas Idosas (1)

35. Relativamente à área "Pessoas Idosas", identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as **causas** desse problema / necessidade social:

Quais os **recursos** que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as **propostas de intervenção** que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

36. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Crianças e Jovens (1)

40. Relativamente à área "Crianças e Jovens", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

41. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Pessoas com deficiência e/ou incapacidade (1)

45. Relativamente à área "Pessoas com Deficiência e/ou incapacidade", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

46. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Igualdade de Género (1)

50. Relativamente à área "Igualdade de género", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

51. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim  
 Não

### Migrantes e/ou minorias (1)

55. Relativamente à área "Grupos específicos" (incluindo migrantes, minorias e pessoas sem-abrigo), identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social (o que seria necessário fazer):

56. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim

Não

### Participação e envolvimento, incluindo movimento associativo e voluntariado (1)

60. Relativamente à área "Participação e envolvimento" (incluindo movimento associativo e voluntariado), identifique:

(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

61. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim  
 Não

---

### Outra área prioritária identificada (1)

65. Relativamente a "Outra área que tenha identificado como prioritária", identifique:  
(preencher apenas caso exista algum problema que considere relevante)

Qual o problema / necessidade social para esta área:

Qual ou quais as causas desse problema / necessidade social:

Quais os recursos que poderão ou deverão ser mobilizados para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social:  
(poderão ser identificados qualquer tipo de recursos como por exemplo, equipamentos, instituições, grupos de trabalho ou parcerias, projetos, programas locais ou nacionais, medidas de política específicas...)

Qual ou quais as propostas de intervenção que seriam necessárias para a resolução ou redução desse problema/ necessidade social  
(o que seria necessário fazer):

66. Pretende identificar mais algum problema/ necessidade social nesta área?

Sim  
 Não

### Sugestões finais

70. Antes de concluir a sua resposta e caso considere pertinente, pode deixar alguma sugestão adicional relativa ao Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira:





**CERVEIRA**  
VILA DAS ARTES



**logframe**

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA 2012





**CERVEIRA**  
VILA DAS ARTES

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA 2022-2025

**logframe**  
LOG-FRAME

## FICHA TÉCNICA

### Título

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2022-2025

### Entidade Promotora



Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Praça do Município 4920-284 Vila Nova de Cerveira

<https://www.cm-vncerveira.pt/>

Documento elaborado por

**logframe**



Logframe, Consultoria e Formação, Lda.

Rua Sousa Pinto, 5, Lote 3, Bloco A

1250-002 Lisboa

[www.logframe.pt](http://www.logframe.pt)

### Colaboração



Rede Social de Vila Nova de Cerveira

### Aprovação em Sessão Plenária do CLAS

17 de Março de 2022

### Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

# Índice

1. Nota introdutória.....	4
2. Rede Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira.....	5
2.1. Natureza jurídica.....	5
2.2 Localização.....	6
2.3 Áreas de atuação .....	7
3. Processo metodológico .....	8
4. Síntese diagnóstica .....	10
4.1. Saúde .....	11
4.2. Educação .....	14
4.3. Emprego e Formação Profissional .....	16
4.4. Pessoas Idosas .....	18
4.5. Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade .....	20
5. O Plano Estratégico de Intervenção Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira (2022-2025) .....	23
5.1. Eixos estratégicos de intervenção social.....	26
5.2 Matrizes de planeamento.....	32
5.3. Oportunidades e desafios à implementação do PDS .....	42
6. Implementação e Avaliação do PDS.....	46
6.1. Implementação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira.....	46
6.2 Avaliação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira .....	48
7. Referências Bibliográficas e sites consultados.....	51

## 1. Nota introdutória

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Vila Nova de Cerveira é, à semelhança do Diagnóstico Social, um dos produtos elaborados no âmbito do Programa Rede Social.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, encontra-se previsto que através do Programa Rede Social se *“fomente a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando necessárias e possíveis”*, preferencialmente *“sem a criação de novos organismos nem aumento, significativo, de despesas”*.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) vem assim contribuir para o incremento do número de projetos locais, o que apenas é possível mediante a congregação e gestão eficiente dos próprios recursos e capacidades das organizações que intervêm no concelho. Os projetos locais constituem-se como uma resposta que irá, potencialmente, contribuir para a resolução dos problemas sociais, identificados previamente no Diagnóstico Social, permitindo o enquadramento de todas as intervenções a serem implementadas no âmbito do desenvolvimento social.

O Plano para além de ser a materialização de uma definição conjunta de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, é, ele próprio, um instrumento de planeamento, onde se encontram definidas as etapas e as estratégias a desenvolver em resposta às necessidades identificadas pelos atores locais e onde se encontram previstos processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.

A definição do quadro estratégico do concelho de Vila Nova de Cerveira para 2022-2025, no âmbito do desenvolvimento e intervenção social, irá permitir:

- Orientar os processos de desenvolvimento social local, conferindo-lhes uma racionalidade estratégica;
- Reforçar a articulação entre políticas locais e políticas nacionais, com ganhos de eficácia e eficiência na aplicação de ambas;
- Dar continuidade e incrementar a relação de parcerias e sinergias entre atores locais, com vista à promoção de processos de intervenção social local mais consequentes e impactantes;
- Dotar o território e os seus atores de um instrumento de planeamento útil que permita enquadrar e justificar novos projetos e candidaturas a fontes de financiamento externas.

O presente documento encontra-se organizado em 5 capítulos. O primeiro capítulo permite uma caracterização sumária da Rede Social e do âmbito de atuação das entidades parceiras. O segundo capítulo centra-se no processo metodológico realizado para a construção do PDS. O terceiro capítulo aborda, de uma forma resumida, os problemas e necessidades identificadas como prioritárias no Diagnóstico Social. O quarto capítulo explora os eixos estratégicos e as suas respetivas medidas e, por último, o quinto capítulo é reservado para a implementação e avaliação do Plano.

## 2. Rede Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira

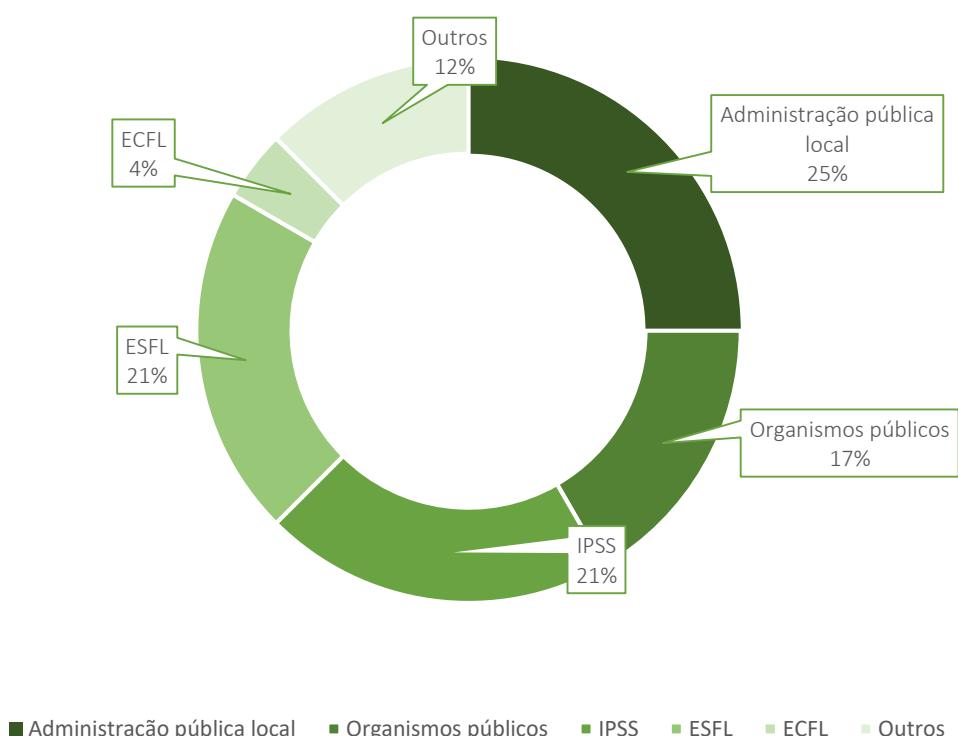
A Rede Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira encontra-se materializada através do Conselho Local de Ação Social e pelo respetivo Núcleo Executivo.

O Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Cerveira (CLAS) foi constituído em 19 de julho de 2002, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197 de 18 de novembro de 1997 e de acordo com as alterações introduzidas quer pela Declaração de Retificação n.º 10-0/98, quer pelo Decreto-Lei 115/2006 de 14 de junho.

Em janeiro de 2022 encontravam-se representadas 48 entidades parceiras no Plenário do CLAS, sendo o mesmo presidido pela Vereadora de Ação Social da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira.

Seguidamente apresenta-se uma caracterização sumária das entidades parceiras do CLAS no que respeita à sua natureza jurídica, localização e áreas de intervenção.

### 2.1. Natureza jurídica

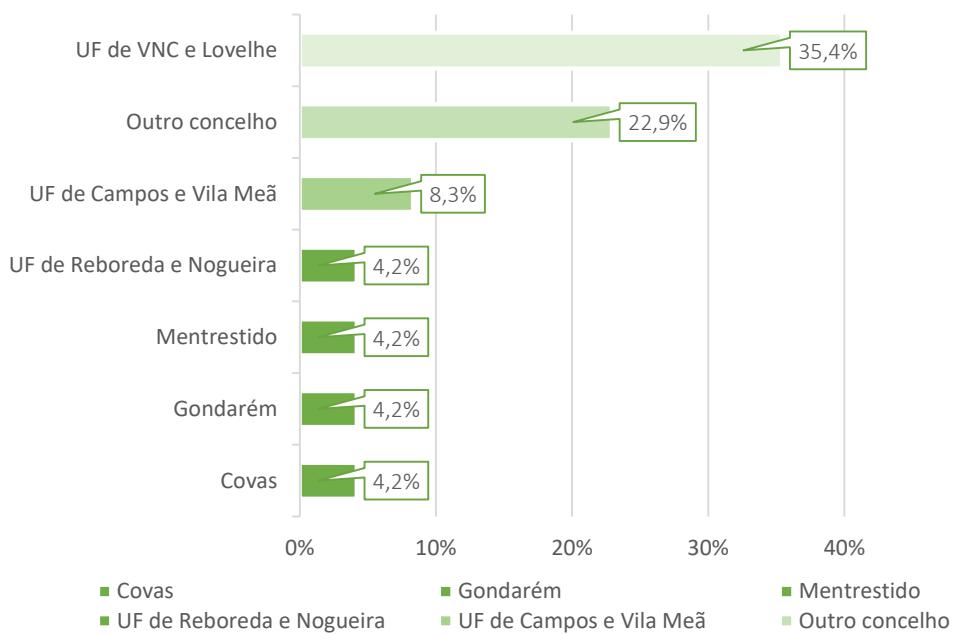


No que respeita à natureza jurídica das entidades parceiras que constituem a Rede Social de Vila Nova de Cerveira, verifica-se uma predominância de **Entidades da Administração Pública Local** (representantes de Juntas de Freguesias e Uniões de Freguesias), bem como de **Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL)** (Associações diversas, Conferências Vicentinas, Cooperativas, Sociedades, entre outras organizações) e de **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**. Em quarto lugar encontram-se os Organismos Públicos (como por exemplo, o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde de Vila Nova de Cerveira, o IEFP, o Centro Distrital da Segurança Social) seguido das

entidades categorizadas na dimensão “outros” (são exemplo destas entidades, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a Escola Superior Gallaecia, o Núcleo Florestal do Alto Minho, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Cerveira). As Entidades Com Fins Lucrativos (ECFL) são as que têm menor representação na Rede Social.

## 2.2 Localização

Devido ao facto de as entidades parceiras da Rede Social de Vila Nova de Cerveira atuarem em diferentes âmbitos territoriais (freguesia, concelho ou mesmo distrito e região), a sua caracterização foi realizada através da localização da sua sede institucional.



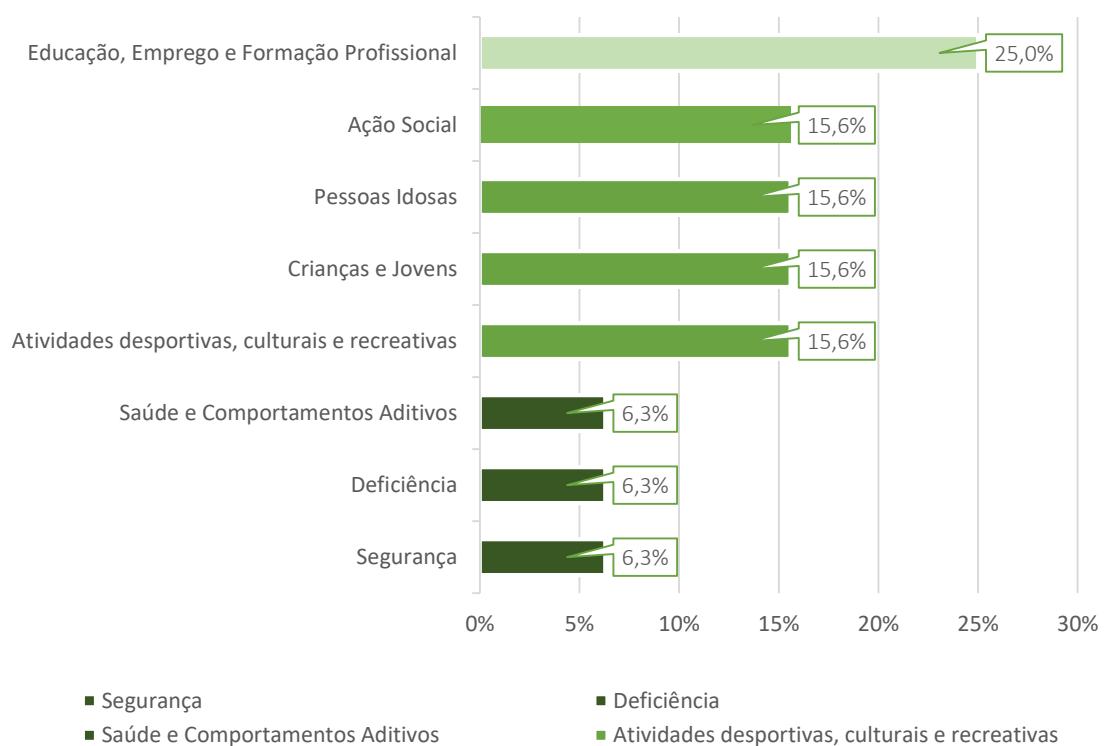
A maioria das entidades parceiras da Rede Social de Vila Nova de Cerveira encontra-se sediada na União de freguesias de **Vila Nova de Cerveira e Lovelhe** (35,4%) e em **outro concelho** (22,9%), nomeadamente Valença e Viana do Castelo. A União de freguesias de **Campos e Vila Meã** encontra-se na terceira posição, com 4 entidades nela sediadas, seguida das freguesias de **Covas, Gondarém, Mentrestido** e da União de freguesias de **Reboreda e Nogueira**, com 2 entidades parceiras sediadas em cada uma.

As restantes entidades parceiras encontram-se sediadas na União de freguesias de Candemil e Gondar e nas freguesias de Cornes, Loivo, Sapardos e Sopo (com 1 entidade parceira sediada em cada uma).

## 2.3 Áreas de atuação

As entidades parceiras da Rede Social de Vila Nova de Cerveira foram categorizadas, no que respeita à sua intervenção, nas seguintes áreas: Pessoas idosas; Crianças e jovens; Deficiência; Ação Social; Educação, Emprego e Formação Profissional; Atividades desportivas, culturais e recreativas; Segurança; Saúde e Comportamentos aditivos. Não foram contempladas na análise as entidades da Administração Pública Local, a ADRIMINHO, a APFVM - Ass. Produtores Florestais Vale do Minho, a ADSL - Associação de Desenvolvimento Social Local Vila Nova de Cerveira, o Núcleo Florestal do Alto Minho e a Graça Ferreira.

As entidades que atuam em mais do que uma área de intervenção foram contempladas em todas as categorias em que se enquadram.



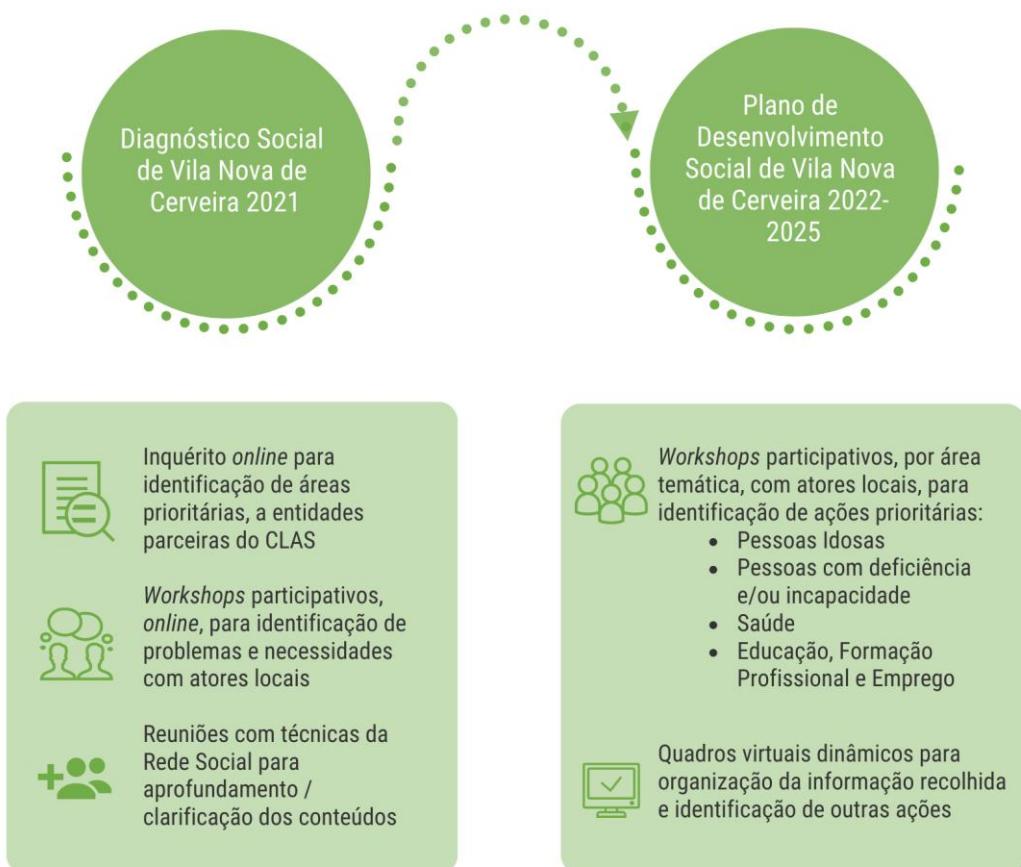
A maioria das entidades parceiras desenvolve a sua ação na área da “**Educação, Emprego e Formação Profissional**” (25%, 8 entidades).

As áreas da “Ação Social”, “Pessoas Idosas”, “Crianças e Jovens” e “Atividades desportivas, culturais e recreativas” são as segundas com maior representatividade (15,6%, 5 entidades por cada área).

As áreas de intervenção com menor representatividade na rede de parceiros são “Deficiência”, “Saúde e comportamentos aditivos” e “Segurança” (6,3%, 2 entidades por cada área).

### 3. Processo metodológico

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Cerveira, surge em sequência da elaboração do Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira 2021, sendo ambos parte integrante de um processo de planeamento da intervenção e desenvolvimento social de âmbito concelhio.



Tal como preconizado no Programa da Rede Social, o presente PDS desenvolve-se a partir do Diagnóstico Social elaborado, tendo assim como base as prioridades e linhas estratégicas de intervenção local definidas nesse documento.

Nesta linha, a metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Vila Nova de Cerveira foi concebida e executada, à semelhança da metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Social, tendo por base dois tipos de informação distinta e complementar entre si – as percepções dos profissionais que trabalham nas diversas áreas de âmbito social e a informação que consta em planos de incidência territorial (nacional, regional e concelhia).

É já reconhecido, no âmbito do trabalho em parceria desenvolvido no concelho de Vila Nova de Cerveira, que é através de processos de articulação e partilha entre as entidades e os atores que intervêm no âmbito social, que melhor se identificam as necessidades e dimensões dos problemas sociais existentes no território, como também se equacionam as soluções que melhor poderão responder aos mesmos.

Assim, o processo de construção do PDS incidiu numa dinâmica de participação com as várias estruturas organizativas que integram a Rede Social. Foi desenvolvido 1 *workshop* presencial de planeamento de âmbito concelhio e temático, abordando sobretudo as áreas prioritárias definidas em sede de Diagnóstico Social (Envelhecimento, Deficiência, Infância e Juventude, Saúde e Emprego e Formação Profissional). Posteriormente, o trabalho desenvolvido no *workshop* foi disponibilizado através de quadros virtuais (*padlets*), o que permitiu que mais atores locais pudessem participar na identificação e aprofundamento de medidas / ações a considerar no presente PDS, em cada área temática.



Tendo como ponto de partida as áreas identificadas no Diagnóstico Social como prioridades de intervenção e os problemas/necessidades associados às mesmas, foram elaborados objetivos que se encontram subjacentes às soluções propostas, tendo sido estas operacionalizadas através da definição de medidas/ ações prioritárias. Também foi reforçada a dimensão estratégica do PDS, tendo sido enumerado para cada objetivo e/ou ação prioritária os recursos e as entidades envolvidas para a sua execução, bem como a forma de os alcançar (estratégias), contemplando inclusive os fatores que podem ser facilitadores (potencialidades) ou limitadores (ameaças) do seu sucesso. A dimensão de monitorização e avaliação também se encontra contemplada através da definição dos indicadores de realização para cada medida / ação prioritária.

#### 4. Síntese diagnóstica

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Vila Nova de Cerveira, cujo documento foi aprovado em novembro de 2021, permitiu uma maior e melhor compreensão da realidade social do território, com a identificação de necessidades, problemas prioritários e suas causalidades, mas também permitiu identificar recursos e potencialidades locais, que se constituem como oportunidades de desenvolvimento.

No entanto, é importante ter em consideração a realidade desde março de 2020. O impacto da pandemia no contexto socioeconómico – no emprego, na saúde física e mental, na educação e na condição económica das famílias é incontornável. Estudos realizados recentemente corroboram que a pandemia COVID-19 veio acentuar o agravamento de desigualdades sociais de alguns grupos populacionais. Também na esfera dos atores locais, esse agravamento de desigualdades é percecionado, bem como são identificadas outras consequências da pandemia na esfera social, económica e psicológica da vida dos indivíduos e das famílias, as quais poderão ter contribuído para o aumento de situações de violência doméstica, negligência e aumento dos consumos. É urgente refletir sobre a resposta das entidades locais aos desafios decorrentes desta crise, nomeadamente no apoio social aos grupos mais vulneráveis.

Nesta síntese diagnóstica iremos apresentar para cada área prioritária identificada no Diagnóstico Social, uma breve contextualização, onde constam os dados de caracterização atualizados, e um resumo dos principais problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais.



#### 4.1. Saúde

Na última década registou-se sempre, em Vila Nova de Cerveira, um maior número de habitantes por médico, do que em Portugal ou na região Norte, verificando-se em 2020 que no concelho existia 1 médico para cada 342,5 residentes, quando a nível nacional essa proporção é de 1 médico para 180 residentes. Apesar disso, verifica-se que a maioria dos inscritos no Centro de Saúde tem médico de família atribuído (83,1%) ainda que não esteja a totalidade dos inscritos coberta.

De acordo com os indicadores de saúde disponíveis por município, verifica-se que em 2020 foram registados 56 nados-vivos no território, número esse que tem vindo a diminuir desde 2018. Ao nível dos óbitos registados, estes foram 127 em 2020, valor igual ao registado em 2019. As principais causas de morte na ULS Alto Minho são: doenças do aparelho circulatório, tumores malignos e doenças do aparelho respiratório. Apesar de não ser tão expressiva como causa de morte, regista-se um aumento de óbitos por transtornos mentais e comportamentais no concelho, o que também se observa a nível nacional e na Região Norte.

Ao nível da Saúde Mental, e apesar dos escassos dados disponíveis, verifica-se na Região Norte um aumento da proporção de utentes com registo de demências, perturbações da ansiedade e perturbações depressivas desde 2011. Em 2018 a ARS Norte apresentava uma proporção de 11,1% de utentes com registo de perturbações depressivas, 7% com registo de perturbações de ansiedade e 0,8% com registo de demência. De acordo com o Plano Local de Saúde do Alto Minho – extensão 2020, a taxa de mortalidade prematura por suicídio entre 2001 e 2010, na Região do Alto Minho aumentou, situando-se acima da taxa de Portugal continental e da Região Norte.

Um dos fatores que pode contribuir para a crescente identificação de problemas de saúde mental, é o consumo de substâncias licitas e ilícitas e as dependências decorrentes destes mesmos consumos. Em 2015, a proporção de utentes inscritos na ULS Alto Minho, por diagnóstico ativo relacionado com os consumos e dependências era de 1,7% por abuso crónico de álcool e de 0,3% de utentes por abuso de drogas.

Nados-vivos em Vila Nova de Cerveira:



Óbitos em Vila Nova de Cerveira:



(2020)

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira de 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da saúde:

#### **4.1.1. Falta de respostas ao nível da saúde mental**

Os atores sociais identificaram que face ao número de pessoas com perturbações, as **respostas locais são insuficientes, não tendo capacidade efetiva e adequada de resposta**. Este aspeto leva a uma **sobrecarga de cuidadores informais**, bem como a integração em **respostas sociais inadequadas** face às patologias, mas que são as que existem com capacidade de integração para algumas destas pessoas. Ainda ao nível de respostas é referido que faltam respostas comunitárias que garantam um **acompanhamento especializado regular e de fácil acesso** às populações.

É identificada ainda a existência de cuidadores (formais e informais) que deveriam beneficiar de **formação e aquisição de conhecimento específico ao nível da saúde mental**, levando a que a sua sobrecarga não fosse tão gravosa para a sua própria qualidade de vida. Para isso, medidas como a constituição e reforço de redes de apoio, formação especializada e respostas de apoio aos cuidadores informais são algumas das sugestões identificadas pelos atores locais.

De uma forma transversal, é ainda identificada a necessidade de **programas de educação para a saúde, programas de prevenção e de promoção de um estilo de vida saudável**, já que fatores potenciadores da doença mental como isolamento, envelhecimento da população, consumo de estupefacientes, vulnerabilidade económica e outros, estão presentes no território.

#### **4.1.2. Aumento dos Consumos/dependências**

Os consumos e dependências é outro aspeto salientado pelos atores sociais, relacionando o aumento destes comportamentos com aspetos como o desemprego, a iliteracia em saúde, situações de vulnerabilidade e carência económica, bem como o fácil acesso a estas substâncias lícitas e ilícitas e a banalização do seu consumo.

O investimento em **programas de prevenção e literacia em saúde** à comunidade, e nomeadamente no meio escolar, são apontadas como necessidades locais.

#### **4.1.3. Dificuldade no acesso aos serviços de saúde**

É ainda identificada a **dificuldade de acesso aos serviços de saúde** existentes, a qual decorre principalmente por três motivos: Insuficiente rede de transportes públicos; Incapacidade, de parte da população, em se mobilizar autonomamente, seja pela sua idade, dificuldades motoras, ou porque não tem suporte familiar ou social; e por constrangimentos decorrentes da própria pandemia.

Novamente o reforço da rede de transportes e a sua adaptação às necessidades específicas de parte desta população, surge como uma necessidade sentida no território, sendo ainda identificadas a necessidade de promover uma maior articulação entre entidades com intervenção no território que possam realizar o acompanhamento a consultas / outras diligências na área da saúde, bem como a implementação de soluções de proximidade e contacto não -presencial, em articulação com atores locais e órgãos autárquicos.

**Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Saúde:**

#### **Falta de respostas ao nível da saúde mental**

- Insuficiência de respostas sociais para pessoas com doença mental
- Funcionamento e serviços prestados desadequados face às necessidades
- Sobrecarga e desconhecimento técnico dos cuidadores
- Promoção de Programas de educação para a saúde e de uma vida saudável

#### **Aumento dos consumos / dependências**

- Aumento de fatores potenciadores de consumos /dependências
- Promoção de programas de prevenção e literacia em saúde

#### **Dificuldade no acesso aos serviços de saúde**

- Acentuados por constrangimentos provocados pela pandemia
- Por uma insuficiente e inadaptada rede de transportes
- Por população específica sem rede de suporte ou familiar ou com dificuldades de mobilidade

## 4.2. Educação

O nível de escolaridade da população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira tem vindo a aumentar na última década. Entre 2011 e 2021 registou-se um aumento do número de pessoas residentes no concelho com o ensino secundário e com o ensino superior, bem como uma diminuição do número de pessoas sem nenhum nível de escolaridade e com o 1º ciclo do ensino básico.

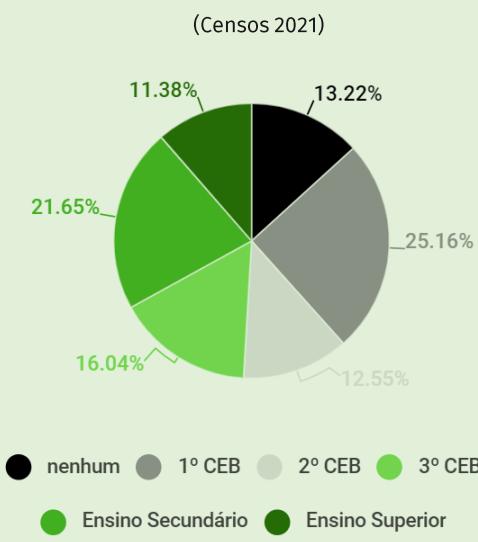
No ano letivo 2020/21, aproximadamente 5 jovens entre os 18 e os 22 anos, por cada 100 jovens com a mesma idade residentes no concelho, encontravam-se inscritos num curso de formação inicial do ensino superior. Este foi o valor mais elevado dos últimos cinco anos letivos, em Vila Nova de Cerveira.

No que respeita à taxa de escolarização no ensino secundário em Vila Nova de Cerveira, no ano letivo 2019/2020, cerca de 77 jovens, por cada 100 jovens entre os 15 e os 17 anos encontrava-se matriculado no ensino secundário. Este valor é superior quando comparado com o ano letivo anterior, mas inferior ao registado nos anos letivos passados (desde 2011/2012).

A taxa de escolarização no ensino básico, registada no concelho, é elevada. No ano letivo 2019/2020 cerca de 110 crianças, por cada 100 crianças entre os 6 e os 14 anos encontrava-se matriculada no ensino básico. O mesmo se verifica ao nível da taxa de pré-escolarização, no mesmo ano letivo, aproximadamente 122 crianças, por cada 100 crianças entre os 3 e os 5 anos, encontrava-se matriculada no ensino pré-escolar em Vila Nova de Cerveira.

No concelho existem 3 equipamentos de educação pré-escolar da rede pública e um da rede solidária. Em 30 de dezembro de 2021 nenhum dos equipamentos da rede pública apresentava taxa de ocupação superior a 32%.

População residente em Vila Nova de Cerveira por nível de escolaridade concluído



Taxa de escolarização no ensino superior (2020/2021):

**4,7%**

Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (2019/2020):

**76,9%**

Taxa bruta de escolarização no ensino básico (2019/2020):

**110,5%**

Taxa bruta pré-escolarização (2019/2020):

**121,6%**

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Educação:

#### 4.3.1 Desvalorização da escola pela família

Algumas das famílias residentes no concelho não valorizam o percurso escolar como seria expectável, segundo a percepção dos atores locais. Mais especificamente, estes consideram que o **ensino profissional**, mesmo no ensino secundário, é ainda pouco valorizado pelos jovens e suas famílias.

#### 4.3.2 Insuficiência de respostas sociais / de acompanhamento

Ainda no âmbito da educação foi identificada a necessidade de existirem mais estruturas de acompanhamento a crianças e jovens, nomeadamente ao nível da resposta de **Creche** e de **Centro de Atividades de Tempos Livres**, principalmente para jovens com mais de 12 anos de idade e em períodos de interrupções letivas.

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área da Educação:

##### Insuficiência de respostas sociais / de acompanhamento

- Nomeadamente em Creche e CATL
- Para crianças com mais de 12 anos em períodos de interrupção letiva

##### Desvalorização da escola pela família

- Especificamente do ensino profissional (equivalência ao ensino secundário e no ensino superior)

#### 4.3. Emprego e Formação Profissional

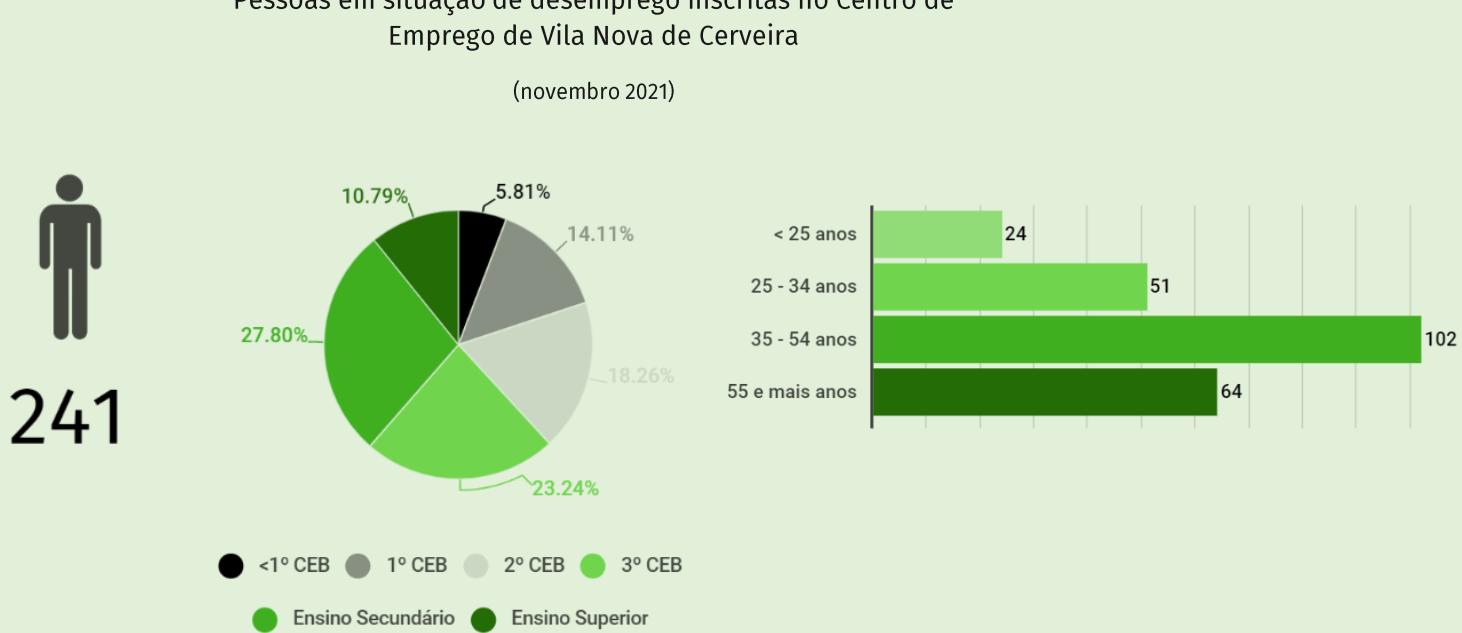
Vila Nova de Cerveira apresenta uma forte dinâmica económica e social, com um número significativo de indústrias e empresas sediadas no seu parque empresarial, o que tem contribuído para a promoção da atividade económica e para a criação de emprego no território.

O concelho destaca-se como o que apresenta maior número de ofertas de trabalho da região devido ao crescimento do setor automóvel, naval e alimentar. Ainda assim, continuam a existir situações de desemprego no concelho, as quais sofreram um agravamento devido ao impacto da crise pandémica.

Em maio de 2020 registou-se o maior número de pessoas inscritas no Centro de Emprego (324 inscritos), o qual foi diminuindo até novembro de 2020, mês em que se encontravam inscritas 253 pessoas. Desde dezembro de 2020 o número de inscritos tem vindo a oscilar, tendo sido registado o maior número em dezembro de 2020, fevereiro e outubro de 2021 (271, 270 e 270 inscritos, respetivamente) e o menor número em junho de 2021 (240 inscritos).

Em novembro de 2021, encontravam-se inscritas no referido Centro de Emprego 241 pessoas, na sua maioria com inscrição feita há menos de 1 ano (136 pessoas), à procura de novo emprego (225 pessoas) e com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos e com mais de 55 anos (102 pessoas e 64 pessoas, respetivamente). No que respeita ao nível de escolaridade concluído, a maioria das pessoas em situação de desemprego inscritas no Centro de Emprego tinham o ensino secundário (67 pessoas) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (56 pessoas).

A situação pandémica teve também impacto ao nível da oferta formativa (ações de informação) realizada pelo Gabinete de Inserção Profissional. No ano 2020 registou-se um decréscimo acentuado do número de ações realizadas comparativamente com os anos anteriores (2016, 2017 e 2018).



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito do Emprego e Formação Profissional:

#### 4.3.1 Desemprego em grupos populacionais específicos

Segundo a percepção dos atores sociais locais verificam-se situações de desemprego em pessoas com baixas qualificações, com idades avançadas (principalmente com mais de 55 anos de idade) e em pessoas com qualificações superiores.

#### 4.3.2 Desajuste entre oferta formativa e as ofertas de emprego existentes

As ofertas existentes ao nível do mercado de trabalho são diversas, algumas bastante especializadas e que exigem um perfil específico de trabalhador (como por exemplo, soldadura). Atualmente, os atores sociais consideram que a oferta formativa existente no concelho (escolar e profissional) não contempla, de forma abrangente, as necessidades específicas de mão de obra, requeridas pelo mercado de trabalho local. A procura de respostas formativas fora do concelho de Vila Nova de Cerveira, poderá contribuir para a dificuldade de fixação da população mais jovem no território.

Destacam-se ainda como fatores que poderão contribuir para o desemprego e para a baixa formação profissional, a fragilidade da **rede de transportes públicos**, nomeadamente devido aos horários e abrangência territorial e a dificuldade em aceder a **habitação a custos acessíveis**, levando a que a população mais jovem procure respostas habitacionais em concelhos vizinhos. Esta dificuldade tem contribuído igualmente para a não fixação da população jovem no território.

**Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área Emprego e Formação Profissional:**

##### Desemprego em grupos populacionais específicos

- Nomeadamente em: pessoas com baixas e elevadas qualificações e pessoas com idade avançada

##### Desajuste entre oferta formativa e as ofertas de emprego existentes

- Necessidade de se identificarem as necessidades do mercado de trabalho e de se investir numa oferta formativa (escolar e profissional) adequada às necessidades das empresas do concelho
- Potenciais fatores para o desemprego e não fixação da população no território

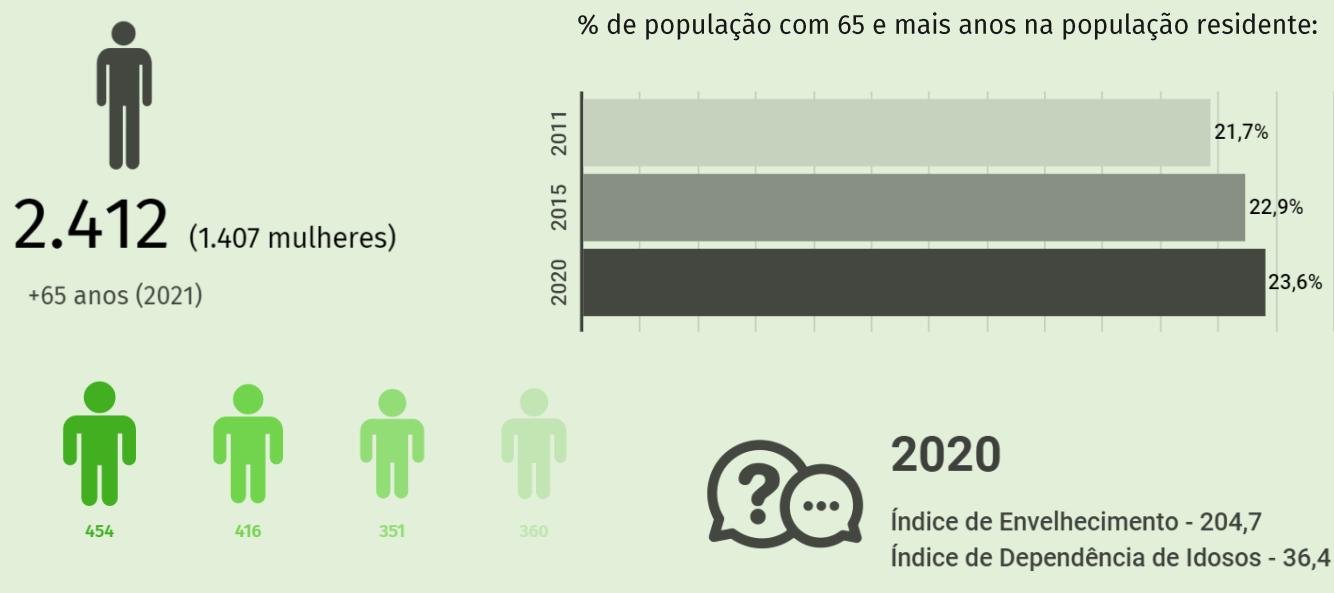
#### 4.4. Pessoas Idosas

Nas últimas duas décadas, o número de pessoas residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar gradualmente, bem como a sua representatividade face à totalidade da população. De acordo com os resultados provisórios dos censos de 2021, residiam no concelho 2.412 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que representavam 27,03% da população residente.

O aumento populacional das pessoas idosas tem-se refletido de forma mais acentuada no subgrupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 85 anos. Entre 2011 e 2020 o número de pessoas com 85 e mais anos, residentes no concelho, aumentou 74%. A prevalência de doenças crónicas e as situações de dependência tendem a aumentar com a idade, pelo que o aumento progressivo de pessoas mais idosas poderá apresentar-se como um desafio no âmbito dos cuidados de saúde e sociais a pessoas desta faixa etária.

Os Índices de Dependência de Idosos e de Envelhecimento também têm aumentado gradualmente desde 2011. No ano 2020, residiam no concelho aproximadamente 36 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). No mesmo ano, por cada 100 crianças e jovens (até aos 14 anos) residiam aproximadamente 207 pessoas com 65 e mais anos. Embora sejam valores inferiores aos registados na região do Alto Minho, são superiores aos registados na Região Norte e em Portugal, refletindo uma tendência acentuada de envelhecimento da população residente no concelho.

Embora os dados referentes ao número de pessoas com 65 e mais anos, que residem sozinhas, sejam referentes a 2011, considera-se como indicador relevante no âmbito do envelhecimento. Nesse mesmo ano, 2.014 pessoas com 65 e mais anos residiam sozinhas (20,6%), a maioria das quais residia na freguesia de Covas (58 pessoas) e na União de freguesias de Campos e Vila Meã (47 pessoas) sendo na sua maioria do sexo feminino (77,6%).



De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito do Envelhecimento:

#### 4.4.1. Isolamento social das Pessoas Idosas

O isolamento dos idosos foi destacado como sendo um problema transversal a todo o território, embora com especificidades distintas de acordo com a zona geográfica. Em zonas rurais, os atores consideram que a **rede de transportes é insuficiente**, seja ao nível dos percursos existentes, horários praticados e acessibilidade dos mesmos para pessoas com mobilidade reduzida, condiciona a deslocação e o acesso a serviços por parte da população mais idosa. Em zonas urbanas, a dificuldade de acesso deve-se a **barreiras** existentes nos edifícios e na via pública.

Para além dos fatores relacionados com a existência de barreiras físicas e o afastamento geográfico de zonas de maior densidade populacional, existe a percepção que a **rede de apoio social e familiar a pessoas idosas** se encontra **enfraquecida**, bem como a inexistência de respostas de combate ao isolamento (através de projetos de voluntariado ou de estimulação de um envelhecimento ativo – física e cognitivamente).

Problemas e necessidades identificadas pelos atores sociais no âmbito da área do Envelhecimento:

##### Isolamento social e geográfico

- Insuficiente rede de transportes públicos
- Falta de respostas locais
- Rede de apoio familiar e social insuficiente

#### 4.5. Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

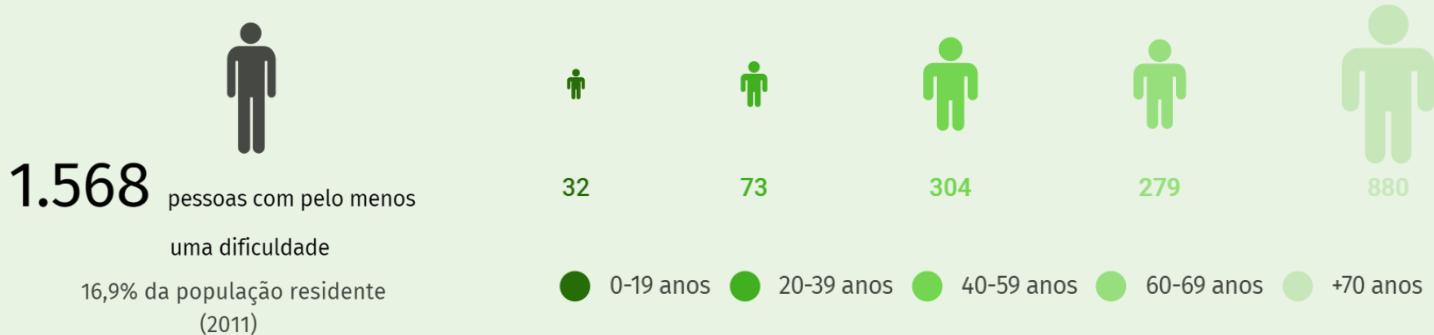
Os dados que se encontram disponíveis para caracterizar a área da deficiência no concelho de Vila Nova de Cerveira remontam aos Censos de 2011. Apesar dos dados se encontrarem desfasados no tempo, representam a realidade do município à data da sua recolha e podem permitir antecipar cenários futuros.

Em 2011 residiam em Vila Nova de Cerveira 15.109 pessoas com pelo menos uma dificuldade<sup>1</sup>, que representavam 17,03% da população residente. A maioria das pessoas que reportou ter pelo menos uma dificuldade era do sexo feminino (62,2%), com idade igual ou superior a 65 anos (64,6%). É importante destacar que 32 crianças e jovens (até aos 19 anos) reportaram ter pelo menos uma dificuldade.

A grande maioria das pessoas que reportaram ter muita dificuldade em realizar uma ação, referiram que esta estava relacionada com a mobilidade (ex.: ter muita dificuldade em andar e subir degraus; 882 pessoas), com a visão (ex.: ter muita dificuldade em ver; 685 pessoas) e com a memória / concentração (ex.: ter muita dificuldade em se concentrar ou se recordar; 538 pessoas).

As ações que as pessoas mais revelam não conseguem efetuar estão relacionadas com o autocuidado (tomar banho e vestir-se) e com a mobilidade (andar ou subir degraus), onde 183 e 126 pessoas respetivamente não conseguem efetuar as referidas ações.

Da totalidade de pessoas (com idade igual ou superior a 15 anos de idade) que reportaram ter pelo menos uma dificuldade, 5,2% declarou como principal meio de vida estar a cargo da família (80 pessoas). Este é um dado importante a ter em consideração no âmbito do apoio aos cuidadores informais e à sobrecarga a que estes estão sujeitos.



#### Incapacidade em realizar a ação

Auto-cuidado (tomar banho e vestir-se sozinho)  
Mobilidade (andar ou subir degraus)

#### Dificuldade em realizar a ação

Mobilidade (andar ou subir degraus)  
Visão  
Memória ou concentração

<sup>1</sup> Entende-se por dificuldade / incapacidade, limitações funcionais ao nível da visão, audição, mobilidade e autocuidado e limitações cognitivas no âmbito da memória/concentração e capacidade de expressão e compreensão.

De acordo com o Diagnóstico Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira 2021, os atores sociais destacaram como principais áreas onde existem problemas e necessidades no âmbito da Deficiência e/ou Incapacidade:

#### **4.5.1. Acesso a respostas sociais adequadas**

Segundo os atores sociais, a **dificuldade de acesso** das pessoas com deficiência e/ou incapacidade a respostas adequadas às suas necessidades prende-se com o **número insuficiente** de respostas, nomeadamente ao nível residencial. É também salientado a necessidade de investimento na **criação** de respostas que promovam a autonomização das pessoas com deficiência.

A insuficiência de respostas no âmbito da deficiência no concelho promove a integração das pessoas em outras respostas sociais, pouco adaptadas às suas necessidades ou a sua integração em instituições de concelhos vizinhos, o que obriga a deslocações.

#### **4.5.2. Inserção Socioprofissional**

Os atores sociais destacaram a **baixa taxa de empregabilidade** de pessoas com deficiência, o que leva a um sentimento de discriminação, isolamento e inclusive dependência económica desta população, seja de subsídios/ pensões, seja de terceiros, nomeadamente familiares dos quais estão dependentes.

#### **4.5.3. Sobrevida dos cuidadores informais**

Devido à insuficiência de respostas no território, os cuidadores informais assumem a maioria dos cuidados a pessoas com deficiência e/ou incapacidade. De acordo com a perspetiva dos atores sociais, os cuidadores informais, para além do **desgaste físico e psicológico**, não se encontram totalmente **informados** sobre a prestação de cuidados, o que contribui para essa mesma **sobrevida**. A não formação/informação dos cuidadores ao nível dos procedimentos para o cuidado e relação com pessoas com incapacidade e/ou deficiência, leva a uma maior sobrevida e desgaste por parte destes. Os cuidadores informais encontram-se limitados para a realização da sua atividade laboral, o que poderá contribuir para situações de maior **vulnerabilidade económica** das famílias com pessoas com deficiência e/ou incapacidade, condicionando inclusive o acesso a respostas de apoio privadas.

## Acesso a respostas sociais adequadas

- Inexistência e insuficiência de respostas nomeadamente na área residencial e da promoção da autonomia
- Integração em respostas sociais não qualificadas para as necessidades desta população

## Inserção Socioprofissional

- Baixa taxa de empregabilidade
- Discriminação sentida pela população
- Desconhecimento das potenciais entidades empregadoras das competências desta população e das vantagens de que podem beneficiar

## Sobrecarga dos cuidadores informais

- Desgaste físico e psicológico
- Informação insuficiente sobre o processo de cuidar

## 5. O Plano Estratégico de Intervenção Social do Concelho de Vila Nova de Cerveira (2022-2025)

O Plano Estratégico de Intervenção Social do concelho de Vila Nova de Cerveira foi elaborado através dos contributos dos atores locais, que mediante uma abordagem participativa apontaram linhas estratégicas, bem como medidas e ações que, a curto, médio e longo prazo irão contribuir para a resolução e/ou mitigação dos problemas identificados como prioritários de intervenção social no concelho.

É importante destacar que as linhas estratégicas e as suas medidas se encontram enquadradas nas políticas locais, bem como nas estratégicas definidas a nível nacional e regional para as áreas em questão. Este enquadramento com as orientações estratégicas existentes confere ao presente Plano a coerência e concertação da sua ação, a nível local, regional e nacional.

Para a construção do Plano Estratégico de Intervenção Social foram tidos em consideração os seguintes documentos estratégicos:

Documento		Operacionalização
Migrantes	Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020	Estratégia transversal assente em 5 eixos prioritários. Destaque para o Eixo 1 – Políticas de integração de imigrantes, que integra a definição de estratégias locais (Plano Municipal para a Integração de Migrantes) e implementação de ferramentas de apoio às políticas locais (Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade).
Envelhecimento	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025	Conjunto de linhas orientadoras da ação e medidas estruturadas em 4 Eixos Estratégicos (Saúde, Participação, Segurança e Medição, Monitorização e Investigação). Destaque para a prossecução das orientações contidas no Guia Global das Cidades Amigas das Pessoas Idosas e possível adesão à Rede Global de Cidades e Comunidades Amigas das Pessoas Idosas.
	Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas	Apresenta um conjunto de recomendações enquadradas em 3 grandes estratégias de intervenção – envelhecimento ativo, organização e prestação de cuidados de saúde e promoção de ambientes facilitadores da autonomia e independência.
Infância e Juventude	Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024	Encontra-se organizada em 5 pilares: "Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens"; "Apoiar as famílias e a parentalidade"; "Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens"; "Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens" e "Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens".
Deficiência	Estratégia Nacional de Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Encontra-se estruturada em 8 Eixos Estratégicos. A nível local têm enquadramento medidas como "Municípios com selo de território inclusivo", "soluções ao nível municipal para a consolidação de uma política de não

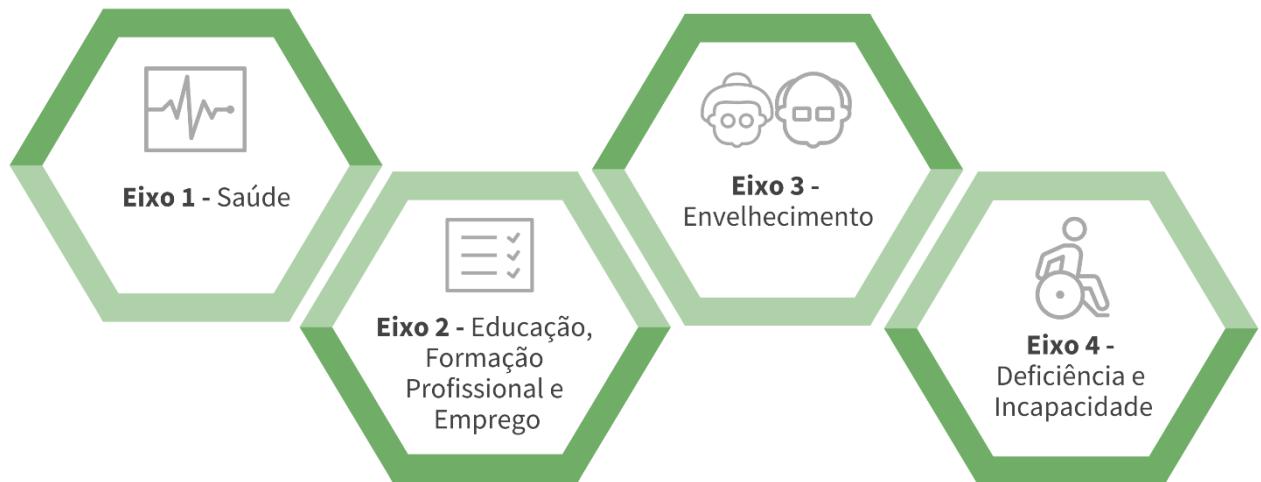
Documento		Operacionalização
		institucionalização e de promoção da autonomia”, “criação de Gabinetes Municipais para a Inclusão”.
Adições e Dependências	Instrumentos do SICAD. Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020	Define um conjunto de opções estratégicas que assentam em pressupostos, princípios, tipos de intervenção e medidas estruturantes, sob uma perspetiva global e integrada das problemáticas e das respostas em matéria de comportamentos aditivos e dependências. Encontra-se a ser operacionalizado através de Planos de Ação de 4 anos (2013-2016 e 2017-2020).
Família	Recomendação Rec (2006)19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa para os Estados-Membros sobre a Política de Apoio à Parentalidade Positiva	Conjunto de recomendações que visam o reconhecimento da natureza essencial das famílias e do papel parental, bem como a necessidade de se criarem as condições necessárias para a parentalidade positiva no interesse superior da criança.
Pobreza	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030	Estratégia fundamental para o enquadramento de medidas locais que possam mitigar as desigualdades e garantir as condições de vida dignas para toda a população. Este é descrito como «um instrumento que visa concretizar uma abordagem multidimensional e transversal de articulação das políticas públicas tendo em vista a erradicação da pobreza.
Igualdade e não discriminação	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)	Traduz-se em 3 Planos de Ação (com medidas e metas concretas): Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens; Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica; Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais. A nível local têm enquadramento projetos que promovam a integração da perspetiva da Igualdade entre Mulheres e Homens
	Plano Nacional de combate ao Racismo e à Discriminação 2021-25: Portugal contra o racismo	O PNCRD 2021-2025 tem como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública».
Saúde	Estratégia Health 2020 da Organização Mundial de Saúde para a região europeia	Tem como prioridades estratégicas: a) investir na saúde ao longo do ciclo de vida, capacitando os cidadãos; b) combater as doenças transmissíveis e não transmissíveis; c) fortalecer os sistemas de saúde centrados nas pessoas bem como a capacidade de resposta em saúde pública, nomeadamente a vigilância, preparação e resposta a

Documento	Operacionalização
	ameaças e d) desenvolver comunidades e ambientes protetores.
Linhos de ação estratégica para a Saúde Mental e o Bem-Estar na Europa	<p>Os objetivos definidos por estas linhas de ação estratégica são os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Garantir a implementação eficaz e sustentável de políticas, contribuindo para a promoção da saúde mental e para a prevenção e tratamento das doenças mentais;</li> <li>2. Desenvolver a promoção da saúde mental e os programas de prevenção e intervenção precoce, através da integração da saúde mental em todas as políticas e de uma cooperação entre vários sectores;</li> <li>3. Garantir a transição para um tratamento abrangente e para cuidados na comunidade de elevada qualidade, acessíveis a todos, com ênfase na disponibilização dos cuidados de saúde mental para todas as pessoas com doenças mentais, na coordenação dos cuidados de saúde e sociais para pessoas com doenças mentais mais graves, bem como cuidados integrados para pessoas com doenças mentais e físicas;</li> <li>4. Fortalecer o conhecimento baseado na evidência científica e a partilha de boas práticas na saúde mental;</li> <li>5. Criar parcerias para o progresso.</li> </ol>
Plano Nacional de Saúde (revisão e extensão a 2020)	O PNS encontra-se estruturado em torno de quatro Eixos Estratégicos, dos quais resulta um conjunto de orientações estratégicas: a) Cidadania em Saúde; b) Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde; c) Qualidade em Saúde e d) Políticas Saudáveis.
Programa Nacional para a Saúde Mental – extensão 2020	Pretende assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e a recuperação das pessoas com doença mental.
Plano Local de Saúde do Alto Minho 2014-2016	Define as perturbações depressivas e suicídio, como um dos problemas de saúde prioritários de atuação.

## 5.1. Eixos estratégicos de intervenção social

O Plano estratégico de intervenção social do concelho de Vila Nova de Cerveira (2022-2025) está estruturado em quatro eixos estratégicos de intervenção que refletem as prioridades identificadas no Diagnóstico Social 2021, as quais se passam a apresentar nos próximos pontos.

Cada um dos eixos estratégicos traduz a finalidade, as estratégias e respetivos objetivos, bem como as medidas/ações prioritárias a desenvolver e as entidades responsáveis.



### 5.1.1 Eixo 1 – Saúde

A Saúde é uma área indissociável do bem-estar e da qualidade de vida da população, sendo uma área que necessita de um olhar atento e de uma intervenção sistémica, interdisciplinar e eficaz.

A nível nacional é o Plano Nacional de Saúde que orienta e define estrategicamente a intervenção nesta área, estando organizado em quatro Eixos Estratégicos:

1. Cidadania em Saúde;
2. Equidade e Acesso Adequado aos Cuidados de Saúde;
3. Qualidade em Saúde;
4. Políticas Saudáveis.

Existem depois outras medidas políticas que direcionam as intervenções de acordo com áreas mais específicas, como é o caso do Programa Nacional de Saúde Mental, do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo e o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (2013-2020), para identificar alguns dos programas que estão diretamente relacionados com as problemáticas da área da saúde identificadas pelos atores locais.

Em sede de Diagnóstico Social, as principais problemáticas/ necessidades identificadas pelos atores locais foram:

1. **Falta de respostas ao nível da saúde mental:** insuficientes respostas sociais para pessoas com doença mental; desadequação do funcionamento e serviços prestados face às necessidades desta população; sobrecarga e desconhecimento técnico dos cuidadores, bem como o pouco investimento ao nível das ações preventivas.;
2. Aumento dos **Consumos/ dependências:** existência e aumento de fatores potenciadores de consumos /dependências, como o desemprego, situações de vulnerabilidade e carência económica, bem como o fácil acesso a substâncias licitas e ilícitas e a banalização do seu consumo; necessidade de um aumento e melhoria de programas de prevenção e literacia em saúde.
3. **Dificuldade no acesso aos serviços de saúde:** constrangimentos provocados pela pandemia; insuficiente e inadaptada rede de transportes; inexistência de rede de suporte ou familiar, nomeadamente na população idosa.

Pretende-se, no concelho de Vila Nova de Cerveira garantir o acesso a respostas adequadas no âmbito da saúde, atuando para isso a vários níveis:

- Investimento na criação e alargamento das respostas e programas do concelho, bem como da sua adequação às necessidades específicas, seja a nível preventivo, de acompanhamento e/ou combate;
- Promoção de respostas que apoiem e capacitem a rede de suporte formal e informal, nomeadamente ao nível da doença mental;
- Integração das pessoas com doença mental no mercado de trabalho;
- Promoção da saúde mental e informação/sensibilização para a temática na comunidade;
- Criação e reforço de canais de comunicação privilegiados entre as entidades prestadoras de serviços e entre estas e os seus utilizadores.

### 5.1.2 Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego

O Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego apresenta-se como um eixo fundamental de atuação para o concelho de Vila Nova de Cerveira, devido ter influência direta em outras áreas de intervenção e ser central para a captação e fixação de população no território.

Ter um emprego, para além de ser crucial para a sustentabilidade económica do indivíduo / família é uma componente chave para a sua inserção social, fortalecimento de redes sociais e desenvolvimento pessoal.

O Diagnóstico Social de 2021 apresenta como fragilidades no âmbito da Educação a insuficiência de respostas de Creche e de atividades de ocupação de tempos livres para crianças com idade superior a 12 anos, principalmente em tempos não letivos, bem como o abandono escolar. No entanto, o problema principal identificado pelos atores locais incide na **desvalorização da escola pela família** e, especificamente, na subvalorização do ensino profissional, pelos jovens, suas famílias e também pelos empregadores locais.

A estratégia delineada no presente PDS, no âmbito da Educação, Formação Profissional e Emprego centra-se na implementação de medidas que promovam uma intervenção concertada e articulada entre diferentes atores (nomeadamente, população jovem e suas famílias, agentes educativos, atores sociais, tecido empresarial) de forma a aumentar o sucesso escolar e a criar condições favoráveis para o aumento da empregabilidade no concelho.

Em linha com a Estratégia Portugal 2030, um dos objetivos centrais do presente PDS é contribuir para o reforço das qualificações e das competências da população residente, e que estas sejam, sempre que possível o mais ajustadas às necessidades existentes no território.

Desta forma, as medidas contempladas no PDS de Vila Nova de Cerveira visam contribuir para aumentar o sucesso escolar das crianças e jovens, bem como o potencial de empregabilidade, da população em idade ativa, através:

- De medidas que promovam a valorização do ensino pelos jovens, famílias e entidades empregadoras;
- Da maior adequação entre o perfil do aluno e o seu percurso educativo;
- Do investimento numa oferta formativa mais ajustada às necessidades do mercado de trabalho, que seja conhecida pelos jovens e suas famílias;
- Do investimento em ações que permitam facilitar o acesso à educação, formação e ao mercado de trabalho;
- Do aumento da qualificação da população e valorização da formação profissional;
- De medidas que promovam a melhoria das condições de vida e de trabalho de forma a fixar a população no território e, simultaneamente, suprimir as necessidades do mercado de trabalho;
- De medidas que promovam a igualdade de género e conciliação da vida familiar e profissional.

### 5.1.3 Eixo 3 – Envelhecimento

O envelhecimento da população constitui-se como um dos principais desafios para a nossa sociedade.

As tendências demográficas projetadas para os próximos anos continuam a ser marcadas pela diminuição das taxas de fecundidade, o que se traduz num aumento progressivo da proporção de idosos. Paralelamente, continuam a verificar-se mudanças profundas ao nível da dimensão e da estrutura das famílias e nas suas relações intergeracionais, factos que alteram significativamente as condições sociais em que as pessoas envelhecem.

O aumento da população idosa obriga-nos a encontrar novas soluções tanto ao nível da prestação dos cuidados de saúde, como também outras respostas sociais de combate ao isolamento, à solidão, à pobreza e à exclusão a que demasiados idosos estão expostos.

Tendo como base estas tendências e desafios, e no quadro do Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira 2021, foi identificada como principal vulnerabilidade à qual importa dar resposta num futuro próximo em matéria de apoio a idosos, a situação de **isolamento** em que muitos vivem. Esta vulnerabilidade, decorre de 3 fatores principais, de acordo com os atores locais:

- Insuficiente rede de transportes;
- Falta de respostas locais de combate ao isolamento;
- Insuficiente rede de suporte familiar ou social.

A estratégia definida no PDS de Vila Nova de Cerveira encontra-se enquadrada no âmbito do Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas e da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025.

O Plano Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas assenta em três pilares fundamentais:

- A promoção de um envelhecimento ativo, ao longo de toda a vida;
- A maior adequação dos cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas;
- A promoção e desenvolvimento intersectorial de ambientes capacitadores da autonomia e independência das pessoas idosas.

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável tem como Eixos estratégicos:

- **Saúde** – Promoção de iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência, adiar o aparecimento e controlar o agravamento e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas e potenciar a sua autonomia.
- **Participação** – Promoção da educação e formação ao longo do ciclo de vida incluindo estratégias de promoção da literacia em saúde e incentivo à criação de ambientes físicos e sociais protetores e potenciadores da integração e da participação das pessoas idosas na sociedade e nos processos de decisão que afetam a sua vida.
- **Segurança** – Apoio a iniciativas e práticas que visem minimizar riscos e promover o bem-estar e a segurança das pessoas idosas.
- **Medição, monitorização e investigação** – Promoção da investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável, potenciando o levantamento de necessidades, o desenvolvimento, monitorização e avaliação de intervenções e a disseminação de boas práticas e da inovação.

Desta forma, as medidas contempladas no PDS de Vila Nova de Cerveira visam contribuir para o reforço de intervenção integrada e concertada no âmbito do envelhecimento no concelho, por forma a melhorar a sua qualidade de vida, através:

- Da criação de um grupo de trabalho na área do envelhecimento, por forma a concertar e planejar estrategicamente a intervenção social no território nesta área;
- Criação da Comissão de Proteção de Idosos Local, a qual deverá ter atuação ao nível da prevenção, informação e intervenção direta com situações sinalizadas/ denunciadas;
- Do investimento na criação e alargamento das respostas sociais do concelho e da sua adequação às necessidades específicas da população idosa;
- Da promoção da saúde e da prevenção da doença, nomeadamente no âmbito da demência;
- De respostas que apoiem e capacitem a rede de suporte formal e informal, nomeadamente os cuidadores informais de pessoas idosas em situação de maior dependência;
- Da criação de sinergias e respostas que promovam o envelhecimento ativo, previnam o isolamento social e atenuem a solidão das pessoas idosas, nomeadamente através de programas intergeracionais.

#### 5.1.4 Eixo 4 – Deficiência e Incapacidade

O Eixo 5 do presente PDS decorre diretamente de uma das áreas prioritárias definidas em sede do Diagnóstico Social 2021.

Enquanto instrumento político orientador, a nível europeu, é de referir a Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020)<sup>2</sup>, a qual visa “promover uma Europa sem barreiras e capacitar as pessoas com deficiência para que possam usufruir dos seus direitos e participar plenamente na sociedade e na economia”, através de oito grandes áreas de atuação<sup>3</sup>.

Esta é igualmente uma área prioritária a nível nacional, o que se reflete na Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)<sup>4</sup>, proposta pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a qual assenta no pressuposto de que a inclusão destas pessoas tem implicações transversais em todas as áreas das políticas públicas, pelo que os desafios que se colocam são de natureza muito diversificada, o que implica uma abordagem holística e sistémica.

A ENIPD 2021-2015 está organizada em oito eixos estratégicos de intervenção:

1. Cidadania, Igualdade e Não Discriminação
2. Promoção de um Ambiente Inclusivo
3. Educação e Qualificação

<sup>2</sup> Aceder em: <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

<sup>3</sup> Área de atuação: 1) Acessibilidade a bens e serviços; 2) Participação: remoção das barreiras à igualdade de participação na vida pública e nas atividades de lazer e promoção de prestação de serviços comunitários de qualidade; 3) Igualdade: combate à discriminação e promoção a igualdade de oportunidades; 4) Emprego: aumento da representatividade no mercado de trabalho; 5) Educação e Formação: promoção da educação inclusiva e de oportunidades de formação contínua, bem como o acesso igualitário a uma educação de qualidade; 6) Proteção Social: promoção de condições de vida condignas e combate à pobreza e exclusão social; 7) Saúde: promoção da igualdade de acesso aos serviços de saúde e instalações relacionadas; e 8) Ação Externa: promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Quadro da Ação Externa da União Europeia.

<sup>4</sup> ENIPD 2021-2015 resulta da proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho, do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e encontra-se ainda em fase de consulta pública, até ao dia 24 de dezembro de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>

4. Trabalho, Emprego e Formação Profissional
5. Promoção da Autonomia e Vida Independente
6. Medidas, Serviços e Apoios Sociais
7. Cultura, Desporto, Turismo e Lazer
8. Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento

De referir que, seguindo a conceptualização do Instituto Nacional de Estatística, o conceito de deficiência é encarado neste plano de forma mais abrangente, contemplando o conceito de incapacidade que se reporta aos diferentes níveis de limitações funcionais da pessoa, mas também às limitações/barreiras na relação com o seu meio ambiente, “que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade<sup>5</sup>”.

A finalidade e respetivos objetivos definidos neste eixo refletem as prioridades identificadas no concelho de Vila Nova de Cerveira nesta área de intervenção pelos atores locais, as quais se encontram alinhadas com as áreas prioritárias, a nível nacional e internacional, em matéria de inclusão das pessoas com deficiência.

Neste sentido, no concelho de Vila Nova de Cerveira pretende-se promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade, atuando para isso a vários níveis:

- Melhorar o conhecimento sobre a realidade das pessoas nestas circunstâncias, suas características e necessidades;
- Promover medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua inserção profissional;
- Melhorar e diversificar as respostas e serviços sociais dirigidos às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias;
- Sensibilizar e capacitar a comunidade para uma resposta mais adequada às necessidades das pessoas com deficiência/incapacidade;
- Promover uma maior articulação e trabalho em Rede entre o setor social e deste com o setor empresarial.

---

<sup>5</sup> In: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ratificada por Portugal em 2009)

## 5.2 Matrizes de planeamento

### Eixo 1 – Saúde

**Finalidade:** Garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades no âmbito da saúde

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Fomento e partilha de informação no âmbito da promoção da saúde e prevenção da doença	1.1. Melhorar os cuidados em saúde (autocuidado e cuidado a terceiros)	1.1.1 Implementar projetos/ações dirigidos à grupos-alvos específicos	Centro de Saúde, CMVNC	2020-2025	N.º de ações N.º de tipologias/ problemáticas abrangidas N.º de pessoas envolvidas
		1.1.2 Capacitar os cuidadores formais e informais de acordo com as suas especificidades	Centro de saúde	2023-2025	N.º de Ações N.º de Participantes
	1.2. Fomentar a partilha de informação entre os diversos profissionais	1.2.1 Divulgar os objetivos da Rede Social junto dos profissionais da saúde	CMVNC / Centro de saúde	2022/2025	N.º de profissionais envolvidos
		1.2.2 Identificar e referenciar as situações por problemáticas e levantamento de dados estatísticos	Centro de Saúde	2022-2025	N.º de Problemáticas identificadas N.º de situações referenciadas
		1.2.3 Agilizar as redes de comunicação e de partilha entre profissionais	CMVNC Centro de Saúde	2022-2025	Sistema de comunicação em funcionamento
2. Atuar ao nível da prevenção, intervenção e acompanhamento a situações de dependência, doença mental e outras	2.1. Prevenir e combater o aumento de situações de doença mental	2.1.1 Reforçar a Equipa de Saúde com profissionais especialistas	Centro de Saúde / ULSAM	2022/2025	N.º profissionais afetos
		2.1.2. Referenciar e Mapear as situações por tipologia e levantamento de dados estatísticos	Centro de saúde	2022/2025	N.º de situações identificadas Levantamento estatístico

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
patologias existentes no território	2.2 Prevenir e combater o aumento de situações de adição (álcool)	2.2.1 Exercer advocacy para a reativação da Equipa de PLA	Centro de Saúde, CMVCN, ULSAM	2022/2025	N.º de ações realizadas Equipa em funcionamento
	2.3 Promover hábitos saudável de vida e alimentação saudável por forma a contribuir para a redução das Taxas de mortalidade e morbilidade	2.3.1 Reforçar a divulgação da oferta de atividades para a promoção da saúde e prevenção da doença	CMVNC Centro de Saúde	2022/2025	N.º de ações N.º de parceiros envolvidos
		2.3.2 Implementar atividades específicas dirigidas à determinados grupos-alvos	CMVNC Centro de Saúde	2022/2025	N.º de ações desenvolvidas N.º de Participantes N.º de problemáticas abrangidas
	2.4 Garantir o acesso a serviços de saúde	2.4.1 Promover a criação e a manutenção de serviços de saúde de proximidade que respondam às necessidades da população	Centro de Saúde, CMVNC	2022-2025	N.º de serviços de saúde de proximidade criados
	2.5 Agilizar a resposta à população no âmbito dos cuidados de saúde primários	2.5.1 Criação de canais de comunicação privilegiados entre as entidades prestadoras de serviços e entre estas e os seus utilizadores (ex.: plataforma; reuniões de trabalho periódicas)	Centro de Saúde, IPSS, Juntas de Freguesia	2022/2025	Canais de comunicação criados e em funcionamento
		2.5.2 Criação de um grupo de trabalho, com envolvimento de atores distritais, para a definição de uma Estratégia Distrital ao nível da Saúde Mental	ULSAM; CIM	2022/2025	Grupo de trabalho criado e em funcionamento

## Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego

**Finalidade:** Aumentar o sucesso escolar e a motivação das crianças e jovens, aumentando o seu potencial de empregabilidade futuro.

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Valorização do ensino pelos jovens e famílias	1.1. Sensibilizar os jovens e suas famílias para a importância da qualificação e sua adequação às necessidades do mercado de trabalho local	1.1.1. Dinamizar ações de sensibilização sobre a importância da formação/ qualificação	Agrupamento de Escolas, ETAP	2022-2025	N.º de ações de sensibilização realizadas Perceção dos grupos-alvo sobre a importância das ações de sensibilização realizadas (aplicação de questionários)
		1.1.2. Envolver o tecido empresarial em ações de sensibilização para jovens e suas famílias	CEVAL, AIM, Escolas	2022-2025	N.º de ações de sensibilização realizadas com a participação do tecido empresarial
		1.1.3. Promover experiências profissionais e de desenvolvimento pessoal e social fora do contexto escolar	ETAP, AE	2022-2025	N.º de jovens envolvidos N.º de parceiros envolvidos Perceção dos jovens sobre a importância das experiências para a construção do seu percurso educativo
	1.2. Informar os jovens e as suas famílias sobre a oferta formativa (regular e profissional) no território supramunicipal	1.2.1 Implementar, divulgar e manter uma plataforma da oferta formativa existente ao nível do ensino secundário e profissional	AE, ETAP, CMVNC	2022-2025	Plataforma criada
2. Maior adequação do perfil do aluno e o seu percurso educativo		1.2.2. Desenvolver estratégias de comunicação eficazes com os jovens e suas famílias sobre a oferta formativa e recursos existentes no território	AE, ETAP	2022-2025	Número de momentos criados para a comunicação N.º de jovens e famílias envolvidos
		2.1.1. Diversificar os programas de orientação vocacional nas escolas e	Escolas,	2022-2025	Programa de orientação vocacional criado e em funcionamento

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
	2.1 Garantir o acompanhamento aos jovens no âmbito da construção do seu percurso educativo	articulação com as entidades empregadoras locais  1.1.2. Implementar projetos de mentoria em contexto escolar e de acompanhamento dos jovens nas experiências profissionais e de desenvolvimento pessoal e social			Projetos de mentoria criados  N.º de jovens acompanhados
3. Adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho	3.1. Garantir o conhecimento real das necessidades de qualificação / formação no território	3.1.1. Revisão das prioridades do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações para o território  3.1.2. Implementar a oferta formativa ajustada às reais necessidades do território	Plataforma distrital - CIM  Plataforma distrital - CIM	2022-2025  2022-2025	Prioridades do SANQ revistas e atualizadas  Atualização da oferta formativa de acordo com a revisão do SANQ
4. Implementação de medidas/ estratégias facilitadoras à educação e formação	4.1. Criar condições de acesso aos equipamentos formativos	4.1.1. Criação de rede supramunicipal de transportes que permita agilizar a deslocação de jovens entre os concelhos	Proposta para Plataforma distrital – CIM	2022-2025	Rede criada e em funcionamento
5. Combate a problemas associados à ansiedade potenciados com a pandemia	5.1. Diminuir os problemas associados a ansiedade na população estudantil	5.1.1. Desenvolver ações (lúdicas, desportivas, tradicionais) dirigidas aos alunos dos vários níveis escolares	AE, ETAP	2022/2025	N.º ações N.º de alunos envolvidos N.º de tipologias de ação
6. Promoção da arte pela educação	6.1. Fomentar o interesse pela arte através de ações educativas	6.1.1. Dinamizar a Educarte - Mostra de Arte Infanto-juvenil  6.1.2. Serviço Educativo da Fundação	AE, ETAP, CMVNC  Fundação Bienal	2022/2025  2022/2025	N.º de obras expostas; N.º entidades participantes; N.º de visitantes  N.º ações; N.º de participantes

## Eixo 2 – Educação, Formação Profissional e Emprego

**Finalidade:** Aumentar o potencial de empregabilidade da população em idade ativa e as condições de trabalho da população do concelho (nomeadamente com medidas em igualdade de género e conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar)

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Criação de mecanismos de comunicação que facilitem o acesso ao mercado de trabalho	1.1. Garantir o acesso à informação sobre a oferta formativa e de emprego	1.1.1. Dinamizar e diversificar a plataforma de ofertas formativas e de emprego supraconcelhias	GIP / IEFP	2022-2025	N.º de acessos à plataforma N.º de ofertas apresentadas Tipologia das ofertas
	1.2. Agilizar o processo de recrutamento e formação de trabalhadores	1.2.1. Desenvolver procedimentos de articulação entre as empresas e os operadores de formação (ex.: do Centro Qualifica) para recrutamento e formação de trabalhadores	IEFP, ETAP e Câmara	2022-2025	Procedimentos de articulação definidos e em funcionamento
		1.2.2. Garantir a existência de estruturas de suporte que facilitem a integração no mercado de trabalho (ex.: rede de transportes, respostas sociais para crianças e idosos)	Plataforma supraconcelhia - CIM	2022-2025	N.º de estruturas de suporte criadas / melhoradas
2. Maior Investimento na qualificação/formação da população em idade ativa	2.1. Suprimir as necessidades de mão de obra existentes no território através do aumento da qualificação da população	2.1.1. Identificar as necessidades de formação específicas do mercado de trabalho local	Plataforma distrital - CIM	2022-2025	Documento sobre necessidades de formação produzido e partilhado
		2.1.2. Definir e implementar um plano de formação adaptado às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses e competências de populações-alvo específicas	Plataforma distrital - CIM	2022-2025	Plano de formação definido e implementado  N.º de pessoas formadas com aproveitamento N.º de pessoas formadas integradas na área de formação

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
		2.1.3. Criar programas de incentivo ao trabalho técnico especializado 2.1.4. Implementar reuniões trimestrais de trabalho com representantes da Educação, das associações empresariais e da CIM Alto Minho		2022-2025	N.º de programas criados N.º de beneficiários
3. Promoção das condições de vida que permitam a fixação de população no concelho de forma a suprimir as necessidades do mercado de trabalho	3.1. Aumentar o número de profissionais qualificados no território 3.2. Garantir condições de trabalho dignas para trabalhadores imigrantes	3.1.1. Divulgar as medidas de incentivo à fixação e contratação de residentes no concelho com níveis de qualificação diferenciados 3.1.2. Investir em políticas de habitação locais que garantam o acesso a habitação a custos controlados 3.2.1. Realizar levantamento do número dos trabalhadores imigrantes no concelho 3.2.2. Realizar ações de sensibilização, informação e formação de Português Língua não materna	IEFP/GIP CMVNC IEFP/GIP/ CEVAL IEFP	2022-2025 2023-2025 2022-2023 2022-2025	Medidas de emprego divulgadas N.º de pessoas integradas no mercado através das medidas de emprego Políticas de habitação locais definidas e implementadas Levantamento realizado N.º de ações realizadas N.º de participantes
4. Promoção das condições de vida que permitam a conciliação da vida familiar e profissional	4.1. Sensibilizar para a implementação de medidas ao nível da igualdade de género e conciliação da vida familiar e profissional 4.2. Informar a população em idade ativa, dos direitos legais existentes que promovem a igualdade de género e conciliação da vida familiar e profissional.	4.1.1. Realizar ações de sensibilização e informação junto de entidades empregadoras 4.2.1. Realizar ações de informação junto da população em idade ativa	CMVNC, IEFP CMVNC, IEFP	2022-2025 2022-2025	Nº de ações realizadas Nº de entidades que adotaram alguma medida neste âmbito Nº de ações realizadas

### Eixo 3 – Envelhecimento

**Finalidade:** Consolidar uma intervenção integrada na área do envelhecimento, com vista a uma mudança positiva na qualidade de vida das pessoas idosas do concelho

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Implementação de intervenção territorial concertada e adequadas às necessidades das pessoas idosas	1.1 Promover a proteção das pessoas idosas no âmbito do exercício dos seus direitos	1.1.1 Criar a Comissão de Proteção de Idosos Local	IPSS, CMVNC, Segurança Social, GNR, Centro de Saúde. Ministério Público (Tribunal)	2022-2025	CPI criada e em funcionamento N.º de parceiros envolvidos
	1.2. Adequar as respostas sociais às necessidades das pessoas idosas	1.2.1 Investir no alargamento de respostas sociais em ERPI	SCMVNC, CPPSC Reboreda; Segurança Social	2022-2025	N.º de novas vagas criadas em ERPI N.º de Instituições com novos acordos de cooperação com o ISS, IP
		1.2.2 Promover e investir na implementação da resposta social de Centro de Dia	CPS Campos; Segurança Social	2022-2025	Valencia criada; N.º de vagas
		1.2.3 Diversificar a resposta do Serviço de Apoio Domiciliário no concelho	IPSS	2022-2025	N.º de Respostas inovada; N.º de vagas; N.º de utentes abrangidos
		1.2.4 Promover recursos específicos para pessoas com demência (ex.: unidades de neuro estimulação)	IPSS / Centro de Saúde / CIM	2022-2025	N.º de recursos específicos criados para pessoas com demência e em funcionamento Taxa de ocupação

Estratégias		Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
			1.2.5 Promover a angariação de famílias de acolhimento	Segurança Social CMVNC	2022-2025	N.º de famílias de acolhimento
2. Promoção e capacitação do cuidador formal e informal	2.1 Capacitar e adequar as respostas às necessidades dos cuidadores formais e informais	2.1.1 Investir na capacitação dos cuidadores formais e informais	Segurança Social, Centro de Saúde	2022-2025	N.º de ações N.º de cuidadores/participantes	
		2.2 Promover o apoio ao cuidador informal (Diminuição da sobrecarga física e psicológica)	2.2.1 Implementar rede de voluntários de suporte aos cuidadores informais	IPSS, BLV	2022-2025	N.º voluntários envolvidos N.º cuidadores/idosos envolvidos
		2.2.2 Criar condições para a existência de vagas nas ERPI locais em regime transitório / temporário	CDSS, IPSS / CIM	2022-2025	N.º de ERPI com vagas de regime transitório N.º de vagas criadas	
3. Prevenção e combate de situações de isolamento social e geográfico	3.1 Identificar e mapear as pessoas idosas que se encontram em isolamento social e geográfico	3.1.1 Sinalizar os idosos em situação de isolamento no sistema de geolocalização	CMVNC	2022-2025	N.º de idosos sinalizados	
		3.1.2 Identificar a pessoa de referência de cada idoso	CMVNC	2022-2025	N.º de Pessoas identificadas	
	3.2 Colmatar o isolamento social dos idosos	3.2.1 Reforçar medidas de atuação no combate ao isolamento social	CMVNC, IPSS, GNR	2022-2025	N.º de medidas e/ou ações N.º de idosos envolvidos N.º de Parceiros	
	3.3. Implementar medidas de facilitação da mobilidade da população mais idosa	3.3.1 Criar alternativas locais de transportes	Juntas de freguesias, CMVNC	2022-2025	Serviço criado e em funcionamento N.º médio de pessoas idosas que utiliza o serviço mensalmente	

#### Eixo 4 – Deficiência e Incapacidade

**Finalidade:** Promover a qualidade de vida e a integração da pessoa com deficiência / incapacidade

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
1. Promoção de intervenção territorial concertada no âmbito da deficiência e incapacidade	1.1 Definir e consolidar medidas e estratégias concertadas de intervenção na área da deficiência, a nível concelhio	1.1.1 Elaborar um Mapeamento e Diagnóstico das pessoas com Deficiência residentes no concelho	Centro de Saúde	2022-2025	N.º de cidadãos referenciados Identificação e levantamento das problemáticas
2. Promoção de medidas facilitadoras da empregabilidade das pessoas com deficiência/incapacidade, com vista à sua inserção profissional	2.1 Promover a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho	2.1.1 Criar equipa multidisciplinar para o acompanhamento ao nível da empregabilidade	IEFP / GIP / APPACDM, ACAPO, APC	2022-2025	N.º de Reuniões da equipa N.º de entidades envolvidas N.º de pessoas apoiadas/ acompanhadas
	2.2 Promover a articulação entre empresas e instituições locais para a criação de postos de trabalho adaptados a pessoas com deficiência/incapacidade	2.2.1 Sensibilizar o tecido empresarial e instituições sociais locais sobre as capacidades e competências das pessoas com deficiência/ incapacidade	APPACDM, ACAPO, APC	2022-2025	Nº de empresas e instituições contactadas
		2.2.2 Divulgar junto das empresas locais as medidas de apoio ao emprego para pessoas com deficiência/ incapacidade	IEFP/ GIP	2022-2025	Nº de ações N.º de empresas contatadas
3. Aperfeiçoamento e diversificação das respostas e serviços sociais dirigidos às pessoas com deficiência/incapacidade e suas famílias	3.1 Alargar a oferta das respostas residenciais	3.1.1 Reforçar a capacidade da resposta de Lar Residencial	APPACDM, CDSS, CIM	2022-2025	Variação do n.º de vagas para a resposta de Lar Residencial disponibilizadas
		3.1.2 Criar projeto de residências de autonomia, com apoio técnico especializado	APPACDM, CDSS, CIM	2022-2025	N.º de residências de autonomia disponibilizadas

Estratégias	Objetivos	Medidas / Ações Prioritárias	Entidades responsáveis	Calendarização	Indicadores de execução
		3.2.1 Criar uma rede de profissionais especializados na área, de apoio aos cuidadores (formais e informais)	APPACDM/ACAPO /APC	2022-2025	Rede criada e em funcionamento N.º de profissionais aderentes N.º de cuidadores informais e formais beneficiários
	3.2 Garantir a existência de respostas mais adequadas a pessoas com deficiência e/ou incapacidade	3.2.2 Dinamizar ações de formação/capacitação dirigidas aos cuidadores formais, informais e famílias de acolhimento		2022-2025	N.º de ações realizadas N.º de participantes % de cuidadores que perceciona ter aumentado os seus conhecimentos e competências
		3.2.3 Capacitar (formação especializada) os profissionais com funções na área da deficiência		2022-2025	Nº de ações de formação criadas e realizadas; Nº de profissionais envolvidos

### 5.3. Oportunidades e desafios à implementação do PDS

Qualquer PDS insere-se num processo de planeamento estratégico que procura dar resposta às necessidades específicas das populações e dos territórios, e como tal, deve ter em linha de conta as oportunidades e desafios/constrangimentos que poderão surgir no seu processo de implementação.

Nesse sentido, no âmbito dos *workshops* realizados com os atores locais foram identificados alguns aspetos a ter em consideração:



#### Oportunidades

- Possibilidade de desenvolver uma ação concertada e integrada no âmbito do desenvolvimento social no concelho de Vila Nova de Cerveira;
- Planeamento integrado, tendo em conta todas as dimensões dos problemas identificados em diagnóstico;
- Reforço das redes de parceria existentes e estabelecimento de novas parcerias relevantes;
- Potenciar e ampliar a intervenção já realizada pelas instituições a nível local;
- Possibilidade de alargamento de respostas já existentes.



#### Desafios / constrangimentos

- Comprometimento com o PDS e a possível resistência à mudança por parte das entidades (públicas e privadas);
- Falta de financiamento público para a concretização de algumas ações;
- Disponibilização de recursos por parte das entidades (humanos e financeiros).

De referir que os próprios eixos de intervenção apresentam oportunidade e desafios / constrangimentos, desde logo ao nível da convergência de todas as entidades locais para intervenção proposta no plano. Numa leitura mais específica de cada um dos eixos é, assim, possível elencar oportunidades e constrangimentos concretos ao desenvolvimento das ações definidas, os quais se apresentam de seguida:

## Eixo 1 - Saúde

### OPORTUNIDADES:

- Instituições com experiência e prática consolidada no território;
- Constituição e dinâmica positiva do núcleo executivo da Rede Social de Vila Nova de Cerveira;
- Existência da Unidade Móvel de Saúde, proporcionando uma maior proximidade dos serviços básicos de saúde à população mais isolada e com dificuldades de mobilidade;
- Previsão de financiamento para a área da saúde mental no âmbito do PRR;
- Importância de se trabalhar na Prevenção;
- Existência de Planos Nacionais na área da saúde e saúde mental / referenciais estratégicos.

### CONSTRANGIMENTOS:

- Desgaste das famílias que acompanham doentes, nomeadamente ao nível da doença mental;
- Aumento da prevalência de problemas ao nível da saúde mental em todas as faixas etárias (a nível nacional);
- Insuficiência de respostas e equipas, quer ao nível clínico/ saúde, quer de base comunitária (equipa PLA desativada);
- Pouca adesão das pessoas ao processo de tratamento e acompanhamento médico;
- Estigmatização das pessoas beneficiárias de respostas no âmbito da saúde mental e consumos;
- Sustentabilidade das respostas.

## Eixo 2 - Educação, Formação Profissional e Emprego

### OPORTUNIDADES:

- Existência de recursos (centros, escolas, entre outros) para o desenvolvimento adequado de ações de formação e qualificação ajustadas às necessidades do território;
- Proximidade / articulação entre escolas profissionais e escolas públicas;
- Proximidade do concelho de pólos universitários (Minho, Porto; Santiago de Compostela) para estabelecimento de parcerias;
- Existência do Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação com levantamento das áreas com maior relevância para o território;
- Boas práticas implementadas ao nível da Orientação Vocacional pela CIM Ave, com demonstração de resultados;
- Visibilidade e valorização do conceito – Cerveira Vila das Artes, o que poderá impulsionar a atividade educativa nesta área e aumentar a atratividade ao território;
- Constituição e dinâmica positiva do núcleo executivo da Rede Social de Vila Nova de Cerveira;
- Rede de parceiros com hábitos de trabalho colaborativo;
- Existência e trabalho realizado pelo Gabinete de Inserção Profissional de Vila Nova de Cerveira.

### CONSTRANGIMENTOS:

- Desvalorização dos percursos formativos por famílias, jovens e empregadores (especificamente vertente profissionalizante);
- Rede viária e de transportes deficitária que compromete o acesso a ofertas formativas fora do concelho de Vila Nova de Cerveira, bem como aos pólos industriais e habitacionais;
- Não adesão dos alunos aos cursos formativos com maior potencial de empregabilidade;
- Desencontro entre as qualificações detidas pelas pessoas e as que o mercado de trabalho procura, o que leva a falta de mão de obra qualificada e não qualificada;
- Falta de oportunidades de trabalho / ocupação (remunerada) para pessoas que se encontram em desvantagem no acesso ao mercado “regular” de emprego (por exemplo, pessoas com deficiência e/ou incapacidade);
- Dificuldade de fixação de jovens e adultos no Concelho, devido a dificuldades relacionadas com a habitação, entre outras.

## Eixo 3 - Envelhecimento



### OPORTUNIDADES:

- Programas e Projetos já implementados com sucesso (boas práticas no território);
- Existência de Programa de Voluntariado do Município (Banco Local de Voluntariado);
- Existência de respostas sociais (ERPI, SAD, Centro de Dia e Centro de Convívio);
- Valorização do Regime do Maior Acompanhado;
- Valorização do Estatuto do Cuidador Informal;
- Território com potencial de implementação de Centros Intergeracionais.

### CONSTRANGIMENTOS:

- Insuficiente capacidade da resposta social ERPI no território;
- Envelhecimento demográfico;
- Desertificação do território;
- Vulnerabilidade económica (rendimentos insuficientes / baixas reformas);
- Habitações sem condições de conforto.

## Eixo 4 - Deficiência e Incapacidade



### OPORTUNIDADES:

- Existência do Decreto de Lei n.º 4/2019 (Quotas de emprego para pessoas com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%);
- Possibilidade de realizar ações de sensibilização através das escolas;
- Possibilidade de realizar formação em contexto de trabalho.

### CONSTRANGIMENTOS:

- Envelhecimento dos cuidadores (cuidadores a precisar de cuidados);
- Falta de dados atualizados relativamente à área da deficiência: diagnóstico com levantamento de dados e necessidades existentes no território.

## 6. Implementação e Avaliação do PDS

### 6.1. Implementação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira

O presente PDS resulta de uma definição conjunta de eixos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, refletindo assim uma visão integrada e perspetivando uma intervenção concertada no âmbito da intervenção social no concelho de Vila Nova de Cerveira.

Ao definir como estratégia transversal o reforço da intervenção em rede no concelho, o PDS 2022-2025 visa promover e fortalecer a participação e articulação colaborativa entre parceiros na concretização das ações propostas neste documento. Desta forma, considera-se que será possível garantir uma maior eficiência, eficácia e adequabilidade do PDS à realidade concelhia, refletindo-se em respostas sociais no território de maior qualidade.

Nesta perspetiva, o PDS pretende servir de *“enquadramento e orientação a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, quer no âmbito da operacionalização do Plano pelo CLAS (através do Plano de Ação) ou fora dele, procurando vincular as iniciativas de todos os atores relevantes no desenvolvimento social do concelho”*<sup>6</sup>. Com este fim, torna-se imperativo a elaboração de **planos de ação** por cada eixo estratégico enquanto etapa chave para a operacionalização do PDS, através da implementação de programas, projetos e/ou ações (já existentes ou a criar), de âmbito mais restrito, sempre em linha com as grandes estratégias e objetivos definidos no presente documento.

Nesta senda, a não definição de prioridades nas ações propostas é um convite ao planeamento negociado com os parceiros envolvidos e à tomada de decisão partilhada entre parceiros no que diz respeito à implementação das mesmas.

Um plano de ação deve contemplar<sup>7</sup>:

- Definição de atividades e tarefas;
- Identificação de atribuições de cada entidade envolvida e das pessoas responsáveis em cada entidade pela execução das tarefas;
- Identificação geográfica das atividades (territórios);
- Definição de calendário associado às atividades definidas;
- Definição dos recursos que são necessários mobilizar e dos métodos de atuar.

Ainda no âmbito do planeamento estratégico, é fundamental prever, enquanto etapas do planeamento, a **monitorização** dos referidos planos de ação, assim como a **avaliação** da implementação do PDS, num processo que se pretende dinâmico.

---

<sup>6</sup> Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social

<sup>7</sup> Fonte: IDS (2002). Plano de Desenvolvimento Social



#### 6.1.1. Recomendações para a implementação

Como já referido o reforço da intervenção em rede constitui-se como fator essencial para a implementação do plano que se apresenta. Neste sentido, e tendo em vista o desenvolvimento de uma intervenção social mais eficaz, é fundamental dinamizar e potenciar o próprio funcionamento da Rede Social, através do fortalecimento da articulação e comunicação entre as entidades parceiras e os diferentes atores sociais.

Nesta medida, recomenda-se a implementação de estratégias capazes de potenciar e facilitar a articulação em rede, tais como:

- Mapeamento atualizado das respostas, programas e projetos existentes no concelho, por cada eixo estratégico, com a identificação das entidades envolvidas no seu desenvolvimento;

- ➔ Definição de metas realistas, negociadas e partilhadas por todos os atores, com definição dos responsáveis por cada ação e os mecanismos a utilizar para reporte, no âmbito dos planos de ação a elaborar;
- ➔ Definição de um plano de comunicação transversal ao PDS, com ações concretas, que acompanhe todo o processo de implementação e permita dar visibilidade aos resultados alcançados;
- ➔ Implementação de um sistema de informação partilhado (ex.: plataforma digital interinstitucional), que permita o reporte das ações realizadas e a partilha de outra informação relevante para a implementação do PDS (ex.: candidaturas, fontes de financiamento, boas práticas);
- ➔ Dinamização de momentos de reflexão em grupo (alargado e/ou restritos) ao longo do processo, formação e intervenção por área temática;
- ➔ Disponibilização de formação aos técnicos das instituições parceiras da Rede em áreas/temas relevantes constantes nos vários eixos estratégicos do PDS, de forma a permitir a clarificação de conceitos e a partilha de metodologias, técnicas e de instrumentos relevantes.

## 6.2 Avaliação do PDS do Concelho de Vila Nova de Cerveira

A avaliação deve permitir monitorizar os níveis de concretização, bem como identificar pontos de reorientação ou de reforço das ações. Avaliar o processo permite-nos qualificar a intervenção, a partir da aferição da adequabilidade dos objetivos definidos e da percepção dos reais impactos da implementação das ações para o desenvolvimento social concelhio, bem como identificar as principais dificuldades e boas práticas, possibilitando reajustes/reformulações das ações propostas que conduzam a uma maior adequação à realidade.

É desde aqui que se propõe a implementação de um **sistema de monitorização e avaliação do PDS 2022-2025**, que deverá ser contínuo e transversal a todo o processo e organizado em torno de dois eixos:

- a) Monitorização, onde deverão ser utilizados indicadores de dimensão operacional e estratégica (indicadores de execução constantes nas matrizes de planeamento). A monitorização que resulta da comparação entre o planeado e o efetivamente executado permitirá assegurar um acompanhamento contínuo da implementação, devendo, por isso ser realizada de forma mais regular, com periodicidade a ser definida pelo CLAS;
- b) Avaliação, que deverá contemplar a utilização de indicadores de impacto que permitam aferir as mudanças decorrentes da implementação do PDS junto dos públicos-alvo, através da definição de critérios e de questões de avaliação.

Desta forma, a definição dos critérios de avaliação que irão orientar a reflexão crítica da implementação do PDS, os quais devem contemplar a definição de questões de avaliação e a identificação de indicadores (de monitorização e de impacto), fontes, métodos e instrumentos de recolha e os responsáveis por essa recolha.

Não obstante o facto de caber ao CLAS a definição de todas estas dimensões, apresentamos de seguida uma possível proposta de matriz de avaliação, organizado por alguns critérios

considerados como particularmente importantes nas avaliações de intervenções para o desenvolvimento<sup>8</sup>, a saber:

- ➔ **Relevância e Coerência:** avalia a adequabilidade dos objetivos definidos no PDS face às necessidades e áreas prioritárias identificadas, em sede de diagnóstico. Foca a avaliação da coerência e adequação entre objetivos, ações e resultados/metas previstas.
- ➔ **Eficiência:** centra-se na avaliação da relação entre os efeitos produzidos pela ação e os recursos mobilizados.
- ➔ **Eficácia:** avalia a contribuição dos resultados obtidos para o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDS, ou seja, em que medida os objetivos foram atingidos, ou se espera que sejam alcançados.
- ➔ **Impacto:** centra-se na avaliação dos impactos produzidos pela implementação do PDS, ou seja, em que medida as ações e/ou projetos desenvolvidos provocaram mudanças positivas ou negativas, intencionais ou não.
- ➔ **Sustentabilidade:** avalia a probabilidade de continuidade dos benefícios produzidos pelo PDS após o seu término.

Critério de avaliação	Questões de avaliação	Indicador(es)	Fontes
<b>Relevância e Coerência</b>	A estratégia de intervenção (incluindo finalidades, objetivos e respetivas ações) é relevante face às necessidades diagnosticadas em diagnóstico?	Coerência entre finalidades/ objetivos/ ações e problemas/necessidades identificadas	Relatórios de atividade Dados de monitorização
	As ações implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos?	Coerência entre as ações e os resultados a alcançar e as mudanças previstas nos objetivos	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção)
<b>Eficiência</b>	Os resultados produzidos com a implementação do PDS, implicaram um investimento adequado e razoável de recursos?	Adequação entre recursos financeiros utilizados e objetivos/resultados alcançados	Registos do PDS (recursos implicados por ação)
<b>Eficácia</b>	Os objetivos e resultados previstos foram alcançados?	Taxa de concretização dos objetivos e resultados definidos	Registos das metas previstas (indicadores de execução)
<b>Impacto</b>	A implementação do PDS permitiu responder às necessidades dos públicos e territórios previstos?	Distribuição dos resultados alcançados por públicos, territórios e entidades	Registo dos resultados alcançados Taxa de concretização de objetivos estratégicos
	A implementação do PDS gerou impactos de longo	Evidência de mudanças produzidas para além das	

<sup>8</sup> Com base nos critérios de avaliação da OECD (OECD, Evaluating Development Cooperation, 2nd Edition, p. 13-14).

	prazo nos públicos, entidades e territórios previstos?	diretamente garantidas pelas ações do PDS (verificação de concretização dos objetivos estratégicos)	Atores chave/entidades envolvidas na implementação (perceção) População abrangida pelas ações desenvolvidas (perceção)
<b>Sustentabilidade</b>	As respostas/projetos/ações criados, no âmbito da implementação do PDS, têm condições para se manterem após 2025?	Existência de contratualização a médio/ longo prazo das respostas criadas	Contratos das respostas criadas

### 6.2.1 Recomendações para a avaliação

Tendo em vista um sistema de monitorização e avaliação partilhado, recomenda-se a conceção e implementação de estratégias facilitadores do processo:

- ➔ Diversidade na natureza da informação, prevendo a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos;
- ➔ Adoção de uma abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos, instrumentos e estratégias de recolha de informação;
- ➔ Utilização de metodologias participativas como princípio fundamental na recolha de informação, assegurando que todos os atores implicados são envolvidos;
- ➔ Manutenção de um processo de avaliação contínuo, contemplando momentos de *feedback* que permitam uma reflexão *ongoing* acerca da implementação e a redefinição dos indicadores de avaliação se for caso disso;
- ➔ Realização de relatórios intermédios, que conduzam a pistas para o reforço ou atualização dos planos de ação.

## 7. Referências Bibliográficas e sites consultados

Direção-Geral da Saúde. Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 (Despacho n.º 12427/2016).

Direção-Geral da Saúde (2006). Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas. Lisboa: DGS.

Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa (2013). Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental – 1º Relatório.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025 (ENIPD). Despacho nº 15/MTSSS/2019, de 29 de julho de 2020. Aceder em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>

Schiefer, U. et al. (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos. São João do Estoril: Principia.

### Sites consultados:

<https://www.cm-vncerveira.pt/>

<https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1484&langId=en>

[http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas\\_deficiencia\\_conv\\_encao\\_sobre\\_direitos\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_conv_encao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf)



**CERVEIRA**  
VILA DAS ARTES



**logframe**  
LOG-FRAME